

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GUSTAVO GERALDINI MICHETTI

**LABIRINTOS DA GRAMÁTICA**  
**TEMPO, FIGURAÇÃO E SUBJETIVIDADE NAS *PHILOSOPHISCHE BEMERKUNGEN***

São Carlos

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GUSTAVO GERALDINI MICHETTI

**LABIRINTOS DA GRAMÁTICA**

**TEMPO, FIGURAÇÃO E SUBJETIVIDADE NAS *PHILOSOPHISCHE BEMERKUNGEN***

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, como requisito para obtenção do título de Doutor em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

São Carlos

2024

Michetti, Gustavo Gueraldini

Labirintos da gramática : tempo, figuração e  
subjetividade nas Philosophische Bemerkungen /  
Gustavo Gueraldini Michetti -- 2024.  
195f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,  
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Bento de Almeida Ferraz Neto

Banca Examinadora: Guilherme Ghisoni da Silva -

Universidade Federal de Goiás (UFG), João Vergílio

Gallerani Cutter - Universidade de São Paulo (USP),

Marcelo de Oliveira Carvalho - Universidade Federal de

São Paulo (UNIFESP), Tiago Tarjan - Universidade

Federal de São Paulo (UNIFESP)

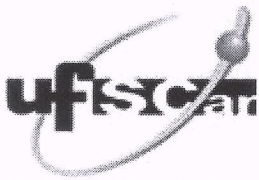
Bibliografia

1. Tempo. 2. Figuração. 3. Subjetividade. I. Michetti,  
Gustavo Gueraldini. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

## Relatório de Defesa de Tese

**Candidato: Gustavo Gualdini Michetti**

Aos 27/09/2024, às 09:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, a defesa de tese de doutorado sob o título: LABIRINTOS DA GRAMÁTICA - TEMPO, FIGURAÇÃO E SUBJETIVIDADE NAS PHILOSOPHISCHE BEMERKUNGEN, apresentada pelo candidato Gustavo Gualdini Michetti. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

### Participantes da Banca

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto  
Prof. Dr. Guilherme Ghisoni da Silva  
Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter  
Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho  
Prof. Dr. Tiago Tranjan

Função	Instituição
Presidente	UFSCar
Titular	UFG
Titular	USP
Titular	UNIFESP
Titular	UNIFESP

Conceito
<u>A</u>
<u>A</u>
<u>A</u>
<u>A</u>
<u>A</u>

Resultado Final
<u>A</u>

### Parecer da Comissão Julgadora\*:

O TRXTO APRESENTADO PREENCHE A CONTENHA TODOS OS REQUISITOS DE UMA Tese DE DOUTORADO.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto, representante do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

Representante do PPG: Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

Prof. Dr. Guilherme Ghisoni da Silva

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho

Prof. Dr. Tiago Tranjan

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Guilherme Ghisoni da Silva, João Vergílio Gallerani Cuter, Marcelo Silva de Carvalho, Tiago Tranjan e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

Não houve alteração no título ( ) Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

### Observações:

- Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.
- Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Filosofia, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.

À Ariane

## Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa de estudos.

Ao professor Tuxo (Bento Prado Neto), pela orientação que possibilitou liberdade na escrita da tese e por ser sempre cordial mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Anderson Nakano, por fornecer uma tradução não oficial das *Wiener Ausgabe* e das *Philosophische Bemerkungen* (em parceria com o professor Tuxo; a quem agradeço mais uma vez) que possibilitaram meus primeiros contatos a esses textos de Wittgenstein.

Aos Professores João Vergílio, Marcelo Carvalho, Guilherme Ghisoni e Tiago Tranjan, por aceitarem participar da banca de defesa de minha tese e pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

À Aninha e Eliana, pelo carinho.

À Raquel, à Alícia e ao Antônio, pelas possibilidades.

À Ariane, pelas leituras e discussões sobre meu texto (que paciência!), pelo companheirismo, por momentos felizes, por palmilharmos juntos os caminhos da vida, em resumo, por seu amor.

*Anrennen gegen die Grenze der Sprache? Die  
Sprache ist ja kein Käfig.*

(Ludwig Wittgenstein)

## Resumo

Esta tese examina o papel que a temporalidade e a subjetividade desempenham para a reformulação do conceito de figuratividade proposicional no início do período de transição da filosofia wittgensteiniana, principalmente nos textos que compõem o “datiloscrito” Ts 209 (1930) e publicados após a morte de Wittgenstein sob o nome *Philosophische Bemerkungen*. Para ser mais específico, o objetivo é compreender em que medida as ideias de “intenção” e de “figuração” – que caracterizam a própria função da linguagem e da proposição – se desenvolvem a partir dos problemas relacionados ao “tempo” e ao “eu”. Uma primeira dificuldade que esta tese analisa é a possibilidade de conciliar dois campos essencialmente distintos: por um lado, a linguagem é estruturada pelas formas da temporalidade física, que envolve as ideias de passado, presente e futuro; por outro lado, aquilo que nossas proposições devem figurar, os fenômenos, se estruturam a partir da temporalidade fenomenológica, determinada pelas características do instante, fluxo e a sucessividade (antes-depois). Em segundo lugar, este estudo se dedica a explorar as possibilidades de figuração dos fenômenos a partir deste descompasso temporal entre a forma física da linguagem e a forma da experiência, levando em consideração o conceito de expectativa desenvolvido nos capítulos II-IV das *Bemerkungen*. Em terceiro lugar, a tese explora a contraposição entre os pronomes da primeira pessoa do singular e da terceira pessoa do singular, tendo em vista abordar as questões da subjetividade e alteridade em Wittgenstein. Este trabalho sustenta que, nas *Bemerkungen*, há uma “assimetria gramatical” entre o presente e outras perspectivas temporais, bem com, entre o “eu” e os “outros pronomes”; assimetria esta que subjaz no conceito de figuratividade e pode caracterizar uma dimensão discursiva da linguagem.

**Palavras-chave:** figuração; tempo; subjetividade; gramática; Wittgenstein intermediário;

## Abstract

This thesis examines the role that temporality and subjectivity perform in the reformulation of the concept of propositional picture at the beginning of Wittgenstein's Middle philosophy, especially in the "typescript" Ts 209 (1930), published after Wittgenstein's death under the name *Philosophische Bemerkungen*. More precisely, the objective is to understand to what extent the ideas of "intention" and "figuration" – which characterize the very function of language and proposition – develop from problems related to "time" and the "self". At first, this thesis analyzes the difficulty of reconciling two essentially distinct fields: On the one hand, language is structured by the forms of physical temporality, which involves the ideas of the past, present and future; on the other hand, which our propositions must represent, the phenomena, are structured by phenomenological temporality, determined by the characteristics of the instant, flow and succession (before-after). Secondly, this study is dedicated to exploring the possibilities of figurating phenomena based on this temporal mismatch between the physical form of language and the form of experience, taking into account the concept of expectation developed in chapters II-IV of *Bemerkungen*. Thirdly, the thesis explores the contrast between first-person singular and third-person singular pronouns, bearing in mind to discuss the issues of subjectivity and alterity in Wittgenstein. This work argues that, in *Bemerkungen*, there is a "grammatical asymmetry" between the present and other temporal perspectives, as well as between the "I" and the "other pronouns"; an asymmetry that underlies the concept of figurativity and can characterize a discursive dimension of language.

**Key-words:** figuration; time; subjectivity; grammar; Middle Wittgenstein.

## Lista de Abreviações

**NB** – *Notebooks (1914 – 1916)*

**NM** – *Notes dictated to Moore in Norway (1914)*

**TLP** – *Tractatus Logico-Philosophicus (1921)*

**SRLF** – *Some Remarks on Logical Form (1929)*

**Ms 105-108** – *Wittgenstein's Nachlass [Manuscripts 105-108] (1929 – 1930)*

**WVC** – *Wittgenstein and The Vienna Circle (1929 – 1932)*

**PB** – *Philosophische Bemerkungen (1930)*

**WLC [1930-1933]** – *Wittgenstein: Lectures, Cambridge (1930–1933)*

**BT** – *The Big Typescript, Ts 213 (1933)*

**PU** – *Philosophischen Untersuchungen (1953)*

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
(a) <i>Delimitação da questão.....</i>	<i>11</i>
(b) <i>O projeto fenomenológico de 1929 e o Tractatus: continuidades e rupturas.....</i>	<i>15</i>
(c) <i>Resumo dos capítulos.....</i>	<i>28</i>
<b>CAPÍTULO I – Na encruzilhada do tempo: fluxo do presente, memória e ilusão solipsista.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1) Aspectos do tempo fenomenológico: Fluxo do presente, memória e infinitude.....</b>	<b>32</b>
1.11) <i>Atemporalidade do dado enquanto fluxo e presente.....</i>	<i>32</i>
1.12) <i>A distinção entre memória “como fonte” e memória “como imagem”.....</i>	<i>37</i>
1.13) <i>Finitude e infinitude temporal.....</i>	<i>49</i>
<b>1.2) A questão do tempo no debate entre subjetividade e objetividade.....</b>	<b>56</b>
1.21) <i>Notas sobre idealismo, solipsismo e realismo em Wittgenstein (primeiro e intermediário).....</i>	<i>56</i>
1.22) <i>Solipsismo e temporalidade nas Bemerkungen.....</i>	<i>67</i>
<b>CAPÍTULO II – O ocaso temporal da linguagem fenomenológica.....</b>	<b>76</b>
<b>2.1) A impossibilidade temporal de uma linguagem fenomenológica e o aspecto não-essencial da estrutura subjetiva da experiência.....</b>	<b>77</b>
2.11) <i>A memória colossal e a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica (parte 1).....</i>	<i>78</i>
2.12) <i>Análise do espaço visual: a dissolução da ideia de um portador da experiência.....</i>	<i>91</i>
2.13) <i>Assimetria temporal na aplicação da linguagem: a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica (parte 2).....</i>	<i>98</i>
<b>Capítulo III – Figuração e Temporalidade nas Bemerkungen.....</b>	<b>108</b>
<b>3.1) O conceito de intenção nas Bemerkungen.....</b>	<b>110</b>
3.11) <i>Figuração e intencionalidade.....</i>	<i>110</i>
3.12) <i>Figuração e verificação.....</i>	<i>115</i>
3.13) <i>Maßstab e o sistema de proposições.....</i>	<i>118</i>
<b>3.2) Aspectos temporais da intencionalidade.....</b>	<b>126</b>
3.21) <i>Estrutura geral da linguagem e tempo.....</i>	<i>126</i>
3.22) <i>Hipótese, expectativa e proposição sob a perspectiva temporal.....</i>	<i>129</i>
3.23) <i>Expectativa e figuratividade.....</i>	<i>135</i>
(i) <i>Horizontes de espera: futuridade e preenchimento.....</i>	<i>136</i>
(ii) <i>O presente da espera.....</i>	<i>138</i>
(iii) <i>Esperar é reconhecer que se espera.....</i>	<i>140</i>
<b>Capítulo IV – O déspota e o seu outro: apontamentos sobre subjetividade e alteridade nas Bemerkungen.....</b>	<b>145</b>
<b>4.1) O campo da experiência e o problema do uso do pronome “eu”.....</b>	<b>148</b>

4.11) <i>A dissolução do solipsismo nas apresentações sobre os fenômenos.....</i>	148
4.12) <i>O método de variação entre linguagens e a eliminação dos pronomes.....</i>	150
4.13) <i>Duas interpretações do Capítulo VI das Bemerkungen.....</i>	155
<b>4.2) <i>As dimensões da alteridade e subjetividade nas Bemerkungen.....</i></b>	<b>163</b>
4.21) <i>A impossibilidade de uma linguagem única e o âmbito da alteridade.....</i>	163
4.22) <i>O discurso e o tirano.....</i>	170
<b>Conclusão.....</b>	<b>177</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>187</b>

## Introdução

*Es ist als käme ich mit der phänomenologischen Sprache in einen verzauberten Sumpf wo alles erfaßbare verschwindet.*

(Ms 105, p. 116)

*Beim Philosophieren muß man in's alte Chaos hinabsteigen, & sich dort wohlfühlen.*

(Ms 136, p. 51)

“A linguagem é um labirinto de caminhos. Você chega vindo de *um* lado e sabe se orientar; você chega ao mesmo lugar vindo de outro lado e não sabe mais se orientar” (PU, §203). Elaborar sobre as temáticas do “tempo”, “figuração” e “subjetividade” desde a filosofia de Wittgenstein, parece nos colocar no interior de um labirinto: há armadilhas quase impossíveis de serem transpostas, miragens tão fortes que insistentemente se recolocam ao dobrar uma esquina nesse conjunto de becos sem saídas que chamamos de linguagem. O que se mostra pantanoso e caótico nesse mergulho filosófico no labirinto é captar aquilo que se revela propriamente gramatical no uso que fazemos de nossa linguagem. Um pouco à maneira pela qual as *Investigações Filosóficas* (1953) caracterizam os problemas da filosofia: “Um problema filosófico tem a seguinte forma: ‘Não sei me orientar em meio a essas coisas’” (PU, §123), uma vez que seria necessário “*vermos panoramicamente* o uso de nossas palavras”, embora “nossa gramática não [seja] propícia a uma visão panorâmica” (PU, §122). Adentrar ao labirinto sem mapa? Percorrê-lo sem saber guiar-se pelos seus caminhos tortuosos? Das diversas câmaras que edificam os labirintos de nossa gramática, como se orientar em relação ao “tempo”, “figuração” e “subjetividade”?

Mas devemos ir devagar com o andar e retrocedermos a textos mais remotos do itinerário filosófico de Wittgenstein (antes dos anos de escrita das *Investigações*), onde tudo era pântano e, ainda por cima, enfeitado. Trabalharemos principalmente os escritos de Wittgenstein que datam dos anos de 1929-1930, momento de seu percurso intelectual que

marca o início do assim chamado “período intermediário” ou “período de transição” da filosofia wittgensteiniana. Transitório porque é em 1929 que Wittgenstein volta a se dedicar ao trabalho filosófico depois do lançamento de seu primeiro e único livro publicado em vida, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Transitório também pelo fato de que, no início desse período, Wittgenstein busca reestruturar o arcabouço conceitual de sua “primeira filosofia” a partir de problemas relacionados à estrutura lógico-filosófica tractariana; bem como o progressivo abandono da perspectiva filosófica do *Tractatus* ao longo dos anos 30 até os primeiros escritos que irão compor as *Investigações*, mais ou menos a partir de 1936, que marcam a “segunda fase” de sua filosofia.

De todo esse vasto continente situado entre o *Tractatus* e as *Investigações*, exploraremos uma pequena parcela de terra mas muito fértil para a proliferação dos problemas relacionados aos temas que norteiam esta tese: tempo, figuração e subjetividade. O texto principal a ser analisado é o relatório apresentado ao conselho do *Trinity College* em 1930 como justificativa para uma bolsa de estudos, publicado após a morte de Wittgenstein sob o título *Philosophische Bemerkungen*<sup>1</sup>. Faremos uso frequente dos manuscritos Ms 105-108<sup>2</sup> que serviram de base para a composição do datiloscrito Ts 209 (*Philosophische Bemerkungen*), uma vez que eles ajudam a compreender como os problemas relacionados ao nosso tema se engendraram e se desenvolveram ao longo do itinerário filosófico de Wittgenstein entre os anos de 1929-1930. Para tentarmos especificar as características tractarianas do retorno de Wittgenstein ao trabalho filosófico, o artigo *Some Remarks on Logical Form* (1929) também será brevemente analisado – ainda nesta introdução. Algumas referências esparsas a outros textos do período intermediário serão necessárias, tais como o assim chamado *The Big Typescript*, o datiloscrito Ts 213 de 1933. Sem contar as anotações de conversas e aulas ministradas por Wittgenstein: as conversas com Waismann e Schlick em *Wittgenstein and the Vienna Circle*; e as anotações feitas por Moore a partir das aulas de Wittgenstein em Cambridge entre os anos de 1930–1933, *Wittgenstein: Lectures, Cambridge*

1 O título já vinha impresso na folha de rosto do “datiloscrito” Ts 209. Ainda que o Ts 209 constitui uma ordenação minuciosa e completamente nova do Ts 208 (trechos retirados e ordenados conforme os manuscritos Ms 105-108), o texto não era dividido por capítulos ou seções. Foi Rush Rhees que, na publicação do texto em 1964, adicionou capítulos e seções ao original. Para fins de citação, utilizaremos a tradução para o português não publicada de Anderson Nakano e Bento Prado Neto (aos quais agradeço imensamente). Sobre questões referentes ao relatório apresentado como bolsa de estudos, cf.: MONK, 1990, p. 304.

2 A tradução desses textos são de minha responsabilidade. Contei com a tradução não publicada dos *Wiener Ausgabe* (Band I-II) feita por Anderson Nakano (a quem eu agradeço mais uma vez), com a qual eu tive os primeiros contatos com esses escritos e pude cotejar para fazer a minha própria tradução.

1930–1933. Sendo assim, como situar os temas do tempo, figuração e subjetividade no interior do início do período intermediário de Wittgenstein?

(a) *Delimitação da questão*

O problema desta tese poderia ser resumido da seguinte forma: como nas *Bemerkungen* a questão do tempo estaria relacionada à figuratividade e às questões relacionadas à subjetividade? Aparentemente, tal relação poderia ser encontrada nas assimetrias entre as dimensões temporais e pronominais da linguagem. No âmbito da temporalidade, Wittgenstein revela que a forma de apresentação de nossa linguagem é assimétrica, uma vez que, de um modo ou de outro, nossas proposições devem sempre se determinar desde a “perspectiva temporal do presente” – apesar da memória e da expectativa entrarem também como elementos fundamentais para a gramática e experiência do tempo, por assim dizer, enquanto dimensões temporais “não-presentes”. Somado a isso, no que se refere a subjetividade, encontramos uma assimetria de mesma proporção: as possibilidades do sentido proposicional se estabelecem desde a perspectiva do “eu” em detrimento da perspectiva do “outro” (“ele” ou “tu”) – embora seja gramaticalmente impossível determinar o uso simbólico de nossas palavras sem levar em consideração o confronto entre essas duas perspectivas. Segundo a interpretação que pretendemos avançar nesta tese, as assimetrias do “presente” e do “eu” não apenas são fundamentais para a compreensão da intencionalidade temporal, a partir da reconstituição do conceito de figuração operado pelas *Bemerkungen*, como também indicam certa característica “dialógica” ou “discursiva” essencial à nossa linguagem.

No Capítulo V das *Bemerkungen*, Wittgenstein introduz a (assim chamada) “metáfora do projetor” ou “metáfora cinematográfica”<sup>3</sup> para diferenciar duas concepções de

---

<sup>3</sup> O uso dessa metáfora é recorrente no período intermediário. Na verdade, a metáfora do projetor e as questões acerca do tempo datam desde as primeiras conversas entre Wittgenstein e Frege (em 1911) até as últimas conversas com Bouwsma (entre 1949-1951). Cf.: BOUWSMA, 1986, pp. 10 e 13. Em dezembro de 1929, “o antigo símile da lanterna mágica” aparece nas conversas com Waismann, Cf.: Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle, p.50, 22 December 1929.

tempo, uma “temporalidade fenomenológica” (do primeiro sistema, da experiência imediata) e uma “temporalidade da física” (do segundo sistema):

Quando comparo os fatos [do primeiro sistema | da experiência imediata (do primeiro sistema)] com as imagens na tela, e os fatos [no segundo sistema | da física (no segundo sistema)] com as imagens na película cinematográfica, então há na película cinematográfica uma imagem presente, e imagens passadas e futuras; na tela, no entanto, há apenas o presente. (PB, §51a).

Se analisarmos essa metáfora isoladamente, Wittgenstein nos mostra que no “mundo dos dados” (primeiro sistema ou experiência imediata) não há nenhuma dimensão temporal para além do presente, por assim dizer, não podemos limitá-lo por outras determinações temporais – analogamente à projeção cinematográfica, é possível ver apenas uma única imagem presente na tela, sem que seja possível vislumbrar imagens que a antecederam e imagens que a sucederão. A maneira pela qual a metáfora cinematográfica apresenta a temporalidade do primeiro sistema, já parece delinear aqueles traços assimétricos que indicamos a pouco: os fenômenos são dados a partir do presente da experiência imediata. Por outro lado, há o sistema da física (segundo sistema) em que o presente é delimitado pelo passado e pelo futuro – como no rolo do filme cinematográfico, o fotograma que está diante do feixe de luz (no presente) sendo projetado, confronta os fotogramas anteriormente projetados (passado) e os fotogramas que serão projetados (futuro).

Principalmente após o abandono da linguagem fenomenológica ao final de 1929, Wittgenstein constata que a nossa linguagem comum é caracterizada pela forma temporal da física (segundo sistema), portanto, deve envolver as dimensões temporais do “passado, presente e futuro”. Em contrapartida, o fenômeno constitui-se por meio da forma do primeiro sistema, de tal modo que ele tem de ser dado apenas no instante presente da experiência. Relacionada à metáfora cinematográfica: “Por assim dizer, nos encontramos com a nossa linguagem no domínio do filme não no domínio da tela” (Ms 107, p. 2; PB, 70a). Tanto os manuscritos quanto as *Bemerkungen* apontam que “aquilo que entendemos pela palavra ‘linguagem’, decorre no tempo físico homogêneo” (Ms 105, p. 114; PB, §69b), isto é, “a linguagem decorre temporalmente” (Ms 105, p. 114; PB, §69a); enquanto que a forma do fenômeno é o tempo, mas ele não está no tempo (Ibidem.). A partir dessa distinção entre os domínios da linguagem e da experiência, emerge nos textos do período intermediário a dificuldade de relacionar uma estrutura essencialmente física a uma estrutura essencialmente

fenomenológica. A linguagem comum é estruturalmente processual, ela se desenrola no tempo homogêneo da física, no qual suas determinações temporais podem ser homogenizadas, podem ser capturadas por certos padrões de medidas (através de relógios, calendários, fases da lua, acontecimentos históricos importantes etc.). No entanto, ao fim e ao cabo, essa *physikalische Sprache* tem de fazer referência ao mundo fenomênico. Mesmo que a linguagem se “dê” no tempo, ela tem de se reportar a algo que não está no tempo, o próprio fenômeno da experiência imediata. Mas, afinal, é possível projetar o não-temporal (realidade fenomênica) sobre aquilo que se estrutura apenas no tempo (as proposições de nossa linguagem)?

Não é por menos que, em certo sentido, na seção §48 das *Bemerkungen*, a possibilidade de verificação proposicional é apresentada de maneira “ambígua”. Por um lado, as “nossas proposições são verificadas apenas pelo presente. [...] Elas têm portanto de algum modo a comensurabilidade com o presente”; por outro lado, “elas não podem ter isso *apesar* de sua natureza espaçotemporal” (PB, §48b). O presente que Wittgenstein introduz nessas passagens, é o presente da experiência imediata, portanto, o tempo fenomenológico que não pode ser descrito pela estrutura física de nossa linguagem. Uma vez assumido o presente enquanto forma dos fenômenos e que a verificabilidade de nossas proposições se determina por meio dela, o sentido proposicional *tem de* estar relacionado ao presente da realidade fenomênica. Dessa “presentidade”, são característicos seus aspectos “instantâneo” e “fluído” (PB, §§48, 52, 54), de tal modo que fica difícil fixar o sentido de nossas proposições em algo que se apresenta de maneira fugaz. Mas veja que, ao mesmo tempo que nossas proposições aparentam ter uma espécie de “descompasso temporal” em relação ao primeiro sistema, Wittgenstein afirma que essa incomensurabilidade com o presente se dá *apesar de* sua natureza física. Isto é, não seria a “fisicalidade” de nossas proposições que as impediriam de serem verificadas em instantes; mas graças a seu aspecto físico que elas seriam visadas de tal modo e, assim, poderiam ser verificadas pelo presente (PB, §48b). Mais que uma possível solução, dada a natureza física de nossa linguagem, estabelecer o sentido proposicional a partir da temporalidade fenomênica é um problema que se arrasta em momentos decisivos do texto das *Bemerkungen*.

As dificuldades relacionadas à verificação de nossas proposições a partir do presente da experiência imediata podem ser encontradas em boa parte dos Capítulos II-IV das

*Bemerkungen*, em que Wittgenstein busca adequar o conceito de figuração a essa nova concepção fisicalista de linguagem. Além das observações sobre o caráter “processual” de nossa linguagem, sobre as ações que devemos operar com as nossas palavras para determinarmos o sentido proposicional – o que já nos indicaria o seu aspecto essencialmente temporal e físico –, Wittgenstein vai se debruçar sobre a figuratividade da linguagem por meio do conceito de “expectativa”. Com a ideia de “espera”, fica clara a proposta de que os aspectos figurativos da linguagem envolvem a “antecipação” do evento esperado a partir de um modelo, a determinação antecipada do que podemos encontrar na experiência imediata (cf.: PB, §34c). Como veremos no decorrer desta tese, essa modalidade de figuração terá uma relação direta com o conceito de proposição (enquanto prescrição para construção de um modelo; cf.: PB, §10a) e com o conceito de intenção (na medida em que o “essencial na intenção, no visar, é a figuração. A figuração do visado”; PB, §21a). A expectativa visa um evento que poderá preenchê-la, constrói um modelo que situa as possibilidades de preenchimento no “futuro”. Associa-se à expectativa um “método de busca”, na medida em que pressupõe-se que “eu saiba o que eu busco sem que aquilo que eu busco deva realmente existir” (PB, 28a).

À primeira vista, as características intencionais e figurativas da expectativa parecem entrar em conflito com as considerações da seção §48. A relação que, aparentemente, a expectativa mantém com a realidade para poder figurá-la não está “diretamente” relacionada ao presente, uma vez que o evento visado por ela deve ser situado no futuro. Embora Wittgenstein afirme que a “intenção já se [exprima] *agora*” (PB, §24a), no modo como desde o presente eu posso comparar a expectativa àquilo que ela figura – p.ex., “Se digo a alguém que amanhã o tempo será bom, ele dá provas de sua compreensão ao não procurar verificar agora a proposição” (PB, §27f) –, a dificuldade consiste justamente em determinar a relação entre o sinal da espera construído agora com o seu preenchimento posterior. Mais uma vez, o problema reside na possibilidade de adequar a forma temporal de nossa linguagem à experiência imediata (que não está no tempo, mas caracteriza a sua forma).

Para além da assimetria temporal apresentada pela consequência última do solipsismo que pretende descrever (sem sucesso) o privilégio da “experiência presente” enquanto única realidade – “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB, §54d-e) – e, no fim das contas, deveria destacar o aspecto especial de “minha experiência”,

parece-nos fundamental também abordar as dificuldades que o pronome “eu” acarreta para a descrição da experiência imediata. Uma análise do Capítulo VI é fundamental, pois, nessa etapa das *Bemerkungen*, Wittgenstein elabora sobre a assimetria dos pronomes “eu, meu, minha” em relação aos pronomes “ele, dele”. Mesmo com a possibilidade de construirmos linguagens que não fazem uso dos pronomes, a linguagem que “me tem como centro” parece ter um estatuto privilegiado em relação a linguagem que “tem outras pessoas como centro”. Wittgenstein aponta que a “expressão” desse privilégio não se determina por meio de uma descrição, mas é na aplicação das diferentes linguagens que a “minha” ganha um aspecto “especial” (cf.: PB, §58). Para os propósitos desta tese, a questão que todo esse debate sobre a “assimetria proposicional” nos deixa é a seguinte: em que a comunhão das posições assimétricas do “eu” e do “presente” – em relação aos “outros” e as “outras dimensões temporais” – são fundamentais para o desenvolvimento dos conceitos de figuração e intencionalidade nas *Bemerkungen*?

Antes de mergulharmos de vez nas questões apresentadas até aqui, é importante retrocedermos ainda mais nos primeiros escritos que compõem o período de transição da filosofia de Wittgenstein em 1929, para que, na medida do possível, situemos melhor o leitor nos conceitos que trabalharemos ao longo desta tese. No que se segue, tentaremos reconhecer o que se mantém e o que é abandonado do arcabouço lógico-filosófico do *Tractatus* a partir do prisma fenomenológico sobre a linguagem nos textos do início do período intermediário.

*(b) O projeto fenomenológico de 1929 e o Tractatus: continuidades e rupturas*

§1. Já nas primeiras páginas dos manuscritos de 1929, Wittgenstein distingue dois modos de investigação dos fenômenos, o modo fenomenológico e o modo físico. Com essa distinção, delinea-se aquilo que é próprio da física: “a física tem uma linguagem e nessa linguagem ela diz proposições. Essas proposições podem ser verdadeira ou falsa. Essas proposições constroem a física” (Ms 105, p. 3). A física é determinada pelas proposições que ela própria elabora, apenas desse modo pode ela estabelecer leis ou uma multiplicidade de leis

(cf.: Ibid., p. 5); para a física, importa a verdade de suas proposições ou, antes, a manutenção de certas teorias enquanto explicação dos fenômenos. No caso da fenomenologia, é de seu interesse esclarecer a gramática das proposições da física (cf.: Ibidem.). Em vez de estabelecer leis, a investigação fenomenológica estabelece possibilidades, isto é, busca-se compreender as regras gramaticais que tornam possível a descrição da experiência, a gramática das proposições que possibilitam teorias para explicação dos fenômenos. Refletir sobre as relações entre esses modos de investigação, as conexões que podemos estabelecer entre física e realidade fenomênica por meio do esclarecimento de certas possibilidades gramaticais/fenomenológicas, é o tom com que Wittgenstein ressurge na filosofia em 1929.

O que podemos tirar da distinção entre o físico e o fenomenológico é que, em um primeiro momento, eles constituem dois modos de apresentação (ou duas linguagens) da experiência imediata que não podem se sobrepor. Desde o começo é possível compreender uma formulação que aparece apenas mais tarde nos manuscritos: “não nos esqueçamos que a linguagem fisicalista (*physikalische Sprache*) descreve também apenas o mundo primário e não algo como um mundo hipotético (*hypothetische Welt*)” (Ms 105, p. 108). A *physikalische Sprache* não conduz à descrição de um “mundo físico ou hipotético”, mas ao mundo constituído pela experiência, em que aquilo que *aparece* ou é *dado imediatamente enquanto fenômeno dos sentidos* – por isso, *primário* – ganha proeminência. A linguagem fenomenológica, primária, também tem de se reportar ao mundo das aparências, mas de uma maneira diferente: enquanto a fenomenologia tem de se restringir apenas àquilo que é verificável (Ibidem.), por assim dizer, somente àquilo que diretamente se relaciona aos fenômenos, a física descreve de uma maneira “indireta” o mundo fenomênico, a partir de um modo de apresentação mais prático (Ibidem.). Desse modo, a linguagem fenomenológica deve determinar em sua estrutura de apresentação a possibilidade dos fenômenos, enquanto a linguagem física estabelece um modo mais prático ou mais “correto” para a explicação desses mesmos fenômenos.

A ideia de substituir uma linguagem imprecisa por uma linguagem completamente perspicua, uma notação clara na forma como ela se relaciona ao fenômeno, é apresentada da seguinte maneira nas *Some Remarks on Logical Form*:

Agora nós apenas podemos substituir um simbolismo claro por um impreciso ao inspecionarmos o fenômeno que queremos descrever, tentando

entender a sua multiplicidade lógica. Isso quer dizer, onde a linguagem ordinária mascara a estrutura lógica, onde ela permite a formação de pseudo-proposições, onde ela usa um termo em uma infinidade de significados diferentes, nós temos de substituí-la por um simbolismo que forneça uma imagem clara da estrutura lógica, excluindo pseudo-proposições e usando seus termos não-ambiguamente. [...] Quer dizer, nós podemos chegar em uma análise correta por, o que pode ser chamado, uma investigação lógica dos fenômenos neles mesmos, i.é., em um certo sentido a posteriori, e não conjecturar sobre possibilidades a priori. (SRLF, p. 163)

O papel da linguagem fenomenológica é esclarecer, por meio da análise completa das proposições usuais, a forma lógica dos fenômenos a partir da eliminação de sinais ambíguos (múltiplos significados para os nomes e diversos nomes com o mesmo significado), impedindo a formação de contrassensos provenientes do mau uso da linguagem comum. A constituição desse “simbolismo fenomenológico” revelaria direta e completamente a estrutura lógica da realidade fenomênica – a sua multiplicidade lógica. O exame de tal estrutura tem de ser *a posteriori*, no sentido em que, ao final da análise completa das proposições usuais, a estrutura lógica das proposições atômicas revelaria a estrutura lógica dos fenômenos que elas simbolizam.

Entretanto, é na própria inspeção direta dos fenômenos dados na experiência imediata que o projeto inicial de constituição de uma linguagem fenomenológica fracassa. Como veremos adiante, ao final de 1929, Wittgenstein constata que uma linguagem fenomenológica é um “absurdo” ou “desnecessária” (Cf.: Ms 107, p. 176; PB §1b) e uma das maneiras de constatar esse “absurdo” está relacionada à dificuldade de exprimir a forma temporal do dado. Mas antes de examinarmos o fracasso da linguagem fenomenológica pela perspectiva do tempo, é importante compreendermos como esse projeto de 1929 está inicialmente ligado à concepção de uma notação que obedeça à “gramática lógica” ou à “sintaxe lógica” tal como apresentada no *Tractatus*. Com isso, poderemos compreender como os textos do início de 1929 se aproximam e se distanciam do *Tractatus*.

Em seu aspecto *geral*, um simbolismo especial se apresentava no *Tractatus* a partir da ideia de uma notação que obedecesse “à gramática lógica — à sintaxe lógica” (TLP 3.325). Essa notação especial deveria eliminar o emprego do mesmo sinal para símbolos diferentes e o emprego de vários sinais em um único símbolo (Ibidem.) — evitar que vários nomes tenham um mesmo significado e eliminar múltiplos significados para um único nome —;

desse modo, seria possível eliminar os contrassensos que resultam do mau uso dos sinais de nossa linguagem. A possibilidade de um simbolismo desse tipo implica no modo como o *Tractatus* resolve *essencialmente* todos os problemas filosóficos (Ibidem. p. 133). A ideia é basicamente essa: se os problemas filosóficos emergem de um mau uso da linguagem, a partir do emprego errôneo dos sinais, uma notação especial que eliminasse/corrigisse tais equívocos mostraria que eles não passam de contrassensos e, portanto, que os problemas da filosofia não são de fato problemas. Mas, dessa notação, o *Tractatus* fornece apenas traços gerais, determinando aquilo que *no essencial* ela deveria realizar; esse caráter geral pelo qual Wittgenstein aborda a concepção de uma linguagem especial também recai sobre as discussões acerca da *possibilidade de uma análise completa* das proposições usuais e da distinção entre *lógica* e *aplicação da lógica*.

No grupo de aforismo 5.55, podemos situar aquilo que Wittgenstein entende por forma geral das proposições elementares e o que, no essencial, seria uma análise completa das proposições usuais. A *antecipação* da forma das proposições elementares revela que elas devem “consistir em nomes”, ainda que seja impossível para os propósitos do *Tractatus* “especificar o número dos nomes com significados diferentes” e tão pouco é possível “especificar a composição da proposição elementar” (TLP 5.55), isto é, a forma de todas as proposições elementares não pode ser especificada de maneira *a priori*. O papel da lógica para o esclarecimento da forma das proposições elementares consiste em apresentar características gerais do que vem a ser essa forma: elas têm de ser uma concatenação de nomes que figuram diretamente concatenações de objetos no mundo, de tal modo que a proposição elementar não depende do sentido de outras proposições para expressar o seu sentido. Toda tentativa de caracterizar a forma específica dessas proposições, especificando quais nomes elas concatenam e aquilo que eles significam, desvia-se do escopo lógico do *Tractatus* – do esclarecimento das condições de possibilidade do sentido proposicional.

A especificação da forma lógica de cada proposição elementar, bem como a especificação do significado dos nomes que elas articulam, poderia ser determinada apenas quando o processo de análise lógica das proposições usuais fosse completado, isto é, quando a análise chegasse ao seu fim. Entretanto, o processo de análise também é tomado a partir de sua característica geral, enquanto uma condição de possibilidade para a plena determinação do sentido das proposições usuais: se as proposições usuais são funções de verdade do sentido

plenamente determinado das proposições elementares (que são função de verdade de si mesmas), então o processo de análise lógica deve percorrer esse caminho que vai do caráter vago da linguagem comum para o estabelecimento do caráter completamente determinado do sentido expresso nas proposições elementares. Isso é tudo o que a lógica pode antecipar sobre o processo de análise completa das proposições usuais ou, dito de outro modo, ela revela que, para determinar plenamente o sentido proposicional, a análise tem de chegar a um fim – ainda que não seja claro os critérios lógicos de como a análise deve proceder e quando ela chegou ao seu fim<sup>4</sup>. Como característica geral desse fim, a lógica pode revelar que ele deve esbarrar nos limites da linguagem (a totalidade das proposições elementares) e nos limites do mundo (aquilo que os nomes significam no seu uso proposicional, a totalidade dos objetos; cf.: TLP 5.5561).

A lógica não pode antecipar as formas específicas das proposições elementares e, por isso, não pode fornecer de maneira totalmente *a priori* aquilo que uma “notação lógica” exige: “não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes” (TLP 3.325). A *aplicação da lógica* específica o emprego designativo dos nomes articulados na forma proposicional elementar – ou, nas palavras do aforismo 5.557, a “aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem” – e, portanto, determina absolutamente o uso notacional correto de nossa linguagem. A ideia de uma análise *efetiva* das proposições usuais também é importante para a relação entre a lógica e a sua aplicação, pois, ao final do processo de análise, tem de ficar claro a especificidade da forma proposicional elementar, aquilo que a lógica pode antecipar apenas de maneira completamente geral (*a priori*).

Em consonância com sua aplicação, a lógica antecipa o aspecto essencial (geral) da forma das proposições elementares, da análise completa das proposições usuais e da constituição de uma “notação lógica”. Nesse caso, poderíamos compreender a afirmação de que o *Tractatus* resolve *essencialmente* todos os problemas filosóficos (TLP, p. 133) a partir da perspectiva de que ele não resolve esses problemas *completamente*. Por assim dizer, Wittgenstein mostra o caminho pelo qual a filosofia pode, com o auxílio da lógica, resolver todos os seus problemas: se as dificuldades da filosofia emergem dos equívocos notacionais da linguagem comum, então os seus problemas são falsos problemas, são palavreados sem

---

4 Sobre esse ponto, cf.: CUTER, 1999, pp. 56 e 57.

sentido que não simbolizam nada no mundo – são *contrassensos*. As características gerais de uma notação especial que esclarecesse completamente o uso de nossa linguagem, faz parte do escopo lógico do *Tractatus* para solucionar as dificuldades da filosofia. Mas esse é um modo *substancial* de resolver os problemas filosóficos e, em certo sentido, mostrar como esses problemas *podem* ser efetivamente solucionados – mostra *no geral* aquilo que resta para ser resolvido em seus pormenores<sup>5</sup>.

§2. Agora, se a minha exposição até aqui faz sentido, podemos resgatar aquela distinção, presente em *Some Remarks on Logical Form*, entre uma investigação lógica dos fenômenos neles mesmos, em um certo sentido *a posteriori*, e aquela que faz conjecturas *a priori*. Conforme é explorada no início de 1929, essa distinção parece se aproximar da relação entre lógica e a sua aplicação apresentada no *Tractatus*.

A investigação lógica *a posteriori* dos fenômenos pode ser considerada como aquilo que a lógica do *Tractatus* não poderia realizar, já que ela deveria ser uma investigação *a priori*, e deixava para sua aplicação a especificação da forma das proposições completamente analisadas e dos estados de coisas que elas figuram – especificação que, nas *Some Remarks on Logical Form*, é caracterizada pela investigação lógica das “proposições atômicas” e dos “fenômenos”. A partir dessa perspectiva, no início de 1929, Wittgenstein retoma aquela “tarefa” de constituir um simbolismo lógico adequado, fornecido apenas de maneira geral pelo *Tractatus*, mas que agora deveria ser efetivamente estabelecido: a análise deve especificar as diferentes proposições atômicas que determinam o núcleo do sentido das diferentes proposições usuais, esclarecendo a forma proposicional essencial mascarada na linguagem comum e especificando a forma dos fenômenos que elas afiguram. A investigação lógica dos fenômenos neles mesmos fornece as armas pelas quais é possível lutar contra os contrassensos provenientes do mau uso da linguagem comum. É exatamente esse o projeto de constituição de uma linguagem fenomenológica do início de 1929, que não consiste em substituir a notação usual por uma especial, mas sim em eliminar certos usos das palavras que a linguagem comum não consegue evitar e que levam a contrassensos.

---

<sup>5</sup> A ideia de uma resolução “essencial” ou “geral” dos problemas filosóficos e uma “resolução completa” já foi desenvolvida por PRADO NETO, 2003, principalmente pp.15-17. Aliás, a seção sobre “Aplicação da Lógica e Fenomenologia” do livro de Prado Neto é fonte de inspiração para essa etapa de nosso trabalho.

Não obstante essa retomada do espírito tractariano, as *Some Remarks on Logical Form* apontam para um problema intrínseco à concepção de notação *a priori* que obedecesse à “gramática lógica – sintaxe lógica”: ao antecipar a forma geral das proposições elementares, o *Tractatus* aponta para formas elementares que não necessariamente correspondem às formas dos estados de coisas. Por esse motivo, a proposta de uma linguagem fenomenológica deve caracterizar uma investigação *a posteriori* dos fenômenos, isto é, a forma das proposições elementares pode ser determinada apenas ao final do processo de análise lógica, o que revelaria a forma específica dos fenômenos. Sem a efetividade do processo de análise, seria impossível determinar se a forma geral da proposição elementar realmente espelha a forma específica dos fenômenos que elas pretendem figurar. O *Tractatus* fornecia como forma proposicional geral a forma função-argumento, o que, nos textos do início de 1929, Wittgenstein apresenta como um equívoco. As *Some Remarks on Logical Form* mostram que, no limite, a forma  $f(x)$  é similar às formas sujeito-predicado e relacional, isto é, aquilo que caracterizava a forma proposicional geral tractariana, tomava a forma essencial da linguagem a partir das formas aparentes da linguagem comum. Esse tratamento da essência da linguagem toma por meio da mesma forma lógica (sujeito-predicado e relacional) as proposições do tipo “eu estou com dor”, “a mancha é azul”, “a mancha redonda está ao lado da quadrada” e, no entanto, as formas dos fenômenos que essas proposições figuram são completamente diferentes umas das outras (cf.: SRLF, pp. 164-165): uma deveria descrever o fenômeno da dor, a segunda um fenômeno colorido e a última um fenômeno espacial.

É sobre essas duas últimas formas (as cores e o espaço) que as *Some Remarks on Logical Form* vão se debruçar, o que apontaremos de maneira rápida para não fugirmos do escopo de nossa apresentação. Diferentemente do *Tractatus*, no início de 1929, Wittgenstein esclarece a importância dos números na estrutura da proposição elementar, não como uma característica do simbolismo especial, mas algo que lhe é essencial, inevitável (SRLF, pp. 166-167). Em primeiro lugar, a importância dos números se mostra pela descrição de uma mancha colorida no campo visual por meio do sistema de coordenadas, isto é, os números demarcam as coordenadas no interior desse sistema (um lugar no espaço) e a palavra “vermelho” demarca a cor que preenche o intervalo entre essas coordenadas. Em segundo lugar, a importância dos números é manifesta nas descrições que envolvem propriedades gradativas (duração de um intervalo, frequência de uma nota, tom de cores etc.), de tal modo

que cada grau determinado por um número exclui o outro por completo. Esse último ponto está ligado ao modo como Wittgenstein mostra que a exclusão múltipla das cores não caracteriza uma contradição (como pensava o *Tractatus*, 6.3751), mas um contrassenso: a tabela de verdade de “A é verde e A é vermelho” mostra que não é possível determinar um produto lógico por meio dessa suposta proposição (a primeira linha da tabela de verdade desaparece), isto é, mostra-se a exclusão de uma possibilidade (“A é verde”) por meio de outra possibilidade que a opõe (“A é vermelho”) e vice-versa (SRLF, p. 170). Essa exclusão mútua entre as cores caracteriza do mesmo modo a gradação de uma cor por meio dos números: se “2 brilhos de vermelho” é diferente de “3 brilhos de vermelho”, isso se mostra não por uma soma de 2+1 brilho de vermelho, mas porque essas duas gradações de cores se excluem mutuamente de tal forma que a possibilidade de um grau de vermelho deve impossibilitar outro grau de vermelho absolutamente e vice-versa<sup>6</sup>.

Desse modo, as *Some Remarks on Logical Form* mostram que pelo menos dois pilares do conceito de proposição exposto no *Tractatus* não são fundamentais e podem levar a uma má compreensão da forma das proposições atômicas: a forma proposicional não se reduz à forma função-argumento e que as proposições elementares não são independentes entre si. Isso se mostra pelo fato de que a forma função-argumento não consegue descrever os fenômenos espaciais (um lugar no espaço) e nem a estrutura mutuamente excludente entre as cores de maneira precisa, sendo necessário acrescentar à notação especial o sistema de coordenadas. No caso da exclusão mútua entre as cores, revela-se que é necessário um simbolismo que, por exemplo, mostre na estrutura da proposição elementar “A é vermelho” exclui a possibilidade de “A é verde”, “A é azul” etc. - isto é, o simbolismo do *Tractatus* não antevia que essas proposições tinham uma relação de dependência, já que o sentido de uma proposição elementar desse tipo só pode ser pensado a partir da exclusão do sentido da outra.

---

6 Os textos de Engelmann (2017a; 2017d) são importantes para compreender o papel da linguagem fenomenológica no período intermediário de Wittgenstein. Sobre o problema das cores e inserção dos números nas formas das proposições elementares, cf.: 2017d, pp. 105-107 (ver também nota 15). Sobre uma “linguagem fenomenológica com números”, em que, nas *Some Remarks on Logical Form*, está intimamente relacionada à ideia de uma “métrica das cores em que os números estariam associados a coordenadas”, cf.: CUTER, 2017b, 275-278. Apesar da interpretação de Engelmann e Cuter se compatibilizem em diversas etapas, elas parecem se distanciarem em pontos fundamentais, tais como o “estatuto fenomenológico” acerca das proposições elementares do *Tractatus* – defendido por Cuter de uma maneira diferente dos Hintikkas que relacionavam as proposições elementares aos *sense data* de Russell (cf.: HINTIKKA & HINTIKKA, 1986, pp. 45-46 e todo o “Capítulo 3”; CUTER, 2017b, p. 273-274) – e a forma mínima das proposições elementares enquanto função e argumento – defendido por Engelmann (2017a, pp. 13-16) e problematizada por Cuter (2017a, pp. 179-181).

§3. Para além dessas transformações no conceito de “proposição”, é válido traçarmos (de maneira bem geral) algumas metamorfoses que a estrutura proposicional sofre após o abandono da linguagem fenomenológica. Ao longo desta tese, teremos a oportunidade de explorarmos as influências que a concepção de “tempo fenomenológico” exerce sobre a “não existência” (PB, §53) ou o “absurdo” (Ms 107, p. 176) de uma linguagem primária (fenomenológica). Por ora, basta termos em mente que, ao final de 1929, uma notação absolutamente perspicua capaz de exibir em sua estrutura completamente analisada a forma lógica dos fenômenos – um simbolismo que incorporaria em sua estrutura formal uma *métrica* para cada “campo fenomênico” (cor, espaço, tempo, etc.) – não é mais necessária (cf.: PB, §1). Após o abandono do antigo projeto, a fenomenologia de Wittgenstein – principalmente, de 1930 e das *Bemerkungen* – trabalha com a nossa linguagem, isto é, a partir das próprias proposições usuais deve-se elucidar as regras gramaticais que possibilitam compreendê-las enquanto figurações da experiência imediata. Por esses motivos, poderíamos dizer que, no período intermediário, os termos “fenomenologia” e “gramática” se coincidem (cf.: PB, §1c).

Uma vez abandonado o método tipicamente tractariano de análise completa das proposições usuais, o processo de esclarecimento dos modos de afiguração proposicional através das formas de proposições completamente analisadas, como compreender o caráter essencialmente figurativo de nossa linguagem? Sem a possibilidade de “reduzirmos” a nossa linguagem a uma notação especial obediente à gramática lógica ou sintaxe lógica para, assim, fixarmos os empregos simbólicos de nossos sinais e, com isso, evitarmos os equívocos filosóficos provenientes do mau uso da linguagem, como seria possível determinar claramente a relação projetiva entre proposições e fatos?

Para o *Tractatus*, o caráter essencialmente figurativo de nossas proposições poderia ser completamente esclarecido ao final de uma análise completa. Quero dizer, o emprego de nossos sinais na liga proposicional fica plenamente determinado quando, com a análise lógica, alcançarmos o uso dos sinais simples (nomes) no contexto das proposições elementares: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (TLP, 3.3). A possibilidade dos sinais simples caracteriza o postulado para a plena determinação do sentido proposicional (TLP, 3.23), na medida em que esses sinais ocorrem naquilo que Wittgenstein chama de “proposição completamente analisada” (TLP, 3.201). Como vimos, a proposição completamente analisada constitui-se numa concatenação imediata de nomes, o

que caracteriza a forma proposicional elementar de maneira geral. Por assim dizer, a proposição elementar encarna a “forma elementar de afiguração”, pois, tal como uma figuração, ela indica que as coisas se relacionam no estado de coisas da mesma forma que os nomes se relacionam na proposição elementar. Isto é, a proposição elementar determina uma “forma de afiguração”: “A forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração” (TLP, 2.151). A proposição completamente analisada constitui esse modo de afiguração mais direto para a determinação do sentido proposicional. Na verdade, a forma elementar proposicional caracteriza aquilo que Wittgenstein chamou de “método de projeção” (TLP, 3.11), na medida em que “pensar o sentido da proposição” consiste em determinar a projeção do sinal proposicional sobre o mundo (TLP, 3.12). Ou, ainda, como nos diz Luiz Henrique Lopes dos Santos: “o método mais simples de projeção lógica, comparável à projeção ortogonal, é o que institui as proposições que Wittgenstein chama completamente analisadas” (SANTOS, 2010, p. 70).

Ao adentrarmos no texto das *Bemerkungen*, deparamo-nos com a ausência de uma notação especial capaz de nos guiar até as formas elementares de afiguração, em que a relação projetiva de nossos sinais com a situação possível afigurada é esclarecida na estrutura das proposições completamente analisadas. A análise de nossa linguagem ganha uma nova roupagem a partir da “não mais necessária” linguagem primária (completamente analisada). Entre 1929-1930, a análise da linguagem se revela a partir de uma espécie de comparação entre diferentes linguagens, uma descrição das “classes das linguagens que cumprem o seu papel” (Ms 107, p. 205; PB §1b) ou, talvez de maneira mais clara, “cada vez que digo que tal e tal apresentação poderia também ser substituída por tal outra, damos mais um passo em direção ao objetivo de apreender a essência do que é apresentado” (Ibid, pp. 205-206; Ibidem.). Desse modo, esclarecer a maneira como nossa linguagem pode “apresentar imediatamente a experiência imediata” é possível por um método de comparação entre os diferentes modos de apresentação linguísticos, em que, ao substituir uma apresentação por outra, revela-se aquilo que é “inessencial à apresentação”, evidencia-se quais rodas de nossa linguagem estão girando em falso (ibidem.). Isso caracteriza o novo modo de análise proposto por Wittgenstein em 1929, sem se comprometer com uma linguagem especial (completamente analisada) que dissolveria os contrassensos (rodas girando em falso) provenientes do uso

equivocado da linguagem comum ou, ainda, sem se comprometer com uma análise proposicional completa aos moldes do *Tractatus* ou das *Some Remarks on Logical Form*.

Em certo sentido, após o abandono do projeto de linguagem fenomenológica e com a ideia de que a nossa linguagem é fundamentalmente física (ela se desenrola no tempo homogêneo da física; cf.: PB, 69a-b), o conceito de proposição parece adquirir um aspecto “hipotético”. Na seção §225a das *Bemerkungen*, Wittgenstein parece conceber a proposição enquanto hipótese, como se esses termos fossem equivalentes: “A proposição, a hipótese está acoplada com a realidade de modo mais ou menos frouxo”. Isso não quer dizer que a proposição ou a hipótese não se relaciona com os fenômenos, no fim das contas, o essencial é que nossos sinais “se refiram apesar de tudo à experiência imediata” (PB, §225b), caso contrário “a proposição, a hipótese [seria] destituída de sentido” (PB, §225a). Nesse caso, a experiência imediata é o que vai confirmar uma das facetas da proposição – como quando se diz “aqui está uma cadeira” é confirmada por vermos apenas uma parte dela (cf.: PB, §225c) –, ou seja, o fenômeno é aquilo que verifica a proposição (cf.: PB, §225g). O problema é que, no âmbito do discurso, buscamos apresentar de forma não-hipotética os dados do sentido e, no entanto, a hipótese não pode ser verificada definitivamente (cf.: PB, §226c): como é possível determinar a verdade ou a falsidade da proposição, os seus modos de verificação, se ela carrega consigo um elemento hipotético? À primeira vista, a maneira como as *Bemerkungen* apresentam “hipótese” e “proposição”, parece trazer algum grau de ambiguidade a esses termos.

Se, em um primeiro momento, a proposição mantém uma relação frouxa com a realidade e, por isso, ela aparenta ter um aspecto hipotético, em um segundo momento, Wittgenstein afirma que as proposições são construídas a partir de uma hipótese. Na verdade, “uma hipótese é uma lei para construção de proposições” ou para “construção de expectativas” (PB, 228d). Se adotássemos uma leitura apaziguadora do modo como o Capítulo XXII das *Bemerkungen* apresenta os conceitos de hipótese, proposição e expectativa, poderíamos dizer que a hipótese é um modo de apresentação do mundo fenomênico que pode ser confirmada apenas a partir das proposições que ela própria produz. À proposição associa-se um método de verificação, uma forma de busca na experiência que possibilita a sua verdade ou falsidade. A partir da verificabilidade proposicional construída por uma lei, pode a hipótese ser confirmada, modificada e, até mesmo, abandonada (cf.: PB, 227e). Nesse caso, a

hipótese pode ser tomada como uma lei que, por assim dizer, “unifica” as regularidades observadas por meio da construção de proposições – p. ex., a confirmação de “o livro está sobre a mesa” é fornecida pela verificação das proposições produzidas por essa hipótese, de descrições acerca da “forma”, “localidade”, “sensação tátil”, “cor” etc. Não é por menos que a confirmação da hipótese nunca é definitiva (cf.: PB, 228a), pois uma nova experiência pode não concordar com a lei instituída e, desse modo, haveria uma “quebra” das regularidades observadas.

O que também está em jogo nas leis de uniformidade dos acontecimentos observados é o conceito de expectativa que introduz um elemento temporal para a possibilidade de confirmação das hipóteses. Enquanto regra de apresentação dos fenômenos, a hipótese produz expectativas ou, por assim dizer, formas de esperar certos acontecimentos na experiência. A ideia de que a confirmação da hipótese nunca está concluída já revela certo aspecto temporal: de que as regras de apresentação que valem *agora* para determinação das regularidades observadas até o *presente* valerão também no *futuro*. As expectativas produzidas pela hipótese caracterizam “previsões” que permitem sustentar que certa regularidade observada se manterá ao longo do tempo ou, nas palavras de Wittgenstein, “devem ser previstos os pontos nos quais a hipótese se conecta com a experiência imediata” (PB, 228c). Mas a previsão fornecida pela expectativa não apenas estabelece uma relação intrínseca com a sua “resposta definitiva (verificação ou falsificação)” (PB, 229b), como também determina uma relação interna com o agora, na medida em que, embora aquilo que a expectativa enuncia enquanto “resposta definitiva” seja uma possibilidade “futura”, “ela deve ter sentido agora” (Ibidem.). Dito por outras palavras, na previsão “espero a mancha verde”, as suas possibilidades de verificação estão relacionadas ao espaço visual e das cores, bem como, aquilo que no futuro pode ser dado enquanto preenchimento dessa espera; mas isso quer dizer também que as possibilidades de busca no espaço visual e das cores estão disponíveis desde agora, embora o preenchimento (ou não) efetivo seja dado apenas depois, no futuro.

Com esse rápido preâmbulo sobre o conceito de proposição desenvolvido antes e depois da ideia de uma linguagem primária, podemos compreender os problemas que as *Bemerkungen* enfrentam para a concepção do conceito de figuração. (i) O caráter figurativo de nossa linguagem não pode mais ser esclarecido pela estrutura geral da figuração elementar, uma vez que elas perdem toda a antiga significância (do *Tractatus* e das *Some Remarks on*

*Logical Form*): não desempenham nenhum papel fundante e nem podem se estruturar a partir da independência de seus sentidos – a exclusão mútua entre proposições elementares assinala co-dependência entre seus sentidos<sup>7</sup>. A questão que se coloca é a de saber como é possível esclarecer as relações projetivas entre nossa linguagem e mundo sem o aparato lógico tractariano. (ii) Relacionado a isso, sem a estrutura da linguagem completamente analisada, como podemos compreender as rodas que giram em falso em nossa linguagem, os contrassensos que emergem pela falta de clareza das linhas de projeção de nossas proposições. (iii) Se podemos dizer que todas as partes de nossa linguagem carregam consigo algum elemento hipotético, apesar de nossas hipóteses/proposições estarem de uma maneira ou de outra relacionadas a algum método de verificação, como podemos projetá-las adequadamente sobre o âmbito dos fenômenos.

Somada a estas questões, a temporalidade física de nossa linguagem parece colocar ainda mais um grau de dificuldade ao problema: (a) em que medida os diferentes âmbitos da gramática (hipótese, expectativa e proposição) se relacionam temporalmente à natureza fenomenológica fluída e instantânea da experiência; por outras palavras, como a natureza essencialmente hipotética e processual de nossa linguagem pode estabelecer relações de figuração com os fenômenos e, ainda por cima, sem o auxílio de uma linguagem completamente analisada tal qual poderíamos encontrar no *Tractatus* e nos textos de 1929. (b) Caracterizado esse aspecto essencialmente físico de nossa linguagem, as *Bemerkungen* buscam compreender em que medida considerar as características hipotéticas de nossa linguagem não levaria a uma espécie de “subjetivismo”, tema a que se dedica as seções §54 (contra uma espécie de sublimação do “eu” e do “presente” pelo solipsismo) e o Capítulo VI (para além da crítica à “hipostasia do eu”, compreender os usos desta palavra e suas relações com “outros pronomes” em nossa linguagem). Uma vez percorrido essas dificuldades, é possível constatar que as *Bemerkungen* não apenas elaboram uma gramática dos processos figurativos de nossa linguagem, como também, e intimamente associadas a ela, uma gramática dos pronomes e do tempo.

---

7 Sobre o caráter “não fundante” das proposições elementares e as consequências reelaboração do conceito de proposição, cf.: CUTER, 2017a, pp. 197-200.

(c) *Resumo dos capítulos*

Na tentativa de mapear o labirinto que as reflexões filosóficas sobre as ideias de tempo, figuração e subjetividade nos levam, de ao menos nos situarmos de maneira relativamente clara sobre os problemas que estes temas nos trazem, esta tese propõe o seguinte encadeamento de capítulos.

O capítulo inicial busca apresentar a concepção de tempo caracterizada no Capítulo V das *Bemerkungen* a partir de seus aspectos aparentemente conflitantes. Por um lado, através da metáfora do projetor, Wittgenstein apresenta uma característica fundamental da realidade fenomênica: o presente enquanto forma instantânea e fluída da experiência imediata, em contraposição à natureza espaço-temporal (física) de nossas proposições que apresentam os fenômenos a partir das dimensões do “passado, presente e futuro”. Por outro lado, Wittgenstein caracteriza um modo de acesso ao passado da experiência imediata a partir da “memória enquanto fonte” do conceito de tempo – caracterizando a forma pela qual os fenômenos se sucedem (antes-depois) uns em relação aos outros –, em contraposição a uma memória característica de nossos modos de expressão físicos (a lembrança tomada enquanto imagem de eventos passados). Desses aspectos fenomenológicos e físicos que podemos atribuir à ideia de tempo, Wittgenstein busca dissolver a “tese” solipsista que toma a temporalidade a partir de uma aceção metafísica: “tudo flui” e “apenas a experiência do instante presente tem realidade” configuram contrassensos que visam dizer forma temporal dos fenômenos, o que não pode ser dito. Outro ponto destacado nesse capítulo é a relação estreita que Wittgenstein estabelece entre tempo fenomenológico e o “eu”.

O segundo capítulo expõe as dificuldades enfrentadas pelas *Bemerkungen* para estabelecerem modos de descrição perspicua dos fenômenos ao longo do tempo. O ponto central consiste em compreender a redução ao absurdo de uma linguagem fenomenológica, tal qual apresentada no capítulo VII das *Bemerkungen*, a partir dos problemas que este modo de apresentação completamente perspicuo – pelo menos, o mais perspicaz que poderíamos imaginar – acarreta para as relações de simbolização de nossos sinais. Para além de reforçar que a nossa linguagem “decorre no tempo homogêneo da física” (PB, §69b) e, portanto, que é impossível estabelecer uma métrica temporal para os fenômenos na estrutura de nossas

proposições, Wittgenstein parece destacar certa assimetria entre o agora e as outras dimensões temporais na relação de projeção entre linguagem e realidade fenomênica.

A tarefa do terceiro capítulo consiste em analisar as relações estreitas que os capítulos II-IV das *Bemerkungen* estabelecem entre figuração e os aspectos da temporalidade física e fenomenológica – conforme elaborado nos capítulos V e VII das *Bemerkungen*. Nesse sentido, os conceitos “intenção”, “verificação”, “sistema de proposições” e “expectativa” estão associados às características da temporalidade física de nossas proposições e aos problemas de projetá-las sobre os fenômenos. Sem o horizonte de uma análise completa das proposições usuais aos moldes do *Tractatus*, as *Bemerkungen* têm de readequar a concepção de figuratividade aos aspectos físicos de nossa linguagem: a aplicação de nossas palavras não se dá em um instante (PB, §15a), mas ao longo do tempo, em procedimentos e ações inseridos em sistemas de regras proposicionais. Não é por menos que o conceito de expectativa ocupa papel de destaque no interior dos capítulos II-IV: esperar constitui um processo regrado de busca pelo esperado no campo fenomênico. O conceito de expectativa mobiliza a relação entre as ideias de presente e futuro, de tal forma que as regras para o preenchimento da expectativa são determinadas agora, embora seu preenchimento efetivo caracterize a possibilidade de uma experiência futura. Além disso, veremos que a repaginação do conceito de figuração a partir da temática do tempo parece colocar no centro da discussão a contraposição entre o “eu” e o “outro”.

É a partir dos problemas que o uso da palavra “eu” traz para descrição da experiência imediata que o nosso quarto capítulo se desenvolve. O exame do capítulo VI das *Bemerkungen* nos permite reconhecer que, apesar de ser possível desenvolvermos linguagens sem o uso de pronomes pessoais e possessivos, Wittgenstein não busca eliminá-los da linguagem, mas elucidar a sua gramática. Em um primeiro momento, a dificuldade consiste em desarmar a ilusão de que a palavra “eu” determinaria um ponto privilegiado da realidade fenomênica, na medida em que a partir da primeira pessoa do singular posso tomar a experiência enquanto “minha”, como se “eu” fosse o seu proprietário: os fenômenos que ocorrem no “meu campo visual”, a sensação de dor que ocorre no “meu corpo” etc. Em um segundo momento, o problema se coloca em reconhecer o uso legítimo dos pronomes. Isso porque as *Bemerkungen* revelam uma assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem que tem outras pessoas enquanto centro, isto é, uma assimetria no uso dos

pronomes de primeira pessoa do singular em relação aos outros pronomes. Esse caráter assimétrico não caracteriza uma dimensão, por assim dizer, transcendental do “eu”, mas revela uma prática discursiva de nossa linguagem: é impossível fazer um uso de nossas palavras sem se colocar da “perspectiva do eu” em contraposição a “outras perspectivas pronominais”.

## **CAPÍTULO I – Na encruzilhada do tempo: fluxo do presente, memória e ilusão solipsista**

— (...) O tempo absolutamente não tem natureza própria. Quando nos parece longo, é longo e quando nos parece curto, é curto, mas ninguém sabe em realidade sua verdadeira extensão. – Não tinha o hábito de filosofar, mas nesse momento sentia-se impelido a fazê-lo.

*Joaquim replicou:*

— Como não? Afinal de contas medimos o tempo. Temos relógios e calendários, e quando um mês se escoia, termina para mim, para você e para todos os outros.

(Thomas Mann – *A Montanha Mágica*)

## **1.1) Aspectos do tempo fenomenológico: Fluxo do presente, memória e infinitude**

### **1.11) Atemporalidade do dado enquanto fluxo e presente**

O primeiro ponto a ser notado a respeito da análise do conceito de tempo no Capítulo V das *Bemerkungen* é a retomada da questão da atemporalidade já apresentada nos manuscritos (Ms 105, p. 96): “Se o mundo dos dados é atemporal, como se pode em absoluto falar dele?” (PB §48a). Há uma diferença entre os manuscritos e as *Bemerkungen* no que toca à abordagem dessa questão: no primeiro, o aspecto atemporal do dado é tratado a partir da caracterização da memória enquanto percepção contínua<sup>8</sup>; no segundo, a atemporalidade está diretamente relacionada às ideias de fluxo e de instante (presente). Não obstante essa diferença, é possível reconhecer uma dificuldade comum a esses dois textos do período intermediário. No início de 1929, Wittgenstein refletia sobre o aspecto “essencialmente contínuo” (sucessivo e mutável) dos dados a partir das dificuldades acerca da divisão do espaço visual. Já em 1930, nas *Bemerkungen*, a questão sobre a atemporalidade do dado é abordada através da ideia de fluxo incessante das vivências (que encarna o aspecto contínuo, sucessivo, dos dados) e ao modo como as nossas proposições são verificadas em instantes (no presente) da corrente da vida.

Vejamos como essa dificuldade é caracterizada a partir da segunda entrada da seção §48 das *Bemerkungen*:

A corrente da vida, ou a corrente do mundo vai fluindo, e nossas proposições são, por assim dizer, verificadas apenas em instantes.

Nossas proposições são verificadas apenas pelo presente.

Elas devem, portanto, ser visadas de tal modo que possam ser por ele verificadas. Devem ter o que é necessário para poderem ser por ele verificadas. (PB §48b)

---

<sup>8</sup> Nas *Bemerkungen*, a caracterização da memória como “percepção contínua” é discutida na §50c, o que será tema da próxima seção deste capítulo – onde tentaremos traçar a relação entre atemporalidade (fluxo e presente) e memória.

Essa passagem apresenta como característica essencial do mundo o aspecto do fluxo constante em que são dados os fenômenos na experiência imediata (na vida) - na formulação dos manuscritos, esse aspecto fluido da “corrente do mundo” era sublinhado pela sentença “tudo flui (*alles fließt*)” (Ms 107, pp. 222). À primeira vista, a fluidez do mundo é contraposta ao modo como Wittgenstein caracteriza as condições de verdade de nossas proposições, o modo como elas determinam os seus sentidos, uma vez que a maneira pela qual elas são verificadas deve ser determinada pelo presente. Essa contraposição pode ser demarcada pela diferença entre o fluxo das vivências, que parece caracterizar a essência do vivido enquanto mudança/alteração constante no mundo do dado, e entre o instante dessas vivências, que parece circunscrever a realidade fenomênica a partir do modo pelo qual as nossas proposições são verificadas no presente instantâneo. Ao estabelecer que a verificação de nossas proposições está essencialmente ligada ao presente, Wittgenstein caracteriza uma relação interna entre os nossos sinais e aquilo que eles sinalizam, de tal modo que eles devem ser visados (*gemeint*) tendo em vista a sua relação de simbolização com o presente.

Podemos aqui antecipar parcialmente<sup>9</sup> a distinção entre a temporalidade do dado e a temporalidade da física. A vida não tem como fundamento as determinações do passado, presente e futuro estabelecidas pela física; pelo contrário, ela consiste em um sistema atemporal caracterizado por instantes fugazes. O termo “atemporal” parece caracterizar uma “temporalidade” irreduzível às determinações temporais da física, em vez de apontar para uma vida inerte, cujas ideias de “mudança”, “movimento”, “corrente”, “instante” etc. não pudessem ser associadas às próprias vivências. A introdução das ideias de “fluxo” e de “presente” demarca o aspecto atemporal do dado como algo instantâneo, em constante alteração, que não pode ser tomado pelas determinações temporais da física e nem por uma aceção “estática” de tempo.

Mas o texto das *Bemerkungen* não apresenta um acordo pacífico entre fluxo e instante como aspectos fundamentais da vida. A dissonância entre essas duas características emerge ao ser considerada a dimensão simbólica de nossas proposições, na relação que elas estabelecem com o vivido por meio de seus modos de verificação. A dificuldade parece se impor da seguinte maneira: como a proposição pode ter uma relação de simbolização com

---

<sup>9</sup> Visto que ela só se completa a partir da metáfora do projetor e das análises sobre a memória como fonte, que será tema da próxima seção de minha tese.

aquilo que é dado no presente, se a realidade fenomênica consiste em uma alteração incessante? Ou ainda, retomando as dificuldades já apresentadas nos manuscritos, o que em nossas proposições permitiria estancar um instante na continuidade (sucessividade) da correnteza da vida? Nesse sentido, o problema recai sobre a legitimidade com que a proposição se aplica ao vivido para o estabelecimento de seu sentido, sobre os critérios que permitem à nossa linguagem determinar um recorte no fluxo constante da vida.

Ao que parece, a resposta a essa questão envolve não apenas o aspecto “puramente simbólico” essencial à proposição (a maneira como ela é visada para poder ser verificada pelo presente), como também envolve aquele “elemento físico” revelado na própria estrutura do sinal: “elas (as proposições) têm portanto de algum modo a comensurabilidade com o presente e elas não podem ter isso *apesar* de sua natureza espaço-temporal” (PB §48b). Esse trecho apresenta dois pontos importantes para compreendermos o conceito de verificação e a sua relação com a temporalidade nas *Bemerkungen*. O primeiro deles parece destacar o aspecto “ambíguo” pelo qual a proposição se vincula ao presente: por um lado, ela *tem de* ser visada (aquilo que é *necessário*) para poder ser verificada em instantes, de tal modo que ela é formalmente constituída para poder ser mensurada pelo presente; todavia, e esse é o outro lado da moeda, Wittgenstein nos diz que isso *não é possível*, que a relação necessária de comensurabilidade com o presente de alguma maneira se desfaz. Poderíamos pensar que essa impossibilidade se dá pelo aspecto físico de nossa linguagem, que a estrutura espaço-temporal de nossos sinais estaria em descompasso com a estrutura atemporal do vivido presente e, conseqüentemente, que a natureza do dado escaparia da natureza essencialmente temporal de nossa linguagem. No entanto, a seção §48b nos mostra que a impossibilidade de nossas proposições serem comensuráveis com presente se dá *independente* da natureza espaço-temporal da nossa linguagem física<sup>10</sup>. Na verdade é *graças* a natureza espaço-temporal da linguagem que é possível estabelecer nossas proposições enquanto “instrumentos de medida” desde a perspectiva do presente<sup>11</sup>.

---

10 Resta esclarecer em que consiste precisamente essa impossibilidade ou, melhor dizendo, como compatibilizar a ideia de que a proposição tem aquilo que é necessário para ser mensurada com o presente ao mesmo tempo que isso não é possível. Em partes, poderíamos dizer que abordaremos essa dificuldade ao longo desta tese.

11 Como veremos depois (Capítulo III desta tese), a linguagem comum é caracterizada de forma “processual”, de tal modo que a verificação de nossas proposições envolve uma comunhão de procedimento e ações que não se dão em um instante (cf.: §§13-15). Por esse aspecto, a proposição não pode medir o presente. Mas é a partir do presente que o “metro linguístico” se coloca para assim indicar um sentido: “o metro linguístico deve ser apostado no ponto do presente e então ele aponta para além deste — por assim dizer na direção da expectativa” (PB, 35c).

O segundo ponto importante desse trecho consiste justamente na ênfase dada ao caráter físico de nossa linguagem para a “mensuração do fenômeno”, o que fica ainda mais evidente na comparação entre a “proposição” e o “metro” apresentada na continuidade do texto da seção §48:

elas (as proposições) têm, portanto, de algum modo a comensurabilidade com o presente e elas não podem ter isso *apesar* de sua natureza espaço-temporal; pelo contrário, esta deve se relacionar com aquele assim como a corporeidade de um metro para o seu ser extenso, por meio do qual ele mede. Nesse caso também não se pode dizer: “Sim, o metro mede o comprimento apesar de sua corporeidade, decerto um metro que tivesse apenas comprimento seria o ideal, seria por assim dizer o metro puro”. Não, se um corpo tem comprimento, então não pode haver comprimento sem um corpo — e ainda que eu entenda que, num determinado sentido, apenas o comprimento do metro mede, o que coloco no bolso ainda é o metro, o corpo, e não o comprimento. (PB §48b)

Wittgenstein retrata o vínculo essencial entre o comprimento e a “corporeidade” do metro para a determinação da mensuração. É importante sublinhar que o comprimento é o responsável por especificar a maneira como algo pode ser medido (“apenas o comprimento do metro que mede”) e por estabelecer que um corpo serve como “instrumento de medida” - i.é., se um metro não fosse “visado” como aquilo que pode medir, ele seria apenas um corpo sem utilidade para a mensuração de outros corpos<sup>12</sup>. Todavia, essa característica sensível, factual, referente à corporeidade do metro, não pode ser rebaixada, como se ela fosse um aspecto menos importante para mensuração: se o comprimento é a expressão da comensurabilidade de um corpo, é somente através do corpo que ele pode ser exprimido. A mensuração é também determinada na oposição entre o corpo do metro com o corpo do objeto a ser medido – nesse sentido, um comprimento puro (sem corpo) não poderia ser aposto a outro corpo e nem poderia constituir um metro.

O modo como a proposição determina o seu sentido, a maneira como podemos verificá-la, é análogo ao modo como o metro mede. Aquilo que propriamente simboliza na proposição é o pensamento, a estrutura lógico-formal que faz com que meros sinais sensíveis estabeleçam uma relação de significação com o mundo. A partir desse uso simbólico dos sinais para expressão do pensamento é possível compreender o modo como a proposição se

<sup>12</sup> A “analogia do metro” volta a ser tematizada na seção §54b-c, na comparação do uso de nossas proposições e o uso de uma vara como instrumento de medida: da mesma forma que uma ripa com traços só pode ser tomada como um metro ao ser utilizada como instrumento de medida, os nossos sinais podem ser determinados enquanto proposições somente por serem empregados de tal maneira a afigurarem fatos no mundo.

apõe à realidade, de tal forma que, sem isso, nenhum sentido poderia ser apresentado por meio dos sinais, eles não teriam nenhuma serventia para expressão do pensamento e nada simbolizariam. Entretanto, ainda que o coração da simbolização seja estabelecido pela estrutura lógica do pensamento, o sentido proposicional só pode constituir-se na estrutura sensível dos sinais ou, dito de outro modo, a instituição de um símbolo é determinada somente se um pensamento puder ser expresso (mostrado) na estrutura espaço-temporal de nossas proposições. Era exatamente essa relação umbilical entre sinal e pensamento que o *Tractatus* enunciava no grupo de aforismos 3: “Utilizamos o sinal sensível e perceptível (sinal escrito ou sonoro, etc.) da proposição como projeção da situação possível” (TLP, 3.11) e “O sinal por meio do que exprimimos o pensamento chamo de sinal proposicional” (TLP, 3.12). Ainda no *Tractatus*, as proposições completamente analisadas revelariam na estrutura do próprio sinal a relação de simbolização entre pensamento e mundo. O problema que as *Bemerkungen* trazem consiste em um “descompasso formal” entre a estrutura física de nossas proposições e a estrutura fenomenológica do mundo, o que parece frustrar as possibilidades de relações simbólicas entre pensamento e mundo. Ou, melhor dizendo, se o projeto de uma linguagem fenomenológica é abortado desde o início das *Bemerkungen*, em que medida é possível reconhecer na estrutura de nossos sinais (essencialmente físicos) as relações entre pensamento e fenômeno?

A seção §48 se desenvolve a partir desta dificuldade e busca assentar as possibilidades de simbolização dos fenômenos na estrutura física da linguagem usual – sem apelar para uma linguagem mais adequada de simbolização dos fenômenos. Por isso, a verificação de nossas proposições tem de envolver a natureza espaço-temporal de nossa linguagem e, se elas são visadas para serem verificadas pelo presente, é em razão de sua característica física que elas podem ser comparadas à realidade instantânea do mundo dos dados. Se a incompatibilidade entre a estrutura espaço-temporal de nossa linguagem e a estrutura atemporal da realidade fenomênica não é tomada como fundamento da ambiguidade entre o “ter a comensurabilidade com o presente” e “elas não podem ter isso”, então, em que consiste esse impasse? Nas seções subsequentes do Capítulo V, veremos que esse problema aflora na confusão entre aquilo que é próprio da concepção de tempo da física e aquilo que é próprio da concepção de tempo da fenomenologia.

### 1.12) A distinção entre memória “como fonte” e memória “como imagem”

A “metáfora do projetor” parece ser introduzida nas *Bemerkungen* para tratar o impasse apresentado na seção §48, o que a seção §49 caracteriza a partir da confusão entre “o tempo da película cinematográfica (da física)” e “o tempo da imagem projetada (o decurso das vivências imediatas)”. Mais do que isso, a confusão entre filme e tela é abordada a partir da distinção entre memória enquanto “imagem preservada dos eventos passados” e memória como “fonte do tempo” (PB §49). A “mudança repentina” na abordagem do tempo “centrada no fluxo e no presente” para uma “centrada na memória” poderia causar certo estranhamento no que diz respeito à “sequência” do texto das *Bemerkungen*. Esse “movimento” pode ser justificado pelo fato de que, por um lado, a metáfora do projetor era introduzida nos manuscritos a partir da distinção entre “constante presente” da tela (tempo fenomenológico) e as imagens dispostas na película cinematográfica (as determinações passado, presente e futuro da física), que buscava delimitar a questão sobre se é possível dizer que um fato no sistema dos dados “foi” – e a possibilidade de dizer que um dado é anterior a outro estava intimamente relacionada à distinção entre “imagens presentes dos sentidos” e “imagens presentes da memória” (Ms-105, p. 84-86). Por outro lado, ainda nos manuscritos, junto com a questão da atemporalidade vinha a concepção de memória enquanto percepção contínua (Ibid., p. 96); além disso, a elaboração nos manuscritos do texto que constitui a seção §49 dava sequência ao trecho que tratava “tudo flui” como uma ilusão, como uma tentativa de dizer aquilo que constitui uma característica formal da linguagem e do mundo (Ms-108, pp. 132-133; retomado na seção §52a-b).

Apesar dessas importantes demarcações a respeito da relação entre presente, fluxo e memória nos manuscritos, talvez possa permanecer certo desconforto no modo como essas temáticas são conduzidas nas *Bemerkungen*: como se não bastasse o problema de compreender exatamente em que consiste as condições de verificabilidade de nossas proposições e sua relação com o instante, sem falar na dificuldade em compatibilizar as características “fluida” e “presentista” do dado, Wittgenstein introduz ainda mais um grau de complexidade à questão da temporalidade a partir da distinção entre “memória como fonte” e “memória como imagem”. Nesta seção de meu trabalho, buscarei esclarecer certa coesão entre os textos do Capítulo V que tratam diretamente da memória (as seções §§49-52) com os textos acerca da atemporalidade fluida do dado centrada no presente, na medida em que esse

núcleo temático se dedica à natureza do conceito de tempo e à possibilidade de verificação temporal de nossas proposições.

A distinção entre “memória enquanto imagem” e “memória enquanto fonte do tempo” segue a estrutura básica da distinção proposta pela metáfora do projetor. De um lado, temos a tela que é comparada ao “decurso das vivências imediatas”, o que nos remete ao tempo fenomenológico caracterizado pela atemporalidade fluida e instantânea do vivido – e, tal como vimos na apresentação dessa metáfora nos manuscritos, cujo texto será retomado na seção §51, a tela é comparada ao presente constante do primeiro sistema. Do outro lado, as imagens dispostas na película cinematográfica são comparadas ao segundo sistema, que caracteriza as determinações temporais da física (passado, presente e futuro). Nessa temporalidade fisicalista se aplica a ideia de memória enquanto imagem, isto é, rememorar consistiria apenas na relação de uma imagem com um evento físico: “Se concebemos a lembrança como uma imagem, então é a imagem de um evento físico” (PB §49). No caso do mundo do dado, a memória é caracterizada não apenas como “fonte do tempo”, mas também como “fonte da verificação de nossas proposições” (ibidem.).

Exploremos um pouco mais a ideia de “memória enquanto imagem”. O aspecto físico da imagem mnemônica parece assumir uma característica psicológica, algo que “vem a nossa mente” ao rememarmos no presente um evento passado: a rememoração consistiria em um evento presente na memória que serviria como imagem de outro evento já ocorrido. Se retomarmos a distinção apresentada nos manuscritos entre “imagens presente dos sentidos” e “imagens presente da memória”, podemos dizer que, de uma perspectiva física, a rememoração é constituída tão somente pela imagem que está nesse instante na memória. Fora esse evento psíquico presente que agora é comparado ao evento físico anterior, nada garante que o evento pretérito realmente tenha ocorrido; isto é, a partir desse ponto de vista, o passado deveria ser identificado com o ato de lembrá-lo no presente, de tal forma que, sem uma imagem específica “presentificada” na memória, não poderíamos dizer que determinado evento existiu<sup>13</sup>. Ou ainda, a memória (enquanto imagem) apresenta o seu objeto de modo

---

13 Sobre esse ponto, cf.: PRADO NETO, 2003, p.72-73; o comentário de Prado Neto afasta a ideia de que deveríamos compreender a consequência última do solipsismo - “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB §54d) - a partir da ideia de que “devemos identificar o passado com o ato de lembrá-lo” no presente. Ainda que tenhamos adiantado o diagnóstico de Prado Neto, julgamos necessário o fazer para darmos conta da relação entre presente, “memória como imagem” e “memória como fonte”. Na última seção deste capítulo, retomaremos a relação entre memória e solipsismo instantaneista.

mais ou menos fiel, determinando uma verificação por assim dizer “volúvel” do evento físico do qual ela é imagem. É nesse sentido que a memória pode “desbotar” e pode ser comparada a outros relatos que possibilitariam “retocar” as partes “empalidecidas”. Aqui o acesso ao passado por meio da memória é garantido tão somente pela imagem: é mediado por um evento físico (ou psicológico) presente que pode ou não estar adequado ao evento pretérito no mundo. A memória sempre mantém uma relação indireta com o evento físico do qual ela é imagem, já que ele não é dado no momento da rememoração (no presente) e, por isso, sempre sobrevém a suspeita de que a imagem mnemônica é enganadora.

A concepção de memória como imagem parece caracterizar a falta de um “parâmetro” que pudesse relacioná-la a um evento físico específico. Na seção §50a, Wittgenstein esclarece que, sem esse “critério”, a imagem não poderia ser interpretada “com relação ao passado”: “poderíamos então nos lembrar de um acontecimento e ficar em dúvida se em nossa imagem mnemônica temos uma imagem do passado ou do futuro” (PB §50a). Poderíamos argumentar em favor dessa concepção de memória que uma imagem pode ser constituída somente a partir de um evento já passado (que esteve presente) ou a partir de um evento nos sentidos (que está presente) e, uma vez que o evento que ocorrerá ainda não se “fez presente”, não é possível constituir uma imagem do futuro. Entretanto, Wittgenstein parece considerar a possibilidade de estabelecer uma imagem do futuro não apenas pelo fato de que a seção §50 aponta para a possível confusão de relacionar uma imagem ao passado e ao futuro, mas também porque, tal como aparece nos manuscritos e na seção §51, na física o futuro é *pré-formado*. A imagem do futuro “pré-figura” aquilo que poderá acontecer no mundo sem que, em algum momento, esse evento necessite ter recebido o estatuto de “ser presente”. Nesse sentido, tanto as representações de eventos passados quanto de eventos futuros podem ser mediadas por imagens e, se não tivéssemos um critério para determinar qual imagem se destina a tal evento, chegaríamos a seguinte situação “impensável”: “tenho alguma representação imagética (*Vorstellungsbild*) diante de mim e digo ‘por ora não sei se é uma expectativa ou uma lembrança, ou apenas uma imagem sem qualquer relação com a realidade’”(PB §35).

A questão crucial à concepção de memória de um evento físico não é simplesmente se ela consiste em uma imagem (mais ou menos fiel) do passado, embora essa seja uma questão importante. O acesso ao passado está garantido à imagem mnemônica, mesmo que

esta possa falhar e que seja necessário adequá-la (corrigi-la) por meio de outras imagens, documentos, relatos etc. - nesse sentido, a memória seria apenas um dos “critérios”<sup>14</sup> para determinar se um evento físico passado ocorreu. O fundamental é compreender o parâmetro que estabelece que uma imagem possa ser *utilizada* como *representação* de um determinado evento pretérito. O Capítulo V das *Bemerkungen* mostra que a imagem por si mesma não é capaz de determinar o critério para sua representação da realidade, de tal forma que, sem isso, seria inevitável a dificuldade de estabelecer se uma imagem consiste numa representação do passado ou do futuro. Desse modo, a imagem tem uma relação com o evento de maneira extrínseca, que pode ser tomada como uma “informação” mais ou menos fiel da realidade, podendo ser tanto correta quanto falha para a representação do passado.

Diferentemente da memória de um evento físico, a memória enquanto “fonte do tempo e da verificação de nossas proposições” não é “nenhuma imagem e tampouco pode desbotar” (PB §49) ou, dito por outras palavras, não é o conteúdo imagético da memória que a qualifica como fundamento do tempo e do sentido proposicional. Enquanto a imagem mnemônica é verificada por outros elementos (outras imagens, documentos, relatos etc.) independentes da memória – e, na verdade, é a *própria memória como imagem* de um evento físico que é verificada aqui<sup>15</sup> –, a memória “enquanto fonte” consiste na condição necessária para a verificação de nossas proposições e, portanto, não pode ser ela própria verificada. O comentário de Wittgenstein sobre a “tiranização” da metáfora da memória enquanto imagem vai nessa direção:

É na verdade claro que o modo de expressão da lembrança como uma imagem é apenas uma imagem (*Bild*)/ metáfora (*Gleichnis*); exatamente da mesma maneira que o modo de expressão que chama as representações (*Vorstellungen*) de “imagens dos objetos em nosso espírito” (ou coisa parecida). O que é uma imagem, nós sabemos, mas as representações certamente não são nenhuma imagens. Pois senão eu posso ver a imagem e

---

14 O termo “critério” é utilizado no *The Big Typescript* (Ts 213) para mostrar que a memória (enquanto imagem) caracteriza um dos critérios de correção para que algo tenha acontecido no “mundo da física” (Cf.: BT, §105, pp. 364-365). Quando utilizamos o termo “critério” para falar da relação entre imagem e passado, pretendemos caracterizá-lo enquanto condição de possibilidade (razão/fundamento) de acesso ao passado determinado pela memória (enquanto fonte do tempo).

15 Cf.: SILVA, 2011, p. 53. Além do comentário de Ghisoni explorar os sentidos da concepção de memória enquanto imagem que pode ser verificado de modos diferentes, o comentador também examina os diversos sentidos do termo “memória como fonte”, como fonte do conceito de tempo (em sentido ontológico), fonte das verificações de nossas proposições e fonte da identidade semântica dos sinais de nossa linguagem. Ao longo de meu trabalho, buscarei recuperar as múltiplas acepções do termo “memória com fonte” já pontuadas e examinadas por Ghisoni.

o objeto do qual ela é imagem; mas aqui as coisas são evidentemente diferentes. Apenas utilizamos uma metáfora e agora somos tiranizados pela metáfora. Na linguagem dessa metáfora, não posso me movimentar para fora dela. (PB §49)

Esse trecho nos mostra o quão enganador se revela a concepção de *representação* enquanto “imagens dos objetos em nosso espírito”, o que se exprime aqui é uma maneira “metafórica” de caracterizar as representações, de tomá-las por aquilo que elas *essencialmente* não são: apenas meras imagens. O problema do “uso” dessa “metáfora” é que ela pode nos tiranizar, poderíamos ficar presos à ideia (imagem/ metáfora) de que nossas representações são fundamentalmente imagens.

Obviamente, é possível dizer que a imagem “representa” um evento físico, que ela indica um objeto do qual ela é imagem. Entretanto, representar é mais do que “criar uma imagem no espírito” e ver se ela é compatível com seu objeto. Pelo contrário, em sentido primário, representar diz respeito ao ato de utilizar determinada imagem como “símbolo” de um objeto específico, o que permite verificar se a imagem se adéqua ou não ao seu simbolizado. A “memória como fonte”, caracterizada como *representação*, tem de ser tomada como fundamento de toda verificação e não como uma imagem verificável por outros elementos independentes dela própria. Ora, se a memória é condição necessária para que uma imagem possa ser verificada por um evento físico passado, então, ela não pode ser submetida às determinações temporais physicalistas:

Deve redundar em contrassenso se se pretende falar, com a linguagem dessa metáfora, acerca da lembrança como fonte de nosso conhecimento, como verificação de nossas proposições. Pode-se falar de eventos presentes, passados e futuros no mundo físico, mas não de representações presentes, passadas e futuras se, por representação (*Vorstellung*), não se designa novamente algum tipo de objeto físico (talvez agora uma imagem física, em vez do corpo), mas precisamente o presente. (PB §49)

A metáfora de que a memória é apenas uma imagem, pode levar ao contrassenso de querer falar sobre aquilo que é fundamento de toda e qualquer imagem, aquilo que é condição necessária para as determinações temporais da física (passado, presente e futuro) e que, portanto, não pode ser dito. Pretender falar sobre a “memória como fonte” é tentar especificar em qual “ponto do tempo” a representação se forma, é querer dizer de que maneira a “imagem mnemônica presente” se constitui enquanto “atividade representativa” de um evento pretérito. Entretanto, o ato de representar não “está no tempo”, como se fosse uma ação que poderia

estar no presente, tanto quanto no passado ou no futuro. A representação é uma *atividade essencialmente presente*, não no sentido em que se contrapõe ao passado e ao futuro, mas sim naquela acepção de presente da fenomenologia, que se identifica como condição de possibilidade das determinações temporais da física. Em sentido primário, presente e memória fundamentam o aspecto representativo de nossas imagens, a possibilidade de verificação de nossas proposições e, no fim das contas, enquanto aspectos atemporais do “decurso das vivências imediatas”, constituem aquilo que possibilita à física fazer “conjecturas” acerca dos eventos no tempo.

A temporalidade do “primeiro sistema” retrata aquilo que Wittgenstein atribui à fenomenologia nos anos de 1929-1930, o papel de *só estabelecer possibilidades* (Ms 105, p. 5; PB §1c), isto é, o tempo fenomenológico destina-se à totalidade do campo de possibilidades em que a física pode especificar as suas determinações temporais. Embora a diferença entre os modos de expressão temporal da física e da fenomenologia não induzem a “um erro na simbolização do mundo”, eles não podem ser misturados. São modos de expressão radicalmente diferentes, que se relacionam de maneiras distintas ao mundo. A física faz um recorte (imagem) do mundo, correto ou incorreto, que estabelece que um evento pode ser tomado como presente, passado ou futuro. A fenomenologia também se direciona ao mundo, mas de outro modo, pois não visa circunscrever no interior da temporalidade da física uma possibilidade a ser representada, e sim a totalidade atemporal do possível, que Wittgenstein nomeia ao final da seção §49 de *mundo da representação* (*Welt der Vorstellung*)<sup>16</sup>.

Devemos agora examinar o modo como as *Bemerkungen* correlacionam os termos presente e memória, tendo em vista aquilo que poderia caracterizá-los enquanto formas do “mundo da representação”. Essa correlação surge na sequência do texto do Capítulo V, na

---

16 O termo “*Welt der Vorstellung*” já aparece na seção §47 relacionada à “forma da percepção”. Abordaremos essa temática com mais detalhe na seção 2.1 de nosso trabalho, a partir do debate entre Idealismo, solipsismo e realismo nas *Bemerkungen*. Sobre a relação entre “mundo da representação” e o “tempo do primeiro sistema”, bem como, a relação dessas expressões com o idealismo, realismo e, principalmente, solipsismo Cf.: STERN, 1995, seção 5.4 “The Word as Idea”. O ensaio de Prado Neto (2017b) além de detalhar essas relações, também traça um paralelo entre o “eu” do solipsismo e as considerações a respeito da “linguagem do déspota” presentes no capítulo VI das *Bemerkungen*.

caracterização da memória como um “ver/perceber no passado”, como “percepção contínua” cujo ponto final é o “presente”.

Em um primeiro momento, na seção §50, Wittgenstein expõe a ideia de “ver no passado” enquanto um “critério” para a possibilidade da relação entre imagem e passado: “Se a memória não é um ver no passado, como sabemos nós então em absoluto que ela deve ser interpretada com relação ao passado?” (PB §50). Essa “visão no passado” qualifica a memória como “fonte do tempo”, enquanto forma essencial do mundo das representações. Sem esse aspecto fundamental da memória, seria impossível determinar o modo como uma imagem deveria ser interpretada a partir de sua relação com o passado, redundando no problema de saber se a imagem mnemônica se refere ao passado ou ao futuro. Enquanto único critério para a determinação do vínculo entre imagem e passado, a memória não pode “falhar”, “apagar-se aos poucos” como no caso da memória concebida enquanto imagem. Se rememorar (em sentido primário) conduzisse a um erro ao relacionar imagem e passado, seria necessariamente um erro inevitável, já que o único acesso ao passado tem de ser fundamentado pela memória. Conforme exploramos anteriormente, a memória “como fonte” não é ela própria passível de verificação, como se fosse uma imagem de um evento físico “verdadeira” ou “falsa”; pelo contrário, ela é a *razão* da verificabilidade, o campo de possibilidade representacional das imagens. Lembrar envolve uma “visão” no passado, uma “percepção” que estabelece uma relação imediata entre passado e imagem mnemônica, o que é completamente diferente quando se toma o termo “memória” pela própria imagem. Aqui a relação entre imagem e evento pretérito não é diretamente estabelecida e, portanto, necessita de algo além da própria imagem para adequá-la àquilo que ela pretende representar. A memória “como fonte” estabelece um vínculo essencial, sem mediações, permitindo que a imagem seja imediatamente interpretada com relação ao passado.

Em um segundo momento, a seção §50 parece caracterizar o “decurso das vivências imediatas” a partir do vínculo essencial entre presente e memória ou, melhor dizendo, é a ideia de “presente pontual” relacionada à de memória como “percepção contínua” que fundamenta o conceito de tempo do primeiro sistema:

Se se pergunta “que vivência está na base do conceito de tempo, da suposição de um tempo?”, o que se deve responder? — Trata-se da memória, caso haja um presente pontual, ou se trata de uma percepção contínua, da

qual um ponto terminal é o presente, e que se pode num sentido mais lato chamar também de memória. (PB §50c)

Como vimos anteriormente, a ideia de que a temporalidade no mundo do dado é constituída apenas por um presente pontual “puro” era descartada desde as primeiras anotações dos manuscritos e das seções §48 e §49 das *Bemerkungen*, onde o tempo era determinado tanto pelo aspecto “presentista” do dado, quanto pelo aspecto fluido (contínuo, sucessivo, mutável) com que as vivências são dadas e pela possibilidade de acessar o vivido passado. De fato, os textos anteriores já apontavam que a concepção de um “presente pontual” dissolvia a ideia de tempo, não apenas aquela própria das determinações temporais da física, mas também a atemporalidade do mundo do dado. Esta última, revela-se sob as formas do fluxo incessante das vivências e do presente instantâneo que, além de serem condições para a verificação de nossas proposições, embasam a temporalidade da física. A memória enquanto fonte, cujo aspecto fundamental revela-se sob a forma de uma “percepção contínua”, parece consolidar a correlação entre fluxo e presente como determinação da forma temporal do dado. Mas como devemos compreender o “presente pontual” e sua relação com a memória enquanto “visão no passado”? A bem dizer, trata-se ainda de compreendermos melhor a ideia de “instante” da corrente da vida e, além disso, falta-nos compreender mais precisamente a “continuidade das vivências” a partir da ideia de memória.

Enquanto forma do mundo da representação, a característica essencial da memória consiste no acesso imediato ao passado e sua relação “contínua” com o presente, isto é, o elo entre passado e presente expressa-se na *sucessividade* com que os fenômenos foram dados. O aspecto “contínuo” com que a memória representa o decurso das vivências imediatas, revela uma “sequência ordenada” de fenômenos cujo “ponto final” é o presente. Embora, nas *Bemerkungen*, Wittgenstein não utilize o termo “ordem” para denominar a “forma sucessiva” da memória, a ideia de uma percepção contínua é exatamente essa. Se lembrarmos das páginas iniciais dos manuscritos, o primeiro sistema era caracterizado como “temporalmente ordenado”, ao mesmo tempo que fundamenta e se distingue da ordenação dos eventos da física. A ordem do primeiro sistema é determinada por “imagens presentes nos sentidos” e “imagens presentes da memória”, o que permite a “construção” do segundo sistema, cuja base é a ordem temporal dos fenômenos que é apresentada de maneira completamente diferente no sistema da física (Ms 105, p. 86 e 88). A ideia de que o tempo da memória enquanto fonte

configura uma ordem, é retomada no *The Big Typescript* (1933): “O tempo não é um espaço de tempo/período de tempo (Zeitraum) mas sim uma ordem” (BT §105, p. 363). Desse modo, a sucessividade da memória enquanto “percepção no passado” possibilita expressar uma ordem fundamental que não pode ser reduzida à ordem temporal do passado, presente e futuro da física (um espaço ou pedaço de tempo). Mas como caracterizar essa ordem do primeiro sistema? A ordenação da memória se mostra no modo como os fenômenos são dados sucessivamente, um após o outro, no “decorso das vivências imediatas”.

Poderíamos pensar que a ordem fluída do primeiro sistema nasce da memória como uma sucessão partindo do presente em direção ao passado. Nesse caso, teríamos a concepção de presente enquanto algo que nos é dado em um instante da corrente da vida, mas que nos escapa e resta apenas a sensação de que “o presente desaparece no passado sem que possamos impedi-lo” (PB §52). A fugacidade do presente parece incorporar o aspecto sucessivo do fluxo da vida, na medida em que, a cada instante a vivência presente se extingue e, no instante seguinte, outra vivência “se coloca” na posição presente. Por sua vez, a memória incorpora a totalidade dessas vivências que *estavam* presentes enquanto “pontos” sucessivos (que vieram um após o outro) e que *agora não estão no presente*, de tal forma que a memória caracteriza a possibilidade de acesso à totalidade das vivências passadas ou, dito de outro modo, a memória é a condição de possibilidade para a representação da totalidade daquilo que *estava* presente. A “sensação” de constante fuga do presente para o passado, impossibilitando a sua apreensão, tem certa ligação com a dificuldade já apresentada na seção §48, de que as nossas proposições “têm de ter a comensurabilidade com o presente” mas elas “não podem ter isso”. No que toca essa dificuldade, partindo da relação entre as seções §48 e §52, poderíamos aceitar que: embora o fenômeno seja dado no instante presente e, por esse motivo, a necessidade de nossas proposições serem por ele verificadas, uma vez que o presente é apenas um ponto instantâneo do fluxo fenomênico, mal “construímos” uma proposição e o instante nos escaparia, impossibilitando a determinação do sentido proposicional. O mesmo problema se colocaria no caso da memória, pois ela incide justamente no evento que já não está presente e, portanto, acessível apenas por meio de uma imagem.

Na verdade, essa dificuldade caracteriza tão somente um problema para a filosofia, algo que aflora quando se pretende *falar* acerca das condições formais da linguagem e do mundo:

É notável que, na vida comum, nunca nos ocorre a sensação de que o fenômeno nos escapa, o fluxo constante das aparências, mas apenas quando filosofamos. Isso aponta na direção de que aqui se trata de um pensamento que nos é sugerido por uma utilização errônea de nossa linguagem. (PB §52a)

Ao pretender *dizer algo* acerca dos fundamentos da linguagem e do mundo, a filosofia acaba por fazer um uso errôneo de nossa linguagem. Em consequência desse “mau” uso, somos levados à ilusão de que “o tempo flui” descreveria a forma/possibilidade do movimento ou da mudança (PB §§52b-c). Com efeito, “tudo flui”, “nossas proposições são verificadas em instantes”, “a memória é fonte do tempo” e outras “sentenças” do mesmo tipo nos conduzem a contrassensos. Essas “concepções” ilusórias provenientes da utilização errônea de nossa linguagem são caracterizadas pelas “metáforas” de que o “presente desaparece no passado sem que possamos capturá-lo” e de que “a memória é essencialmente uma imagem do passado”. Se ficarmos presos a essas metáforas, podemos ser levados a “duas consequências” dramáticas para a concepção de tempo: i) seria impossível à proposição acessar o presente pelo qual ela deveria ser verificada, já que ele é instantaneamente dissolvido pelo fluxo da vida (“Tudo flui”); ii) a própria ideia de “fluxo” seria colocada em xeque, pois, se não temos acesso ao passado ou se ele é acessado de maneira sempre duvidosa pelo conteúdo da imagem mnemônica, então, a característica sucessiva de que as vivências foram dadas uma após a outra, partindo do presente em direção ao passado, perde completamente a consistência. Fixar-se nessas metáforas conduz à ilusão filosófica de querer *dizer algo* sobre o “decorso das vivências imediatas”.

Um outro modo de esclarecer a dificuldade de “querer dizer algo” sobre a forma do dado, consiste na possibilidade de sermos “tiranizados” pela metáfora do projetor, ao confundirmos a temporalidade do primeiro sistema com a do segundo. A ideia de que “o presente nos escapa incessantemente em direção ao passado sem que pudéssemos capturá-lo” ilustra a confusão entre os dois sistemas temporais, pois, como aponta Wittgenstein: “aqui nos servimos de fato da imagem de uma fita que passa incessantemente diante de nós e que não podemos deter” (PB §52b). O problema consiste em tomar a imagem “de um presente que nos escapa” como condição formal da mudança, o que seria descrito pelas palavras “o tempo flui”. No entanto, além de ser impossível descrever a forma do “fluxo das vivências”, a imagem da “fita que passa incessantemente” corresponde àquilo que seria próprio da

temporalidade do segundo sistema. O problema emerge ao tentarmos descrever a “corrente da vida” e, ao fazê-lo, somos levados a tomar aquilo que é próprio da película cinematográfica (temporalidade da física) por aquilo que se passa na imagem projetada (tempo fenomenológico) - tomaríamos o desenrolar do filme enquanto decurso das imagens na tela.

A partir do esclarecimento da metáfora do projetor, Wittgenstein nos mostra que aquilo que é uma condição possível de certo âmbito não pode ela própria ser uma possibilidade; traduzindo para as considerações sobre o tempo nas *Bemerkungen*: aquilo que é condição da temporalidade não pode estar no tempo, isto é, a forma essencial da mudança (movimento) não pode ela própria ser uma mudança (movimento). De maneira similar, a memória sofria de uma “confusão filosófica” parecida: ao tomar a memória como imagem pela memória enquanto fonte, somos levados a acreditar que a representação consiste em uma imagem mais ou menos fiel do passado, quando na verdade é a própria memória enquanto ato de representar que fundamenta a relação entre imagem e passado – nesse sentido, a memória não pode ser descrita e não pode se submeter às determinações temporais da física.

Não obstante à impossibilidade de dizer algo sobre os fundamentos do mundo e da linguagem, de algum modo, aquilo que é essencial para a concepção de tempo *se mostra* no uso de nossas proposições. A ideia de memória enquanto percepção contínua – cujo ponto final é o presente – *exprime (mostra)* a maneira como os fenômenos são dados e a possibilidade de representá-los pela linguagem: eles são dados *um de cada vez* e a possibilidade de representá-los deve seguir essa *ordem sucessiva* pela qual eles são vivenciados. Mesmo que tenhamos acesso total às vivências pretéritas, esse acesso não faz com que “revivamos” o passado – o passado não nos é dado uma segunda vez – e nem que possamos representar a sua totalidade de uma só vez. Tal como o fluxo do mundo em que as vivências são dadas uma após a outra, assim as nossas proposições são verificadas, elas se aplicam uma de cada vez ao presente; e se elas visam representar o passado, elas não podem representar a sua totalidade em um único instante, mas devem poder ter acesso à totalidade das vivências passadas para poderem representá-las do mesmo modo como elas foram anteriormente dadas, uma vivência após a outra. Representar caracteriza apenas a relação de um sinal com o seu sinalizado, seja aquilo que é dado nos sentidos, seja aquilo que é possível ver/perceber por meio da memória. Essa visão da memória não faz com que a vivência seja dada novamente, mas sim a possibilidade de sua representação, isto é, o uso possível do sinal

com relação a um evento que já não é dado no presente. Aqui estamos tentando acompanhar o comentário de Prado Neto:

[...] o evento que será recordado é dado numa perspectiva temporal como presente; mas, quando ele é “acessado”, “visto” a partir de outra perspectiva, ele não é dado “uma segunda vez” e “de um modo diferente”(nem nos é dado um seu substituto): ele é apenas *representado*, isto é, *figurado*, representado *proposicionalmente*. [...] (PRADO NETO, 2003, p.74)

Eu devo ter “acesso” ao passado todo, no sentido de que é a totalidade do filme já projetado (das imagens-na-tela, e não dos fotogramas) que constitui o mundo, aquilo que há para ser representado; mas esse passado “não é”, no sentido de que só há uma imagem na tela a cada vez. (Ibid., p.75)

A partir da leitura proposta por Prado Neto, podemos compreender que o fenômeno é dado por meio da perspectiva temporal do presente, mas, no instante seguinte ou num outro instante mais longínquo do decurso das vivências, ele pode ser acessado a partir de outra perspectiva, em que ele é “visto” como passado. Nesse sentido, o fenômeno passado não pode ser dado “uma segunda vez”, de modo que a possibilidade de o acessar é determinada pela forma sucessiva da memória: a “realidade” do passado consiste na possibilidade de representá-lo proposicionalmente e não pela possibilidade de constituir uma “nova vivência”. No “agora” podemos ter a perspectiva daquilo que é dado no presente ou daquilo que podemos representar pela memória como passado (que não é agora dado nos sentidos). A partir da concepção de “perspectivas temporais” proposta por Prado Neto, a sucessividade da forma temporal do primeiro sistema pode ficar mais clara. Enquanto uma percepção contínua, a memória mostra a totalidade das vivências que podem ser acessadas em sequência, de modo sucessivo; isso revela que cada vivência *foi* dada em *uma perspectiva temporal* presente e que, *em um outro instante*, ela pode ser acessada *somente* a partir de uma *outra perspectiva*, que já não pode mais caracterizá-la como “dado no presente”, mas que pode ser representada, contanto que *as representações obedeçam uma ordem*.

As consequências que esses aspectos do tempo fenomenológicos acarretam para a filosofia, bem como para a possibilidade de constituir uma linguagem que os apresentassem de maneira completamente perspicua, examinarei na seção 2.2 e no capítulo subsequente de meu trabalho – quando analisada, respectivamente, as dificuldades acerca do solipsismo e da possibilidade de uma linguagem fenomenológica. A seguir, meu texto se concentrará em mais dois aspectos, aparentemente inconciliáveis, que emergem da concepção de tempo do

primeiro sistema tal como apresentado na §51: por um lado, tal como a tela do cinema, o dado é caracterizado enquanto constante presente – ele não se contrapõe ao passado e ao futuro –, o que parece delimitá-lo pela *finitude* do instante; por outro lado, a possibilidade de “pré-formar” os eventos da física, de ver o “futuro como pré-formado”, está assentada na temporalidade do primeiro sistema, na medida em que é da “*essência* do tempo não se interromper”.

### 1.13) *Finitude e infinitude temporal*

A finitude do mundo dos dados, tal como já anunciamos acima, consiste no aspecto do presente pontual, determinado pela efemeridade com que o fenômeno é dado na corrente da vida. Com efeito, o desvanecer do instante, o seu aspecto finito e “não durável”, aponta para a sucessividade com que as vivências são dadas, o modo contínuo pelo qual uma vem após a outra em direção ao passado. A partir dessa perspectiva, não poderíamos pensar que a memória também seria finita? Se fosse possível demarcar um ponto na totalidade da memória como a “primeira lembrança” e se fosse possível delimitar o presente como ponto final dessa percepção contínua, então, não seria possível demarcar um ponto inicial bem como um ponto terminal de nossa memória? Com isso, não poderíamos concluir que a finitude do tempo do primeiro sistema consistiria nesse começo e fim? Não em sentido fenomenológico. A demarcação de um início e um fim para o decurso das vivências imediatas parece resultar numa divisão não essencial naquilo que foi vivido, isto é, mais uma vez se confunde aquilo que é próprio do primeiro sistema e aquilo é próprio do segundo sistema. Mas isso apontaria para uma concepção infinita do mundo dos dados? Algo como uma temporalidade infinita em que poderíamos fazer inserções finitas de tempo – p.ex., circunscrevendo pontos que estão ou estavam presentes nos sentidos? Como veremos a seguir, essa concepção de infinito também não poderia configurar aquilo que é próprio dos dados, embora Wittgenstein aponte para uma maneira de caracterizar a realidade fenomênica como “finita” e “infinita”. As reflexões sobre a finitude/ infinitude do tempo além de aprofundarem as observações sobre a forma dos dados, principalmente no que diz respeito ao seu aspecto sucessivo, elas destacam a impossibilidade de estabelecer uma métrica para o tempo, fornecendo um valioso panorama

para, mais tarde<sup>17</sup>, compreendermos as considerações sobre o tempo apresentadas no capítulo VII das *Bemerkungen*<sup>18</sup>.

Além da concepção de que é da “essência do tempo não se interromper (*nicht abzureißen*)” (Ms 105, p. 86; PB §51), responsável por introduzir a característica “interminável” do mundo do dado no início do período intermediário, Wittgenstein reforça ainda mais esse ponto ao colocar a questão sobre a possibilidade de compreender o tempo como infinito e a possibilidade de determinar o seu fim:

O tempo primário é infinito (*unendlich*)? I.é., é ele uma possibilidade infinita (*unendliche Möglichkeit*)? Mesmo que ele seja apenas preenchido até onde a memória alcança, de maneira nenhuma se diz que ele é finito. Ele é infinito no mesmo sentido em que o espaço tridimensional (visual e Espaço do movimento) o é, ainda que de fato eu possa ver apenas até as paredes do meu quarto. Pois o que eu vejo pressupõe a possibilidade de uma visão em distâncias maiores. I.é. eu poderia apresentar o que vejo corretamente apenas através de uma forma infinita (*unendliche Form*).

É possível pensar o tempo com um fim ou com dois fins? (Ms 106, pp. 29-31; PB §140a)

Essa passagem parte da distinção entre aquilo que é apresentado de maneira finita pela memória e daquilo que nela podemos reconhecer de infinito. À primeira vista, recordar caracteriza uma “determinação finita” na relação entre representação e evento pretérito, isto é, o *modo* como a memória é “preenchida”, o campo de seu “alcance”, estabelece a *maneira* pela qual é possível representar o passado. Wittgenstein esclarece que a forma de representação da memória é semelhante à do espaço visual (tridimensional): o fenômeno visual me é dado a partir de sua “finitude visível” ou, melhor dizendo, a finitude do fenômeno visual mostra a impossibilidade de determinar os limites precisos daquilo que é visto – embora eu só veja “até as paredes de meu quarto” e, portanto, nada além do que “preenche” o espaço visual, isso não quer dizer que este preenchimento impõe um limite para o espaço. É nesse sentido que a ideia de infinito determina essencialmente a possibilidade do campo de visão, pois, mesmo que apenas um fenômeno apareça em meu campo visual, “preenchendo” finitamente aquilo que

17 O que será tema do Capítulo II de minha tese.

18 No geral, esta seção de nosso trabalho persegue a linha interpretativa desenvolvida por Guilherme Ghisoni da Silva na seção 1.5 (“A finitude da memória e o estatuto não-quantitativo do tempo primário”) de sua tese de doutorado (cf.: SILVA, 2011, pp. 73-81). Ghisoni mostra que a possibilidade infinita do tempo primário revela a impossibilidade de dimensioná-lo e, no fim das contas, é essa característica “não-quantitativa” da realidade fenomênica que impede a sua descrição fenomenológica – a partir de uma linguagem completamente isenta de arbitrariedades (cf.: SILVA, 2011, p. 73 e pp. 117-118).

vejo, a possibilidade de ele me ser dado é constituída a partir da possibilidade infinita de eu ver ainda mais longe. Analogamente, a minha memória “vê” (representa) agora aquilo que me foi dado no passado, de modo que ela é “finitamente preenchida”; mas isso não estabelece um limite preciso para o alcance de minha memória, pois a própria rememoração encerra a possibilidade de “ver” ainda mais além na sucessividade com que os fenômenos me foram dados. Um outro modo de dizer a mesma coisa: embora eu represente apenas um evento passado de cada vez, a memória encerra em si a possibilidade de representar infinitamente o passado.

A redação final das *Bemerkungen* suprime um trecho importante dos manuscritos que compunha a passagem supracitada, em que finito e infinito – a possibilidade de estabelecer um limite temporal para a realidade fenomênica – são abordados pela relação entre a minha vida e a morte: “Não posso pensar a morte como fim de meu tempo? Ou eu teria que dizer que minha vida primária é um ilhéu no tempo?” (Ms 106, p. 31). Em primeiro lugar, a investigação dos aspectos temporais das vivências imediatas não pode ser guiada pelas determinações temporais da física que nada “influenciam” no campo do vivido; pelo contrário, enquanto forma fundamental das vivências, as considerações sobre o tempo primário têm de, ao fim e ao cabo, tratarem da vida e da morte. É sobre essa “situação extremada” que repousa a questão acerca da possibilidade de estabelecer um fim para o tempo: no limite, delinear um término da temporalidade das vivências consiste em apontar para o próprio fim da vida, para morte? Mesmo se considerarmos a morte como significando o fim do *meu* tempo, poderíamos determinar com precisão quando ele acaba, encerrando assim a minha vida? Por outro lado, tal como aponta o texto em questão, poderíamos pensar a “totalidade” de minha vida primária, no que tange o seu “início” e “fim”, enquanto uma ilha temporal rodeada pelo oceano de uma temporalidade maior – talvez “infinita”.

O segundo ponto importante da comparação entre tempo e vida primária consiste na referência direta que Wittgenstein faz ao “eu”. Esse apontamento incide sobre a legitimidade de determinar um limite para a *minha* vida (o tempo das vivências “primárias”) a partir da morte ou se, pelo contrário, uma temporalidade infinita delimitaria as minhas vivências – como se a minha vida fosse um pedaço de tempo envolto em um tempo ainda maior e sem fim. A segunda alternativa parece estar ligada à concepção de infinito da física, uma temporalidade que pudesse delimitar claramente o ponto inicial e o ponto final de minha vida;

aqui o termo “eu” poderia ser caracterizado como um fato no interior do mundo a partir de sua existência restrita pela temporalidade infinita. Nesse caso, o “eu” seria um fato passível de descrição temporal, isto é, a minha vida estaria reduzida a uma totalidade de eventos (uma ilha) delimitada por uma “totalidade” de eventos ainda maior. Já a primeira alternativa talvez possa ser comparada ao “preenchimento” da memória ou do espaço visual. Embora a rememoração consista apenas em representações finitas do passado, ou que no campo de visão é dado apenas objetos visuais finitos, o infinito se revela a partir da *possibilidade* de “ver além”, de que essa representação ou esse objeto visual *não podem* delimitar a continuidade da memória e do espaço visual. De maneira semelhante, se a morte pode ser “vislumbrada” como o “fim” de minha vida, isso não quer dizer que ela possa impor um limite para a continuidade das vivências, como se fosse possível apontar a partir da morte iminente que “esta” ou “aquela” vivência é a derradeira, pois a possibilidade de uma “próxima” vivência ser dada está inscrita na própria possibilidade daquilo que me é *agora* dado.

A ideia aparentemente paradoxal de que a vida deveria ser considerada ao mesmo tempo como uma realidade finita e como uma possibilidade infinita, parece recuperar alguns aspectos daquilo que Wittgenstein entende como “sentimento do mundo enquanto totalidade limitada” e “atemporalidade da vida sem fim” apresentada no *Tractatus*<sup>19</sup>. Por um lado, o sentimento “Místico” de “*que o mundo é*” (TLP 6.44) caracteriza aquilo que é fundamental para a existência de todo e qualquer mundo possível, o que determina “*como o mundo é*” (Ibidem.). Os limites que o sentimento místico “intui” como sendo do mundo (*Die Anschauung der Welt*; TLP 6.45), consistem nas fronteiras formais em que a totalidade dos fatos (o mundo) está circunscrita, isto é, a forma lógica dos objetos simples circunscribe a totalidade do mundo delimitando assim a possibilidade de existência de todos os fatos. Para além desse limiar não há um mundo possível, mas apenas o “nada” impossível de ser alcançado – ao nos dirigirmos para o “nada”, perdemos-nos e, ao invés de “construirmos” proposições com sentido a partir das formas que delimitam a totalidade do mundo, levaríamos a nossa linguagem a contrassensos insolúveis.

---

19 Ainda que nossa leitura possa não ser completamente compatível com a de Ghisoni, é a partir da relação que ele estabelece entre o *Tractatus* e o período intermediário de Wittgenstein, no que toca a temática do infinito e finito temporal (Cf.: SILVA, 2011, pp. 75-78), que pudemos desenvolver o nosso texto.

Por outro lado, ainda que Wittgenstein aponte para a morte como um “acabar do mundo” (TLP 6.431), o cessar de minha vida, a ideia de um presente atemporal caracteriza a impossibilidade de estabelecer um fim para a vida (TLP 6.4311). À primeira vista, a morte deveria apontar para um “limite” de meu mundo, já que ela “não é um evento da vida. A morte não se vive” (Ibidem.). Embora a morte se coloque como algo inevitável, ela não pode ser tomada como um fato dentre outros – e, por assim dizer, como “o último de todos os fatos” – que demarcaria o “fim de minha existência”, pois, se isso fosse possível, eu teria de ser capaz de “viver a minha morte”. Mas, talvez, mais do que isso. A morte não pode ser tomada enquanto uma daquelas condições formais para a determinação do mundo, até porque essas condições não apontam para o epílogo lastimoso de minha vida, pelo contrário, elas mostram as possibilidades de existência dos fatos. A morte não é uma condição necessária para a determinação daquilo que no mundo pode existir, ela o faz findar, interrompendo o seu “campo de existência possível”.

Se a minha leitura faz algum sentido, então, a impossibilidade de estabelecer um fim para a vida revela que nela se inscreve o campo total daquilo que pode ser vivido: que a realidade é limitada pela totalidade da forma dos objetos simples, mostra a possibilidade infinita de conceber outros mundos. Aqui Wittgenstein estabelece mais uma analogia com o campo visual: “nossa vida é sem fim, como nosso campo visual é sem limite” (Ibidem.). Podemos ver a totalidade do campo visual ou a totalidade determinada de objetos visuais que nele se encontram, mas isso, longe de implicar um limite, mostra a possibilidade de “expandir” indefinidamente aquilo que vejo – se eu quebrasse as paredes do meu quarto, talvez, eu pudesse ver o jardim e o horizonte ensolarado para além da minha cama. Algo similar ocorre com a vida de quem vive no presente: aquilo que vivo é dado no *presente* enquanto uma realidade total, e fora dele é impossível me ser dada *agora* qualquer outra vivência; entretanto, esse presente não é limitado pelo seu cessar – pela morte sempre a espreitar-me a cada instante – pois nele próprio se configura a *possibilidade* de me ser dada outras vivências ilimitadamente. Nesse sentido, a vida revela-se como eterna, como um presente atemporal sem fim (Ibidem.).

A característica fundamental da atemporalidade de um presente sem fim, conforme exposta no *Tractatus*, é recuperada nos textos do período intermediário de Wittgenstein que tratam a questão da infinitude do tempo. A sequência do trecho das *Bemerkungen*, comentada

anteriormente, aponta para a possibilidade inscrita no “*agora*” da ocorrência de eventos no passado e no futuro:

O que *agora* pode acontecer, teria podido também acontecer anteriormente e poderá sempre acontecer no futuro, se o tempo permanece como ele é. Mas isto não depende de uma experiência futura. O tempo tem *agora* em si a possibilidade de todo futuro. [...] (Ms 106, p. 35; PB §149b)

O espaço do movimento humano é infinito, assim como o tempo (Ms 106, p. 37; PB §149c)

A ideia fundamental de que no *agora* é possível determinar o que poderia ter ocorrido e o que poderá ocorrer, manifesta o aspecto sem fim do presente: não no sentido de tomar o “*agora*” como uma realidade infinita em que, de alguma maneira, poderíamos delimitar um “antes” e um “depois” – até porque a concepção de uma realidade infinita presente onde pudesse ser circunscritas uma parte finita do passado e outra do futuro, parece ser completamente descabida –, mas, ao se findar a cada instante, o “*agora*” não depende de outra realidade cuja a experiência o delimitaria; pelo contrário, ele comporta em si a possibilidade infinita tanto na direção do passado quanto na direção do futuro. “Ter *agora* em si a possibilidade de todo futuro” mostra a forma temporal essencial às minhas vivências, na medida em que a instantaneidade de cada uma delas não encerra em si o “mundo da vida”, mas revela a possibilidade desse mundo continuar. A realidade fenomênica não pode caracterizar um limite para os dados – a vida é sem fim como o campo visual é sem limite – e não pode ser tomada como uma “extensão” infinitamente grande. A ordem do mundo de nossas vivências é atemporal, uma condição formal do movimento que não é, ela própria, um movimento (não está no tempo, não é uma vivência) e se expressa na possibilidade infinita inscrita no *agora*, que corre tanto em direção ao passado (o que acontece *agora* poderia ter acontecido anteriormente) quanto em direção ao futuro (tem de sempre poder acontecer posteriormente).

O infinito caracteriza, portanto, uma possibilidade e não uma realidade. Se houvesse uma realidade infinita no mundo dos dados, essa realidade teria de me ser dada, por assim dizer, eu teria de ser capaz de vivê-la. Uma experiência (*Erfahrung*) enquanto vivência dos fatos tem de ser tomada apenas como finita (PB §138b), isto é, no que diz respeito ao tempo, toda experiência me é dada de cada vez, aquilo que *agora* me é dado no presente é uma vivência finita. Todavia, a partir de um sentido “estendido” do termo experiência, poderíamos

dizer que “os objetos *contêm* o infinito” (Ibidem. *die Gegenstände enthalten das Unendliche*). Essa “experiência” do infinito consiste naquilo que se exprime (mostra) na própria experiência de uma vivência finita, esta consiste numa realidade que, uma vez existindo, poderia muito bem não existir, ou ainda, sendo agora uma ocorrência presente, poderia muito bem ter ocorrido no passado ou no futuro de maneira *ilimitada*. A experiência finita do vivido imediato *contém* a “experiência do infinito”, na medida em que mostra a forma pela qual infinitas vivências *podem* me ser dadas no tempo. Para essa concepção, finito e infinito “não concorrem” entre si; enquanto condição de possibilidade de minhas vivências o infinito consiste em não excluir “essencialmente nenhum finito” (Ibidem.).

A possibilidade de representação de uma vivência no tempo não lhe garante nenhuma realidade, apenas revela uma propriedade interna (o tempo é concebido como “intencionalmente infinito”; PB §143c,f) da forma temporal pela qual as vivências me são dadas de maneira ilimitada – e, nesse sentido, a minha vida é sem fim. No que toca cada uma de minhas vivências, elas determinam um tempo preenchido e, portanto, constituem uma “realidade delimitada”: elas me são dadas agora uma a após a outra, isto é, a cada instante uma vivência me é dada na “posição” do presente. Entretanto, o que se mostra em cada uma dessas vivências é que elas encarnam a possibilidade infinita do decurso do tempo, que não podem reduzir a minha vida a uma totalidade limitada ou impor um fim para minha vida, mas contêm em si uma condição formal da continuidade do tempo. O infinito enquanto propriedade interna do tempo não aponta apenas para a forma pela qual as vivências me são dadas no presente, mostra também uma condição formal que é própria do passado: o fato de minha memória ser preenchida por uma vivência passada de cada vez revela que eu represento o passado de maneira limitada; todavia, uma vez que essas representações encarnam a forma do tempo, elas mostram a possibilidade infinita de preencher ainda mais a memória, o que não aponta para “o passado infinito preenchido como realidade” (PB §143b), e sim para a possibilidade de preenchê-lo ilimitadamente – lembremos que a memória também é caracterizada como uma “sucessividade”, cuja a forma revela a maneira pela qual cada uma das vivências passadas me foram dadas, mostrando a possibilidade de rememorá-las infinitamente.

Enquanto condição de possibilidade para que as minhas vivências sejam dadas, a atemporalidade sem fim de minha vida não pode ser representada por palavras, ela se mostra

na maneira sucessiva pela qual as minhas vivências são dadas, uma de cada vez, em meu mundo. A tentativa de delimitar o mundo do dado a partir de proposições revela-se impossível, é uma maneira ilusória de conduzir a nossa linguagem e que nos leva a contrassensos insolúveis comuns à filosofia. No que se segue de meu texto, analisarei a crítica que Wittgenstein empreende contra a “pretensão filosófica” de falar acerca das condições de possibilidade da linguagem e do mundo. Levando em consideração a temática do tempo, o meu trabalho examinará as passagens do Capítulo V das *Bemerkungen* que mostram como as palavras “Tudo flui” e “apenas a vivência do instante presente tem realidade” não dizem nada a respeito da forma temporal do mundo – o que neutraliza a pretensão filosófica de falar acerca desse tema. Uma vez que essas “ilusões filosóficas” estão relacionadas ao problema do solipsismo instantaneísta – uma espécie de “vertente radical” de solipsismo relacionada ao tempo, que toma como realidade apenas o dado presente –, também fará parte de nosso itinerário a apresentação do debate entre idealismo, solipsismo e realismo.

## **1.2) A questão do tempo no debate entre subjetividade e objetividade**

### **1.21) Notas sobre idealismo, solipsismo e realismo em Wittgenstein (primeiro e intermediário)**

Os termos “idealismo” e “realismo” ocorrem poucas vezes e são pouco desenvolvidos no texto das *Bemerkungen*. A seção §55b os introduz enquanto “nomes metafísicos” pelos quais se pretende *dizer* algo a respeito da essência do mundo: “‘Realismo’, ‘idealismo’, etc, já são de antemão nomes metafísicos. I.é., eles indicam que seus defensores creem poder declarar algo determinado sobre a essência do mundo” (PB §55b). À primeira vista, as “teses” idealista e realista são “dissolvidas” do mesmo modo como, tanto no *Tractatus* quanto nas próprias *Bemerkungen*, Wittgenstein dissolve o problema do solipsismo. Em 1921, a pretensão do solipsismo é caracterizada por querer dizer “os limites de minha linguagem *significam* os limites de meu mundo” (TLP 5.6), entretanto, a análise completa das proposições de minha linguagem deveria, ao fim e ao cabo, mostrar que aquilo que o solipsismo pretende significar com os termos “eu” e “meu/minha” não podem constituir um sentido proposicional, impossibilitando a descrição dos limites da linguagem e do mundo.

Embora as *Bemerkungen* abandonem a ideia de que a partir de uma análise completa das proposições fosse possível “constituir” uma notação completamente perspicua, capaz de descrever a totalidade dos estados de coisas de maneira clara e de evitar os contrassensos provenientes do mau uso de nossa linguagem, a princípio, em 1929-1930, Wittgenstein segue um caminho tipicamente tractariano para “desarmar” a tese solipsista: “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (a consequência última do solipsismo) quer dizer algo sobre a essência do mundo, o que de nenhuma maneira “se deixa dizer” (PB §54d). Mas se o problema do solipsismo – bem como, do idealismo e do realismo – parece ser tão “facilmente” dissolvido, bastando a simples indicação de que a pretensão de descrever os limites do mundo já colocaria, de antemão, o solipsismo como um “nome metafísico” (uma “ilusão filosófica”), por qual motivo Wittgenstein sempre volta, desde os textos anteriores ao *Tractatus* até os posteriores às *Bemerkungen*, a essa dificuldade?

Mais do que apontar a maneira pela qual as ilusões filosóficas são extirpadas da linguagem, relegando ao silêncio as aspirações metafísicas da filosofia, talvez seja importante reconhecermos em que medida as próprias teses de Wittgenstein poderiam conduzi-lo aos “tradicionais erros filosóficos”. Isso não quer dizer que, no primeiro Wittgenstein e no período intermediário de sua filosofia, podemos encontrar a “tentação” enfrentada pelo filósofo para não sucumbir ao “fantasma da metafísica”; mas sim que a retomada frequente de certos “temas metafísicos” (idealismo, solipsismo e realismo) nos diferentes períodos do pensamento wittgensteiniano, podem indicar uma “avaliação crítica”, revelando não apenas os limites e as dificuldades do discurso filosófico em geral, como também as próprias limitações das reflexões de Wittgenstein – ou, pelo menos, apontar os problemas a serem “contornados” pelo filósofo. Dito por outras palavras, talvez a maneira pela qual Wittgenstein expõe a sua concepção de linguagem e de mundo poderia abrir margem para interpretá-la pelo viés “idealista”, “solipsista” ou “realista”, sendo então necessário desarticular esse tipo de consequência metafísica de seu próprio percurso filosófico.

Podemos conjecturar de que maneira esses “nomes metafísicos” se engendram na filosofia wittgensteiniana a partir dos textos anteriores ao *Tractatus*, em que Wittgenstein descreve o seu itinerário filosófico:

O caminho que percorri é este: o idealismo separa do mundo, como único, as pessoas, o solipsismo separa somente a mim e, por fim, eu vejo que eu

também pertenço ao resto do mundo, por conseguinte, de um lado *nada* resta, de outro *o mundo* como único. Assim o idealismo rigorosamente refletido conduz ao realismo. (NB, 15.10.16)

Começamos pela caracterização do solipsismo e do realismo para, depois, partirmos para a especificidade do idealismo. Por um lado, o solipsismo aponta para o aspecto único do “eu” em relação ao mundo, em que o sujeito equivaleria a uma realidade única impossível de ser determinada pelos fatos e, portanto, completamente independente do mundo. Por outro lado, é impossível pensar em algo que estaria em uma posição “única” para além do mundo, isto é, o que resta para além da totalidade dos fatos é o *nada* impossível de ser alcançado. Aquilo que se apresenta como “único” é o próprio mundo impossível de ser transposto e, nesse sentido, o aspecto “único” do eu (e, na perspectiva idealista, também das pessoas) deve pertencer ao resto do mundo.

Mas esse pertencer ao restante do mundo não reduz o “eu do solipsismo” a um fato dentre outros, passível de representação proposicional. A singularidade (o aspecto único) do eu pode ser remetido às passagens anteriores dos *Notebooks* – e que constituem os aforismos sobre o solipsismo do *Tractatus* – em que o tema da coincidência entre solipsismo e realismo é tratado de maneira mais direta: “Aqui se vê que o solipsismo rigorosamente levado a cabo coincide com o puro realismo. O Eu do solipsismo se reduz a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele” (NB 2.9.16 e TLP 5.64). O ponto sem extensão a que se reduz o “eu” não caracteriza um fato que carrega em si a possibilidade de ser descrito por uma proposição. Enquanto um ponto sem nenhuma “densidade factual” (no interior ou para além do mundo) é possível reportar “como *Eu* encontro o mundo” (NB 2.9.16), o que revela a impossibilidade de nesse relato fazer alguma referência ao “eu” – uma descrição do “eu” faria sentido apenas se ele fosse tomado enquanto um fato e, com isso, ele perderia a sua característica fundamental de “limite”. Por outras palavras, o “eu” é uma condição de possibilidade para a representação dos fatos, um limite irreduzível à linguagem e ao mundo (Ibidem. e TLP 5.641), um sujeito que “pensa e representa, mas não existe” (NB 20.10.16 e TLP 5.631). O solipsismo coincide com o realismo, pois, em primeiro lugar, enquanto limite do mundo, o “eu” não restringe a possibilidade dos fatos, apenas deixa em aberto o campo da realidade possível, ao mesmo tempo em que mostra a *ponto inextenso de convergência* pelo qual cada uma dessas possibilidades é *coordenada/representada*. Em segundo lugar, por

pretenderem descrever aquilo que caracteriza as condições necessárias do mundo, de um lado, uma “pura subjetividade” e, do outro, uma “pura objetividade”, o “solipsismo” e o “realismo” são “ilusões filosóficas” que levam a contrassensos insuperáveis.

As consequências da dissolução do solipsismo e do realismo são as seguintes: i) se Wittgenstein mostra que o *sujeito que pensa e representa* determina um limite da linguagem e do mundo, é necessário esclarecer que essa caracterização do “eu” não adere à concepção de subjetividade do solipsismo, tese que pretende descrever os fatos a partir da perspectiva única do “sujeito” – na medida em que, para o solipsismo, o “eu” e as “*minhas representações*” são a *única realidade*. ii) Além disso, se o mundo consiste na objetividade dos fatos sem a existência do ponto de vista privilegiado do sujeito, isso não quer dizer que Wittgenstein filiasse ao realismo e, com isso, procure relegar qualquer objetividade das (minhas) representações; pelo contrário, na medida em que a representação proposicional determina uma possibilidade de existência nos fatos, o ato de representar tem de apontar para traços objetivos do mundo – como, por exemplo, no caso da proposição negativa, que ao representar a não existência (fato negativo) de uma determinada situação, aponta para uma realidade objetiva no mundo, isto é, está inscrita na própria estrutura do fato tanto a possibilidade de sua existência quanto a possibilidade de sua não existência e, portanto, a possibilidade de representá-lo objetivamente de maneira “positiva” ou “negativa”. Desse modo, ao se debruçar sobre o solipsismo e o realismo, tomando o caminho que vai de um para o outro enquanto seu próprio percurso filosófico, Wittgenstein não apenas opera uma dissolução dessas “teses”, como também esclarece a sua própria concepção de linguagem e mundo, de representação e fato, de subjetividade e objetividade.

O caso do “idealismo”, como passo anterior ao solipsismo e ao realismo, é um pouco mais difícil de circunscrever, já que, exceto o dia 15.10.16, Wittgenstein não faz uma única referência direta a esse termo no primeiro período de sua filosofia. É também verdade que, depois, no período intermediário, o idealismo está quase sempre associado ao solipsismo, como se eles constituíssem o mesmo “nome filosófico”<sup>20</sup>. Entretanto, tal como indica a passagem dos *Notebooks* (15.10.16), é possível apontar para certa especificidade da “perspectiva idealista” no itinerário de Wittgenstein e que, de alguma maneira, tem de ser

---

20 Para indicar exemplos dessa aproximação, podemos tomar algumas passagens do período intermediário. Cf.: Ms 108, p. 190; BT §§102 e 103; WLC (1930-1933), pp. 275 e 294.

dissolvida. Talvez uma das primeiras indicações de que esse caminho trilhado por Wittgenstein poderia levá-lo ao idealismo, possa ser endereçada às últimas páginas das *Notes dictated to Moore in Norway* em abril de 1914:

Pelo fato de que eu vejo que um ponto está a esquerda de outro, ou que uma cor é mais escura que a outra, parece seguir que assim é; e se é assim, isso somente pode ser se houver uma relação *interna* entre os dois; e podemos expressar isso dizendo que a *forma* do último é parte da *forma* do primeiro. Nós podemos dar um sentido à asserção de que leis lógicas são *formas* do pensamento e espaço e tempo são *formas* da intuição. (NM, p. 117)

À primeira vista, essa passagem mostra que as formas da intuição (*espaço e tempo*) determinam a forma como os fatos estão no mundo, isto é, o fato de eu ver de uma certa maneira a relação entre os pontos no espaço ou uma distinção de tonalidade entre as cores no meu campo visual, determina uma relação interna entre os fatos, mostra que “assim eles são”. Isto posto, é possível dizer que a forma dos fatos está submetida às formas do pensamento e da intuição. De acordo com essa posição, poderíamos dizer que ela “expressa” uma caracterização “idealista” enveredada por Wittgenstein? Além disso, talvez esse primeiro momento rapidamente desemboque no solipsismo, não apenas porque, nesse trecho, as “formas da intuição” estão associadas ao modo como “eu vejo” um ponto ou uma cor no espaço visual, mas também pelo fato de que, na página seguinte, Wittgenstein recusa a ideia de que a proposição “eu acredito que p” indicaria a possibilidade de descrever a simplicidade do “eu” tal como seria possível descrever a simplicidade de “p” (NM, p. 118). Se avançarmos no percurso filosófico trilhado por Wittgenstein, um outro ponto poderia sugerir essa especificidade do idealismo e sua relação imediata com o solipsismo, quando os *Notebooks* apresentam a descrição da contemplação do braseiro a partir de meu mundo: ao contemplá-lo, “eu” o tomo como meu mundo. Essa redução de um fato ao meu mundo, consiste em reduzir os fatos ao mundo das representações presentes e, portanto, de tomá-las enquanto única realidade (NB, 8.10.16)<sup>21</sup>.

No caso do *Tractatus*, ainda que a etapa do idealismo seja suprimida do “itinerário filosófico” de Wittgenstein, a ideia de que as formas da “nossa percepção” ou de “nossa linguagem” determinariam o fato percebido/descrito parecem estar embutidas na etapa do

---

21 O comentário de Prado Neto a essa passagem aponta para uma possível relação entre *Notebooks* e *Bemerkungen*, no que se refere às considerações sobre “mundo das representações” e “solipsismo instantaneísta”. Cf.: PRADO NETO, 2017b, pp. 130-132.

solipsismo. Todavia, um aforismo anterior às passagens referentes ao solipsismo poderia apontar para uma “tese” próxima do “idealismo”: “perceber um complexo significa perceber que suas partes constituintes estão, umas para as outras, assim e assim” (TLP 5.423); o exemplo utilizado por Wittgenstein consiste na percepção de um cubo, em que ao olharmos primeiramente para certos vértices, poderíamos determinar um modo específico de ver o cubo; caso olhássemos para certos outros vértices, poderíamos determinar uma outra maneira específica de ver o cubo; assim, revela-se que “o que vemos são dois fatos diferentes” (Ibidem.). À primeira vista, tomando esse aforismo isoladamente, teríamos uma caracterização “idealista” da relação entre mundo e linguagem, uma vez que cada um dos modos de apresentação (visão) do cubo resulta em diferentes fatos figurados por nossas proposições – e, seguindo essa perspectiva, poderíamos dizer que o aforismo 2.1 também encarnaria a tese do idealismo: “Fazemos para nós figuras de fatos”<sup>22</sup>. Entretanto, o primeiro Wittgenstein não sustenta a pertinência de uma postura “idealista”; se, de alguma maneira, ela pode ser “vislumbrada” no percurso filosófico do *Tractatus*, quase que imediatamente ela se desmancha. Não há um modo de representação privilegiado dos fatos capaz de ser descrito pela linguagem, que pudesse isolar a maneira única pela qual as “pessoas” (*die Menschen*; NB 15.10.16) figuram os fatos ou o aspecto privilegiado pelo qual “eu” significo o mundo (TLP 5.6). Por outras palavras, se fosse possível destacar como único as formas de nossa/minha linguagem, essa singularidade teria que ser tomada como um fato dentre outros fatos investigados pela “psicologia superficial de nossos dias” (TLP 5.421). Mas se se pretende falar “não psicologicamente” do “eu” (TLP 5.641), das formas fundamentais de nossa linguagem, é necessário esclarecer por meio do processo de análise lógica de nossas proposições (a descrição total do mundo tal como o encontro, TLP 5.631) que esse “eu” não existe, que essa palavra não encontra o seu significado no mundo.

As *Bemerkungen* retomam o ponto de coincidência entre idealismo, solipsismo e realismo, a partir de um procedimento próximo aos textos do primeiro Wittgenstein: ao tentarem dizer algo sobre a essência do mundo, esses “nomes metafísicos” identificam-se por

---

22 É válido sublinhar duas coisas: i) que essa figuração se mostra completamente esclarecida na análise completa das proposições usuais; ii) que esse esclarecimento não vai contra a compreensão da linguagem comum, mas vai ao seu encontro, pois “se sabemos, por razões puramente lógicas, que deve haver proposições elementares, deve sabê-lo quem quer que entenda proposições em sua forma não analisada” (TLP 5.5562).

proferirem contrassensos. Não obstante essa continuidade no tratamento dos “nomes metafísicos” pelos textos do primeiro Wittgenstein e do período intermediário de sua filosofia, há dois elementos que emergem nas *Bemerkungen* e que permitem uma abordagem diferente daquela anteriormente apresentada: i) uma vez que o projeto de uma notação especial (linguagem fenomenológica) é abandonado nas *Bemerkungen*, a eliminação dos contrassensos que surgem do mau uso de nossa linguagem não pode ser o resultado de uma tal notação; ii) o período intermediário apresenta o solipsismo a partir de sua vertente mais radical, intimamente relacionado à temporalidade do mundo dos dados – “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB §54d) –, o que revela que as considerações acerca do “eu” e do “tempo” têm de, em algum momento, ser tratadas em conjunto. Antes de examinarmos a “consequência” última do solipsismo, a sua coincidência com o realismo e a eliminação desses “nomes metafísicos” sem o apoio de uma linguagem fenomenológica, é importante sublinharmos em que medida a etapa inicial daquele “itinerário filosófico” se apresenta nas *Bemerkungen*: a primeira seção do Capítulo V parece explorar as concepções de “mundo”, “representação” e “linguagem” a partir dos nomes metafísicos “realismo” e “idealismo” – ainda que eles não sejam propriamente “nomeados” no início do Capítulo V.

O ponto de partida da seção §47 parece ser o do idealismo, pois Wittgenstein realça o modo como as formas da percepção coincidem com as formas de “nosso mundo”:

Que não nos surpreendamos em nada, quando olhamos à nossa volta, circulamos no espaço, sentimos nossos próprios corpos, etc, isso é o que mostra o quão essas coisas são naturais para nós. Não percebemos que vemos o espaço em perspectiva ou que a imagem visual é em algum sentido borrada na proximidade das bordas. Isso nunca nos surpreende e não pode nunca nos surpreender, pois esse é o modo da percepção. Nunca pensamos nisso, e isso seria impossível, pois não há nenhum contraponto à forma de nosso mundo. (PB §47a)

A forma pela qual percebemos o mundo coincide com aquilo que Wittgenstein chama de “o modo de percepção”. Por ser a condição necessária que possibilita percebermos o mundo, não podemos perceber, pensar ou representar a forma/modo da percepção. Isso revela-se no caso da percepção do objeto espacial: a possibilidade de um objeto nos ser dado no espaço, consiste no modo “perspectivo” (tridimensional) pelo qual o percebemos, e isso não quer dizer que sejamos capazes de perceber, tal como um objeto no interior desse espaço, a sua forma “perspectivada”. Suponhamos que fosse possível pensar a “forma da percepção”, então,

ela deveria ser “contraposta” a outra forma possível, como se elas pudessem concorrer entre si em uma disputa para especificar a forma “mais fundamental (verdadeira ou real)” da determinação dos dados. Ainda levando em consideração essa suposição, uma forma que poderia se opor à “forma da percepção” é a forma do mundo, de tal modo que ela colocaria em disputa uma forma da realidade completamente independente da percepção. Entretanto, por serem necessárias, a forma da percepção e a forma do mundo não podem ser contrapostas; pelo contrário, enquanto condições de toda realidade, elas têm que confluir uma na outra. O surpreendente da passagem supracitada é que o ponto fundamental dessa “confluência” parece ser revelado pelo “nós”, de que é impossível pensar uma oposição entre forma de *nossa* percepção e forma de *nosso* mundo.

No parágrafo seguinte da seção §47, Wittgenstein evidencia que o “nosso mundo” é caracterizado enquanto “mundo das representações”, isto é, as considerações sobre a coincidência entre forma da percepção e forma do mundo garante certa realidade às nossas representações (*Vorstellungen*, PB §47b). Em oposição a essa concepção, há aqueles que “atribuem realidade apenas às coisas” (*ibidem.*) e pretendem tomar as representações como algo secundário. Mas logo essa posição tipicamente realista se apresenta, Wittgenstein mostra que ela é falha: absorto na tese de que a única realidade são as coisas, o realista não compreende que o seu campo de “ação” (movimento) e de sua “vontade” (ansiar) não podem extrapolar o mundo das representações. Talvez, a tentativa de formular “apenas as coisas são reais” já leva à impossibilidade de tal tese, pois o realista não compreende que ela é formulada a partir da linguagem, a partir de uma perspectiva em que as nossas representações ocupam um papel central, em certa medida, constituindo a própria realidade.

O que podemos extrair do início da seção §47? A adesão de Wittgenstein ao idealismo enquanto tese absolutamente oposta ao realismo? Não. Como veremos a seguir, a realidade de nossas representações não consiste em algo que, de fora do mundo, pudesse determinar a realidade das “coisas”; pelo contrário, representação e mundo confluem, de tal modo que a realidade de um é determinada, limitada, pela realidade do outro.

Poderíamos dizer que a tese idealista “ganha voz” na seção §47 da seguinte maneira. Aquilo que é dado pela forma da percepção, que determina a obviedade da *vida* (a singularidade dos dados), é o que se pode representar e, portanto, aquilo que constitui a

realidade de nossas representações. Obviamente, por serem o fundamento de nossas vivências, os modos de representação não podem ser eles próprios representados, por assim dizer, vividos: é algo com que nunca “me quebro a cabeça” (o impensável), aquilo que “não se pode e nem se quer ir” (Ibidem.). A tentativa de pensar aquilo que é próprio da obviedade da vida, parece ser o resultado da pretensão de descrever os limites da linguagem e do mundo, de “delimitar e destacar o mundo na linguagem” (ibidem.). É exatamente por estar absorvido pela ideia de que um aspecto do real é determinado pelo modo figurativo de *nossa* linguagem, que o idealismo pretende tomar enquanto única realidade as *nossas* representações. “O que não dá certo”, pois, se a linguagem “só pode significar o mundo”, isso constitui um aspecto óbvio, essencial, que não pode ser destacado pela representação proposicional. Ao “restabelecer” realidade ao mundo, esclarecendo que é impossível “conceber uma linguagem que não apresente (*darstellt*) este mundo” (ibidem.), a seção §47 parece dissolver possíveis “anseios idealistas” no tratamento do aspecto representativo de nossa linguagem e sua relação com o mundo.

Se minha leitura faz sentido, não poderíamos pensar que o debate entre aquilo que é próprio de nossas representações e aquilo que é próprio do mundo se encontra, como pano de fundo, nas outras seções do Capítulo V das *Bemerkungen* (aquelas que já observamos no decorrer deste capítulo de minha tese)? Quero dizer, anteriormente, quando nos detivemos nas questões sobre a temporalidade primária, pudemos identificar o esforço de Wittgenstein em esclarecer o tempo enquanto forma essencial dos dados e fundamento das determinações temporais da física, ao mesmo tempo em que, esse esclarecimento não poderia resultar em uma descrição de tal temporalidade; a pretensão de descrever a forma temporal dos dados não poderia reduzir o caráter formal do tempo a uma daquelas teses que privilegiam ou as nossas representações ou as coisas? Em certa medida, os textos que sucedem a seção §47 parecem “privilegiar” a vertente idealista da linguagem, parecem apontar para a prioridade de nossas vivências (o modo de percepção do dado): “a atemporalidade do mundo do dado pode ser descrita?”, “a possibilidade de verificar nossas proposições em instantes da corrente da vida”, “a memória enquanto representação das vivências passadas” e a “impossibilidade de determinar um começo ou um fim para as nossas vivências”, não privilegiam a forma temporal de nossa vida (dos dados), em contraposição às coisas, como fundamental para o mundo?

Obviamente que, como já vimos, essas “sentenças” sobre o tempo se dissolvem a si mesmas em suas “formulações contrassensuais”: elas não dizem nada e, mais do que nada dizer, mostram que a tentativa de delimitar a essência temporal do mundo por meio da linguagem é impossível. A tentativa de descrever a forma pela qual os fenômenos são dados no tempo parece caracterizar uma “vertente metafísica” de querer dizer algo sobre a essência do mundo, uma tentativa de “destacar” a forma de nossa experiência imediata. Dito de outro modo, as considerações presentes nas seções §§48-52 poderiam ser lidas como uma “crítica” à tentativa de reduzir inteiramente a temporalidade do dado à nossa forma pessoal (humana) de percepção, aquilo que, segundo a nossa leitura, Wittgenstein compreende como a “pretensão do idealismo”. Talvez, esse modo de compreender o problema do tempo a partir de uma espécie de desarmamento da tese idealista é o que se apresenta na seção §52, em que a *imagem* (no sentido de *metáfora*) do fluxo das aparências nos dá a sensação de que “o presente nos escapa sem que possamos impedi-lo” (PB §52b) ou de que a “memória fosse em sentido primeiro algo como uma imagem um pouco fraca e incerta daquilo que originariamente tivemos diante de nós em plena clareza” (Ibid. §52d). Essas duas imagens advêm de um uso errôneo de nossa linguagem, quando filosofamos, quando tomamos a forma temporal dos dados pela “imagem de uma fita que passa incessantemente diante de nós e que não podemos deter” (Ibid. §52a-b). O desenrolar do filme caracteriza o segundo sistema temporal, a *natureza espaço-temporal* da linguagem comum, isto é, enquanto apenas *um modo de descrição* das aparências, o sistema temporal da *física* não configura nenhum problema. A dificuldade aflora quando a filosofia pretende descrever a forma lógica da mudança e do movimento (*o tempo do primeiro sistema*) a partir das determinações da física, como se essa forma essencial fosse tal como *um* movimento específico, aquele de “desenrolar a fita de nossa linguagem”.

A linguagem fenomenológica poderia desempenhar o papel de “expressar” a forma temporal dos dados, não a partir de uma descrição, mas por meio de uma notação que mostrasse em sua estrutura gramatical o modo como as vivências são dadas. Nesse caso, por meio de uma análise completa das proposições usuais seria possível eliminar o “uso errôneo”, “ilusório”, o caráter afetivo (PB §53a) com que a filosofia compele nossa linguagem, isto é, aquele uso das palavras que conduz às formulações contrassensuais do idealismo, solipsismo e realismo. Mas essa linguagem primária, “desnecessária” desde as primeiras linhas das

*Bemerkungen*, não existe enquanto contraposta a “nossa linguagem comum, a secundária” (Ibidem.), embora essa contraposição possa ser pensada na medida em que na linguagem primária “não se poderia expressar nenhuma preferência por certos fenômenos em detrimento de outros; ela teria de ser por assim dizer absolutamente *objetiva*” (Ibidem.). Desse modo, o esclarecimento do uso de nossas proposições, eliminando os contrassensos que sobrevêm de um emprego proposicional errôneo (ilusório ou afetivo) dos sinais, não pode ser alcançado pela constituição de uma notação especial (linguagem fenomenológica); mas é no esclarecimento “direto” de nossas próprias proposições sem o auxílio de uma tal notação, eliminando a preferência (idealista, solipsista ou realista) por este ou aquele aspecto da realidade fenomênica, que poderíamos determinar uma certa “objetividade” de nossa linguagem.

O caso paradigmático da crítica à palavra “dados do sentidos”, apresentado na seção §216, poderia lançar luz ao problema da “falta de objetividade” de nossa linguagem. Esta palavra leva a crer que, por exemplo, a “aparência de uma árvore” determinaria a *única* apresentação linguística (*sprachliche Darstellung*) para a descrição da “árvore” e, portanto, que essa seria a descrição essencial (PB §216). A pretensão de tomar este modo de descrição como único, parece conduzir àquela “valoração” idealista, uma vez que aquilo que essa descrição apresenta seria tomado como única realidade, isto é, *apenas* aquilo que se apresenta nessa descrição pode ser tomado como *primário*. Entretanto, esse aspecto “valorativo” da postura do idealismo em relação ao modo de apresentação do mundo não se revela em nossa linguagem. Por assim dizer, a nossa linguagem não tem preferência por esse ou aquele modo de apresentação, uma predileção por certa maneira de descrever o mundo. Tal é o caráter “isento” de nossa linguagem em relação a essa ou aquela apresentação: ela pode descrever o mesmo evento pelas apresentações “árvore” e “a árvore aparece-me” sem que, com isso, ela fosse forçada a tomar partido do “realismo” ou do “solipsismo”. O problema é eleger um desses modos de apresentação como único, de querer tomar um deles como primário, ao mesmo tempo em que se quer considerar os outros modos como secundários. A decisão sobre o que é primário e o que é secundário, sobre qual modo de apresentação é único, condiz apenas aos aspectos “valorativos não essências” de nossa linguagem, aquilo que a conduz aos “erros” e “ilusões” típicos daqueles “nomes metafísicos”. Fora isso, a nossa linguagem está

completamente conectada com aquilo que é essencial à apresentação do mundo, com aquilo que é importante para o conhecimento.

A linguagem comum em si mesma não peca por sua “falta de objetividade”, ela é completamente objetiva. O idealismo, solipsismo e realismo pretendem demarcar aquilo que é absolutamente objetivo em nossa linguagem, mas, ao fazê-lo, eles apontam para algo inessencial aos nossos modos de apresentação do mundo, aquilo que se revela absolutamente *subjetivo*. Por sua vez, a linguagem fenomenológica deveria deslindar, através de uma notação mais clara, aquilo que nossa linguagem apresentaria objetivamente e, com isso, extirpar aquilo que a conduziria a um “subjetivismo”. No entanto, se nossa linguagem não apresenta nada além daquilo que é primário, objetivo, ela não necessita de outra linguagem para livrá-la daquelas valorações subjetivas próprias da metafísica. Por si mesma, a linguagem comum tem de ser capaz de esclarecer os usos ilusórios feitos dela própria; nesse sentido, a possibilidade de contrapor a nossa linguagem à linguagem fenomenológica não consiste no “confronto” entre esses dois simbolismos, mas na preservação da “ideia” de fenomenologia a partir dessa “comparação”, pois, caso houvesse uma linguagem primária, ela não poderia expressar “nenhuma preferência por certos fenômenos em detrimento de outros” (PB §53a). Como não há uma linguagem primária, a nossa linguagem tem de salvaguardar, nela própria, a ideia de “não privilegiar certos fenômenos” para manter a sua objetividade.

### **1.22) Solipsismo e temporalidade nas *Bemerkungen***

Caso uma linguagem fenomenológica existisse, ela deveria mostrar em sua estrutura completamente analisada a essência do mundo. O esclarecimento do que é essencial para a realidade fenomênica, por meio de um simbolismo perspicuo, teria uma dupla vantagem: i) por não ter a pretensão de destacar uma vivência “preferida” em detrimento de outra, ele seria completamente objetivo; ii) conseqüentemente, tal simbolismo mostraria que aqueles nomes metafísicos, que pretendem dizer algo sobre a essência da vida, nada dizem, mostrando que eles reduzem a linguagem a meros contrassensos ou a determinações meramente subjetivas das vivências – o que pretendem destacar se reduz a um ponto de vista contingente, inessencial, da realidade fenomênica.

Todavia, uma vez que a notação fenomenológica não existe (ou não é necessária), a linguagem comum tem de esclarecer em sua própria estrutura a forma essencial do mundo, evitando o uso errôneo de nossas palavras. O termo “aplicação da linguagem” é introduzido na seção §54 como elemento fundamental para compreensão da possibilidade de esclarecer a essência do mundo, evitando os contrassensos provenientes do mau uso da linguagem sem a necessidade de recorrer a uma estrutura simbólica completamente analisada. Mais do que isso, na medida em que o esclarecimento sobre a essência do mundo envolve o tempo primário, a “aplicação da linguagem” será tratada a partir do aspecto “fluido” e “presentista” da forma do mundo, o que leva Wittgenstein a se debruçar sobre a questão do “solipsismo instantaneista”. Essa vertente “radical” de solipsismo, pretende dizer que a única realidade é a “experiência do instante presente” (§54d). Se o solipsismo “*quer significar* algo inteiramente correto” (TLP 5.62) sobre a essência temporal do mundo, aquilo que, no entanto, rigorosamente não pode ser dito, Wittgenstein terá de mostrar como essa verdade *se expressa* sem recorrer a uma notação completamente perspicua capaz de descrever a integralidade do “mundo tal como o encontro” (TLP 5.631). A dissolução da pretensão solipsista de querer dizer algo sobre a essência do mundo não poderá recorrer ao mesmo procedimento do *Tractatus*, em que se colocava no horizonte filosófico a possibilidade de constituição de um simbolismo lógico habilitado a esclarecer os contrassensos próprios do emprego equivocado de nossas palavras. Nas *Bemerkungen*, a expressão da “verdade” do solipsismo e, portanto, da sua ineficácia em descrever os limites do mundo, terá de ser operada por aquilo que Wittgenstein chama de “aplicação da linguagem”.

A seção §54 vai afastar, em um primeiro momento, a tentativa de dizer algo sobre a forma da mudança (do movimento, PB §52b-c) a partir da expressão “tudo flui”. De maneira semelhante às seções anteriores das *Bemerkungen*, a forma da mudança caracteriza aquilo que é essencial ao mundo e, portanto, algo que não pode ser expresso proposicionalmente: “O que pertence à essência do mundo, a linguagem não pode expressar” (PB §54a); é por não ser possível contrapor à essência “fluida” do mundo uma outra forma da realidade que se revela impossível dizer “tudo flui”: “A linguagem não pode dizer senão aquilo que nós podemos representar também de outro modo” (Ibidem.). Até aqui, nada se exprime de muito diferente no modo como Wittgenstein trata as questões concernentes à forma temporal do mundo fenomênico: como não podemos descrever nada que pudesse se opor ao tempo do dado,

também não podemos descrever uma tal temporalidade, a sua condição de fundamento da realidade é inefável.

Na continuidade do texto podemos ver como o Capítulo V das *Bemerkungen* apresenta as considerações sobre a aplicação da linguagem como aquilo que permite expressar a essência do mundo: “Que tudo flui tem de ser expresso na aplicação da linguagem, e na verdade não em um modo de aplicação, em contraposição a outro, mas *na* aplicação. Naquilo que fundamentalmente chamamos de aplicação da linguagem” (PB §54b). A forma fluida ganha *expressão* necessariamente no modo como as nossas proposições são aplicadas ao mundo, isso não por meio de *uma* notação fenomenológica (um modo de aplicação) que “exibisse” em sua estrutura completamente analisada a maneira como elas se aplicam, mas a própria linguagem comum (*na* aplicação) - com sua estrutura física (espaço-temporal) - tem de mostrar (expressar) aquilo que é essencial ao mundo.

O modo de aplicação é aquilo que faz meros sinais sensíveis serem tomados enquanto linguagem, isto é, “no sentido em que é a aplicação que faz de uma ripa com traços um *metro*. A *aposição* da linguagem na realidade” (PB §54c). A aplicação especifica a natureza simbólica da linguagem, mostra que um aglomerado de sinais pode ser tomado enquanto linguagem apenas se ele puder ser comparado à realidade, se aquilo que ele apresenta consiste no mundo. Essa caracterização apresenta a distinção entre sinal e símbolo por uma via diferente daquela apresentada no *Tractatus*. Em 1921, a determinação daquilo que era estritamente simbólico em nossas proposições, o pensamento (TLP 3.12), mostrava-se de maneira absolutamente clara somente na estrutura das proposições completamente analisadas (TLP 3.201) e, no limite, na constituição de uma notação que obedecesse à sintaxe lógica (TLP 3.325). Já nas *Bemerkungen*, o aspecto simbólico de nossa linguagem não é esclarecido pela estrutura das proposições completamente analisadas, em um modo de aplicação especial. Por ser essencialmente simbólica, a linguagem comum tem de mostrar os modos como ela se “apõe” ao mundo ou, pelo menos, tem de em si mesma fornecer os meios pelos quais ela se aplica à realidade. Levando em consideração o tempo, poderíamos dizer que é na dimensão simbólica de nossa linguagem, em seu próprio modo de aplicação (sem recorrer a um modo de aplicação especial), que a forma fluida da realidade se exprime – a linguagem pode apresentar apenas o mundo (PB §47b) e o modo como ela o apresenta (se aplica a ele) tem como fundamento a forma lógica da mudança.

Embora a introdução do conceito de “aplicação da linguagem” permita com que as *Bemerkungen* desarmem as pretensões metafísicas de dizer algo a respeito da essência do mundo, aparentemente Wittgenstein tem de, por assim dizer, limitar o “uso” desse conceito. Não porque a “aplicação” poderia em si mesma extrapolar o papel que lhe é próprio – o de determinar o emprego simbólico dos sinais –, mas pelo fato desse conceito indicar uma dimensão temporal que se remete ao “eu”, podendo levar à tentação de reduzir os modos de aplicação da linguagem à tese do solipsismo instantaneísta: “Somos tentados a dizer: apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB §54d). Em sua consequência última, o solipsismo pretende descrever a necessidade do ato de aplicação da linguagem ao enfatizar minha experiência imediata e, com isso, tomar as minhas vivências presentes como única realidade.

Evidentemente, o presente que o solipsismo pretende destacar não é caracterizado por sua contraposição em relação ao passado e ao futuro; tal como a imagem na tela do cinema que não é ladeada por outras imagens, aquilo que me é dado no presente não pode ser uma parcela de tempo determinada entre aquilo que me foi dado e aquilo que me será dado. Nesse sentido, o mundo fenomênico não pode levar em consideração questões sobre a memória em sentido secundário, isto é, o tratamento do presente enquanto única realidade não envolve questões sobre a possibilidade de “eu não ter acordado hoje de manhã” ou se “por eu não me lembrar nesse instante de um evento passado, isso quer dizer que esse evento não ocorreu” (ibidem.). Essas questões envolvem o tempo da física, em que o presente pode ser contraposto ao passado (ou a uma lembrança enquanto imagem do passado). Na verdade, nos diz Wittgenstein, o termo “presente” é mal empregado aqui, pois ele sempre faz alusão à temporalidade dos eventos da física – como uma parte temporal delimitada por outras partes (passado e futuro) de um tempo ainda mais abrangente (PB §54e) –, enquanto que o solipsismo pretende delimitar por meio da linguagem da física, por meio de uma palavra que remete a um conceito físico (“presente”), aquilo que não pode ser limitado por nada e que, com efeito, consiste no próprio limite da linguagem e do mundo. Esse aspecto fundamental é o que a aplicação da linguagem denuncia sem nada dizer, o que se expressa no emprego do sinal proposicional. Entretanto, para além de mostrar que a “verdade” do solipsismo não pode ser dita mas se revela na aplicação, parece-nos que o próprio conceito de aplicabilidade é afetado pela caracterização do tempo primário centrado no presente enquanto única realidade.

A consequência última do solipsismo não apenas pretende dizer que a condição de aplicação da linguagem ao mundo se identifica com o “eu”, como também quer dizer que o modo de aplicação de “minha linguagem” é determinado pelo “agora”, pelo presente instantâneo do fluxo de minha vida.

A ideia de que a dimensão simbólica de nossa linguagem se estrutura a partir do presente, já se manifestava em passagens anteriores à seção §54. Em primeiro lugar, aquilo que “agora me é dado” na corrente da vida era caracterizado como a condição necessária de verificabilidade das proposições, isto é, “nossas proposições são verificadas apenas pelo presente” (PB §48b). A comparação da proposição com o metro também era destacada no início do Capítulo V: tal como um metro que mede um objeto a partir do comprimento e de sua corporeidade, a proposição tem de “medir” o dado presente (ser por ele verificada) a partir de seu aspecto essencialmente representativo e de sua natureza física (espaço-temporal). A possibilidade de verificação proposicional é determinada pelo ato de justaposição (aplicação) dos sinais ao presente do mundo do dado, em que a dimensão simbólica do sinal se estabelece no ato de compará-lo à realidade e, assim, especifica-se o modo pelo qual a proposição pode ser verificada por este ou aquele fenômeno.

Além disso, em um segundo momento, as *Bemerkungen* não restringem o campo de aplicação da linguagem e da verificação das proposições tão somente ao presente, embora esse aspecto do tempo primário ainda desempenhe um papel fundamental. Conforme apresentado na seção §49, restringir a verificação ao âmbito “apenas” do presente emerge de uma confusão entre primeiro e segundo sistemas temporais, em que a memória perde a sua característica fundamental de fonte do tempo e é tomada apenas como uma imagem mais ou menos fiel do passado. Se levado em conta o sentido primário, o termo “memória” tem de ser tomado como uma forma de representação do passado, e isso não quer dizer que o fenômeno pretérito me seja dado uma segunda vez, mas me garante acesso imediato a ele enquanto possibilidade representativa. Este sentido “primário” de tomar os termos “memória” e “presente” permitiu-nos introduzir aquilo que Prado Neto (2003, pp. 74 e 75) chama de “perspectivas temporais”: cada fenômeno me é dado em uma perspectiva temporal presente, mas que, no instante seguinte, não pode ser acessado por essa mesma perspectiva, e sim por uma outra que *agora* apresenta um dado diferente como presente. É importante sublinhar, mais uma vez, que a perspectiva do agora instantâneo não impede o acesso ao passado, apenas

mostra que o evento outrora presente não pode ser dado novamente. Na verdade, uma vez que a memória consiste em uma “percepção contínua” cujo ponto final é o presente (PB §50a), ela determina um acesso imediato entre presente e passado, isto é, determina a forma da representação proposicional daquilo que *anteriormente foi* e que *agora* não pode ser dado como fenômeno *presente*. Por esse motivo, uma proposição sobre o passado tem como critério de verificação a memória enquanto fonte do tempo – embora o sinal tenha se constituído no presente, o que verifica uma proposição sobre o passado é a memória enquanto condição representativa do evento que me foi dado.

Aquilo que *não é* agora dado a mim e que, no entanto, pode ser representado, não se exprime apenas por meio da memória enquanto condição formal para a aplicação/verificação do sinal/proposição presente sobre um evento passado<sup>23</sup>, mas também pela possibilidade de representar aquilo que poderá ocorrer. Como vimos anteriormente na seção §140b, tanto a possibilidade de ocorrências passadas quanto de ocorrências futuras se exprime no agora: “o que pode ocorrer *agora*, teria podido ocorrer antes e sempre poderá ocorrer no futuro, se o tempo permanece como ele é. Mas *isto* não depende de uma experiência futura. O tempo tem *agora* em si a possibilidade de todo futuro” (PB §140b). A possibilidade de representação do futuro encontra-se inscrita na natureza da “ocorrência presente”, é o que se exprime na experiência daquilo que me é dado agora. Portanto, representar o futuro não envolve a sua experiência, eu não necessito viver o futuro para poder representá-lo. A possibilidade de representar infinitamente aquilo que pode ocorrer no futuro é determinada pela natureza daquilo que agora me é dado finitamente e, desse modo, a aplicação do sinal naquilo que me é dado no presente exprime a possibilidade de eu poder aplicá-lo da mesma maneira no futuro, o que garante a sua representação sem a necessidade da ocorrência futura me ser agora dada.

O emblemático caso do solipsismo instantaneísta como um daqueles nomes metafísicos consiste em querer destacar os meus dados presentes como única realidade ou, no

---

23 Isto é, que eu seria capaz de aplicar o sinal aquilo que agora me é dado do mesmo modo como eu apliquei no passado. Sobre esse ponto, cf.: SILVA, 2011, pp. 46-47 e, principalmente, PRADO NETO, 2003, pp. 77-79. Para este último comentador, isso mostraria a unidade da linguagem e do mundo, constituindo *uma linguagem e um mundo*, pela fusão de todas as perspectivas temporais (PRADO NETO, 2003, p. 78), o que deveria ser o resultado da constituição da linguagem fenomenológica (Ibid. p.79). Mas, como o projeto de uma linguagem fenomenológica fracassa pela “perspectiva temporal”, essa “unidade da linguagem” se mostra problemática, o que é apresentado no Capítulo VII das *Bemerkungen*. Para mim, o primeiro indício dessa dificuldade já se encontra na seção §54, a partir da “crítica” ao solipsismo instantaneísta. Na sequência de meu texto, apresentarei alguns argumentos sobre esse ponto e, depois, no próximo capítulo, como o problema da “unidade da linguagem” é enfrentado no capítulo VII das *Bemerkungen*.

que toca as questões sobre a linguagem, o solipsista pretende enfatizar enquanto instância última de significação dos sinais o modo como eu aplico a minha linguagem àquilo que é dado no instante presente de minha vida. Entretanto, ao comprometer-se com essa tese, o solipsismo sujeita-se a dois erros/ilusões filosóficas: a) pretende descrever os fundamentos da linguagem e do mundo, o que é indizível; b) além disso, compreende de maneira completamente equivocada a estrutura temporal do mundo dos dados. Sobre esse último ponto, o equívoco se apresenta pela maneira como o solipsismo contrapõe aquilo que é dado no presente de minha experiência imediata, de modo a excluir minhas representações dos dados passados e futuros. Na verdade, o solipsismo não apenas “elimina” a realidade daquilo que posso representar como passado e daquilo que poderá me ser dado no futuro, como também suprime a forma temporal de minhas vivências e da aplicação de minha linguagem. Se a ordem da memória constitui a forma do que agora posso representar como vivência passada e se posso representar o futuro enquanto possibilidade infinita inscrita no agora, é porque elas constituem a própria experiência presente, assim como, o presente constitui a possibilidade de acesso ao passado e ao futuro. Privilegiar um desses aspectos da estrutura temporal do mundo por meio da linguagem, como pretende o solipsismo, consiste em suprimi-la, em reduzi-la a algo completamente destituído de sentido.

Para além dessa compreensão equivocada da expressão da estrutura temporal do mundo, ao privilegiar um aspecto da forma da realidade, o solipsismo vai tomar algo puramente contingente como essencial. Tal como revelado na seção §55a, há fatos “notáveis e interessantes”, apresentados por proposições que “descrevem uma experiência real, que poderia também ter sido diferente, mas que simplesmente é assim”, como por exemplo, “que eu tenha apenas *um* corpo. Que minha sensação nunca se estende para além desse corpo” ou ainda “que eu veja por meio dos meus *olhos*” e “que minha imagem visual esteja quase que incessantemente em transformação” (PB §55a). Embora estes fatos sejam de grande importância para a descrição do meu corpo, de minha sensação, da relação entre os fatos em meu campo visual etc., eles não caracterizam um aspecto fundamental para a compreensão da estrutura formal do mundo; pelo contrário, apesar de serem simplesmente *assim*, tais fatos não são necessários para a experiência descrita, eles poderiam também ter sido *diferentes*, isto é, eles caracterizam uma parcela contingente da realidade que sendo assim descritos, poderiam ser descritos de outra maneira. Quando o solipsismo pretende descrever o “eu” como

condição necessária da linguagem e do mundo, ele faz justamente o contrário: por um lado reduz a linguagem a um mero palavreado sem sentido; por outro, ele descreve aquilo que é factual, quando, por exemplo, toma como significado da palavra “eu” o “meu corpo”, que pode estar num lugar específico e pode ser confrontado com outros corpos no espaço (Ibidem.).

Sobre as relações de verificação entre proposições das “minhas vivências presentes” e proposições sobre o passado, Wittgenstein parece caracterizar modos mais ou menos diretos de determinação do sentido. É o caso da proposição “Júlio César atravessou os Alpes” (PB, 56a). A proposição sobre César descreve algo que, conforme *acredito*, aconteceu a mais ou menos dois mil anos atrás, e eu posso verificar essa proposição de diferentes maneiras. Para “justificar” essa crença, o “porquê” nela acredito, associo a ela diversos elementos para sua verificação: que os restos mortais de César ainda se encontrem em algum lugar, um documento assinado pelo próprio César, o busto de César esculpido em mármore etc. constituem modos de verificação que se conectam “imediatamente com o sentido da proposição acerca de César”. Isso mostra que tudo aquilo que “fortaleceria a crença determina logicamente a natureza da crença” (PB §56b) ou, dito de outro modo, as diferentes maneiras de verificação determinam logicamente a natureza das proposições – “fortalecem” a especificação do sentido proposicional. É claro que o método de verificação da proposição acerca de César é completamente diferente da verificação de proposições acerca de outros nomes próprios, por exemplo, nomes de pessoas vivas (PB §56c). No caso de uma pessoa viva, alguns dos modos para justificação de minha crença acerca dos fatos que aconteceram na vida dela não podem ser os mesmos daqueles de pessoas mortas (por exemplo, atestado de óbito, restos mortais etc.).

As considerações acerca do modo mais ou menos imediato de verificação de “minhas proposições” sobre a “minha experiência presente” e das proposições sobre “eventos passados” não podem levar à posição do solipsismo instantaneista. Que minhas proposições sejam diretamente aplicadas ao instante da realidade fenomênica, não quer dizer que elas descrevem algo além daquilo que me é dado agora, algo como um sujeito (o “eu”) responsável por fixar a aplicabilidade na realidade única do presente. As *Bemerkungen* destacam a impossibilidade de designar um “elemento intermediário” na relação entre linguagem e aquilo que a verifica, ou conforme se questiona Wittgenstein: “Tudo o que quero

dizer não seria que entre a proposição e sua verificação não há ainda um elemento intermediário que media essa verificação?” (PB §56a). Como tentei argumentar ao analisar as considerações sobre o solipsismo: na tentativa de expressar proposicionalmente a sua “verdade”, o solipsismo desarma a si próprio, pois, ou o “eu” e o “instante presente da experiência imediata” são condições de possibilidade da linguagem e não podem ser aplicados (verificados) na realidade, ou eles são termos que significam um evento no mundo, uma determinação da física, o que impossibilita tomá-los como condições necessárias para aplicação/verificação da linguagem. Enquanto essência do mundo e da linguagem, “eu” e “presente” se exprimem no uso (aplicação) dos sinais e, portanto, não podem ser descritos como elementos intermediários que mediam a verificação das proposições com o presente.

## **CAPÍTULO II – O ocaso temporal da linguagem fenomenológica**

*Que é o tempo? Um mistério – inessencial e onipotente. Uma condição do mundo dos fenômenos, um movimento, ligado e mesclado à existência dos corpos no espaço e a seu movimento. Mas, deixaria de haver tempo se não houvesse movimento? Não haveria movimento sem tempo? Perguntas! O tempo é função do espaço? Ou vice-versa? Ou são ambos idênticos? Perguntas demais! O tempo é ativo, tem caráter verbal, “presentifica”. Mas presentifica o quê? Transformação! O agora não é o então; o qui é diferente do ali; pois entre ambos se intercala o movimento.*

(Thomas Mann. *A Montanha Mágica*)

## **2.1) A impossibilidade temporal de uma linguagem fenomenológica e o aspecto não-essencial da estrutura subjetiva da experiência**

Uma vez percorrido os aspectos essenciais do tempo fenomenológico, bem como aquilo que o distingue do tempo da física, somados à falta de necessidade de expressá-lo por meio de uma linguagem fenomenológica (PB §1b), já que não há um simbolismo desse tipo (PB §53a), talvez, pudesse soar estranho o retorno ao tema da possibilidade de uma notação completamente perspicua que tivesse a aptidão de exprimir a estrutura temporal do campo fenomênico. Mas é exatamente essa temática que é retomada no Capítulo VII das *Bemerkungen*, o que nos impõe as seguintes questões: afinal, por que é necessária uma nova avaliação sobre a possibilidade de uma linguagem fenomenológica? E por qual motivo essa “nova avaliação” necessita ser elaborada a partir das considerações sobre o tempo? Os aspectos da temporalidade do dado apresentados no Capítulo V já não forneciam as razões que impossibilitariam a “necessidade” ou a “existência” de uma linguagem fenomenológica?

Um caminho possível para responder essas questões, seria recorrer à estrutura dos manuscritos para esclarecermos a “gênese” dos textos que compõem o Capítulo VII. Nessa etapa dos manuscritos, Wittgenstein está às voltas com o problema de saber se uma linguagem que “se limita apenas aos verificáveis” é possível (Ms 105, p. 108). Ou, dito de outro modo, a linguagem da física descreve o “mundo primário” tal como a linguagem fenomenológica, a única diferença é que ela supõe um modo de apresentação mais prático ou correto (Ibidem.), e o ponto crucial é saber se o “elemento hipotético” comum à linguagem da física é essencial a todo modo de apresentação do mundo (Ibidem.), inclusive aquele que se pretende fenomenológico. O que se segue na sequência dos manuscritos (Ms 105, pp. 108-134; Ms 107, pp 1-6) é que a possibilidade de uma linguagem fenomenológica, cujo projeto havia sido elaborado desde o início do ano de 1929, encontra o seu limite a partir das considerações sobre a temporalidade do primeiro sistema<sup>24</sup>. O resultado dessa análise mostra que é impossível exorcizar o “elemento hipotético” de nossa linguagem, que nem mesmo uma linguagem absolutamente imediata, “colada” à temporalidade do dado, poderia se ater apenas ao verificável.

---

<sup>24</sup> É importante sublinhar que os textos que dão origem ao Capítulo VII são anteriores aos textos que constituem o Capítulo V das *Bemerkungen*; portanto, os escritos do final de 1929 (aqueles que constituem o capítulo VII) caracterizam uma das primeiras e principais razões (e não podemos dizer a primeira e principal?) para a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica.

Mas se centrarmos a nossa leitura no conjunto dos Capítulos V-VII das *Bemerkungen*, cujo núcleo temático está circunscrito pelas considerações sobre o tempo (V), sobre o “eu” (VI) e sobre a relação destes com a inexistência de uma linguagem fenomenológica (não só, mas principalmente VII), talvez, poderíamos apontar para uma dificuldade explorada naqueles dois primeiros capítulos e que, por assim dizer, deve ganhar uma nova formulação: o problema de expressão da subjetividade e da temporalidade, seja por meio de um simbolismo especial ou não. Não que a leitura que estou propondo aqui seja oposta à primeira, pelo contrário, parece-me que ela pode complementá-la. Isto é, tal como se constituiu nos manuscritos, a estrutura do Capítulo VII vai mostrar que a linguagem fenomenológica fracassa em exprimir a forma temporal dos dados: até mesmo esse simbolismo que pretende se ater imediatamente à integralidade do verificável, revela-se hipotético ao se debruçar sobre a temporalidade primária. Mas se situarmos o texto do capítulo VII em relação aos capítulos V e VI, ele não apenas faz referência aos aspectos do tempo anteriormente apresentados, à impossibilidade de uma linguagem fenomenológica e à inexistência do “eu” como portador dos “meus” dados dos sentidos, como também parece recolocar o problema do solipsismo instantaneista. A impossibilidade de uma linguagem completamente objetiva (fenomenológica) que exprimisse a forma temporal do dado, revela o caráter essencialmente hipotético de toda e qualquer linguagem.

### **2.11) A memória colossal e a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica (parte 1)**

As seções §§67-69 e §75 esclarecem o problema da expressão completamente perspicua do tempo a partir de uma *reductio ad absurdum*<sup>25</sup> da linguagem fenomenológica,

---

25 Os comentários de Prado Neto (2003 e 2017c) e de Silva (2011 e 2018) já desenvolvem de maneira bastante esclarecedora o modo como essa redução ao absurdo de uma linguagem fenomenológica (com relação ao tempo) é operada nos manuscritos de 1929-1930 e nas *Bemerkungen*. Por um lado, as seções iniciais (§§67-70) do Capítulo VII vão tratar a linguagem fenomenológica como um simbolismo especial e completamente diferente da linguagem física, uma vez que deveria evitar os elementos hipotéticos que impediriam uma apreensão direta dos fenômenos, levando em consideração o tempo. O resultado é que uma linguagem desse tipo se revela impossível, ela não consegue expressar em sua estrutura a forma temporal do dado (esse é o assunto desta seção de minha tese). Por outro lado, no caso da última seção (§75) do Capítulo VII, é a linguagem física que será avaliada como fenomenológica, se ela poderia de alguma maneira se ater apenas aos verificáveis. Em certo sentido, ela pode apresentar os dados de maneira direta ao isolar os diferentes “espaços” da realidade fenomênica (PB §§71-74) - p.ex. separar o espaço visual do espaço das sensações musculares é o que permite eliminar a alusão de um *proprietário* desses campos da experiência, de um *sujeito* que os portassem (abordaremos esse ponto na seção 3.2). Quando a linguagem da física tenta fazer o mesmo com a forma temporal, revela-se um

isto é, Wittgenstein apresenta os argumentos mais favoráveis para aceitar um simbolismo capaz de exprimir diretamente a forma temporal do dado e que, ao fim e ao cabo, revela-se impossível. O primeiro passo para efetuar essa redução ao absurdo da linguagem fenomenológica consiste na suposição de uma “memória colossal”, que tivesse a possibilidade de acessar a totalidade de minhas vivências passadas:

Suponhamos que eu tivesse uma memória tão boa que pudesse me lembrar de todas as minhas impressões sensoriais. Então nada fala contra que eu as descrevesse. Isso seria a descrição de uma vida (*Lebensbeschreibung*). E por que eu não deveria poder omitir tudo o que é hipotético dessa descrição? (PB §67a)

O que poderia favorecer a possibilidade da descrição completa do mundo dos dados, no caso, aquele mundo que corresponde a totalidade de minha vida, consiste na possibilidade de lembrar totalmente de minhas experiências passadas<sup>26</sup>. Mas se essa caracterização da memória permite com que eu represente a totalidade de minhas vivências, por que afinal essa descrição se revela hipotética? Não pode ser um problema de “esquecimento”, um erro intrínseco à capacidade de rememorar as minhas vivências passadas, na medida em que, por se tratar da memória em sentido primário, uma lembrança não pode me levar a um “equivoco mnemônico”<sup>27</sup>; ademais, a “memória primária” é concebida na seção §67 a partir de seus “plenos poderes”, por meio de sua capacidade de acessar a *integralidade* do anteriormente vivido.

Vale a pena sublinhar que a “memória colossal”, com pleno acesso às vivências passadas, é apresentada nas *Bemerkungen* apenas no VII capítulo e enquanto parte da redução ao absurdo da linguagem fenomenológica. Quero dizer, a memória ela própria é tomada de uma maneira “hiperbólica” que não tem respaldo na realidade fenomênica. Até porque uma marca fundamental do fenômeno é a sua fluidez e instantaneidade; e apelar para uma forma absoluta de retenção dos fenômenos pela memória, seria atribuir características metafísicas

---

elemento hipotético impossível de ser eliminado; diferente das seções §§67-70, não é uma notação especial que fracassa em evitar toda e qualquer hipótese, mas a nossa própria linguagem física que não pode “isolar” a estrutura temporal do dado (esse será o tema de nossa seção 4.2).

26 A seção §67a parece ter uma relação quase imediata com as considerações sobre a memória e o tempo primário desenvolvidas no Capítulo V das *Bemerkungen*; e uma referência – não tão imediata assim – ao aforismo 5.621 do *Tractatus*: “O mundo e a vida são um”, em que a descrição dessa vida consiste no livro do “mundo tal como eu o encontro” (TLP 5.631).

27 Lembremos que a memória é a fonte do conceito de tempo (PB §49), a condição para a representação daquilo que me foi dado no passado (PB §50a).

àquilo que é imediatamente dado na experiência. Pontuar esse caráter “não colossal” da memória fenomenológica é importante para analisarmos os Capítulos II-IV das *Bemerkungen* (capítulo III desta tese), uma vez que há certa ambiguidade no modo como a memória poderia determinar a relação entre expectativa e seu preenchimento. Por um lado, a memória como fonte é o que permitiria determinar que é este o evento que preenche a expectativa (anteriormente construída). Por outro lado, isso que a memória estabelece não poderia caracterizar uma identidade entre os modos de simbolização dos sinais, já que é possível lembrar de experiências passadas, mas não dos atos de simbolização – tais atos não são vivências, não são vivenciados no fluxo da experiência. No que se segue do presente capítulo desta tese, veremos que a memória determina a ordem (antes-depois) pela qual os fenômenos foram anteriormente dados na experiência e, no entanto, não determina a ordem da projeção dos sinais ao longo do tempo. Por assim dizer, a ordem da memória não pode estabelecer formas para *identificar* a relação de simbolização do sinal passado e o sinal presente como tendo *o mesmo uso*.

Mas voltemos à pena da seção §67 e tentemos compreender melhor o uso do artifício da memória colossal nas *Bemerkungen*. A possibilidade de descrição total das vivências passadas também parece, a princípio, não ser um empecilho, não apenas pelo fato de que Wittgenstein afirma na seção §67a que “nada me impede de que eu as descrevesse”, mas também pela suposição de que eu seria capaz de “‘escrever’ essa linguagem – produzir a apresentação – tão rápido quanto vai a minha memória” (PB §67c). Por assim dizer, não teríamos um lapso de tempo entre a produção do sinal e a sua aplicação ao fluxo das vivências rememoradas, isto é, a minha descrição teria a mesma “velocidade” e estaria em sincronia com o passado fornecido pela memória: tenho uma sucessividade de sinais que são produzidos e aplicados conforme se sucedem cada uma de minhas lembranças. Essa ideia já era desenvolvida no parágrafo anterior pela possibilidade de apresentar a descrição a partir de “figuras de gesso”: elas apresentariam as minhas imagens visuais “até o ponto que eu realmente as vi” (PB §67b) e teriam a vantagem de, por esse procedimento, eliminar aquilo que não é essencial para a descrição. O procedimento de apresentação das imagens mnemônicas por meio de figuras de gesso revela aquilo que é absolutamente importante para a produção da descrição, ao que parece, mostra a estrutura sucessiva com que os fenômenos

foram dados – e o restante do que poderia ser acrescentado à descrição produzida (à figura de gesso), seria tomado como inessencial.

Embora seja importante distinguir os conteúdos que as figuras de gesso apresentam – que uma seja redonda e a outra quadrada, que uma seja vermelha e a outra verde, se uma está mais à direita que a outra etc. –, as entradas “b” e “c” da seção §67 tomam como fator fundamental para essa descrição a ordem do tempo. Isso porque a determinação de um conteúdo na realidade fenomênica se revela também pela forma com que os fenômenos foram dados no tempo. Nesse caso, mesmo que possamos dizer que um fenômeno é idêntico a outro e que se distinguem apenas por serem dois, na ordem do tempo eles se diferenciam pelo fato de um vir antes do outro<sup>28</sup>. Uma vez que a produção da descrição é estabelecida na mesma velocidade com que os fenômenos passados são representados em minha memória, aparentemente, não há um “descompasso formal” ou “de conteúdo” que indicasse uma falha no modo como descrevo as minhas lembranças – a memória e a sua descrição têm, à primeira vista, a mesma ordem. “Até aqui”, ao que parece, “tudo vai perfeitamente bem” (PB §67c). Não obstante esse profundo espelhar da estrutura temporal do mundo pela estrutura da linguagem, ainda resta um elemento hipotético impossível de ser eliminado por uma descrição que se pretende completamente perspicua: “Suponhamos, no entanto, que então eu lesse a descrição novamente, ela não é agora ainda assim hipotética?” (Ibidem.).

As seções iniciais do Capítulo VII não deixam de todo claro o motivo pelo qual essa descrição “mais imediata que se deixa pensar” (PB §68a) revela-se hipotética ao final, o “porquê” na sua releitura se esclarece o seu aspecto completamente arbitrário. Isto posto, antes de prosseguirmos com a análise do Capítulo VII, retomaremos aqueles aspectos da temporalidade primária, conforme analisado no primeiro capítulo desta tese, tendo em vista lançar luz sobre a estrutura temporal do dado que impossibilita descrevê-lo de maneira inteiramente perspicua – o que também nos permite compreender uma certa coesão entre os

---

28 Retomei aqui a relação entre determinação formal e “conteudística” apresentada por Prado Neto: “O problema é que a especificação da determinação temporal não é a determinação de um *conteúdo* que distinguiria de outro ‘apenas por ser diferente’ (*Tractatus*, 2.0233), mas é uma determinação formal: duas imagens visuais absolutamente idênticas, mas situadas em instantes diferentes, diferenciam-se não apenas por serem numericamente distintas, mas também pelo fato de que uma vem antes da outra” (PRADO NETO, 2003, p. 94). É exatamente pelo fato de que essa ordem do tempo não consiste apenas em uma individuação de fatos, mas que eles estão dispostos de uma certa maneira, que a linguagem fenomenológica tem de *descrever* as determinações temporais ao invés de *nomeá-las* – é justamente essa descrição que a linguagem fenomenológica não consegue fornecer (Ibid. p. 95). Voltarei à interpretação de Prado Neto ao longo deste capítulo.

textos das *Bemerkungen* que tratam diretamente do tempo, principalmente os Capítulos V e VII.

O caso da “memória colossal” é paradigmático para a concepção de “memória enquanto fonte”. Como vimos anteriormente, a temporalidade primária pode ser “preenchida apenas até onde a memória alcança” (PB §140a), isso quer dizer que, em certo sentido, a representação de um evento passado – ou de uma sequência de eventos passado – é determinada de maneira limitada: eu me lembro apenas de uma parcela finita de eventos. Todavia, embora o que agora está “diante” de minha memória consista na finitude com que me represento o passado (PB §143e-f), de forma alguma o finito limita a capacidade de minha memória de alçar voos mais longínquos na direção de minha vida pretérita. Pelo contrário, a maneira finita com que represento o passado *pressupõe a possibilidade infinita* de acessar aquilo que anteriormente vivi. O infinito caracteriza uma propriedade interna do tempo: enquanto uma estrutura lógico-formal, uma condição necessária, a infinitude é aquilo que não impõe nenhum limite para o tempo e permite um acesso ilimitado ao passado. Poderíamos substituir a frase presente na seção §140b “O tempo tem *agora* em si a possibilidade de todo o futuro” pela frase “O tempo tem *agora* em si a possibilidade de *todo o passado*”, uma vez que aquilo que pode ocorrer agora, “teria podido *ocorrer antes* e sempre poderá ocorrer no futuro” (Ibidem, meu itálico). Por meio dessa concepção de infinito, é possível compreender o tempo sem começo e sem fim, ele não caracteriza uma “totalidade” determinada por um ponto inicial (o meu nascimento?) e um ponto final (a minha morte?). Se podemos afirmar que a infinitude da memória é uma “totalidade”, isso quer dizer que *toda* experiência finita encerra em si o infinito enquanto propriedade interna, uma condição necessária que possibilita a ocorrência de outras experiências finitas de maneira ilimitada.

Quando a seção §67a caracteriza a memória como colossal, cuja capacidade de acesso ao passado é irrestrita, isso não quer dizer que a memória forneça a totalidade de minha vida pretérita de uma só vez. Que eu possa ter acesso a todas vivências passadas e que eu possa descrevê-las não garante a descrição de sua integralidade, por assim dizer, da unidade de todas as vivências<sup>29</sup>. Ou, ainda, eu posso descrever algo como “a totalidade das

---

29 É o que Ghisoni compreende por “unidade sincrônica” (SILVA, 2011, pp. 117-120). O comentário de Ghisoni vai na seguinte direção: ao esboçar aquilo que seria a linguagem fenomenológica na seção §67,

impressões sensoriais que eu me lembro”, inclusive, ela seria a “descrição de uma vida” (de minha vida); entretanto, tal descrição não apresenta uma representação integral, direta e não-hipotética de minhas vivências passadas, pelo contrário, ela é um recorte *arbitrário* (*essencialmente hipotético*) no interior daquilo que foi anteriormente vivido, recorte que a estrutura da memória não pressupõe. A questão “quando começa e quando termina a rememoração de todas as minhas vivências passadas?” poderia ser colocada e, contudo, não poderia ser respondida (mostrando que, de início, a pergunta foi mal formulada), pois, embora a memória seja preenchida até certo ponto, ela não limita a ordem daquilo que pode ser lembrado; pelo contrário, ela é a *condição de possibilidade* para a representação *ilimitada* de todas as vivências passadas. Por sua vez, ainda que a descrição seja apresentada de modo sucessivo, de acordo com a ordenação contínua da memória, ela parece circunscrever necessariamente uma totalidade de proposições que descrevem uma vida. Mas isso que é essencial para o procedimento de descrição (a circunscrição de uma totalidade) não é essencial para a ordem da memória e, portanto, consiste em um elemento hipotético (arbitrário) impossível de ser eliminado da linguagem (incluindo aquela que se pretende absolutamente perspicua, fenomenológica).

Um outro modo de esclarecer a ineficácia da linguagem fenomenológica em exprimir na sua estrutura completamente analisada a forma temporal do dado, consiste em compreender a maneira pela qual o aspecto sucessivo do tempo é introduzido na seção §67. Talvez pudéssemos pensar que o fundamento da descrição fenomenológica não é caracterizado por estabelecer uma delimitação à ordem da memória, mas que Wittgenstein sublinharia o aspecto essencialmente sucessivo dessa descrição, de tal modo que ela poderia ser “lida continuamente” (*die Beschreibung so “herunterzulesen”*<sup>30</sup>, PB §67d). Nesse caso

---

Wittgenstein mostra que tal linguagem nada mais faz do que determinar uma sincronia entre uma “unidade descritiva” (uma série de representações) e uma “unidade temporal” (um espaço/período de tempo) no mundo fenomênico; entretanto, a sucessividade dos fenômenos não pressupõe essa unidade e muito menos a sua sincronia a uma “unidade descritiva”. Ao que parece, é a pressuposição dessa “unidade descritiva” imposta sobre a forma sucessiva do dado que parece macular o caráter completamente perspicuo da linguagem fenomenológica (é o que tentarei esclarecer nesta seção de meu trabalho e nas seções subsequentes deste capítulo).

30 Prado Neto e Anderson Nakano traduzem “*herunterzulesen*” por “lida sem deter-se” e apontam para a dificuldade traduzir exatamente essa expressão (tradução não publicada). Raymond Hargreaves e Roger White traduzem para o inglês o mesmo termo pela expressão verbal “read off”, que parece indicar o sentido de “ler diretamente” (cf.: *Philosophical Remarks*. Basil Blackwell, Oxford – 1998. p. 97). A minha tradução por “lida continuamente” se aproxima da tradução de Prado Neto e Nakano, até porque essa alternativa parece satisfazer a ideia de que a linguagem poderia ser comparada a um mecanismo acionado por uma manivela e que vai se “desenrolando continuamente”, tal como introduzido na seção §67d.

teríamos uma linguagem absolutamente imediata que, por assim dizer, expressaria em sua “continuidade descritiva” – a partir de sua estrutura completamente analisada – a sucessão daquilo que rememoro (represento) como anteriormente dado.

Tal como vimos nas seções §§49-52 das *Bemerkungen*, a memória não me dá aquilo que anteriormente vivi, como se fosse possível reviver a minha vida pregressa. Aquilo que anteriormente experienciei foi vivido em um instante e, no momento seguinte, já não pode mais ser vivenciado. Ou, dito de outro modo, o fenômeno me é dado em uma perspectiva temporal presente e não pode ser novamente dado na perspectiva temporal seguinte: não é possível “acessar” aquela perspectiva temporal *outrora presente*; mas isso não deixa a memória (em sentido primário) em uma posição rebaixada, pois por “memória” deve-se compreender a possibilidade de representação do passado, quer dizer, aquilo que torna possível *representá-lo* a partir de outra perspectiva *agora presente*. Se pudéssemos dizer que há aqui uma simultaneidade entre sinal e sinalizado, ela não poderia ser determinada por meio da relação entre o sinal agora presente e o fenômeno passado, uma vez que esse último já não existe e não pode me ser dado novamente; no máximo poderíamos dizer que a simultaneidade entre sinal e sinalizado é determinada pela relação entre sinal e a imagem mnemônica representada pela memória. Com isso, poderíamos dizer que a possibilidade de simbolização de nossa linguagem é determinada não apenas com relação à experiência presente, como também a partir daquilo que na memória represento agora enquanto passado.

Até aqui tudo vai bem, posso descrever o passado de maneira completamente imediata e sucessiva: parece que a forma sucessiva com que os fenômenos são representados pela minha memória é contemplada pela forma contínua dos sinais na descrição, na medida em que cada sinal sinaliza uma imagem mnemônica na ordem imposta pela memória. No entanto, se a cada instante eu assumo uma perspectiva temporal diferente, não tenho aqui um modo de simbolização arbitrário dos dados? Essa arbitrariedade está colocada desde a entrada “a” da seção §67 que, após apresentar a suposição da memória colossal e a possibilidade de descrever a totalidade de minhas vivências passadas, questiona-se: “e por que eu não deveria poder omitir dessa descrição tudo o que seja hipotético?”. O aspecto hipotético da descrição fenomenológica parece ganhar um “brilho especial” quando ela é “lida novamente”. Ao reler a descrição é possível compreender, com mais clareza, em que ponto o seu caráter completamente objetivo se corrompe. A releitura mostra que nada na estrutura dos sinais da

descrição é capaz de exprimir o modo como eles se aplicam às imagens mnemônica anteriormente sinalizadas – e a linguagem fenomenológica deveria mostrar na estrutura de proposições completamente analisadas a forma pela qual elas se aplicam sobre a realidade fenomênica. Por assim dizer, o que está impossibilitado é o meu “acesso” a essas diferentes perspectivas temporais singulares e instantâneas, que engendram determinações simbólicas também singulares e instantâneas impossíveis de serem representadas.

O ato que permite vincular este sinal a esta imagem mnemônica não pode ser descrito, pois ele é o fundamento da simbolização – mesmo que ele seja instantâneo e deva ser novamente estabelecido –; isto é, eu posso me lembrar de minhas vivências passadas e da descrição que havia feito delas, mas não posso me lembrar dos atos de simbolização que me permitiam interpretar “estes sinais” enquanto símbolos “destas vivências”, o que me obriga a ter de “interpretá-los novamente”. Ademais, uma vez que a relação entre sinal e sinalizado consiste em um “ato de arbítrio”, nada impediria que na releitura da descrição eu pudesse relacioná-los de maneira inteiramente diversa daquela que eu havia relacionado anteriormente. Cada correlação arbitrária estabelecida agora “deixa de ser” no instante seguinte, e se quero reler a descrição da série de imagens mnemônicas anteriormente descritas, então, tenho que estabelecer uma nova correlação – já que nada no sinal me indica a qual imagem ele havia sido correlacionado. A superfície da estrutura do sinal completamente analisado não garante a totalidade das diferentes perspectivas temporais, o que impossibilita estabelecer a unidade das séries de correlações arbitrárias anteriormente determinadas ou, como comenta Prado Neto:

Não há um único ato de arbítrio na correlação entre linguagem e mundo que se mantenha, mas uma série de atos de arbítrios que desaparecem tão logo são estabelecidos. [...]

Assim sendo, a partir da série de correlações arbitrárias, eu não consigo depurar *uma* correlação que consistiria num único ato de arbítrio (PRADO NETO, 2003, pp. 96-97)

De acordo com esse comentário e com o que dissemos até aqui, embora eu possa estabelecer uma sequência de correlações arbitrárias, ela não pode ser tomada como uma *unidade* de arbítrios que descreve uma “*unidade sequencial*” de vivências passadas. Aqui podemos recolocar as considerações sobre a impossibilidade de determinar o “início” e o “fim” da série de fenômenos que vivenciei. Poderíamos pensar que a totalidade das diferentes

perspectivas que constituem a descrição de minha vida, corresponderia ao modo sucessivo com que cada vivência passada era rememorada e, assim, seria possível descrever a “totalidade” dessas vivências – a unidade dos sinais representaria a unidade de minha vida. Entretanto, se a correlação entre sinal e sinalizado é um traço arbitrário e impossível de ser expresso na estrutura do próprio sinal, então, em uma releitura dessa descrição, eu poderia correlacionar o primeiro sinal de minha série de correlações a uma imagem mnemônica que ocorreu antes ou depois dela. Mais do que mostrar um possível “descompasso” entre minha descrição e aquilo que ela descreve, quando a releio, revela-se que eu não posso saber qual imagem exata deveria ser correlacionada ao primeiro sinal de minha série; ou melhor dizendo, eu poderia tomar qualquer imagem mnemônica como aquela que corresponde ao primeiro sinal de minha descrição, sem saber exatamente se essa imagem que tomo *agora* como “a primeira” *foi* assim realmente correlacionada. Se faz sentido a interpretação que estou propondo, poderíamos argumentar que qualquer “sobreposição” de uma série de correlações arbitrárias à sucessividade das imagens mnemônicas, caracterizaria uma determinação arbitrária da totalidade de minha memória, isto é, estabeleceria um início e um fim inessencial (hipotético) para a realidade fenomênica.

A consequência da constituição da descrição mais imediata que se possa imaginar, que se fosse mais imediata deixaria de ser uma descrição (PB §68a), é que ainda assim ela se mostra hipotética. A linguagem fenomenológica pretende descrever os fenômenos de maneira completamente objetiva e, no entanto, há um elemento arbitrário irreduzível em toda e qualquer descrição imaginável do mundo. É exatamente esse traço impossível de ser apresentado imediatamente na estrutura do sinal completamente analisado que as considerações do Capítulo VII destacam. Na verdade, a redução ao absurdo da linguagem fenomenológica revela a impossibilidade de estabelecer uma “*métrica*” capaz de descrever completamente a sucessividade da realidade fenomênica; ou, ainda, que a determinação de uma “*métrica*” (mesmo aquela que parece acompanhar de maneira mais adequada a sucessão dos fenômenos) não fixa uma correlação imediata entre linguagem e o dado, pelo contrário, essa correlação é estabelecida sempre de maneira arbitrária, inexprimível na estrutura dos sinais<sup>31</sup>. Toda e qualquer linguagem pertence ao âmbito da física (do segundo sistema) que,

---

31 Mais uma vez, a impossibilidade de uma “*métrica para o tempo*” (linguagem fenomenológica) já foi desenvolvida por Prado Neto (2003 e 2017c) e Ghisoni (SILVA, 2011). Em Prado Neto (2017c, pp. 160-174) há uma diferença entre a exposição das seções §§67-70, em que a *métrica para o tempo* a partir da linguagem

mesmo buscando se ater apenas aos fenômenos, apresenta elementos arbitrários (essencialmente físicos) indissociáveis à descrição do mundo fenomênico. Embora toda e qualquer linguagem se revele hipotética, física, ela só pode descrever as vivências imediatas e é exatamente sobre essa relação, à primeira vista problemática, que a seguinte questão da seção §68c é colocada: “No entanto, como pode a linguagem física descrever o fenômeno?”.

O caso do tempo primário é paradigmático porque é na tentativa de expressá-lo, por meio de uma descrição totalmente imediata, que revela-se que essa relação entre temporalidade e a sua expressão é determinada por um resíduo arbitrário impossível de ser dissolvido. Temos “o fenômeno (*specious present*)” que “contém o tempo, mas não está no tempo” (PB §69a), uma condição formal que estabelece as determinações temporais da física e, por isso, não pode ser determinado por elas: “Sua forma é o tempo, mas ele não tem lugar no tempo” (Ibid.). A linguagem não pode ser concebida tal como o fenômeno, à maneira de um *specious present*, pois é de sua essência “decorrer temporalmente”, “no tempo físico homogêneo” (PB §69a-b). A caracterização do fenômeno enquanto *specious present* mostra aquele aspecto essencial do tempo que já havíamos observado: análogo à imagem na tela do cinema, esse tempo não está confinado entre determinações temporais que o contrapõe, não é contraposto ao passado e ao futuro; é exatamente por esse motivo que a temporalidade primária pode ser caracterizada como infinita, cujos limites não podem ser demarcados – vale lembrar a seguinte afirmação de Wittgenstein na seção §138b das *Bemerkungen* “os objetos *contêm* o infinito”. Seguindo essa chave de leitura, poderíamos dizer que a forma temporal dos fenômenos consiste em uma temporalidade que não pode ser *medida*: embora eu possa apenas experienciar o fenômeno enquanto finito (PB §§138-140), a característica fundamental da forma como ele me é dado no tempo pressupõe a *possibilidade infinita*, aquilo que absolutamente não limita nenhuma possibilidade finita. É como se o *specious present* (o fenômeno) pudesse assumir qualquer “dimensão possível” sem excluir outras possibilidades.

Por sua vez, a linguagem não reside no “sistema” dos fenômenos. Melhor dizendo, a linguagem não “contém o tempo”, ela consiste naquilo que “está no tempo”, de maneira a

---

fenomenológica se revela impossível, e exposição da seção §75, em que Wittgenstein parece apresentar o ritmo como uma espécie de métrica do tempo interna à linguagem comum e que também fracassa na tentativa de descrever diretamente os fenômenos. A questão do ritmo será examinada na seção 4.2 desta tese.

contrapor diferentes posições temporais. A linguagem está no “tempo da física” e pode fazer referência ao mundo dos dados apenas por meio dessa temporalidade secundária, isto é, “homogeneizando” as relações temporais de minhas vivências. A analogia do projetor já apontava para essa caracterização do tempo da física. O filme que se desenrola para ser assistido, projeta um fotograma de cada vez na tela do cinema; entretanto, é possível “esticar” o filme, de modo a ver os fotogramas anteriormente projetados e os fotogramas a serem projetados de uma só vez, sincronicamente; pode-se dizer que aqueles que estão à esquerda do feixe de luz constituem o passado, aqueles que estão à direita constituem o futuro e aquele que está diante do feixe de luz, o fotograma “agora projetado”, consiste no presente; ou ainda, é possível dizer que determinado fotograma é o primeiro, outro é o último e dizer que eles são a totalidade do filme. Semelhante ao rolo de filme cinematográfico, a linguagem se desenrola e pode projetar cada um de seus sinais de maneira sucessiva sobre os dados; mas, mesmo uma linguagem que pretende ser inteiramente fiel à sucessividade do tempo fenomenológico, incorpora um elemento hipotético no ato de sua projeção sobre o mundo; o caráter arbitrário de toda linguagem permite acrescentar “determinações homogêneas” à descrição dos fenômenos e, com isso, poder-se-ia classificar aquilo que foi anteriormente dado como “passado”, aquilo que ainda poderá ser dado como “futuro”<sup>32</sup> ou, talvez, que “esta” vivência foi a primeira e “aquela” será a última. O tempo da linguagem consiste nessa homogeneidade com que ela descreve a realidade fenomênica e, conseqüentemente, impõe ao fenômeno determinações que não são dadas por ele – determinações não-essenciais e arbitrárias.

Não obstante esse caráter essencialmente físico de toda linguagem, Wittgenstein retoma a “necessidade” de um modo de expressão em que pudéssemos isolar o “verificável”, que pudesse exprimir aquilo que é essencial ao fenômeno: “Por outro lado, é claro que precisamos de um modo de expressão em que podemos apresentar isoladamente os fenômenos do espaço visual como tais” (PB §70b). Após o abandono do projeto de constituição de uma linguagem fenomenológica, como deve ser caracterizado um “modo de expressão” que pudesse isolar o fenômeno e, com isso, descrevê-lo de maneira clara? O ponto a ser notado a esse respeito é que Wittgenstein não retoma o projeto de uma linguagem

---

32 É nesse sentido que o futuro é “pré-formado”, isto é, de alguma maneira eu posso descrever os “próximos acontecimentos” sem que ele me tenha sido dado. O que parece determinar essa “homogeneização” é a determinação de uma regra, p.ex.: por eu regularmente ver que o sol nasce todas as manhãs de minha vida (desde de meu nascimento até os dias de hoje), posso afirmar que “amanhã o sol nascerá”.

fenomenológica, um tal simbolismo especial não será mais pressuposto (ele não é necessário e não existe, cf.: respectivamente PB §§1b e 53a). O que tem de ser averiguado é se a nossa linguagem, com seus aspectos físicos (arbitrários/hipotéticos), consegue de alguma maneira isolar os fenômenos. Lembremos que, na seção §48, a impossibilidade de verificar as nossas proposições por meio do imediatamente dado, caracterizado pelo presente instantâneo, não era manchada pela natureza espaço-temporal de nossa linguagem, mas, pelo contrário, devido a essa natureza.

O ponto é reconhecer “as engrenagens que estão girando em falso” (PB §1b) em nossa linguagem, separar o que nela é essencial e inessencial, isso “equivale à construção de uma linguagem fenomenológica” (ibidem.). Mas a “construção dessa linguagem” não visa estabelecer um simbolismo (uma notação) que em sua estrutura exibiria a estrutura dos dados. Na verdade, é por meio da nossa linguagem, com sua estrutura espaço-temporal, que podemos separar aquilo que é essencial daquilo que não é e, a partir disso, aquilo que podemos expressar em nossas proposições acerca das possibilidades do mundo.

A proposta de isolamento dos fenômenos do espaço visual enquanto tais teria a vantagem de mostrar que “tal e tal apresentação poderia ser substituída por tal outra” e, a partir disso, seria possível dar “mais um passo em direção ao objetivo de apreender a essência do que é apresentado” (Ibidem.). Na seção §70b, esse novo modo de compreender a “fenomenologia” tem de ser ainda depurado, principalmente no tocante àquilo que parece ser caracterizado como “subjetivo” em nossa linguagem: “Vejo uma lâmpada sobre a mesa” diz mais do que uma “mera” descrição do espaço visual – talvez daquela que expressasse algo do tipo “há uma lâmpada sobre a mesa” –; no entanto, uma descrição mais adequada seria “Parece-me como se eu visse uma lâmpada sobre a mesa”; Wittgenstein diz ainda que esse tipo de “forma de expressão” é enganadora, pois ela faz aparentar que nada de real seria descrito, que aquilo que é essencial seria deixado de lado (PB §70b). O ponto é que a palavra “parece” deveria dizer que “algo particular é descrito como caso particular de uma regra geral e o que é incerto é se eventos ulteriores se deixarão descrever como casos particulares dessa mesma regra” (Ibidem.). Aproximando os textos da seção §1b com os da §70b poderíamos compreender que, ao isolar o espaço visual, seria possível determinar “uma regra geral” para descrição dos eventos de um “mesmo tipo”; se não for possível descrever os eventos ulteriores a partir da mesma regra, podemos substituir esta regra por outra, isto é, podemos

substituir a apresentação inadequada por outra mais adequada e, em vez de termos um “*déficit*” de descrição, estaríamos “mais próximo da essência do que é apresentado” (PB §1b).

Mas, afinal, o que as considerações sobre o isolamento do espaço visual revelam sobre as noções de “tempo” e “sujeito”? Primeiramente, no que diz respeito a expressão da temporalidade na linguagem, uma regra geral que descreve *agora* determinados eventos, poderia também ter descrito eventos *anteriores*, assim como poderá descrever eventos *posteriores*; isto é, teríamos algo como um “acordo” entre as perspectivas passadas e a perspectiva presente que determinaria uma concordância do uso de nossas palavras na linguagem, um mesmo modo de aplicação dos sinais no decorrer do tempo que é determinado pelo “acordo imediato das diferentes perspectivas”<sup>33</sup>. Em segundo lugar, no que concerne à subjetividade, a sequência do texto do Capítulo VII das *Bemerkungen* vai apresentar algo como uma “depuração do espaço visual” tendo em vista “isolar” o sujeito, de mostrar que nada indicaria a necessidade de uma “subjetividade portadora” do espaço visual. Todavia, ao mostrar que o espaço visual não pressupõe um proprietário (um sujeito) e, portanto, que é possível isolar os diferentes “campos da experiência possível”, Wittgenstein revela que o tempo não pode ser isolado. Essa impossibilidade de isolamento da forma temporal do dado, além de demarcar mais uma vez que o tempo é um aspecto da experiência que não pode ser depurado por uma análise completa das proposições, também revela um traço essencialmente subjetivo pelo qual vivencio o mundo fenomênico: a regra para utilização dos sinais nas diferentes perspectivas temporais está centrada na possibilidade de *agora* eu aplicar um sinal *da mesma maneira* com que eu o aplicava *anteriormente*. O que se segue de nosso texto é, em primeiro lugar, uma análise das seções §§71-74 tendo em vista a eliminação do sujeito como pressuposto da descrição do espaço visual; em segundo, uma análise da seção §75, que retoma as considerações sobre o tempo e, segundo a nossa interpretação, parece apontar para um aspecto “egóico” das diferentes perspectivas temporais.

---

33 PRADO NETO, 2003, pp. 99 e 100. Estamos antecipando algo que só poderá ser apresentado de maneira mais clara por meio de uma análise adequada da seção §75 e do conceito de figuração nas *Bemerkungen* (especialmente, capítulos II-IV). Sobre esses pontos conferir as seções (ainda a serem escritas) desta tese.

### 2.12) *Análise do espaço visual: a dissolução da ideia de um portador da experiência*

As considerações sobre a possibilidade de estabelecer regras de aplicação dos sinais nas diferentes perspectivas temporais – de que agora eu aplico um sinal do mesmo modo como ele era aplicado em casos anteriores e a possibilidade de aplicá-lo da mesma maneira em casos seguintes –, poderia nos levar, mais uma vez, à tentação do solipsismo instantaneísta. Em certo sentido, o que o solipsismo pretende destacar não é de todo infundado, pois parece que a possibilidade de estabelecer um acordo das diferentes perspectivas temporais estaria centrada no “presente”: pelo fato de eu *agora* utilizar um sinal do mesmo modo como eu o utilizei anteriormente é que posso estabelecer uma regra de descrição para diferentes casos particulares; assim como, essa mesma regra poderia descrever casos particulares ulteriores, de que posteriormente eu posso utilizar este sinal do mesmo modo como eu utilizo *agora*. A dissolução do solipsismo mostrava que este “eu” ou “sujeito” que deveria ser o fundamento da aplicação da linguagem não existe, ele não corresponde a nenhum fato no mundo que pudesse ser descrito e cujas regras de utilização dos sinais estariam associadas a ele no instante da aplicação.

Diferentemente daquela dissolução do solipsismo elaborada no Capítulo V (principalmente a seção §54, mas também as seções §§55-56) das *Bemerkungen*, que buscava desarticular a tentação de reduzir a temporalidade da realidade fenomênica à minha experiência do instante presente, as seções §§71-74 visam eliminar a tentação de querer descrever o “sujeito portador do espaço visual” a partir de uma depuração dos diferentes “campos” da experiência possível. Essa seria uma maneira de “estabelecer”, a partir de nossa linguagem física, um modo de expressão pelo qual poderíamos apresentar os fenômenos do espaço visual como tais isoladamente (PB §70b). O que se revela após a tentativa de isolamento do espaço visual enquanto tal – e, portanto, da dissolução do *sujeito* como portador desse espaço – é que o tempo consiste em um aspecto fundamental da realidade fenomênica, um traço que não pode ser isolado do espaço visual. Segundo a nossa interpretação, a retomada das considerações sobre a descrição da temporalidade primária ao final do Capítulo VII (PB§75) não apenas mostrará que o tempo é um aspecto impossível de ser isolado do espaço visual, mas também que esse aspecto carrega consigo a impossibilidade

de “eliminar” o “traço subjetivo” de toda linguagem – como se o aspecto intransponível do tempo primário restituísse “subjetividade” à descrição do espaço visual.

O início das seções que se dedicam ao isolamento dos fenômenos visuais revela que tal procedimento será efetuado pela “eliminação” da ideia de que o espaço visual teria um proprietário. Segundo Wittgenstein, um modo prático de mostrar que não é essencial pressupor a existência de um proprietário do espaço visual, consiste na estratégia de dar nomes às minhas mãos e às mãos de outras pessoas. Esse expediente revelaria que, ao tratar as mãos por seus devidos nomes, não seria necessário fazer referência à pessoa que as possui (ao seu proprietário) e, com isso, evitar-se-ia tomar, desviando-se do mal uso do “modo de expressão comum”, a ilusão de que “a relação com o proprietário fosse algo que repousa na essência da própria mão” (PB §71a). No caso do espaço visual, ainda que a “nomeação” não seja enfatizada, o procedimento é análogo ao de “dar nomes às mãos” e cujo resultado é anunciado desde o início da análise: “O espaço visual por essência não tem proprietário” (PB §71b).

Para mostrar em que sentido o espaço visual pode ser isolado, Wittgenstein examina a necessidade de um objeto que, no interior desse espaço, determinasse a “experiência visual”; isto é, o que está em jogo é a possibilidade de indicar um “portador” dessa experiência, se é necessário colocá-lo como fundamento da relação entre a descrição e o evento visual a ser descrito. A tentativa de indicar um portador das experiências visuais poderia ser estabelecida a partir da especificação de um objeto que sempre se encontra no interior do espaço visual, independentemente de outros objetos visuais que junto a ele poderiam ocorrer: o meu nariz ocupa esse papel de destaque, uma vez que apenas eu posso vê-lo acompanhar os diferentes objetos que aparecem no interior do espaço visual. Diante disso, não seria possível estabelecer que “o espaço visual do qual eu falo *me pertence*? que, portanto, ele é subjetivo?” (PB §71c). Seguindo essa perspectiva, o espaço visual pertence apenas a *mim*, pois eu sou o único a “ver” os objetos visuais de um modo específico; por assim dizer, eu sou o único a ver a ponta do meu nariz sempre relacionada de uma determinada maneira com os objetos visuais, de tal forma que outras pessoas não podem estabelecer essa relação do mesmo modo como eu a estabeleço.

É claro que o espaço visual assim concebido deve remeter-se ao seu portador, mas não porque os traços subjetivos lhes são indissociáveis, tal como uma característica necessária sem a qual seria impossível pensar/representar os objetos visuais, e sim pelo fato de ele ter sido *subjetivamente concebido*. A resposta de Wittgenstein à questão sobre se “o espaço visual é subjetivo” é negativa:

Não. Ele foi apenas concebido aqui subjetivamente e a ele contraposto um espaço objetivo que, no entanto, é apenas uma construção que tem o espaço visual como base. Na linguagem — secundária — do espaço “objetivo” — físico — o espaço visual é chamado subjetivo, ou então: chama-se de subjetivo o que na linguagem corresponde imediatamente ao espaço visual. (PB §71c)

Ao que parece, a passagem supracitada esclarece que a concepção de um espaço visual subjetivo é possível apenas na linguagem secundária (da física), pois, ao contrapor o espaço de toda experiência visual possível a um espaço “objetivo” (físico), ela nada mais faz do que “subjetivar” o espaço visual. É nessa subjetivação imposta pela linguagem secundária ao espaço visual que, de maneira não essencial, pode-se construí-lo a partir de um portador das experiências visuais, que esse espaço e os objetos que vejo nele “me pertencem”. De maneira análoga à consideração sobre as mãos – que, ao serem nomeadas, revelam o caráter inessencial de considerá-las como “minhas mãos” (que me pertencem) em contraposição às “mãos de outras pessoas” (que pertencem a outrem) –, a análise do espaço visual mostra que ele se torna subjetivo (o espaço que me pertence) quando contraposto a um espaço “objetivo/físico”, mostrando que essencialmente esses espaços não poderiam ser comparados. O espaço objetivo pode ser construído apenas a partir do espaço visual, tomando-o como fundamento (base) de toda objetividade da física; ao contrapor esses dois espaços, não se aponta um portador da experiência visual, apenas concebe-se um espaço (subjetivo) no interior de um espaço mais abrangente (físico/objetivo). Por assim dizer, na verdade, é o espaço dos fenômenos visuais que deveria ser considerado como “objetivo”, na medida em que ele constitui uma condição de possibilidade pela qual podemos pensar o espaço de toda objetividade física. O espaço visual pode ser tomado como “subjetivo” – portanto, caracterizado por aquilo que essencialmente ele não é – quando contraposto ao espaço físico.

Além de revelar que há uma confusão própria da linguagem comum (física), que tende confundir objetividade e subjetividade ou, melhor dizendo, confunde aquilo que é dado

enquanto fenômeno na experiência imediata e aquilo que é construído como objeto físico, as considerações sobre o espaço visual mostram também que há *diferentes modos de apresentação* daquilo que é visto. O modo de apresentação “subjetivo” apresenta o espaço visual a partir da indicação de um “sujeito”, um evento visual pelo qual outros eventos visuais são correlacionados. Embora essa correlação seja importante para *um* “modo de apresentação subjetivo”, ela não é necessária a *toda* apresentação do espaço visual. Aliás, é por causa desse modo de apresentar os eventos visuais a partir de um “portador”, que se engendra a ilusão de que o espaço visual necessita de um “proprietário”<sup>34</sup>. É o caso paradigmático do olho e do campo visual: o fato dos eventos visuais poderem ser descritos a partir da alusão a um olho não quer dizer que toda descrição visual tem de necessariamente indicá-lo, esse é apenas *um* modo de apresentação; poderíamos substituir o olho – com a sua posição, características físicas e fisiológicas – por um “tingimento” e teríamos o mesmo “efeito” para a descrição dos eventos visuais, apenas estaríamos substituindo um modo de apresentação que toma a posição do olho como elemento central da descrição por um que toma o tingimento. O que se revela essencial a essas descrições não é a referência a um sujeito, a um olho ou a um tingimento como “portador” da experiência visual, mas que todas elas apresentam um objeto: “O essencial é que a apresentação do espaço visual apresenta um objeto e não contém nenhuma alusão a um sujeito” (PB §71e), elas fornecem “informações que invariavelmente dizem respeito aos objetos”, isto é, “informações objetivas sobre a realidade” (PB §73a).

A continuação do texto das *Bemerkungen* vai realizar o processo de isolamento dos fenômenos visuais a partir da concepção de um modo de apresentação que não faça referência a um olho (um sujeito/proprietário) por meio do qual os objetos deveriam ser vistos. Tal procedimento consiste na eliminação de todas as partes do campo visual que pudessem ser descritas como “meu corpo”, no máximo, restaria o “meu globo ocular” totalmente transparente (impossível de ser percebido) que estaria fixado em algum lugar (p.ex., atrás de uma janela). Ao que parece, a impossibilidade de me localizar no interior do espaço visual, impossibilita “estabelecer uma determinada estrutura do espaço visual” (PB §72a), de apresentar os objetos visuais a partir de meu olho (do sujeito/proprietário). No entanto,

---

34 Se fossemos pensar em um modo de apresentação que se pretende completamente *perspícuo/imediato*, a descrição do espaço visual que quer colocar o sujeito como centro de toda apresentação não poderia descrever o fenômeno visual de maneira absolutamente *direta*. Na verdade, a descrição apresentaria o dado de maneira *mediata*, por assim dizer, teria de colocar um evento no interior do espaço visual como “mediador” da relação entre descrição e aquilo que se pretende descrever.

mesmo que a estrutura do espaço visual “centrada” no olho fosse eliminada, nada obrigaria que o modo físico/objetivo de apresentação fosse necessariamente adotado; modo que, ao apresentar uma árvore situada em frente a uma janela, descreveria proporções maiores do que a realidade visual imediatamente fornece. O que teríamos aqui é novamente a substituição de um modo de apresentação por outro e não uma apresentação “mais objetiva” ou “mais necessária”. Na verdade, para dizer que a árvore é maior do que a janela, o próprio modo de apresentação físico deveria ter “um sentido para a distância entre o objeto e o meu olho, então esta seria uma interpretação justificada” (PB §72b). Além da descrição física necessitar da distância entre o objeto e o olho para dizer que a árvore é maior do que a janela – recolocando um elemento subjetivo, mediato, para a descrição do espaço visual –, ela não descreve aquilo que é imediatamente experienciado, pois, nesse sentido, a árvore deveria aparecer menor do que a janela.

Os dois modos de apresentação diferentes da “árvore visual” impõem dois modos diferentes de aplicação das palavras “menor” e “maior”, em um modo de apresentação a “árvore visual” será “maior” que a “janela”, em outro ela será “menor”: “posso, no espaço visual, empregar as palavras ‘maior’ e ‘menor’ dos dois modos. E num sentido a montanha visual é menor, no outro é maior que a janela visual” (PB §72c). No caso do modo de apresentação que toma o “sujeito” como portador do espaço visual, ele poderia ser construído a partir da indicação de meu posicionamento fixo atrás da janela e, ao tomá-la como parte de meu corpo, eu poderia determinar quais objetos estão próximos ou distantes de mim. Mais uma vez, é válido sublinhar que essa construção do espaço visual subjetivo é realizada em *contraposição* ao espaço visual objetivo: parte-se de uma descrição em que não há nenhuma indicação subjetiva dos objetos visuais, para outra em que o sujeito ocupa um “papel central”. Entretanto, o procedimento poderia ser invertido: parte-se de uma descrição em que o sujeito é tomado como centro e constrói-se uma outra que o apresenta de maneira totalmente objetiva, em que os traços subjetivos são eliminados. Isso quer dizer que há um modo de apresentação mais adequado que o outro para a descrição do espaço visual? Não, os espaços subjetivo e objetivo podem ser de alguma maneira comparados, substituídos ou construídos em contraposição ao outro. No limite, eles são duas faces da mesma moeda: são dois modos de apresentação físico (subjetivo e objetivo) do espaço visual. Em contrapartida, essas

considerações mostram que nenhum desses modos de apresentação proporcionam uma descrição imediata dos fenômenos visuais.

O espaço visual da realidade fenomênica não pressupõe nenhum sujeito e, conseqüentemente, não pressupõe nenhum modo de apresentação “objetivo/físico” que tivesse a função de limá-lo de seus traços subjetivos – a contraposição entre subjetivo e objetivo (secundário) se coloca apenas no espaço da física. No caso do espaço dos fenômenos visuais (primário), ele é completamente “*assimétrico*, nele os objetos estão em pé de igualdade” (PB §73b, meu itálico<sup>35</sup>). Naquilo que diz respeito tão somente ao dado, não “há um olho que me pertence e olhos que pertencem a outras pessoas” (ibidem.); ou dito de outro modo, no que diz respeito ao espaço visual, não há uma preferência entre objetos que seria marcada pela diferença entre aqueles objetos que me pertencem (meus olhos, meu corpo, meu campo de visão etc.) e os objetos que pertencem a outrem (os olhos dele, o corpo dele, o campo de visão dele etc.).

As reflexões sobre o caráter inessencial de um sujeito portador do espaço visual, de que ele é completamente assimétrico, também são importantes para o isolamento desse espaço dos demais espaços da experiência possível. Uma vez que não é necessário pressupor um olho e toda a estrutura corporal que o envolve (um sujeito proprietário do olho e da visão), poder-se-ia apresentar o espaço visual sem fazer referência ao espaço das sensações musculares e, com isso, mostrar que o espaço visual não é um espaço “circundante”:

[...] é a possibilidade de virar-me que me ajuda a obter aquela representação do espaço. O espaço à minha volta que resulta disso é, portanto, uma mistura de espaço de visão e de *espaço de sensações musculares*. (PB §73c)

Sem a sensação da capacidade de “virar-me” minha representação do espaço seria *essencialmente* outra. (PB §73d)

---

35 Destacamos a palavra “assimétrico” pois ela parece indicar, segundo a nossa interpretação, um traço importante da aplicação da linguagem que, embora não dê preferência a nenhum objeto no interior do espaço visual, aponta para o aspecto fundamental do modo como “eu” aplico a minha linguagem e do modo como “eu” aplico a linguagem do outro à realidade fenomênica. Se a minha interpretação estiver correta, poderíamos dizer que há um traço “subjetivo” na filosofia do período intermediário de Wittgenstein, não uma “subjetividade” que se compara a outras “subjetividades” no interior do mundo, mas um “sujeito que pensa, representa, e não existe”, que é condição de possibilidade do uso simbólico da linguagem. Nesse sentido, o “eu” é completamente *assimétrico* ao “ele”, a maneira como eu uso as minhas palavras e ao modo como ele usa as palavras dele. A seguir mostrarei como essa assimetria se apresenta nas considerações sobre as dores e, depois, como ela pode estar relacionada ao tempo.

Portanto o olho solto imóvelmente sentado não teria a representação de um espaço circundante. (PB §73e)

A eliminação do sujeito como portador da visão dos objetos, como uma estrutura corpórea em que se misturam sensações visuais e musculares, permite reconhecer o que é próprio do espaço visual. Ao operar essa separação dos diferentes campos da experiência imediata, revela-se que, por exemplo, não é da essência do espaço visual determinar a possibilidade de um espaço circundante. É somente na fusão daqueles dois espaços (visual e das sensações musculares) que se pode representar o espaço de maneira circular, que a visão deve se remeter a um olho acoplado a um corpo cujas sensações determinam a minha posição excepcional enquanto resultado dessa amálgama de campos da experiência possível e que, no entanto, não revelam “algo de puramente visual” (PB §74b) - não é puramente visual a capacidade de “virar-me”, ver os objetos que “estão a minha volta”, o que resultaria no “espaço circundante”. Conforme apontado por Wittgenstein, a própria palavra “espaço visual” é “imprópria” para o propósito de apreender aquilo que é “puramente visual” (ibidem.); essa palavra faz sempre referência a um órgão dos sentidos, que deveria remeter àquela mistura do espaço visual com o espaço das sensações musculares, fazendo referência ao sujeito portador dessa visão. Do mesmo modo que na descrição de um livro não é necessário pressupor o seu proprietário – a referência ao seu possuidor não alteraria em nada a forma como se desenvolve a história do livro, o seu conteúdo, a especificidade dos personagens etc. A pressuposição de um sujeito não é necessária à representação dos fenômenos; um sujeito poderia ser apresentado tal como se apresenta um olho para a “visão” dos objetos visuais, isto é, como mais um elemento a ser acrescentado àquilo que é descrito, o que, no entanto, não apresentaria nada de “puramente fenomenológico” ou “puramente visual” nessas descrições.

A análise do espaço visual visa separar aquilo que é essencial para a apresentação dessa experiência e, em certo sentido, constituir uma linguagem fenomenológica capaz de descrever os fenômenos visuais imediatamente, sem a mistura com outros espaços. Esse também seria um modo de mostrar que não é necessário para a descrição do espaço visual a pressuposição de um sujeito como portador de “minhas experiências visuais”. Contudo, tal como Wittgenstein expõe na seção §75, embora seja possível realizar essa depuração do espaço visual, a “linguagem fenomenológica” não pode eliminar de toda descrição da experiência possível o elemento temporal. É esse aspecto não-eliminável do tempo que, mais

uma vez, impossibilita a constituição de uma linguagem que se atém tão somente aos verificáveis, isto é, que toda descrição dos fenômenos carrega em si um elemento hipotético impossível de ser apurado.

*2.13) Assimetria temporal na aplicação da linguagem: a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica (parte 2)*

Efetuada o isolamento do espaço visual dos demais espaços da experiência possível, revelando que a remissão a um proprietário (sujeito) da experiência é caracterizada apenas quando esses espaços encontram-se “misturados” – e se apenas o próprio espaço visual é *assimétrico*, sem privilegiar nenhum objeto que nele se encontra –, Wittgenstein retoma o problema do tempo, já que esse “campo da experiência” também deveria ser analisado: “Se agora a linguagem fenomenológica isola o espaço visual e o que nele acontece de tudo mais, o que ela faz com o tempo? É o tempo dos fenômenos visuais o tempo de nossa usual forma de expressão física?” (PB §75a). À primeira vista, a seção final do Capítulo VII das *Bemerkungen* parece recuperar a mesma linha de raciocínio apresentada na descrição da “memória colossal” por meio da “linguagem fenomenológica” (§§67-70). Como vimos anteriormente, mesmo tomada em suas condições mais favoráveis, essa descrição que pretende se ater tão somente aos dados não consegue determinar em sua estrutura gramatical o modo como ela aplica seus sinais à realidade fenomênica, uma “métrica” que pudesse apresentar na totalidade da descrição o modo como a linguagem se apõe à totalidade do mundo do dado. Embora a seção §75 realize o mesmo procedimento que o início do Capítulo VII (§§67-70), uma redução ao absurdo da linguagem fenomenológica, esses textos devem ser diferenciados e isso a partir de três pontos.

(i) O primeiro é que o texto da seção §67 questionava sobre a possibilidade de uma linguagem especial, que se limitasse apenas ao verificável e que tivesse a vantagem de eliminar todo aspecto hipotético da linguagem física. No texto dos manuscritos que imediatamente antecede à redação das seções §§67-70, a “contraposição” entre essas duas linguagens – o nosso modo de expressão comum (essencialmente arbitrário) e um modo mais

adequado para a descrição imediata dos fenômenos – parece ser apresentado de maneira direta:

A linguagem fenomenológica descreve exatamente o mesmo que a usual, física. Ela deve apenas se limitar ao que é verificável.

Isto é em absoluto possível?

Não nos esqueçamos que a linguagem física descreve também apenas o mundo primário e não algo como um mundo hipotético. A hipótese é apenas uma suposição sobre um modo de apresentação mais prático/correto.

Agora, esse Hipotético é essencial a toda apresentação do mundo? (Ms 105, p. 108)

O que temos aqui é a diferença entre duas linguagens, uma que apresenta o mundo fenomênico de maneira mais “prática” (hipoteticamente/indiretamente) e outra que o apresenta se limitando ao verificável (que pretende apresentar diretamente o dado); o problema é saber se a linguagem fenomenológica encerra em si também um elemento hipotético, tal qual toda apresentação usual dos fenômenos – e, como vimos, essa linguagem se revela “hipotética” ao fim e ao cabo. No caso da seção §75, a questão parece ser apresentada de maneira “invertida”. Trata-se de compreender se a nossa linguagem física pode em algum sentido ser considerada como “fenomenológica”. Como já vimos (3.2), um modo de apresentação mais direto de nossa linguagem – e, portanto, “fenomenológico” em um sentido distinto daquele que visava a constituição de uma linguagem especial diferente da nossa – consiste em separar os espaços da experiência possível para reconhecer o que há de essencial em cada um deles. É o que Wittgenstein afirma em outra consideração dos manuscritos imediatamente anterior ao texto que origina a seção §75:

Ou é assim: a nossa linguagem usual também é fenomenológica, apenas não permite separar de modo compreensível (*begreiflicherweise*) o campo dos sentidos, cuja multiplicidade total é a sua.

O seu espaço é o combinado: visual, tátil e espaço das sensações musculares; por isso posso “me virar” e ver o que “se passa atrás de mim” etc. (Ms 107, p. 3)

Temos na seção §75 uma concepção diferente de linguagem fenomenológica, que não se “opõe” à linguagem usual por ser um outro simbolismo (notação) mais adequado para

a expressão dos fenômenos. Como caracterizado na passagem dos manuscritos (e no percurso que fizemos pelas seções §§71-74), a linguagem comum é “fenomenológica” quando, p.ex., ela separa os diferentes “campos dos sentidos”, ao apresentar as especificidades e diferenças entre o domínio do “espaço visual” em relação ao domínio do “espaço tátil” e das “sensações musculares”. O ponto agora (§75a) é saber como ela trata o “domínio do tempo”, o que leva a mais um ponto na distinção entre as seções §§67-69 e §75. (ii) No primeiro texto, buscava-se descrever a sucessão da ordem da memória (colossal) de maneira completamente direta e clara, isto é, a linguagem fenomenológica deveria apresentar a ordenação dos fenômenos passados de modo não-hipotético. No final do Capítulo VII, não é a representação da memória que se pretende descrever com a linguagem fenomenológica, mas “o tempo dos fenômenos ‘visuais’”<sup>36</sup> ou se, na verdade, esse tempo corresponde ao nosso modo de expressão comum. Ao que parece, essa apresentação descreve o “*presente*” dos fenômenos visuais, isto é, como veremos a seguir, ela compara a sucessividade da descrição com a sucessividade daquilo que vejo *agora* (*neste instante*) no espaço visual.

Um outro ponto (iii) distingue os textos do começo e do final do Capítulo VII. Nas seções iniciais (§§67-69), é possível identificar o fracasso da linguagem fenomenológica pela impossibilidade de estabelecer uma métrica para o tempo: é impossível estabelecer uma unidade da série de proposições correlacionada à unidade da série de fenômenos rememorados, mas apenas uma série de correlações que não constituem uma unidade<sup>37</sup>; ou, dito de outro modo, embora essa unidade possa ser apresentada na linguagem fenomenológica, ela é determinada de maneira arbitrária (hipotética), isto é, ela não é dada na ordem temporal dos fenômenos. Mas se o primeiro texto terminava por revelar a impossibilidade de uma “medida temporal” (em sentido fenomenológico), o segundo texto (§75b) parece partir de uma “métrica” para o tempo dos fenômenos visuais, uma vez que considera o *ritmo*<sup>38</sup> para a mensuração temporal:

---

36 O início dos manuscritos de 1929 já se debruçava sobre a relação entre espaço visual e tempo: “parece-me uma propriedade da asserção espacial que aparentemente não se pode descrever o espaço sem uma alusão ao tempo” (Ms 105, p. 11).

37 PRADO NETO, 2013, pp.77-79 e 94-97; SILVA, 2011, pp. 108-111 e 115-119.

38 PRADO NETO, 2017c, pp. 167-170. Se bem entendo a interpretação fornecida por Prado Neto, os textos das seções §§67-70 e §75 se distinguem por apresentarem “concepções diferentes” de linguagens fenomenológicas: diferentemente das seções §§67-69, o ritmo é, na seção §75, o principal elemento para compreender a “métrica temporal intrínseca” à linguagem fenomenológica para a descrição do espaço visual. No entanto, ainda com essas diferenças, o resultado é a impossibilidade de determinar por meio da linguagem uma “métrica temporal” para os fenômenos.

É claro que somos capazes de identificar períodos de tempo como idênticos. Eu posso pensar, por exemplo, em processos no espaço visual acompanhados pelos tique-taques de um metrônomo ou por uma luz cintilante em intervalos de tempos iguais.

Para simplificar, penso que as modificações em meu campo visual coincidem aos solavancos e como em sincronia com as batidas do metrônomo. Eu posso então fornecer uma descrição desses processos (em que as batidas são designadas por números). (PB §75b)

A nova tentativa de descrição fenomenológica do tempo é caracterizada pela possibilidade de determinar “períodos de tempo” idênticos na sucessividade do espaço visual. O ritmo caracteriza nessa passagem uma métrica para a descrição fenomenológica do tempo, isto é, uma regularidade essencial a esse modo de apresentação “temporal” dos fenômenos visuais. A “regularidade rítmica” apresentada pelo metrônomo ou pelo piscar de uma luz, à primeira vista, permite determinar o ritmo daquilo que é dado visualmente, de que esses fenômenos estão em sincronia com tal regularidade. Com isso, a cada batida do metrônomo é possível reconhecer uma *alteração* no espaço visual: a dinâmica das batidas reproduz sincronicamente a dinâmica das *mudanças* dos fenômenos visuais (e, ao que parece, até mesmo a possibilidade de “tudo permanecer o mesmo” pressupõe a possibilidade da mudança<sup>39</sup>).

O importante na caracterização da métrica do tempo a partir do ritmo é que, ao que parece, as batidas do metrônomo permitem com que se tenha uma apresentação direta do espaço visual. Com o som das batidas do metrônomo é possível perceber imediatamente se a apresentação descreve correta ou incorretamente o fenômeno: caso as batidas acompanhem o mesmo ritmo daquilo que ocorre no espaço visual, percebe-se que a descrição está em “harmonia rítmica” com o descrito e, portanto, que ela é verdadeira; caso as batidas não acompanhem o mesmo ritmo que o fenômeno visual, é possível perceber imediatamente que descrição e descrito não estão em sincronia, que há algo como um “descompasso” entre eles, o que revela a falsidade de tal descrição. A caracterização do ritmo enquanto “métrica intrínseca” à descrição fenomenológica, parece fornecer a possibilidade de comparar “intervalos de tempos” iguais e sucessivos: p. ex., a cada quatro batidas do metrônomo, vejo

---

39 No início dos manuscritos, a “mudança” era pressuposta para determinar que “tudo permanece o mesmo”: “Supondo que a nossa imagem visual permanece sempre a mesma e que não teríamos outro sentido além do sentido da visão, teria o tempo corrido? Deve-se aparentemente admitir: sim, pois a mudança também encerra em si a *possibilidade* do repouso” (Ms 105, p. 72).

uma mancha se deslocar para a direita no interior do meu campo de visão; mas se por acaso esta mancha se deslocasse na terceira batida do metrônomo, teríamos um descompasso e a descrição seria falsa. Ora, essa descrição não seria completamente imediata e simultânea aos processos do espaço visual? Ao que tudo indica sim, entretanto, essa simultaneidade que permite *produzir* diretamente o ritmo do espaço visual não é inteiramente fiel no momento da *reprodução* para a descrição desses mesmos fenômenos.

A “infidelidade” da reprodução é apresentada na seção §75c, em que a descrição já não é produzida imediatamente em relação aquilo que *agora* ocorre no espaço visual – não se tem a simultaneidade entre descrição e o que ocorre *no presente* com os fenômenos visuais –, mas uma previsão (produzida *anteriormente*) que tem de ser verificada *neste instante*. Antes do trecho das *Bemerkungen* que eu gostaria de examinar a seguir, é importante termos em mente uma outra passagem (dos manuscritos) que imediatamente a antecede (e vem após a redação da seção §75b, do ritmo enquanto métrica do tempo):

Agora, não era o meu plano descrever apenas verificáveis? Não deveria essa descrição ser diferente de uma usual exatamente por ela evitar tudo o que é hipotético? E isso é bem-sucedido?

Eu acho que em certo sentido sim e em outro não. (Ms 107, p. 5)

E segue o texto incorporado ao capítulo VII das *Bemerkungen*:

Suponhamos que essa descrição seja uma previsão e agora ela deva ser verificada. Eu porventura a sei de cor e agora a comparo com o que realmente se passa. Aqui evitou-se tudo de hipotético, exceto aquilo que repousa na pressuposição de que a descrição me seja dada independente do que nela está presente para mim agora mesmo. (Ibidem. e PB §75c)

Com a determinação do ritmo como métrica intrínseca para a descrição fenomenológica, o “plano” é descrever apenas verificáveis. Ademais, por meio dessa descrição, a pretensão é descrever o dado de maneira diferente do modo usual, não de uma maneira absolutamente oposta, mas, a partir dele, evitar qualquer elemento hipotético. E por quê, afinal, em um sentido ela é bem-sucedida e em outro não? Ao que parece, a descrição fenomenológica embasada pela sucessividade rítmica do metrônomo, adequa-se absolutamente ao dado por ser simultânea ao “ritmo dos acontecimentos” que se passam *agora* (no *presente*) no espaço visual. É claro que, como vimos, um descompasso no ritmo da descrição não leva à inadequação entre linguagem e espaço visual, apenas mostra que a

proposição é falsa – basta que o ritmo da descrição tenha no presente uma simultaneidade com o ritmo dos fenômenos visuais (mesmo que doa os ouvidos no caso do descompasso). Nesse sentido, a linguagem fenomenológica parece conseguir ater-se apenas aos verificáveis, isto é, ela é uma apresentação completamente imediata e descreve diretamente (de maneira simultânea) aquilo que se passa “no presente da experiência visual”.

Mas estamos tão longe assim da maneira como Wittgenstein apresentava a linguagem fenomenológica no início do Capítulo VII? Uma vez sublinhadas as diferenças entre as seções §§67-69 e §75, talvez possamos destacar um ponto em que esses dois textos convergem. Embora, nas primeiras seções, Wittgenstein apresentasse uma descrição fenomenológica da sucessão de imagens *passadas* na memória, de algo que absolutamente não é (que ocorreu *anteriormente* e *agora* já não me é mais dado) e, no entanto, pode no *presente* ser representado, essa descrição poderia também ser apresentada pela sucessão de batidas do metrônomo em sincronia com a sucessão de imagens na memória, sem que isso caracterizasse um modo menos imediato de apresentação do dado. Mesmo que essa seja uma descrição completamente “colada” àquilo que é verificado pela memória, completamente “sincrônica” àquilo que verifica as proposições do passado, no momento de relê-la (reproduzi-la), mostrar-se-ia mais claramente que há um traço hipotético indissolúvel a esse modo de apresentação. O que mancha o caráter completamente imediato da descrição fenomenológica não é, na sua reprodução, a falta de sincronia com o passado, mas a pressuposição de uma unidade descritiva que *não é dada* enquanto unidade das imagens sucessivas na memória – e isso já não era dado antes, no momento da produção. Com isso, revela-se a necessidade de correlacionar novamente os sinais que estão diante de mim *no instante presente* à sucessividade do passado representado *agora* pela memória e, no entanto, para ser uma releitura, deve pressupor a unidade dessas representações que não é dada nem no momento da produção e nem na reprodução da linguagem fenomenológica.

Algo similar ocorre com a descrição produzida e reproduzida daquilo que se passa agora no espaço visual a partir do ritmo. No momento da produção, o ritmo sucessivo da descrição (das batidas do metrônomo) se adéqua perfeitamente à sucessividade do espaço visual, elas estão em perfeita sincronia. Depois, no momento da reprodução, a descrição passada (tomada como previsão) não falha por não estar em sincronia com aquilo que agora acontece no espaço visual; na verdade, é possível adequar a previsão àquilo que acontece

agora: eu sei de cor o ritmo e comparo com o ritmo dos fenômenos visuais, isto é, posso sincronizar a “unidade rítmica” da descrição anteriormente produzida à rítmica do espaço visual. Aqui não há uma falha na “decoração” do ritmo, uma vez que “decorar” significa “saber de memória” em sentido primário. É exatamente por esse motivo que a seção §75d vai negar a existência de um “duende enganador” responsável por “induzir” a minha memória a um erro intrínseco a ela própria: “um erro que por princípio não *pode* ser descoberto não é um erro”, revelando que “o tempo de minha memória, nesse caso, é precisamente o tempo que eu descrevo”, completamente diferente daquele da “interpretação usual” (PB §75d). Mas o que se revela hipotético na descrição fenomenológica mesmo quando ela assume como métrica o ritmo?

Na reprodução, quando a descrição é tomada como previsão, mostra-se mais claramente que a “regularidade rítmica” nela expressa não é dada na própria realidade fenomênica, mas que ela tem de ser pressuposta. De maneira análoga ao que ocorria na releitura da descrição de minha memória, a previsão mostra que a suposta “regularidade rítmica” da linguagem fenomenológica é determinada pela pressuposição do que seria o “início” e o “fim” da descrição e do descrito – o que não é dado no *instante presente* da produção desta linguagem. O que na previsão está *presente* para mim *agora mesmo* não é a totalidade da descrição “em oposição” à totalidade do descrito, mas uma sucessividade de sinais (batidas do metrônomo) que simbolizam a sucessividade dos fenômenos, mas, agora, a partir da pressuposição de que aquele sinal é o primeiro (um primeiro compasso ou batida) – devendo se adequar àquilo que é “dado primeiramente” no espaço visual – e aquele outro sinal é o último – devendo se adequar “ao último acontecimento” do espaço visual. Isto é, embora seja possível sincronizar as batidas do metrônomo aos processos dos fenômenos visuais, tomar uma batida como “primeira” e outra como “última” não determina uma métrica interna à linguagem e ao tempo primário, mas estabelece a pressuposição de uma totalidade que não é dada e, portanto, “externa” a essa temporalidade.

Talvez a passagem enigmática sobre a palavra falada e a banda sonora, se bem desembaraçada, possa lançar luz sobre o ponto que quero chamar atenção: “o todo (*das Ganze*) é um filme falado e a palavra falada que vai com os processos da tela é tão fugidia quanto estes processos, e o mesmo não ocorre com a banda sonora. A banda sonora não acompanha o desempenho (*Spiel*) na tela” (PB §75c). Por um lado, parece que a palavra

falada acompanha, com igual fluidez, o fluxo temporal dos processos no espaço visual – tal como um narrador inoportuno que narra aquilo que acontece agora na tela cinematográfica, e poderíamos pensar que esse narrador já tenha visto o filme e, uma vez decorado cada uma das cenas, começa a narrá-las no mesmo instante em que elas vão se sucedendo na tela. Mas, por outro lado, o que é falado tem de ser tomado enquanto uma totalidade e é exatamente esse “todo do filme falado” que não está dado agora no fluxo dos processos espaço-visuais – nos processos da tela não podemos ver a totalidade da película cinematográfica, toda narração inoportuna não está agora sonorizada conforme as cenas da tela. Nesse caso, a “palavra falada” se comporta como a banda sonora. Nos primórdios do cinema, as bandas sonoras tocavam músicas de fundo que deveriam acompanhar as imagens na tela, o que nem sempre se dava de maneira exata (sincrônica). Se pensarmos no desenvolvimento das técnicas de reprodução cinematográficas, em que a trilha sonora não é improvisadamente executada pela banda mas já vem “embutida” no próprio desenrolar das imagens na tela, talvez, a questão da totalidade se torne mais clara: é pelo fato da música ser pensada em sua totalidade com relação à totalidade do filme que ela pode ser comparada agora com as imagens na tela, mas isso pressupondo uma totalidade que não é ela própria dada no presente sucessivo dessas imagens<sup>40</sup>.

A descrição fenomenológica do mundo do dado, seja do que é agora representado como passado pela memória primária, seja aquilo que se passa nesse instante com os fenômenos visuais, parece ser impossibilitada pelo *aspecto absolutamente assimétrico do presente*. Ou, dito de outra maneira, a aplicação da linguagem tem de incidir sobre a estrutura atemporal dos fenômenos, em um presente instantâneo que não se contrapõe a outras determinações temporais e, como tentei deixar claro nas seções anteriores, esse presente não exclui a possibilidade de acesso às representações dos fenômenos passados pela memória, pois ambos compõem a mesma estrutura de ordenação dos fenômenos e possibilitam a ordem

40 Ainda que de maneira diferente, estou tentando acompanhar, mais uma vez, a interpretação de Prado Neto. Esse comentário revela, a partir das considerações sobre a nota musical e o silêncio no interior de uma melodia, o problema do ritmo enquanto métrica: “Mas no caso que supusemos, em que a uma nota se segue um silêncio, como introduzir uma métrica? Caso disponhamos do início e do término das duas melodias (descritiva e descrita), eu posso transladar, ao fim e ao cabo, a métrica da melodia descritiva para o silêncio da melodia descrita; ou seja, é preciso que me sejam dadas como totalidades tanto o processo descritivo (e isso não é problemático, pelo contrário), quanto o processo descrito; mas, para isso, eu precisaria dispor de uma especificação da localização temporal do final desse processo – isto é, eu teria de pressupor como dado exatamente aquilo que eu procuro instituir através dessa descrição, a saber, a determinação temporal (eu precisaria estabelecer – de modo independente – o ponto em que termina a descrição)” (PRADO NETO, 2017c, p. 172).

temporal dos eventos físicos – presente e memória, em sentido primário, contêm o tempo mas não estão no tempo (PB §§69a e 75d-f). Desse modo, o que é importante sublinhar sobre a consideração acerca do presente na seção §75c não é a impossibilidade de uma relação simultânea entre proposição e fenômeno visual presente, mesmo porque, como vimos, até quando se apresenta essa estreita simultaneidade é impossível estabelecer uma descrição fenomenológica do dado. Para que a absoluta simultaneidade entre batidas do metrônomo e processos no espaço visual fosse apreendida nessa descrição fenomenológica, ela deveria apresentar em sua estrutura descritiva o modo pelo qual ela se aplica agora à realidade fenomênica, o que é impossível.

Observemos que se o modo de aplicação dessa linguagem não pode ser caracterizado apenas ao tomá-la como uma previsão – em que era necessário pressupor que a descrição me seja dada independente do que nela está presente para mim agora – é porque ele já não poderia ser destacado no “momento da produção” (quando batidas do metrônomo são sincronizadas agora ao fenômeno visual presente). Assim, a impossibilidade de uma descrição fenomenológica não é caracterizada pela impossibilidade da linguagem usual ser estritamente simultânea àquilo que é dado no presente, mas, justamente por isso ser possível é que se revela a impossibilidade de uma tal descrição<sup>41</sup>: nem mesmo uma linguagem completamente simultânea ao dado é capaz de descrever as suas condições de aplicabilidade, pois o modo pelo qual ela se aplica aos fenômenos (sejam eles dados no presente ou representados pela memória) *jaz no instante da própria aplicação*. De fato, se fosse possível “realçar” o instante presente da aplicação, de que modo a perspectiva presente aplica-se ao agora da experiência imediata e em outras perspectivas outrora presentes (ao passado da memória primária), seria possível destacar o ponto em que os sinais se constituem essencialmente enquanto símbolos, ou seja, a “posição temporal” de onde o “eu do solipsismo” estabelece uma linguagem a partir de “minha realidade” (“apenas a experiência do instante presente tem realidade”, PB §54d-f) e, com isso, poder-se-ia determinar a totalidade da descrição e do descrito a partir desse instante “realçado”. É exatamente esse “ponto no tempo” que é impossível de ser destacado, o que Wittgenstein já alertava desde as considerações sobre a temporalidade primária no Capítulo V e sobre o “privilegio de minha linguagem” no Capítulo VI.

---

41 Salvo engano, essa é parte da linha interpretativa de Prado Neto (2017c, pp. 173-174) e de Ghisoni (SILVA, 2011, pp. 120-121) que, nesse ponto, opõe-se às leituras instaneístas de Hintikka (1996, pp. 257-265) e Perrin (2007, pp. 30-33).

No Capítulo VII, a questão sobre o “realçamento” da posição temporal é retomada visando a sua possibilidade a partir de uma linguagem fenomenológica (seja por um simbolismo especial ou daquilo que há de “fenomenológico” na linguagem da física), o que é vetado pela redução ao absurdo de uma tal linguagem (tanto na versão das seções §§67-69 quanto daquela da seção §75). Não é por menos que a “conclusão” do Capítulo VII é similar àquela dos dois capítulos que imediatamente o antecedem: a forma essencial do dado, no caso, a forma temporal da realidade fenomênica, não pode ser realçada; e nem mesmo uma linguagem que pretendesse se ater tão somente aos verificáveis poderia realizar essa empreitada de maneira legítima, pois toda linguagem introduz algum elemento hipotético na descrição dos dados impossível de ser eliminado. Os termos “presente” e “eu” estão “fora de lugar” ao serem utilizados para a descrição dos fenômenos (PB §§54e-75f), pois deveriam indicar a estrutura formal do dado, aquilo que é propriamente um espaço e não está *em* um espaço, que contém um tempo mas não está no tempo (ibidem.), o que não pode ser descrito.

### **Capítulo III – Figuração e Temporalidade nas *Bemerkungen***

*Este desejo de capturar o tempo é uma necessidade da alma e dos queixos; mas ao tempo dá Deus habeas corpus.*

(Machado de Assis – *Esau e Jacó*)

O objetivo deste capítulo é compreender como as considerações acerca do tempo podem ser relacionadas à “nova” concepção de figuratividade proposta pelas *Bemerkungen*. Nos capítulos II-IV, o termo figuração está vinculado a outros termos importantes como “verificação”, “intenção” e “expectativa”. Como já vimos anteriormente e de maneira parcial ao longo desta tese, a verificação de uma proposição está essencialmente vinculada ao tempo: nas seções §§48 e 50, as *Bemerkungen* desenvolvem o conceito de verificação a partir de seu vínculo com o “presente” e com a “memória enquanto fonte do tempo”. Além da “nova” ideia de figuratividade estar associada ao conceito de verificação, ambos os termos estarão essencialmente relacionados à intencionalidade – ao modo como na linguagem visamos aquilo que é figurado – e à expectativa – que carrega consigo a possibilidade de utilizar as palavras no “futuro” do mesmo modo que são utilizadas “agora” e a possibilidade reconhecer “agora” o emprego de palavras como sendo o mesmo empregado no passado. Assim, a proposta deste capítulo é colocar em relevo a relação entre esses termos a partir da temática do tempo.

Para sublinhar esse vínculo, antes de tudo, precisamos ter em mente que, a partir de 1930, o conceito de figuração sofre uma mudança em relação ao modo como era caracterizado no *Tractatus*. Antes a figuratividade proposicional poderia ser plenamente determinada apenas a partir de uma análise completa das proposições usuais, quando se tornassem completamente esclarecidos os usos dos nomes no contexto proposicional elementar, bem como a relação direta entre nomes e seus significados. Nas *Bemerkungen* tal concepção de análise é desmantelada – ou, pelo menos, revela-se desnecessária e até mesmo absurda (PB §1b, §3a, §53a; Ms 107, p. 176) – e, a partir disso, o conceito de figuração ganha “novos contornos”. Não é por menos que, no interior dos textos de 1929-1930 (cf.: PB, Cap. VIII, principalmente §§82-86), há todo um movimento de esclarecimento sobre o caráter figurativo das proposições que conduz a uma nova concepção de “proposições elementares” – que perde toda a antiga significância (PB, §83a).

Aparentemente, a ideia de estrutura proposicional elementar típica do *Tractatus* é retomada no início das *Bemerkungen*: “Uma palavra só tem significado na liga proposicional: isto é como se dissessem que uma barra só é uma alavanca quando em uso. Só a sua aplicação a torna uma alavanca” (PB §14a). A antiga necessidade de reduzir o significado dos nomes ao modo como eles são utilizados na proposição elementar é resgatada, só que partindo de uma concepção de figuração e de determinação do sentido proposicional distintos. É sobre esse

contraste entre a figuratividade apresentada no *Tractatus* e nas *Bemerkungen* que procuraremos abordar a ideia de intencionalidade. Nas seções que se seguem, buscaremos ressaltar a intersecção entre a temática do tempo e intencionalidade e, com isso, destacando os novos elementos que estão relacionados à nova concepção de figuratividade: a metáfora da *Maßstab* ou a ideia de um sistema de proposições, a distinção entre hipótese e proposição, bem como, o destaque que a ideia expectativa ganha no desenvolvimento da concepção de figuração a partir da introdução do elemento temporal.

### **3.1) O conceito de intenção nas *Bemerkungen***

#### **3.11) *Figuração e intencionalidade***

Wittgenstein sublinha o papel central que a ideia de intencionalidade desempenha na remodelação do conceito de figuração nas *Bemerkungen*: “Quando se retira o elemento da intenção da linguagem, com isso colapsa toda a sua função. / O essencial da intenção, no visar, é a figuração. A figuração do visado” (PB, §20c e §21a). A linguagem tomada a partir de sua característica essencialmente figurativa não pode ser compreendida sem o elemento intencional, sem aquilo que se *tem em vista* para atingir a sua função – o seu *fim* (PB, §§31a e 31b). Nesse sentido, a figuração envolve um outro conceito muito caro à filosofia do jovem Wittgenstein, o conceito de *pensamento* (*Gedanke*). O mínimo exigido para determinação do sentido proposicional consiste na relação íntima entre o pensamento e o fato ou, por outras palavras, a *relação interna* entre a figuração e o seu visado – exatamente essa relação interna entre pensamento e fato que mostra que a concepção “externalista” de Russell acerca do funcionamento da linguagem recai em contrassenso (PB §21b e 22b).

A relação íntima que as *Bemerkungen* estabelecem entre “intenção” e “figuração” não é completamente estranha à ideia de figuratividade presente no *Tractatus*. Embora o termo “intencionalidade” não apareça de maneira explícita na obra de 1921, a figuração era caracterizada pela ideia do “visar”: o que seria a figuratividade proposicional senão “projetar-se” sobre o fato visado? Ou, nos termos do *Tractatus*, “A figuração lógica dos fatos é o pensamento” e “O sinal por meio do qual exprimimos o pensamento, chamo de sinal

proposicional. E a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (TLP, 3 e 3.12)<sup>42</sup>.

É claro que, também no *Tractatus*, essa “relação projetiva” entre pensamento e fato não pode ser tomada como uma “relação externa”. Wittgenstein nos alerta que é na configuração entre os sinais simples no interior do sinal proposicional que poderíamos visar um fato, pois o sinal proposicional deveria ter a mesma forma de configuração entre os objetos da situação (TLP, 3.21). Desse modo, “só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (TLP, 3.3), isto quer dizer que: a maneira pela qual um nome pode estabelecer um vínculo com seu significado, se dá pela forma como ele é *empregado* na proposição, no modo como ele estabelece uma relação interna com outros nomes para visar a situação. É só no *uso* sintático dos nomes que eles podem *substituir*, na proposição, a maneira como os objetos se relacionam na situação (cf.: TLP, 3.22 e 3.221). Ou, ainda, é o uso dos nomes no contexto proposicional que permite pensar a proposição como uma figuração capaz de coordenar os seus elementos às coisas no estado de coisas e, assim, ela toca o mundo por meio de suas antenas (os nomes; cf.: TLP, 2.1514 e 2.1515). Não é por menos que o alcance da clareza das formas de afiguração pressupõe a determinação da forma como os nomes se articulam nas proposições elementares, isto é, a partir de um processo de análise lógica que conduza do caráter formalmente vago das proposições usuais à clarividência da forma das proposições completamente analisadas. A relação interna entre os sinais simples no interior da proposição elementar ou, melhor dizendo, o uso sintático dos nomes na composição da liga proposicional *mostra as regras* de projeção do sinal sobre o afigurado e, assim, esclarece a relação interna entre pensamento e fato.

É claro que, como já vimos, o uso cotidiano da linguagem não é, por assim dizer, incompreensível em si mesmo: “De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem” (TLP, 5.5563). Que as proposições

---

42 Sobre o “método de projeção” no *Tractatus* poder estar relacionado à ideia de intenção, bem como as proximidades e distanciamentos entre o *Tractatus* e as *Bemerkungen*, cf.: ENGELMANN, 2013, pp. 77-80. Em uma leitura “oposta” a de Engelmann, João Vergílio Cuter também aponta para o caráter intencional do método de projeção no *Tractatus*, intencionalidade/projeção que só poderia ser operada a partir de um “sujeito transcendental” (cf.: CUTER, 2006). Até certo ponto, guiar-nos-emos pela chave de leitura proposta por Engelmann (2013 e 2017) para abordarmos os conceitos de intenção e figuração nas *Bemerkungen*. No que toca a relação desses conceitos com a ideia de tempo, buscaremos apoio em outros comentadores que, apesar de suas diferenças marcantes, todos sublinham o papel central da temporalidade para o conceito de figuração (centralidade que não se apresenta no comentário de Engelmann): PRADO NETO (2003), PERRIN (2007 e 2013), HINTIKKA (1996), STERN (1995) e SILVA (2011, 2013 e 2014).

usuais estão em perfeita ordem lógica, que as compreendemos em nossos usos cotidianos, não inviabiliza a ideia de uma análise completa das proposições, uma vez que a possibilidade “mais elementar” do sentido proposicional é determinada por *razões lógicas*: “se sabemos, por razões puramente lógicas, que deve haver proposições elementares, deve sabê-lo quem quer que entenda proposições em sua forma não analisada” (TLP, 5.5562).

Para além desse “saber” que todos aqueles que entendem o uso de nossa linguagem estão de posse, e para além da exigência de esclarecimento do sentido das proposições usuais enunciado pelo postulado dos sinais simples (TLP, 3.23), as proposições completamente analisadas eram necessárias também para evitar os equívocos que emergem no modo como a filosofia utiliza as palavras da linguagem comum. É nesse sentido que o *Tractatus* exigia uma notação que, em sua estrutura, esclarecesse os modos de designação dos sinais, evitando a ambiguidade de seus usos cotidianos e, com isso, excluindo os equívocos filosóficos (TLP, 3.325). Como bem sabemos, a elaboração de tal notação exigia obediência à *gramática lógica* ou à *sintaxe lógica* (Ibidem.) e, na interpretação que seguimos desde o início desta tese, essa notação especial caracterizava uma linguagem completamente analisada ou, a partir de 1929, uma linguagem fenomenológica.

Mas como poderíamos compreender a figuração dos fenômenos, o modo como nossa linguagem se projeta sobre a experiência imediata, se a ideia de análise completa das proposições usuais e a ideia de sinais simples foram desmanteladas ou, pelo menos, já não têm o mesmo papel que desempenhavam no *Tractatus*? Em que medida é possível determinar o uso simbólico dos sinais sem uma notação especial – obediente à sintaxe lógica e restrita à apresentação das formas fenomênicas – que o pudesse esclarecer por completo? É diante da falta desse arcabouço lógico tractariano que consideramos fecundo buscarmos compreender as considerações sobre a intencionalidade e figuratividade nas *Bemerkungen*. Embora o alicerce do *Tractatus* não esteja em jogo para elaborar o conceito de figuração em 1930, Wittgenstein apresenta a ideia de intenção por um ponto de vista, em seu sentido geral, muito próximo ao “método de projeção” tractariano. Busca-se ainda eliminar os aspectos psicológicos e metafísicos que o termo “intencionalidade” poderia carregar consigo, isto é, toda “psicologização” e “ilusão filosófica” vinculadas à possibilidade de uma relação projetiva entre sinal proposicional e realidade busca ser evitada.

Por um lado, no que toca o conceito de figuração, a “ilusão filosófica” que está na mira das *Bemerkungen* é a concepção de um simbolismo ou notação especial apresentada de maneira *a priori* (geral) no *Tractatus* e no projeto fenomenológico até final de 1929. A “construção” de uma notação desse tipo equivaleria a uma “mitologia do simbolismo” (PB §24b), já que ela deveria antever e colocar sobre a mesma forma os diferentes modos de comparação entre figuração e realidade. Parece-me ser isso o que está sendo exposto na seção §24 das *Bemerkungen*. Que a “intenção nunca pode estar na própria figuração” (PB §24a), revela que a figuração pode ser projetada de diferentes maneiras sobre a realidade, de modo que a expressão da intencionalidade se dá no *agora* (*Ibidem.*), na maneira como agora comparo figuração e afigurado. Por outro lado, no caso de uma mitologia da psicologia, a crítica se endereça diretamente a Russell e à sua teoria causal do sentido proposicional. Teremos oportunidade de explorar a teoria russelliana e sua crítica elaborada por Wittgenstein na última seção deste capítulo, quando analisarmos o conceito de expectativa. Por ora, basta termos em mente que Russell coloca em relevo os aspectos psicológicos da relação sentença-fato e deixa de lado os aspectos essencialmente *normativos* dessa conexão. A teoria russelliana enfatiza a relação externa entre linguagem e mundo, enquanto que as *Bemerkungen* buscam compreender essa relação a partir daquilo que internamente constitui o sentido proposicional, que o vínculo entre proposição e fato deve ser *logicamente regrado*.

Com o abandono da ideia de análise completa das proposições usuais, de uma linguagem completamente analisada capaz de exprimir as linhas de projeção entre proposição elementar e realidade, abandona-se também a proposta de que a forma geral de representação proposicional estaria calcada nas formas função e argumento<sup>43</sup>. Apesar de ser possível reconhecer estruturas proposicionais traduzidas nas formas verifuncionais, isso não quer dizer que todas as “partes de nossa linguagem” o sejam – como bem aponta o problema das cores, em que proposições elementares se excluem mutuamente, o que a notação baseada nas tabelas

43 Aqui é válido retomar a “crítica” que Cuter faz à interpretação minimalista de Engelmann (Cf.: CUTER, 2017a, pp. 179-183), uma vez que este toma a “forma mínima” da proposição elementar enquanto uma função preenchida por um argumento. Mas Cuter lembra que o *Tractatus* não pode fornecer *a priori* a forma das proposições elementares e, conseqüentemente, as possibilidades das combinações dos nomes no interior dessas proposições, o que só poderia ser fornecido pela análise completa das proposições usuais (*Ibid.*, p. 181). Por um lado, remeter a forma mínima das proposições às formas função e argumento é dizer pouco, uma vez que pelo escopo lógico do *Tractatus* é trivial dizer que toda proposições pode ser compreendida como função verdade de outras proposições ou de si mesma (no caso da proposição elementar). Por outro lado, tomar função e argumento enquanto formas estritas da proposicionalidade, já é dizer demais, pois antecipa a especificidade formal das proposições elementares, o que poderia ser apresentado apenas com a aplicação da lógica (em certa medida *a posteriori*, segundo o começo do período intermediário; cf.: SRLF, p. 163).

de verdade não conseguia antever. Tendo em vista tais dificuldades notacionais, as *Bemerkungen* exploram uma nova ideia de análise: não é necessário recorrer à estrutura de proposições elementares ou de um simbolismo mais adequado para exprimir as regras projetivas da linguagem, mas esclarecer as *normas de nossa linguagem* que possibilitam a conexão lógica entre os diferentes tipos de palavras e a realidade fenomênica. Nesse sentido, a “nova proposta” de análise das proposições usuais consiste na explicitação perspícua das “regras gramaticais”<sup>44</sup> de nossa linguagem, assim, implicando em um esclarecimento “direto” de tais regras, sem a mediação de uma estrutura notacional mais adequada.

Os processos que determinam as relações entre proposição e fenômeno, os modos pelos quais projetamos a figuração sobre o afigurado, não podem ser descritos através de proposições. Dito de outro modo, é impossível afigurar o “ato intencional” que permite estabelecer uma proposição como figuração de um fenômeno específico. Se a intencionalidade é condição necessária para determinar o sentido proposicional, não pode haver uma proposição que a descrevesse, pois ela dependeria novamente do ato intencional para poder exprimir o seu sentido<sup>45</sup>. A explicitação das regras de projeção, daquilo que intentamos com nossas palavras, não é uma “descrição” de tais regras, mas consiste em evidenciar, a partir do próprio *uso* dos sinais em nossa linguagem, os limites do sentido proposicional. Se tomarmos como exemplo as cores, os *empregos* das palavras “vermelho” e “verde” mostram a impossibilidade de atribuir sentido às palavras “a mancha é completamente verde e completamente vermelha”, isto é, revela-se no próprio uso desses sinais que uma tal composição caracteriza um contrassenso e não afigura uma possibilidade no interior do campo fenomênico. Desse modo, as normas para a aplicação dos sinais se apresentam no próprio uso que fazemos deles em proposições com sentido. É por esse prisma que podemos compreender a proposição enquanto figuração da experiência imediata que, a

---

44 cf.: ENGELMANN, 2013, pp. 82-84.

45 Estamos chamando de “atos intencionais” as “regras para projeção” dos sinais. O que estamos buscando destacar, é que tais regras são “arbitrárias” (usarmos os termos de ENGELMANN, 2017b, pp. 44 e 53-55), isto é, elas não podem ser justificadas, já que fundamentam toda possibilidade de justificação. Nas aulas do ano de 1930, Wittgenstein vai nessa direção: “Na gramática, algumas coisas são arbitrárias, outras não./ Todo o sistema de regras não é arbitrário”, “O que faz de um retrato, um retrato?/ A intenção./ Mas como isso se exprime?/ Nada pode deixar isso claro; porque uma nova interpretação é sempre precisa. (...) Regra de *projeção* se expressa apenas na projeção” e “A palavra é inessencial; eu posso usar uma *nova* palavra; mas eu tenho de me comprometer com alguma coisa. É o *modo* pelo qual ela é usada que a caracteriza/ I.é., uma palavra tem significado apenas *em um sistema gramatical*”(WLC – 1930-1933, pp. 17, 83 e 90). Sobre convenção, regra e arbitrariedade, ver também: PB, §5a e 7b.

partir do uso normativo dos sinais que a compõe, visa de diferentes maneiras o seu afigurado. Seguindo essa linha de argumentação, é possível compreender também como a proposição pode ser “verificada de diferentes modos” (cf.: PB, §19 e §64), remetendo às suas possibilidades de verdade.

### 3.12) *Figuração e verificação*

Uma vez abandonada a ideia de análise completa das proposições usuais, Wittgenstein não pode se amparar em uma notação especial (uma linguagem fenomenológica) para esclarecer as regras que possibilitam a projeção dos sinais sobre a realidade. Depois de 1929, esse tipo de esclarecimento deve ser operado por meio da forma usual pela qual nossa linguagem se estrutura. Um ponto que emerge da discussão sobre a intencionalidade proposicional, consiste na possibilidade de determinarmos a verdade ou falsidade de uma proposição, em que condições ela estabelece o seu sentido. Se o *Tractatus* reivindicava a análise completa das proposições para, assim, *determinar plenamente o sentido proposicional*, como se deve operar após esse processo analítico ser abandonado? Como já vimos, o procedimento deve se apoiar tão somente em nossas proposições. Mas, mais do que isso. Para compreendermos o sentido da proposição não basta saber “o que é o caso se ela for verdadeira” (TLP, 4.003), deve se atentar ao critério que podemos assumir para estabelecer a sua verdade, isto é, um método que estabelece como se deve buscar a sua verdade. Nas palavras das *Bemerkungen*: “Eu diria que a uma pergunta corresponde imediatamente o seguinte: um método para encontrar. / Ou se poderia dizer: uma pergunta designa um método de busca” (PB, §43a) e “Entender o sentido de uma proposição significa saber como se deve produzir a decisão de se ela é verdadeira ou falsa” (PB, §43c).

Não é por menos que, em diferentes passagens do ano de 1930, Wittgenstein nomeia esse critério para estabelecer a verdade da proposição de “método de verificação”: “o sentido de uma proposição é o método de sua verificação” (WVC, p. 79; janeiro de 1930) e “Uma proposição pode ser *verificada* ou *falsificada*, e é *equivalente* a um método de verificação ou falsificação”(WLC 1930-1933, p. 44; abril de 1930). Ao relacionar o método de busca pela verdade da proposição com a determinação de seu sentido, Wittgenstein pretende ainda corroborar um princípio fundamental do *Tractatus*: a independência do sentido da proposição

em relação a sua verdade ou falsidade efetiva. Isso vem expresso na ideia fundamental de que “A figuração representa o que representa, independente de sua verdade ou falsidade, por meio da forma de afiguração” (TLP, 2.22) e “A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada, se entendo a proposição. E entendo a proposição sem que seu sentido me tenha sido explicado.” (TLP, 4.021). Compreendida enquanto figuração, a proposição representa um fato através de sua forma de afiguração, é por meio de sua estrutura formal que a proposição pode ser entendida sem maiores explicações, o que não pressupõe a existência efetiva da situação representada para que a proposição tenha sentido. Assim, a “proposição *mostra* o seu sentido”, “*mostra* como estão as coisas *se* ela for verdadeira” (TLP, 4.022), sem que o sentido seja “explicado” por outra proposição e sem que o fato afigurado efetivamente existente venha garantir a constituição do sentido. Com a nova (remodelada) concepção de figuração, a proposição não apenas *mostra* qual o fato possível afigurado em sua forma usual, mas estabelece um método para determinar o vínculo entre proposição e fato que poderia garantir a sua verdade.

Embora o *Tractatus* deixasse para a posterioridade (aplicação da lógica) a análise completa e, portanto, a plena determinação do sentido das proposições, a obra não estabelecia critérios claros para guiar uma tal análise e nem os indícios característicos de que esse processo chegou ao seu fim<sup>46</sup>. Ou, melhor dizendo, se antes o *Tractatus* estabelecia por meio de suas ferramentas *a priori* aquilo que a análise deveria perseguir, isto é, o caráter fundante da forma proposicional geral expresso nas proposições elementares, agora, nas *Bemerkungen*, o estatuto elementar de uma proposição é, por assim dizer, rebaixado. Isso porque as proposições elementares não implicam uma “lógica pura” (ou geral), mas uma “lógica própria” (específica), em que é indicada uma estrutura específica no campo dos fenômenos<sup>47</sup>. A possibilidade de verificação proposicional se relaciona com esses espaços próprios à

---

46 Cf.: CUTER, 1999, p. 56. O comentário de Cuter vai na direção de que, em 1929, Wittgenstein busca estabelecer critérios para o procedimento de análise completa das proposições usuais através da constituição de uma linguagem fenomenológica, o que rapidamente é abandonado. E o que estamos tentando sugerir é: se por meio de nossa linguagem temos critérios para saber como a proposição se projeta sobre a realidade e se esse modo de projeção também indica um método para verificá-la, então, no fim das contas, a ideia de intencionalidade e de sentido proposicional só pode ser alcançada ao abdicar da própria ideia de “análise lógica” e de simbolismo especial (fenomenológico) do *Tractatus* e do início de 1929, ou melhor dizendo, a análise e o simbolismo de estilo tractariano se tornam supérfluos diante dessa nova concepção de figuração.

47 Aqui estamos seguindo outro comentário de Cuter sobre o caráter incomensurável da experiência imediata a partir do Capítulo VIII das *Bemerkungen* e os efeitos catastróficos que essas especificidades fenomênicas exercem sobre o conceito de proposição elementar no *Tractatus* e *Some Remarks on Logical Form* (Cf.: CUTER, 2017a, pp. 199-201).

experiência imediata, em que deve ser possível às nossas proposições buscar os critérios para a determinação de seus sentidos.

É por essa perspectiva que, em diferentes passagens do período intermediário, Wittgenstein afirma que uma mesma proposição pode ser verificada de diferentes maneiras – do mesmo modo, a intenção nunca está na figuração, já que a figuração pode ser determinada de diferentes maneiras (cf.: PB §24a) –, pois o sentido proposicional não precisa mais ser reduzido à forma mais elementar de uma linguagem especial. As ambiguidades formais de nossa linguagem não podem ser superada pelo ponto de vista tractariano, mas devem estar ancoradas em seu próprio caráter ambíguo, nos diferentes usos que fazemos de nossas palavras, nas diferentes maneiras de projeção e verificação de uma proposição. É claro que, para esclarecer isso, temos de retornar mais uma vez ao par hipótese e proposição (genuína). Para isso, visitemos uma passagem de março de 1930:

Então, se eu digo “isso é amarelo”, eu posso verificá-la de maneiras inteiramente diferentes. A sentença tem um sentido completamente diferente de acordo a que método eu aceito como uma verificação. Se, por exemplo, eu admito uma reação química como um meio de verificação, então, faz sentido dizer “isso parece cinza, mas, na realidade, é amarelo”. Mas se eu assumo o que eu vejo como uma verificação válida, então não faz nenhum sentido dizer “Isso parece amarelo, mas não é amarelo”. Nesse caso, eu não posso mais procurar um sintoma de ser amarelo, eu cheguei ao fato em si; eu alcancei o ponto último para além do qual você não pode avançar. Eu tenho de não elaborar quaisquer *hipóteses* sobre o que é imediatamente dado. (WVC, p. 97)

No primeiro caso “isso é amarelo” se relaciona ao método como a física verifica suas proposições, de tal modo que se a cor desse “isso” parecesse “acinzentada” e se por procedimentos químicos ele se revelasse “amarelo”, então, o modo como eu assumo a busca para encontrar a verdade de “isso é amarelo” caracteriza uma hipótese. A sentença é hipotética porque ainda pode haver dúvidas sobre a “pigmentação amarelada” desse “isso”, de tal forma que eu poderia ainda verificá-la de outras maneiras (outros métodos/critérios) dentro do “escopo físico” de investigação: por exemplo, em vez de assumir apenas procedimentos químicos, eu poderia também assumir as leis de refração da luz como critério para estabelecer a pigmentação desse “isso”. No segundo exemplo apresentado por Wittgenstein, ao assumir o espaço visual como critério de verificabilidade da cor, a sentença não pode ser simplesmente “confirmada” e esperar que sua “confirmação” se mantenha de acordo com as observações

realizadas até agora. Assumido como método de verificação a visão, somente o dado visual pode determinar se a proposição é verificável, isto é, apenas aquilo que *aparece* na experiência imediatamente visual pode garantir o sentido proposicional.

O que está associado ao método de busca de uma “proposição genuína” é um campo fenomênico: quando alguém diz “isso é amarelo”, imediatamente se estabelece que a verificação da sentença tem de ser buscada no espaço fenomênico da visão e não no espaço da audição, por exemplo. Seria absurdo se alguém procurasse a “cor” com os ouvidos e não com os olhos, pois, ou essa pessoa entende essa palavra diferentemente de como “eu a entendo”, ou ela não atribui significado a essas palavras. Por esse prisma vai a seção §4c das *Bemerkungen*:

“Que seja um contrassenso dizer de uma cor que ela é uma terça acima de outra é algo que não pode ser demonstrado. Posso apenas dizer ‘quem emprega essas palavras com o mesmo significado com que eu o faço não pode vincular nenhum sentido a essa combinação; se para alguém ela tem sentido, então essa pessoa entende por essas palavras algo diferente do que eu entendo’”. (PB, §4c)

O contrassenso indicado por Wittgenstein é caracterizado por querer misturar espaços incompatíveis ou, melhor dizendo, o absurdo consiste em uma espécie de “*erro*” ou “*ilusão*” *gramatical*: de alguma maneira, não se atenta para o uso normativo dessas palavras e, portanto, não se vincula um método para determinação de seu sentido ou, uma vez que as regras gramaticais de certas palavras estão ofuscadas pelo uso cotidiano da linguagem, acaba-se por estabelecer métodos errôneos para especificação do sentido proposicional – procura-se por uma cor na audição, uma nota musical a partir do olfato e absurdos do mesmo tipo. Desertar do âmbito da gramática é declinar em contrassensos, uma espécie de dissolução da própria linguagem.

### 3.13) *Maßstab* e o sistema de proposições

Há ainda mais algumas características dessa nova concepção de figuração que merecem ser sublinhadas. A primeira delas é a ideia de que a proposição está vinculada a um *sistema proposicional*, a um *sistema de medidas* que permite comparar proposição e realidade

fenomênica. Nos anos de 1929-1930, a concepção de um sistema de proposições é introduzida frequentemente a partir da metáfora da *Maßstab*: tal como uma régua<sup>48</sup> que se coloca diante do objeto para poder medi-lo, a proposição se contrapõe ao mundo para poder figurá-lo. Mas é importante apontar que a proposição está inserida em um sistema e, embora seja apenas uma proposição que afigura, todo o sistema de proposições se confronta com a experiência imediata. Assim como uma régua que, apesar de somente alguns de seus pontos realmente medirem o objeto, toda a sua extensão tem de ser contraposta aquilo que deve ser medido. E, mais uma vez, a ideia de que a proposição é uma régua aposta ao fato não é inteiramente estranha ao *Tractatus*, na verdade, era uma das metáforas essenciais para caracterizar a proposição enquanto figuração, para esclarecer como a proposição visa (projeta-se sobre) uma situação possível. Como veremos adiante, o uso da metáfora da *Maßstab* no período intermediário se distancia de maneira expressiva dos textos do primeiro Wittgenstein<sup>49</sup>.

De acordo com o *Tractatus*, a forma como os elementos figurativos se relacionam na figuração mostra a possibilidade de que os elementos do fato figurado estejam relacionados pela mesma forma, desse modo, a figuração pode ser comparada com a realidade, é dessa maneira que a figuração *vai até* a realidade, de modo análogo a uma régua que *se apõe* ao objeto a ser medido (cf.: TLP, 2.151-2.1512). Eram os elementos da figuração que a permitiam tocar o afigurado, isto é, no jargão da lógica tractariana, são os nomes (tomados enquanto elementos figurativos) que permitem a proposição ser comparada à realidade, assim como as marcações de uma régua a permitem medir um objeto específico – são esses “pontos externos” que permitem a régua *tocar* o objeto a ser medido (cf.: TLP, 2.15121). A régua consegue medir por ter uma extensão física que pode se apor e, mais do que isso, *entrar em contato* com a “extensão” do objeto – embora apenas o comprimento é que deve determinar a medida, algo que não é propriamente “extenso”. De maneira semelhante à régua, a proposição

---

48 No período intermediário, o significado do termo *Maßstab* está relacionado a um critério de medida ou um padrão de gradações (cf.: HINTIKKA, 1996, pp. 94-95, 251; SILVA, 2011, pp. 139, 141, 147). A tradução por “régua”, cf.: STERN, 1995, pp. 105 e 155; CUTER, 2017, pp. 190-194. Na tradução de Prado Neto e Nakano, *Maßstab* foi traduzido por “metro”. Sobre a polissemia do termo *Maßstab* e a relação com a filosofia de Wittgenstein, cf.: SILVA, 2021.

49 Sobre os diferentes modos de compreender a metáfora da *Maßstab* no *Tractatus* e no início do período intermediário, ver o artigo de SILVA, 2021. Não desenvolveremos todos os pontos que esse comentador sustenta, apenas queremos destacar neste capítulo que a reformulação da teoria da figuração também passa pelos desdobramentos da ideia de *Maßstab*. Na verdade, nos apoiamos na leitura de Prado Neto que é diferente da leitura de Silva, até porque aquele não toma como fio condutor estrito a metáfora da *Maßstab* para analisar a concepção de figuração nas *Bemerkungen* (Cf.: PRADO NETO, 2003, pp. 107-140)

deve entrar em contato com o mundo: um sinal proposicional é um fato que pode afigurar outro fato, é na “facticidade” que eles entram em contato; no entanto, aquilo que possibilita a comparação entre esses fatos (sinal e sinalizado) é a maneira pela qual projetamos um sobre o outro, o que não pode ter características “factuais”. Por ser uma condição da própria relação entre proposição e fato, a relação projetiva não pode ser descrita através de proposições com sentido; uma projeção não pode ser nem verdadeira e nem falsa, pois consiste na regra pela qual é possível visar um sinal enquanto figuração de um determinado sinalizado.

A comparação com uma *Maßstab* que não tem gradações e que não indica o seu prolongamento – por exemplo, se ela é maior ou menor que objeto a ser medido<sup>50</sup> –, parece se adequar perfeitamente à acepção tractariana de proposição. A relação entre sinal proposicional e sinalizado deveria ser determinada por essa única estrutura figurativa, isto é, por assim dizer, sem pressupor um sistema proposicional que pudesse abarcar outras possibilidades excluídas de afiguração. O pressuposto de que proposições elementares são completamente independentes entre si, mostra como esses elementos se determinam isoladamente uns dos outros – como se os pontos específicos de uma régua que ao indicarem o tamanho de um objeto, pudessem se isolar dos outros pontos de medida<sup>51</sup>. É claro que isso que acabamos de dizer deve ser nuançado. Se, no *Tractatus*, podíamos substituir os nomes da proposição elementar por variáveis proposicionais, isso indicava que esses nomes eram intercambiáveis e, a partir disso, talvez pudéssemos mostrar como esses elementos têm algo em comum, uma forma compartilhada. Mas na determinação completa do sentido proposicional, a fixação dos nomes determina uma possibilidade de existência, um único *lugar lógico* no *espaço lógico* (TLP, 3.4-3.42). Ao indicar esse lugar, indica-se também a possibilidade de que essa combinação de elementos possa existir ou não. Como se fosse possível estabelecer, com a régua, a possibilidade do objeto ir desse ponto extremo até esse outro ponto extremo (e devemos pensar esses pontos mais como *coordenadas*, do que como *gradações*); se essa possibilidade ocorre na realidade, o objeto foi medido corretamente; caso contrário, a sua medida está errada.

Embora todo o espaço lógico seja dado por meio do sinal proposicional e suas coordenadas lógicas (TLP, 3.411-3.42) – uma vez que toda armação lógica (negação, soma

50 Mais uma vez, cf.: SILVA, 2021, pp. 254-255.

51 Uma observação do Capítulo VIII das *Bemerkungen* parece ir nessa direção: “O que reconhecemos assim é que lidamos com metros e não com algo como marcas de graduação isoladas” (PB, §84b).

lógica, produto lógico etc., isto é, todos os conectivos lógicas) deve ser estruturada a partir da proposição elementar, sem que com isso se introduza novos elementos –, a proposição elementar determina apenas um lugar lógico (Ibidem.). Para ter sentido, a proposição escolhe relacionar seus elementos a partir de uma determinada maneira, isso estabelece a regra pela qual ela demarca um lugar no espaço lógico. Observe que, de acordo com o *Tractatus*, proposições elementares são independentes entre si e, ao escolher uma determinada forma para relacionar os seus elementos, não é necessário pressupor outras formas elementares. Por assim dizer, ao determinar um lugar lógico, “apaga-se” a demarcação de outros lugares no interior do espaço lógico, pois estas outras relações elementares ainda não foram estabelecidas – ainda precisam de um ato que as relacionem em uma proposição. Dito por outras palavras, escolher dizer que este objeto se conecta com aquele outro objeto determina um lugar lógico específico, deixando em aberto outras possibilidades de relação que são independentes entre si. O entorno do lugar lógico se caracteriza por ser uma gama de objetos (possibilidades) sem conexões.

O que caracteriza o “outro” da escolha feita pela proposição é a sua negatividade. Explico-me: o sentido da proposição elementar não pode ser determinado por outras proposições, visto que ela é o fundamento do sentido das usuais e tem de ser independente de outras proposições elementares; no entanto, circunscrever um lugar no espaço lógico é determinar uma possibilidade de existência, é revelar que, para ter sentido, a proposição indica a possibilidade de ser verdadeira ou falsa. Se tomarmos como exemplo a proposição “a mancha é amarela”, poderíamos dizer que ela aponta para um fato “positivo”, de que é possível existir a situação descrita na proposição e, assim. Esse exemplo também mostra que a proposição constitui o seu sentido se for possível determinar quando ela é falsa, isto é, caso a situação por ela descrita não existir. É essa característica bipolar da proposição que permite Wittgenstein falar de “fato negativo” no *Tractatus*. Não que no interior do espaço lógico encontraríamos um “lugar negativo”, assim como, não encontramos a mancha “não amarela” no interior do campo visual. O fato negativo simplesmente caracteriza a não existência do fato positivo, que a possibilidade de combinação dos objetos descrita pela “proposição positiva” não existe. Desse modo, a negatividade é apresentada no primeiro Wittgenstein sem acrescentar lugares ou “entidades” negativas no interior do espaço lógico.

Por essa perspectiva é que também podemos falar de negação, de “proposição negativa”. O “fato negativo” que a negação afigura não se apresenta como uma existência, mas como a não efetividade da possibilidade descrita pela proposição negada. A proposição “a mancha não é vermelha” indica apenas a possibilidade de não existência do fato descrito pela proposição “a mancha é vermelha”, de que na realidade o predicado “vermelho” não está relacionado ao sujeito “mancha”. A partir dessa concepção de proposição e figuratividade, o *Tractatus* aponta para a maneira pela qual descrição positiva e negação se relacionam aos fatos: “a negação já se reporta ao lugar lógico que a proposição negada determina. (...) A proposição negativa determina um lugar lógico com o auxílio do lugar da proposição negada, descrevendo aquele como situado fora deste” (TLP, 4.0641). O lugar lógico da proposição negativa se constitui a partir do lugar lógico da positiva; todavia, isso não implica a “existência” de um “fato negativo” ou um “lugar lógico negativo”, e sim a inexistência do fato afigurado pela proposição negada. Com isso, que seja *diferente* o lugar lógico apontado pela proposição negativa, ele só pode ser determinado a partir do lugar lógico da proposição negada, isto é, o lugar lógico da proposição negativa é apresentado pela *inexistência* da concatenação de objetos descrita pela proposição negada – mas são *os mesmos objetos* que estão em jogo para a constituição do sentido da proposição elementar e de sua negação.

A partir da nova perspectiva de figuratividade, a proposição elementar perde o seu caráter estritamente fundante do sentido proposicional – como era tomada no *Tractatus* e no início do projeto fenomenológico. Por um lado, a proposição elementar não pode mais ser pensada enquanto independente de outras proposições; o antigo isolacionismo das proposições completamente analisadas não pode garantir a plena determinação do sentido proposicional. Na verdade, por conta desse isolamento estabelecido *a priori*, o *Tractatus* não era capaz de antever o colapso na estrutura formal das cores – dificuldade que as *Some Remarks on Logical Form* já denunciava com a ideia de investigação dos fenômenos em si, *a posteriori* (cf.: Introdução). Por outro lado, em certo sentido, o espaço de abrangência das proposições elementares aumenta consideravelmente. As diferentes dimensões da experiência imediata têm regras específicas de constituição dos fenômenos, de tal forma que as suas determinações excluem umas as outras<sup>52</sup>. Com isso, a metáfora da régua ganha um destaque especial no período intermediário para esclarecer a ideia de que nossas proposições podem

---

52 O ensaio de Cuter é esclarecedor nesse ponto (cf.: CUTER, 2017, p. 200).

figurar essas diferentes dimensões fenomênicas e, ainda por cima, levando em consideração as características de suas determinações exclusivas. Talvez, seja esse o motivo que leva Wittgenstein a não mais tratar as diferentes partes da experiência imediata como *objetos* e sim como *espaços* – o que faz a metáfora da régua parecer mais adequada no período intermediário do que no *Tractatus*<sup>53</sup>.

Nos capítulos II-IV das *Bemerkungen*, em que Wittgenstein se debruça mais diretamente sobre o conceito de figuração, a régua enquanto um sistema de gradações (ou critério de medida) é uma metáfora fundamental para a compreensão da intencionalidade e verificação das proposições. Ora, uma proposição visa a realidade figurada na medida em que ela pode se estruturar de maneira análoga a uma régua: a proposição estabelece um critério de comparação com a experiência imediata que a permite se situar no *mesmo espaço* do fenômeno figurado. Estar situada “no mesmo espaço” do fenômeno não caracteriza uma determinação “ontológica”, até porque a linguagem usual se estrutura a partir do segundo sistema, no campo da física que, por princípio, é sempre hipotético; enquanto que os fenômenos se relacionam no primeiro sistema, no campo da experiência imediata.

O espaço de encontro entre linguagem e campo fenomênico é determinado pelo “critério de comparação (medida)” que se estabelece para descrever algo determinado, isto é, são as regras gramaticais que permitem apor proposição e fenômeno. É nesse sentido que o método de busca e sistema de medidas estão intimamente relacionados nas *Bemerkungen*, pois colocar a proposição contra a realidade fenomênica afigurada é estabelecer procedimentos de comparação entre esses dois âmbitos: “Só tem sentido fornecer o comprimento de um objeto se se dispõe de um método para encontrar esse objeto — senão, eu não poderia apor-lhe o metro (*Maßstab*)” (PB, §36a). As regras gramaticais estabelecem parâmetros de busca do fenômeno visado e, portanto, estabelecem o modo como se deve comparar proposições e mundo. Conforme comentamos anteriormente, comparar proposição e realidade fenomênica só é possível se há critérios para essa comparação, isto é, saber aplicar as palavras de acordo com as regras da gramática. No exemplo do comprimento, as regras de comparação estão inscritas nas relações com o espaço visual, na maneira como as palavras “fulano tem 2m de comprimento” se aplicam ao fenômeno da visão, em vez de se aplicarem aos fenômenos do

---

53 Sobre essa diferença de termos (objeto e espaço) para tratar o campo fenomênico, cf.: PRADO NETO, 2003, pp. 129-132.

olfato. No modo em que se busca relacionar proposição e realidade, também se estabelece uma espécie de instrumento de comparação, em que o “comprimento de fulano” pode ser medido por uma régua, uma fita métrica, uma trena, com as mãos e pés etc., mas não com um termômetro (no mesmo sentido vai a seção §33e).

A analogia entre proposição e régua abre caminho para compreendermos que, no período intermediário, Wittgenstein trabalha com a ideia de sistema de proposições. O que se apõe na relação linguagem e realidade, não é mais um corpo de proposições completamente analisadas, independentes entre si e responsáveis por demarcar lugares específicos no espaço lógico; mas, antes, um sistema de proposições que, apesar de serem mutualmente excludentes, os seus sentidos estão essencialmente relacionados, tendo em vista a comparação com o mundo, de tal forma que essas diferentes “gradações proposicionais” conseguem abarcar a totalidade de um espaço fenomênico. É esse o peso que a metáfora da régua ganha nas *Bemerkungen*: embora as gradações de um sistema de medida se excluam mutuamente, elas constituem a totalidade desse sistema e são todas elas (todo o sistema) que devem ser colocadas defronte ao objeto para poder medi-lo. Não são apenas algumas partes da régua que tocam o objeto (como pensava o *Tractatus*), mas toda a régua vai até o objeto enquanto um sistema de gradações. Analogamente, as proposições constituem esse sistema de gradações. De acordo com o capítulo VIII das *Bemerkungen*, a comparação entre proposição e régua se dá no seguinte sentido:

As proposições tornam-se, nesse caso, ainda mais semelhantes a metros [*Maßstäben*] do que acreditei outrora. — O acerto de uma medida exclui automaticamente todas as outras. Digo automaticamente: como todas as marcas de graduação estão numa ripa, do mesmo modo as proposições que correspondem às marcas de graduação se co-pertencem e não se pode medir com uma delas sem, ao mesmo tempo, também medir com todas as outras. — Não aponho a proposição à realidade como um metro [*Maßstab*], mas, em vez disso, o sistema de proposições. (PB, §82b)

É claro que por serem mutuamente excludentes, proposições sobre fenômenos não podem se relacionar, por exemplo, em uma conjunção “o círculo é totalmente vermelho e totalmente azul”. A partir da concepção de sistema de proposições, uma tal conjunção de palavras se revela enquanto um contrassenso – e não como uma contradição, como pensava o *Tractatus*. Mas isso mostra que essas proposições se “co-pertencem”, que é impossível uma proposição se apor ao fenômeno sem, por assim dizer, apor todas as outras proposições

excludentes. Para as *Bemerkungen*, é essencial destacar que quando se diz “o círculo é vermelho”, o sentido proposicional não se constitui apenas pela positividade (se ela for verdadeira) e pela negatividade (se ela for falsa) da proposição, como também é constituído pela gama de proposições excluídas (“o círculo é azul”, “o círculo é verde” etc.). Os sentidos das proposições elementares são “co-participativos” e, no exemplo que estamos utilizando aqui, elas se relacionam logicamente por meio de uma incompatibilidade mútua entre os seus sentidos (cf.: CUTER, 2017, p. 202).

Isso não quer dizer que o sentido da proposição negativa seja determinado pela multiplicidade lógica das proposições que poderiam entrar no lugar da proposição negada (cf.: PB, §10a). A proposição negativa se estrutura pelo sentido da proposição negada, elas têm a mesma multiplicidade (ibidem.), falam sobre os mesmos fenômenos ou, de acordo com as *Bemerkungen*: “A proposição negativa traça os mesmos limites que a positiva, apenas os interpreta diferentemente” (PB, §11e). Proposição positiva e negativa falam sobre as mesmas possibilidades mas de maneira diferente, por assim dizer, com sentidos invertidos. Os diferentes modos de interpretação da multiplicidade das proposições positivas e negativas não enfraquece a ideia de sistema proposicional. Com a demarcação dos limites afigurados por uma proposição (e sua negação), confronta-se também outras demarcações possíveis, outras gradações constituintes de um espaço gramatical articulado – algo diferente do *Tractatus*, já que a proposição e sua negação demarcavam um lugar no interior de um espaço lógico inerte, cujos elementos não se encontram articulados<sup>54</sup>.

A metáfora da régua revela ainda uma outra consideração sobre a relação entre linguagem e realidade. Wittgenstein não apenas fala de um sistema de proposições, mas de sistemas de proposições que se sobrepõem e se relacionam para a descrição dos fenômenos, conforme destacado na seção §84b: “lidamos com metros [*Maßstäbe*] e não com algo como marcas de gradações isoladas”. No conjunto dessas notas, as *Bemerkungen* trazem um desenho com diferentes régua (diferentes metros para a cor, o raio, o centro e a localização de um círculo) sobrepostas sob um ponteiro que demarca apenas uma gradação em cada uma delas. O que esse desenho revela é que, embora o ponteiro só destaque apenas uma

---

54 Talvez, o modo como Wittgenstein apresenta o sistema de proposições no final de 1929 pode ser mais esclarecedor: ao apor a proposição ao mundo, contrapõe-se todo o sistema de proposição; por exemplo, se digo que o ponto do campo visual é azul, sei imediatamente que ele não é amarelo, verde, vermelho etc. (cf.: WVC, pp. 63-64).

nomenclatura em cada uma das régua(s) (uma cor, um raio, um centro e uma localização para o círculo), elas se colocam em totalidade contra o objeto em questão para poder medi-lo. Desse modo, a aplicação de uma proposição sobre o mundo, a maneira pela qual ela visa a experiência imediata para poder determinar os seus modos de verificação, está intimamente vinculada com a metáfora da(s) régua(s). Isso porque a constituição do sentido proposicional implica a demarcação de uma possibilidade fenomênica dentro de uma zona da experiência imediata, como também as possibilidades que ela exclui com esse fenômeno demarcado. Ademais, constitui o sentido da proposição a sobreposição de diferentes métodos de verificação, como é exemplificado na seção §44c das *Bemerkungen*: “quando digo: ‘Mais 3 passos e eu verei vermelho’, isso pressupõe que eu possa apor em qualquer circunstância o metro do comprimento e o metro das cores”. Nesse caso, o sentido da conjunção apresentada é determinado pela possibilidade de aplicar métodos de descrição sobre as cores e sobre o espaço para afigurar uma situação específica.

### **3.2) Aspectos temporais da intencionalidade**

#### **3.21) Estrutura geral da linguagem e tempo**

Antes de nos debruçarmos sobre as características da intencionalidade temporal, é importante fazermos uma rápida observação acerca de uma espécie de “estrutura geral” da linguagem que não pode ser pensada sem referência ao tempo.

Com o abandono do projeto de uma linguagem fenomenológica, Wittgenstein se esforça para esclarecer aquilo que há de essencialmente figurativo em *nossa* linguagem e, em vista disso, de superar certas barreiras que o componente físico impõe à figuração. Uma dificuldade consiste em trabalhar com o caráter hipotético da linguagem usual, já que, à primeira vista, há uma incompatibilidade entre aquilo que é hipotético e aquilo que não admite hipótese ou, em outros termos, o problema consiste na relação entre o físico e o fenomênico. Outra dificuldade – origem da qual se desdobra a primeira, como vimos na análise do Capítulo VII das *Bemerkungen* – é que a estrutura de *nossa* linguagem deve corresponder à temporalidade do “segundo sistema”, ou seja, a configuração sintática das

proposições usuais e os seus modos de simbolização consistem em uma extensão temporal física: “Quando falo das palavras e de sua sintaxe, isso acontece ‘no segundo sistema’, e o mesmo deve se dar quando falo da relação de simbolização entre proposições e fatos. I.é., falamos aqui novamente de algo distendido no tempo, e não momentâneo” (PB, §13d). Como pode uma articulação *temporal* de palavras se relacionar a algo que, no limite, *não está no tempo*? As proposições “levam tempo” para se constituírem, elas se prolongam na temporalidade do segundo sistema, o que nos leva à questão: como podemos determinar um sentido proposicional com nossas palavras, se elas têm que, em última instância, referir-se à instantaneidade dos fenômenos? Parece ser esse o problema geral da intencionalidade temporal nas *Bemerkungen*.

Não é sem razão que, em boa parte dos textos do período intermediário, Wittgenstein compara a linguagem a um mecanismo. As palavras e proposições são comparadas a alavancas, manivelas ou engrenagens que desempenham certas funções na estrutura do mecanismo (cf.: PB, §§14a, 15a, 23c, 31b e 69b). Cada uma dessas “alavancas” desempenham diferentes papéis no interior de um maquinário, umas são *usadas* em uma única direção como freio, outras são *empregadas* apenas com o *movimento* vertical para deslocar partes do mecanismo para cima ou para baixo, uma manivela é *movimentada circularmente* para algum desempenho contínuo da máquina etc. (cf.: PB, §13c). Para resumir, em primeiro lugar, a “metáfora do mecanismo” ilustra que, mais uma vez, as nossas palavras só tem significado no contexto de nossas proposições, do mesmo modo que uma alavanca tem serventia apenas a partir de sua função desempenhada no mecanismo. Conseqüentemente, a alavanca não desempenha uma função isoladamente, pois o seu papel tem de ser determinado em comunhão com outras alavancas: o mecanismo é um sistema. Analogamente, as palavras na estrutura de uma proposição cumprem o seu papel na medida em que esta proposição está vinculada a um sistema proposicional: “O que significa entender uma proposição como um membro de um sistema de proposições? (É como se eu dissesse: A aplicação de uma palavra não se dá em um instante, tão pouco quanto o de uma alavanca.)” (PB, §15a).

Mas mais importante para o que queremos destacar nesta etapa da tese, é reconhecer que as relações de nossas palavras na estrutura proposicional e de nossas proposições num sistema de gradações são caracterizadas enquanto um *processo*. Assim como uma alavanca não desempenha o seu papel em um instante, uma proposição não pode simbolizar

momentaneamente. Por assim dizer, o mecanismo e suas partes cumprem suas funções a partir de procedimentos específicos; de forma análoga, a proposição estabelece sua relação com a realidade fenomênica processualmente, é no interior do sistema proposicional que tal procedimento se determina. Na verdade, cada um desses procedimentos devem ser compreendidos enquanto *ações* que, no interior de um mecanismo, devem ser operadas a partir de certas normas (se com essa alavanca é possível proceder assim ou assado). Dentro de um sistema proposicional, as regras determinam as possibilidades de operar ações com proposições.

A comparação entre linguagem e mecanismo revela o modo como Wittgenstein situa a proposição no segundo sistema, enquanto ações (ou procedimentos) que devem se distender no tempo físico. Ou, antes, a proposição se revela como prescrição (PB, 14b), uma espécie de “indicação” ou “regra” para construção de um modelo (PB, 10a); essas indicações para a determinação de um modelo mostram aquilo que podemos fazer com nossas proposições, as ações que podemos realizar por meio delas. É por isso que as *Bemerkungen* revelam que a multiplicidade lógica das proposições está ligada à ideia de uma multiplicidade de operações para realizar certas ações, tal como aponta o exemplo da seção §10a: “Pois, para que a palavra possa dirigir a minha mão, ela precisa ter a multiplicidade das operações desejadas”. A multiplicidade daquilo que podemos fazer com as palavras deveria ter a multiplicidade daquilo que é possível operar com os fatos (por exemplo, as ações que posso executar com a minha mão).

As *Bemerkungen* comparam ainda proposições a “notas promissórias”, o que parece destacar mais uma vez a ideia de tempo: “Palavras se assemelham, num certo aspecto, a notas de dinheiro: nota promissória de... nota promissória, talvez, de uma ação” (PB, 13e). Aquilo que podemos fazer com nossas palavras (a multiplicidade de suas operações) são como “promessas” que, *em um determinado momento*, podem ser realizadas; tal como as “notas promissórias” que comprometem o devedor a pagar, no *futuro*, a quantidade estipulada por elas. A ordem inscrita na nota pode ser cumprida ou não, o devedor pode pagar ou não a quantidade estipulada pela nota: mesmo com o não pagamento da dívida, a promessa não deixa de estar documentada no papel e o devedor terá que arcar com as reviravoltas jurídicas e financeiras da inadimplência – na gramática de nossa linguagem, o descumprimento de uma promessa não leva a tais consequências drásticas. As regras inscritas na proposição permitem

construir um modelo, determinam a ação específica que posso desempenhar com essas palavras. O que está em jogo no uso normativo das palavras no interior de um sistema proposicional é a possibilidade de realizar certa ação em contraposição a outras ações possíveis, em certo sentido, a promessa que tal ação pode ser realizada conforme indicado na proposição.

### 3.22) Hipótese, expectativa e proposição sob a perspectiva temporal

De alguma maneira toda crença, expectativa, ordem, desejo etc. envolve características prescritivas e, conforme apresentado nas *Bemerkungen*, toda prescrição é concebida enquanto descrição (PB, §14b). Ademais, todas essas “formas” descritivas com que a nossa linguagem se estrutura estão ligadas à ideia de tempo, de alguma maneira, podem ser comparadas aos aspectos temporais de um mecanismo<sup>55</sup>. Analisaremos apenas os aspectos descritivos e temporais da expectativa, uma vez que (a) esse termo é fundamental para compreendermos o vínculo entre linguagem e realidade a partir das relações entre “hipótese” e “proposição”, bem como uma redefinição do conceito de análise e de plena determinação do sentido. Para os propósitos desta tese, (b) examinar o conceito de expectativa é importante para compreendermos a intencionalidade temporal, já que esse conceito parece elaborar de maneira mais clara os aspectos temporais de nossa linguagem.

(a) As *Bemerkungen* deixam claro que a relação entre hipótese e proposição desempenha um papel fundamental na relação entre linguagem e mundo, isto é, os escritos do início do período intermediário, mesmo após o abandono do projeto de constituição da linguagem fenomenológica, ainda preservam a concepção tractariana da plena determinação do sentido proposicional. Essa ideia é explicitada no início do Capítulo XXII: “Tudo que é essencial é que os sinais de algum modo, por mais complicado que seja, se refiram apesar de tudo à experiência imediata, e não a um elemento intermediário (uma coisa em si)” (PB, §225b). Para a determinação do sentido proposicional, a constituição de nossos sinais deve se relacionar à experiência imediata, como se a proposição ou hipótese devesse entrar em conflito com a realidade para poder afigurá-la, caso contrário, ela estaria destituída de sentido (cf.: PB, §225a). Nas *Bemerkungen*, parece haver certo caráter ambíguo no tratamento dos

<sup>55</sup> Cf.: PRADO NETO, 2003, pp. 145-148.

termos “proposição” (*Satz*) e “hipótese” (*Hypothese*)<sup>56</sup>, pois, em um primeiro momento, Wittgenstein não parece diferenciar as especificidades de cada um desses conceitos. Tanto a proposição quanto a hipótese mantêm uma relação frouxa (*lose*) com a realidade. À primeira vista, essa “frouxidão” não é necessariamente um problema, o que importa para a determinação do sentido é que, *num sentido qualquer*, a experiência imediata tenda a concordar ou a não concordar com a proposição (Cf.: PB, §225c). Esse “sentido qualquer” da relação “solta” entre linguagem e mundo fenomênico é determinada pela necessidade de que a experiência imediata apenas comprove (*bewahrheiten*) uma faceta da proposição (Ibidem). O algo (a faceta) que precisa ser comprovado pela experiência é o que parece determinar o vínculo (apesar de frouxo) entre linguagem e realidade.

O fenômeno deve ser aquilo que verifica a proposição, o que a torna verdadeira ou falsa (cf.: PB, 225g), isto é, o fenômeno não pode ser um sintoma de algo “mais elementar”, de algo que deveria fundamentalmente determinar a realidade: o fenômeno é a própria realidade e que, de qualquer maneira, a proposição deve se reportar para poder ser confirmada (ou não). Nesse caso, não há uma “coisa em si” que deveria articular a relação entre linguagem e mundo – o vínculo entre proposição e mundo é determinado de uma vez, sem intermediários. “Determinado de uma vez” pode ser um pouco forte diante de tudo o que viemos argumentando até aqui, já que, como vimos na seção anterior, o modo como a aplicação de uma palavra não se dá em um instante, mas apenas no contexto da proposição determinado no sistema proposicional – como uma alavanca, as suas ações no interior de um mecanismo “levam tempo”. Apesar desse corpo de procedimentos que podemos realizar com os nossos sinais no interior do sistema proposicional, isso não remete a algo intermediário e mais fundamental para estabelecer o vínculo entre linguagem e realidade. Em última instância, tal relação tem de estar embasada nos fenômenos.

A partir desse ponto é importante retomarmos a ambiguidade dos termos hipótese e proposição para, assim, tentarmos compreender a relação entre esses dois conceitos e a expectativa. A dificuldade de compreensão desses termos se manifesta na comunhão de duas ideias que, à primeira vista, parecem se opor no capítulo XXII. O primeiro ponto a ser notado é que, nas passagens que acabamos de analisar, “hipótese” e “proposição” são tomados como

---

56 Adiante, retomaremos as dificuldades relacionadas ao aspecto ambíguo dos termos *Satz* e *Hypothese*. Sobre essa ambiguidade e os problemas que ela traz para a compreensão do capítulo XXII das *Bemerkungen*, cf.: CARVALHO, 2017, pp. 280-283.

correlatos. Na abertura de §225, os dois termos são colocados lado a lado (a princípio, como equivalentes), e a característica comum entre eles é a relação frouxa que ambos estabelecem com a realidade fenomênica, embora não seja possível determinar outro caminho para esta relação: ou a “hipótese/proposição” se relaciona de alguma maneira (mais ou menos frouxa) com a experiência, ou ela não tem sentido. Visto isso, o capítulo XXII apresenta o conceito de proposição de uma maneira, por assim dizer, mais branda do que a forma como era apresentado em outros capítulos das *Bemerkungen*: para a constituição do sentido proposicional é necessário que a nossa experiência *tenda* a concordar com as nossas *Sätze (über die Wirklichkeit)*. “Tender a concordar” parece enfraquecer a ideia de plena determinação do sentido. A meu ver, isso está em parte correto e em parte não.

Não está correto se pensarmos que, em outras passagens do capítulo XXII, a estruturação do sentido da hipótese tem de estar apoiada no sentido de proposições basilares, proposições que descrevem diretamente os fenômenos. Essa ideia se apoia principalmente nas seções §§227-228, em que a hipótese é definida enquanto uma “lei para a construção de proposições” ou uma “lei para a construção de expectativas” (PB, 228d). A lei constrói uma regularidade observada a partir dos fenômenos, isto é, pontos que podem confirmá-la estão expressos na possibilidade de verificação de certas proposições. A comparação entre uma hipótese e uma reta pode ser iluminadora aqui: as nossas experiências determinam diferentes pontos de uma reta, de tal forma que a hipótese sugerida aqui é que essas experiências são “diferentes vistas” (*verschiedenen Ansichten*) de uma reta (PB, §227e); constrói-se uma lei que produz a expectativa de que tais experiências podem confirmar a hipótese da reta. É nesse sentido que proposições constituem cortes ou facetas de uma “sentença-hipotética”, apenas elas podem ser verificadas pelos fenômenos, de tal modo que a lei unificadora dessas diferentes perspectivas sobre a experiência pode ser confirmada ou não e, até mesmo, abandonada.

Por tudo o que vimos até aqui, o conceito de hipótese está intimamente relacionado à ideia de indução, uma vez que a observação de certas regularidades a partir dos fenômenos tem de ser estabelecida por uma “lei de indução”, uma lei unificadora de diferentes facetas da experiência, que determina a construção de perspectivas (expectativas e proposições) distintas sobre a realidade. Esse processo indutivo se dá conforme o “princípio de economia”: “só se abandona a hipótese em troca de uma recompensa ainda maior” (PB, §§227a-227b). A

“compensação” que um tal princípio nos leva adotar é a possibilidade de abandonar uma apresentação por outra mais simples, de descrever de maneira ainda mais simples os fenômenos (cf.: PB, §230a). A simplicidade dos “modos de apresentação físicos” já era sublinhada nas cercanias do abandono do projeto de uma linguagem fenomenológica e é retomado no Capítulo XXII. A descrição fenomenológica tem um modo muito complicado de apresentar os fenômenos, ela os descreve de uma maneira inconcebível, de tal forma que a descrição de cada parte daquilo que vejo na minha experiência visual, por exemplo, traços desconexo de uma linha circular, é quase impossível (cf.: PB, §230a). Em contrapartida, a simplicidade da descrição hipotética é inegável, pois unifica por uma lei diferentes partes da experiência: retomando o exemplo, apresento linhas desconexas como partes de um círculo que não está presente na minha experiência imediata – apesar da imprecisão, da concepção de um objeto que não está dado imediatamente na minha visão, a apresentação de um círculo com suas partes conectadas é mais simples do que descrever cada linha circular da experiência visual. Embora a hipótese mantenha uma relação mais frouxa com a realidade do que a descrição fenomenológica, ela ganha em simplicidade.

Há uma dependência mútua entre proposição e hipótese<sup>57</sup>. Por um lado, uma totalidade de descrições puramente fenomenológica seria completamente impossível, pois descrições fenomenológicas são construídas a partir de hipóteses, na medida que uma lei apresenta aquilo que se espera encontrar na experiência, de que certas facetas da hipótese podem ser verificadas por certos fenômenos. Por outro lado, uma hipótese que não pudesse construir expectativas para sua confirmação, que não apresentasse um certo corpo de proposições diretamente verificadas pelos fenômenos, estaria completamente desconectada da experiência.

Em um sentido *lato*, embora a hipótese se conecte apenas frouxamente com a realidade, ela tem um sentido “determinado”, pois aquilo que a confirma está expresso na possibilidade de verificação de proposições que ela mesma constrói. Em sentido *stricto*, uma hipótese nunca pode ter o seu sentido plenamente determinado, já que essencialmente a sua confirmação nunca pode ser concluída (cf.: PB, §228a). As diferentes expectativas que podemos construir não podem ser plenamente determinadas na estrutura da totalidade hipotética: a hipótese nos fornece um número indefinido de proposições que podem confirmá-

---

<sup>57</sup> Cf.: ENGELMANN, 2018, pp. 67-68.

la, de tal modo que a sua confirmação está embasada em certos espaços da realidade fenomênica que podem servir para a manutenção da hipótese ou podem ser abandonados e até mesmo alterar a hipótese (cf.: PB, §227e), enquanto que uma descrição de fenômenos se baseia em um único espaço fenomênico (e isso garante a possibilidade de verificação de seu sentido).

Sobre a ideia de plena determinação do sentido, não me parece totalmente absurdo que, apesar das tentativas wittgensteinianas de salvaguardá-la, ela começa a esmorecer após o abandono da constituição de uma linguagem fenomenológica. Em primeiro lugar, justamente com o ocaso de um simbolismo especial, as nossas proposições usuais (hipóteses) não podem se sustentar sobre um único corpo de proposições elementares. Como garantir o uso correto dos sinais (não empregar o mesmo sinal em símbolos diferentes e dois sinais em um mesmo símbolo; TLP, 3.325), se uma notação obediente à sintaxe lógica revelou-se impossível? Nas *Bemerkungen*, o uso adequado dos sinais é determinado, por assim dizer, caso a caso e não mais apresentado de uma só vez por um simbolismo especial, quer dizer, é na comparação de diferentes modos de apresentação que podemos estabelecer o essencial de nossa linguagem e o que nela são contrassensos ou rodas girando em falso (cf.: PB, §1b). Embora as *Bemerkungen* ainda explore a ideia de uma análise completa das proposições (PB, 1a), a perspectiva de uma *única* análise (LHL, p. 73; TLP, 3.25) e da linguagem enquanto *única* (LHL, 104; NB, p. 52, 29/05/1915) não parece se manter. Nos anos de 1929-1930, Wittgenstein começa a trabalhar com a ideia de que há diferentes modos de análise da mesma proposição – critérios ou métodos distintos para poder verificá-la –, bem como há diferentes linguagens – modos distintos de apresentação da experiência imediata.

Em segundo lugar, Wittgenstein sustenta que a nossa linguagem é constituída pela forma física do segundo sistema, portanto, todas as “partes” dela têm de estar submetidas a essa condição. As proposições genuínas das *Bemerkungen* não têm o mesmo aspecto que as proposições elementares do *Tractatus*, por assim dizer, não são fundantes do sentido proposicional. Primeiro, porque são as hipóteses que impõem processos indutivos de construção de expectativas e proposições. Segundo, as expectativas e as proposições genuínas não fundamentam a totalidade de descrições que determinam as possibilidades de confirmação de uma hipótese; a hipótese pode alterar essas descrições de base para se adequar melhor à realidade fenomênica e, até mesmo, é possível abandonar a hipótese e construir uma

outra hipótese (mais simples) sobre o mesmo evento, assim, determinando novas leis para construção de novas proposições e expectativas.

**b)** O aspecto temporal de nossa linguagem caracteriza a maneira como nossas hipóteses se relacionam ao mundo fenomênico. A hipótese é definida como “uma construção lógica. I.é., um símbolo para o qual valem certas regras da apresentação” (PB, §226a), e a forma pela qual ela se constitui para poder simbolizar está relacionada ao tempo:

Minha experiência fala em favor de que essa hipótese poderia apresentá-la e também a experiência futura de modo simples. Caso se mostre que uma outra hipótese apresente a matéria da experiência de modo mais simples, então escolho o método mais simples. A escolha da apresentação é um processo que repousa sobre a assim chamada indução (não a matemática). (PB, 226c)

A passagem nos mostra que as regras de constituição da hipótese, o modo como ela unifica os as diferentes facetas da experiência para poder apresentá-la, está relacionada à “experiência futura”. Em certo sentido, a hipótese apresenta aquilo que é dado *agora* em minha experiência imediata, mas também deve apresentar aquilo que pode ser dado na experiência futura. Ao que parece, a conexão dupla que a hipótese estabelece com a experiência presente e com a futura é determinada por meio de seu modo simples de apresentação. Mas essa simplicidade da hipótese tem de se remeter a esses dois momentos da experiência, na medida em que a regra de simbolização hipotética deve apresentar as regularidades observadas até agora e apresentar que as mesmas regularidades poderão ser observadas na experiência futura. Talvez, seja por isso que na comparação com as imagens da película cinematográfica seria possível dizer “eu vejo o futuro como pré-formado” (PB, 51a), pois o modo como a hipótese se estende sobre o tempo da física a permite “antever” aquilo que pode acontecer no futuro.

É como se toda extensão temporal já estivesse diante dos meus olhos a partir da construção da hipótese e, na verdade, apenas basta esperar se a regularidade apresentada pelas minhas palavras se manterá ao longo do tempo, ou se ela deverá ser abandonada caso uma apresentação mais simples seja elaborada. Nesse sentido, a produção de expectativas parece ser essencial para a ideia de hipótese, uma vez que, por meio da expectativa, a linguagem articula sua conexão com a experiência a partir da forma como *agora* ela *visa* uma possibilidade fenomênica futura e, com isso, está essencialmente vinculada à hipótese a ideia de que ela nunca pode ser plenamente confirmada: “A essência de uma hipótese, creio, está

em que ela produz uma expectativa, na medida em que ela permite uma confirmação futura. I.é., é da essência de uma hipótese que sua confirmação nunca está concluída” (PB, §228a).

Embora seja impossível concluir a confirmação de uma hipótese, nem por isso ela perde seu vínculo com a realidade, já que “devem ser previstos os pontos nos quais a hipótese se conecta com a experiência imediata” (PB, §228c). Enquanto lei de produção de expectativas, a hipótese espera que as uniformidades apresentadas se mantenham ao longo do tempo, que tais uniformidades persistam no futuro (PB, §229a); podemos dizer que através da geração de expectativas, a hipótese pode prever em quais pontos ela se conecta com a realidade de modo a estabelecer esses mesmos vínculos no futuro. Seguindo essa mesma perspectiva, é possível dizer que a probabilidade de uma hipótese está relacionada ao passado, pois é a uniformidade das experiências passadas que torna provável a mesma uniformidade no futuro (Ibidem.). Outra característica essencial da expectativa é que ela não estabelece um vínculo apenas com aquilo que na experiência futura determina a sua efetividade (verificação ou falsificação), mas também está vinculada ao presente: a expectativa deve fazer sentido *agora* e apenas isso faz da expectativa uma figuração (PB, §229b). Para determinar que minhas palavras possam ser verificadas por uma experiência futura, a sua figuratividade deve incidir também no presente: por um lado, ela indica que aquilo que a verifica não está dado agora na experiência; por outro lado, a expectativa indica que se o fenômeno futuro afigurado por ela fosse dado na experiência presente, ela conseguiria descrevê-lo. No caso da hipótese, mais uma vez, a dinâmica dos processos de espera produzidos pelas leis de unificação de certas observações, possibilita indicar quais partes da hipótese se relacionam agora com a experiência e quais partes esperam por uma experiência futura, assim como revela as possibilidades de manutenção dessa uniformidade.

### 3.23) Expectativa e figuratividade

Uma vez analisado o modo como a hipótese gera expectativas para a construção de um modelo, cujo papel consiste em determinar pontos de encontros entre a unificação hipotética de diferentes descrições e a realidade fenomênica, é possível compreender melhor a dimensão figurativa que as *Bemerkungen* apresentam sobre nossa linguagem, tanto em seu aspecto “mais frouxo” (hipótese) quanto em seu aspecto “menos frouxo” (proposições,

expectativas) com a experiência. A diferença que Wittgenstein estabelece entre proposição e expectativa, parece estar relacionada ao modo como essas descrições fenomênicas temporalmente afiguram os fenômenos e, portanto, a modos diferentes de figuração: estritamente falando, a proposição tem de ser verificada apenas pela experiência presente, embora saibamos que as nossas proposições não afiguram tal realidade de maneira tão “firme”<sup>58</sup>; enquanto que as expectativas incorporam distintos aspectos temporais para o seu preenchimento ou não. Mas, apesar dos diferentes modos de afiguração, expectativa e proposição se “igualam” por serem *descrições de fenômenos*. Para a compreensão do conceito de intenção presente nas *Bemerkungen*, buscamos analisar a dimensão temporal que a expectativa mobiliza para a determinação de seu sentido.

(i) *Horizontes de espera: futuridade e preenchimento*

O primeiro ponto a ser analisado é o horizonte da “futuridade” que parece determinar essencialmente o conceito de expectativa. Essa característica fundamental da espera está intimamente ligada a ideia de “busca” que, como vimos, é a essência da ideia de figuratividade presente nas *Bemerkungen*. Se a expectativa pode ser tomada como proposição ou, melhor dizendo, como uma descrição que, invariavelmente, estabelece prescrições para “procurar” um espaço na experiência em que ela pudesse situar as suas possibilidades de preenchimento, então, essa “procura” se determina através da ideia de futuro. A espera determina um método cujas regras para buscar o evento esperado excluem (*em certo sentido*<sup>59</sup>) aquilo que poderia ser encontrado no agora e nas experiências anteriores ao agora (no passado); portanto, a espera sempre aponta para a esfera do porvir. Nas palavras das *Bemerkungen*, a expectativa apresenta um metro em que ela pode ser comparada à realidade, uma régua que determina o objeto que *será* medido pela descrição:

Procurar algo é certamente uma expressão da expectativa. I.é: como se procura de algum modo expressa o que se espera. (PB, §33a)

A expectativa por assim dizer prepara um metro com o qual o evento que surgirá será medido, justamente no sentido em que ele será incondicionalmente medido por esse metro, quer ele coincida ou não com a marca esperada. (PB, §33e)

58 Lembremos da seguinte passagem: “Elas [nossas proposições] têm portanto de algum modo a comensurabilidade com o presente e elas não podem ter isso apesar de sua natureza espaçotemporal” (PB §48b).

59 Como veremos mais adiante, a exclusão que estamos querendo sublinhar aqui se dá em relação ao evento presente ou passado, mas não caracteriza uma exclusão da forma temporal vinculada as noções de “agora” e “antes-depois”.

Recorrer à metáfora da *Maßstab* para compreender a estrutura da expectativa nos remete, mais uma vez, as considerações sobre a plena determinação do sentido. Segundo Wittgenstein, um erro crasso é considerar a expectativa como uma das partes mais indeterminada de nossa linguagem, até porque, à primeira vista, não é de todo claro a maneira pela qual podemos situar a expectativa em relação ao seu preenchimento: como podemos compreender o sentido da expectativa se aquilo que a preenche só pode ser dado no futuro? Por outras palavras, como é possível determinar que o “evento encontrado” era realmente o “evento esperado” no momento da formulação da expectativa? Talvez, podemos dizer que questões desse tipo são elaboradas a partir de uma perspectiva “externalista” das formas de simbolização de nossa linguagem que, segundo as *Bemerkungen*, caracteriza uma concepção destrutiva de linguagem. O personagem principal desse tipo de equívoco é Russell (e também Ogden e Richards).

O problema que Wittgenstein identifica na teoria russelliana, consiste em certa ruptura com a ideia de intenção, de tal modo que, segundo as *Bemerkungen*, tal ruptura repercute na própria implosão da função da linguagem (cf.: PB, §20c). O fundamental da crítica à teoria causal do significado é que Russell concebia a conexão entre linguagem e mundo a partir de uma relação externa, em que o significado de uma proposição poderia ser estabelecido apenas por meio daquilo que é propriamente exterior à constituição proposicional. Esse tipo de teoria implode a função da linguagem, pois abandona a concepção de figuratividade ou, melhor dizendo, abre mão da ideia de que, para constituir um sentido, toda descrição tem de estar associada a um método de busca que estabelece os procedimentos pelos quais uma proposição pode visar a experiência imediata.

Com relação ao tempo, a expectativa deve exprimir regras para que ela possa ser comparada com a realidade, mas como estabelecer a comparação se ela é “construída no presente” e o evento que a verifica não está “agora” na experiência? Esse tipo de questão não parece realmente se colocar sobre concepção de intencionalidade das *Bemerkungen*, pois toda descrição já está em uma relação direta com aquilo que ela descreve, por assim dizer, descrição e descrito estão no mesmo espaço de possibilidades para poderem ser comparados (PB, §33b). No caso da expectativa, se não pudéssemos compará-la com a realidade, então, diz Wittgenstein, “poderíamos esperar um contrassenso” (PB, 33h). Voltando à questão, o que está em jogo na intencionalidade da expectativa não é simplesmente que o fenômeno que a

preenche “é o mesmo que eu esperava”, mas antes que “eu esperava deste modo”<sup>60</sup>. Por isso, só é possível esperar por meio de regras para a aplicação dos sinais, de tal forma que a régua utilizada para determinar os padrões de comparação entre expectativa e esperado deve estar situada no agora e apontar para o que se espera: “o metro linguístico deve ser apostado no ponto do presente e então ele aponta para além deste — por assim dizer na direção da expectativa” (PB, 35c).

(ii) *O presente da espera*

A gramática da expectativa revela o fundamental para o vínculo entre espera e o seu preenchimento: as regras que constituem uma expectativa determinam não apenas a situação futura que a preenche, mas indicam que era “desse modo que se esperava”, isto é, o sentido da expectativa não é determinado tão somente pela possibilidade da experiência futura que deveria preenchê-la, mas também, por assim dizer, pela maneira como se espera “desde o presente”. A ideia desenvolvida nas seções §§33 a 35 das *Bemerkungen* parece indicar, dentre outras coisas, essa “dupla determinação” do sentido da espera. Por um lado, a expectativa é determinada pela possibilidade futura do evento que a verifica. Por outro lado, isso mostra claramente que o sentido da expectativa deve ser estabelecido anteriormente à efetividade de sua verificação – se espero a bola vermelha, sei de antemão o objeto (esférico e avermelhado) que devo encontrar posteriormente em minha experiência. Mas o ponto crucial aqui consiste em sublinhar que a constituição do sentido da expectativa é determinado no presente:

Quando espero ver vermelho, então eu me *preparo* para o vermelho. (PB, §33f)

Se eu digo “posso delinear isso para você a qualquer momento”, isso pressupõe que eu *estou* no mesmo espaço nas quais essas operações se dão. (PB, §34b)

O que é curioso na expectativa é que sabemos que é uma *expectativa*. Pois a seguinte situação é impensável: tenho alguma representação imagética diante de mim e digo “por ora não sei se é uma expectativa ou uma lembrança, ou apenas uma imagem sem qualquer relação com a realidade”.

E *isto* mostra propriamente que a expectativa se vincula imediatamente à realidade.

---

60 Estamos utilizando uma expressão empregada por Benoist em sua análise do conceito de intencionalidade em Husserl e Wittgenstein (Cf.: BENOIST, 2008, pp. 92-94).

Pois obviamente não se poderia dizer que também o futuro, do qual a expectativa fala — refiro-me ao conceito do futuro — apenas substitui o futuro autêntico!

Pois eu espero que algo se dê de modo tão real quanto eu *guardo*. (PB, §35b)

Um primeiro ponto que salta aos olhos nessa passagem é o uso dos verbos no presente do indicativo – inclusive, sublinhados pelo próprio Wittgenstein –, uso que não parece ser feito sem desígnio específico, mas talvez buscam direcionar a nossa leitura para a perspectiva de que a comparação da expectativa com a realidade tem de ser constituída no agora. Descrever a realidade presente tem de se relacionar ao sentido da descrição da expectativa, as *Bemerkungen* falam aqui de uma “comparação” entre aquilo que descrevo agora com a descrição do evento posterior: “*agora vejo aqui um círculo vermelho e espero mais tarde e ali um quadrado azul*” (PB, §35c). Nesse sentido, para poder fazer a comparação, a expectativa envolvem as ideias de que eu “guardo” e me “preparo”, quer dizer, de que o “preparo” e o “guardo” são estabelecidos no presente em direção ao porvir. No fim das contas, é a ideia de busca que está sendo recolocada aqui: por mais que a expectativa descreva apenas aquilo que poderá ser encontrado no futuro, o processo de busca deve ser preparado desde agora, no momento da constituição da espera; portanto, eu devo “estar” no mesmo espaço em que expectativa (formada no presente) e o seu preenchimento (no futuro) se estabelecem, no mesmo campo de possibilidade em que os procedimentos (operações) de espera em direção ao esperado se dão.

Sem “assentar” a expectativa no espaço de possibilidades da busca que, por assim dizer, conecta “agora” e “porvir” através das regras de projeção do sinal, seria impossível determinar se a “representação” que está diante de mim é uma expectativa ou uma lembrança. No limite, seria impossível estabelecer o vínculo entre descrição e realidade. Em se tratando da espera, a descrição que está imediatamente diante de mim se revela como expectativa, pois as regras de determinação do seu sentido já estabelecem o vínculo específico entre linguagem e experiência. Se entendo a descrição operada pela expectativa, não posso confundi-la com outros tipos de descrição (no exemplo, a lembrança), pois tais descrições estabelecem diferentes *relações temporais* com a realidade. O modo como a expectativa se aplica à realidade, estabelece um vínculo entre o sinal da espera formado no presente e a forma como ele será preenchido no futuro, isto é, o que se determina é o uso regrado desse sinal em

diferentes momentos do tempo. Compreender o sentido da expectativa é saber aplicá-la à realidade, é saber empregá-la agora do mesmo modo que será empregada depois, de que a possibilidade de seu preenchimento se deu conforme o esperado.

Seguindo a caracterização de expectativa fornecida pelas *Bemerkungen*, o curioso é que com a teoria causal do significado seria possível ter diante de si uma representação e, no entanto, não saber se ela é uma espera ou uma lembrança. Se uma expectativa tem de ser verificada apenas a partir do “sentimento de expectativa”, então não posso estabelecer o seu sentido de antemão. É por isso que questões sobre a possibilidade de saber se a imagem anterior persiste ou se ela se assemelha à sensação presente, tal como vimos em *The Analysis of Mind* (cf.: p. 270), podem ser reduzidas aos problemas de saber se essas imagens são anteriores ou posteriores à sensação presente. Nesse caso, se o sentimento de expectativa surge na verificação de uma imagem sobre o passado, então, poderíamos dizer que tal imagem em vez de ser uma lembrança é, na verdade, uma expectativa. Nas *Bemerkungen*, esse tipo de confusão não se coloca, pois a expectativa já indica o seu sentido antes de ser preenchida, exprimi os critérios de sua aplicabilidade aos fenômenos antes de sua verificação efetiva e, portanto, tem de mostrar que ela é uma expectativa tanto agora quanto depois.

*(iii) Esperar é reconhecer que se espera*

O conceito de expectativa proposto pelas *Bemerkungen* revela ainda mais uma “dimensão temporal” que merece ser explorada, a dimensão da memória e do reconhecimento. Não apenas concerne à espera processos de comparação entre expectativa e o seu preenchimento que, como vimos, envolve tanto as possibilidades de aplicação do sinal *agora* quanto as possibilidades de aplicá-lo *depois*, mas também compreende a aplicação do sinal como sendo a “mesma” de *antes*. O que Wittgenstein chama de a “mesma”, caracteriza a peculiaridade do reconhecimento:

Quando espero um evento e sobrevém aquilo que preenche minha expectativa, teria sentido perguntar se isso é realmente o evento que esperava? I. é, como uma proposição que sustentasse isso seria verificada?

É claro que a única fonte de meu saber aqui é a comparação da expressão de minha expectativa com o evento que ocorreu.

Como sei eu que a cor desse papel, que chamo de ‘branco’, é a mesma que aquela que vi ontem? Por eu a reconhecer; e esse reconhecimento é minha única fonte para esse saber. Então ‘que ela é a mesma’ significa que eu a reconheço. (PB, §16a)

As *Bemerkungen* mostram que está associada às possibilidades de verificação da expectativa a ideia do reconhecimento, de que não se pode ter dúvidas sobre se o evento que a preenche é o mesmo que se esperava, pois, isso que Wittgenstein chama de “reconhecimento” tem de ser compreendido como uma relação interna entre a espera e o esperado – quer dizer, o sentido se exprime diretamente na espera. Não há outra fonte de verificação a não ser o reconhecimento, a comparação entre a espera e seu preenchimento. O exemplo da cor é apresentado para tornar evidente essa relação imediata (interna) entre expectativa e o seu sentido: reconhecer a cor do papel como “a mesma” de ontem, o mesmo “branco”, é verificar *agora* a expectativa pelo mesmo método de verificação utilizado anteriormente, com os seus critérios específicos de comparação entre expectativa e seu preenchimento. Estabelecer um método de verificação é determinar os critérios de busca, é assentar a expectativa em um espaço de possibilidade em que esses critérios possam valer agora da mesma forma que valiam antes de sua verificação efetiva. Desse modo, saber que é “o mesmo” branco consiste no reconhecimento das regras de verificação da expectativa, de que essas regras permitem (agora) buscar no espaço das cores do mesmo modo que se buscava anteriormente.

A comparação entre reconhecimento e memória mostra as diferentes maneiras que podemos compreender esses termos em nossa linguagem. Como vimos, o capítulo V das *Bemerkungen* apontava para duas compreensões do conceito de memória. De um lado, a memória poderia ser compreendida enquanto uma imagem mais ou menos fiel ao dado passado, que poderia se “desbotar” ao longo do tempo e, por isso, valendo-se de diferentes fontes para sua verificação – livros de história, documentos, relatos, fotos etc. De outro lado, a memória significa a fonte dos conceitos de passado e de tempo, portanto, uma estrutura formal de verificação dos fenômenos que, sem ela, seria impossível estabelecer um método para verificar as proposições sobre o passado. Algo similar se dá com o conceito de reconhecimento. Por um lado, reconhecer pode ter um sentido “físico” ou “hipotético”, uma vez que diz respeito a eventos físicos. Como nos exemplos indicados nas *Bemerkungen*, reconheço que terei dor de cabeça caso eu leve uma pancada na cabeça (PB, §11a) ou que eu possa reconhecer como sendo o branco de agora como o mesmo branco de ontem a partir de

procedimentos químicos (PB, §16c). Por outro lado, ao tratar da realidade fenomênica, o reconhecimento da cor deve ser determinado imediatamente pela experiência, de tal modo que a identidade entre o branco de ontem e o branco de hoje deve ser reconhecida sem mediações de objetos físicos (livros de história, documentos, relatos, fotos etc.). É nesse sentido que o reconhecimento é a fonte do conceito de identidade (cf.: PB, §§19a-c).

O reconhecimento enquanto fonte da identidade entre expectativa e preenchimento não pode ser tomado como uma relação externa – mais uma vez, o alvo é o terceiro elemento introduzido pela teoria russelliana do significado (cf.: PB, 21b). A relação entre espera e esperado é imediatamente determinada, isto é, no momento da construção da expectativa. As *Bemerkungen* recorrem ao princípio tractariano de que uma proposição expressa um sentido determinado independente de sua verdade ou falsidade efetiva. Transpondo para o caso da expectativa, o seu sentido se expressa no método empregado para a sua verificação. Ou, melhor dizendo, na expectativa se *reconhece* as formas de sua aplicação àquilo que a preenche, reconhece os mesmos modos de “empregabilidade” dos sinais ao longo do tempo, de que o uso dos sinais é determinado agora (no momento do preenchimento) pelas mesmas regras em que eles foram anteriormente utilizados.

É necessário notar que a noção de reconhecimento não pode ser utilizada enquanto sinônimo de “memória enquanto fonte”. É claro que, de alguma maneira, a memória em sentido primário deve entrar na análise do reconhecimento e no preenchimento da expectativa, pois é por meio dela que temos acesso ao anteriormente vivido. No entanto, a memória não fornece a identidade entre os modos de projeção passados e presentes, uma vez que os próprios atos projetivos não são vivências. A ambiguidade que mencionamos rapidamente no segundo capítulo desta tese se mantém. Um possível caminho para dissolver tal ambiguidade ou, melhor, para esquivar-se dela, consiste em compreender o reconhecimento enquanto certa adesão a um sistema de regras que determina a identidade de usos entre os sinais ao longo do tempo. Isso que estamos chamando de “adesão” tem respaldo nas aulas de Wittgenstein em Cambridge ao final de 1930, a partir da noção de *commitment*: “A palavra é inessencial; eu posso usar uma palavra nova: mas devo me comprometer com algo. É a maneira como ela é usada que a caracteriza./ I.é., uma palavra só tem significado em um sistema gramatical” (WLC, 1930-1933, p. 90) ou “Se você usa um símbolo, você deve comprometer-se. Isso é o oposto de uma correlação arbitrária entre som e fato. Se eu comprometo-me, isso significa

que se eu uso ‘verde’ neste caso, devo ter de utilizá-lo em outros” (Ibidem. p. 93). Mas, talvez, essa referência às aulas de Wittgenstein de novembro de 1930 foge do escopo da proposta de nosso capítulo em analisar as considerações sobre expectativa e reconhecimento nas *Bemerkungen*<sup>61</sup>. Nesse caso, permanecemos com a ambiguidade.

\*\*\*

O que procuramos fazer nesse capítulo consiste em destacar os aspectos temporais da nova concepção de figuração proposta por Wittgenstein nas *Bemerkungen*. Em primeiro lugar, vimos que os conceitos de linguagem e de intencionalidade não podem ser pensados separadamente, pois é o modo como uma proposição visa o evento que a verifica é o que determina o seu sentido. Em segundo lugar, examinamos como a ideia de “método de busca” está associada aos “critérios” de verificação proposicional e, a partir disso, como a linguagem não mais se sustenta em proposições elementares independentes entre si, mas em sistemas de proposições que são co-dependentes conforme a exclusão mútua de seus sentidos. Por fim, de um lado, analisamos em que medida a estrutura de nossa linguagem incorpora a estrutura temporal da física, o que nos permitiu nos debruçarmos a distinção entre hipótese e descrição fenomênica; de outro lado, buscamos compreender como as *Bemerkungen* revelam uma gramática do tempo a partir da ideia de expectativa, isto é, em que medida as regras sintáticas de nossas proposições estão ligadas às ideias de “agora”, “memória”, “reconhecimento” e “futuro”.

Depois de enveredarmos pela concepção renovada de figuração e suas relações com o tema do tempo, gostaríamos retomar um assunto já abordado por esta tese: o problema do solipsismo. Isso porque, à primeira vista, Wittgenstein caracteriza a expectativa como uma possibilidade de antever o evento, isto é, para ter sentido, a expectativa determina um modelo do esperado (PB, §34c). Mas esse modelo tem de ser “feito”, em um primeiro momento, no “mundo em que vivemos” para que possa ter sentido. Em um segundo momento, aquilo que o

---

61 Para uma leitura detalhada sobre o surgimento, desenvolvimento e ocaso da ideia de *commitment* em Wittgenstein, cf.: BONCOMPAGNI, Anna. “Wittgenstein on Meaning, Use, and Linguistic Commitment”. In: *Wittgenstein in the 1930s: Between the Tractatus and the Investigations*. Stern, David G. (ed.) . New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

modelo apresenta, deve tratar de “meu mundo” (*von meiner Welt handeln*), caso contrário, não teria nenhum sentido para mim (*keinen Sinn für mich hat*). A construção do modelo a partir do “meu mundo” parece remeter ao antigo problema do solipsismo “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo” (TLP, 5.6) e, principalmente, à nova formulação proposta no capítulo V das *Bemerkungen*: “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB, §54c). A bem dizer, estamos partindo do problema de se, em alguma medida, permanece um resíduo subjetivo na concepção de intencionalidade de Wittgenstein – ou, para falar nos termos de Perrin, se a intenção implica a ideia de consciência. Visando essa questão, o próximo de derradeiro capítulo desta tese analisará as considerações acerca da “linguagem do déspota” presentes no capítulo VI.

**Capítulo IV – O déspota e o seu outro: apontamentos sobre  
subjetividade e alteridade nas *Bemerkungen***

*Nada sabemos da alma  
Senão da nossa;  
As dos outros são olhares,  
São gestos, são palavras,  
Com a suposição de qualquer semelhança  
No fundo.*

(Fernando Pessoa, *Poesia Inédita*)

Nas seções iniciais das *Bemerkungen*, Wittgenstein discute as possibilidades fenomenológicas ou gramaticais das relações entre linguagem e mundo. Uma investigação fenomenológica consiste na apresentação perspicua das regras gramaticais de nossas descrições sobre os fenômenos, portanto deve estabelecer certas possibilidades descritivas. Diferentemente, a física estabelece leis a partir dessas descrições (PB, §1c). O octaedro de cores é um exemplo do que seria uma “apresentação *perspicua*” das regras gramaticais, já que ele visa apresentar as possibilidades do fenômeno das cores de maneira completa, sem abrir espaço para hipóteses, embora a nossa “gramática carece, antes de tudo, de *perspicuidade*” (PB, §§1f-1g). O que as regras da gramática fazem é estabelecer certas possibilidades para assentar nossas proposições sobre certos espaços fenomênicos. No exemplo do octaedro, revela-se como as nossas proposições podem se situar sobre o espaço das cores; podemos dizer que um tom de vermelho é mais escuro que outro, que ele é mais alaranjado que outro, mas não podemos dizer que ele é “uma terça acima de outra” (PB, §4c).

Mas dizer que podemos estabelecer uma apresentação perspicua apesar de nossa linguagem carecer de perspicuidade, parece envolver o questionamento sobre a “arbitrariedade” (*Willkürlichkeit*) de nossa linguagem. O termo “convenção” (*Konventionen*; PB, §§4b e 7b) aparece no início das *Bemerkungen* para pontuar exatamente isso: a arbitrariedade de nossa linguagem, o modo como certas convenções nos permitem fazer um uso regrado das nossas palavras, não podem ser justificadas. Se certas convenções são necessárias para a aplicação de nossa linguagem, então, elas não podem ser justificadas por proposições que descrevam o apresentado, pois “cada descrição dessas já pressupõe as regras da gramática” (PB, §7b). As regras gramaticais estruturam toda e qualquer descrição, de tal modo que querer descrevê-las é fazer novamente um uso regrado das palavras.

O curioso é que da discussão sobre as características estruturais e arbitrarias de nossa linguagem, emerge apontamentos sobre o *eu* e o *outro*. Wittgenstein apresenta uma possibilidade de “quase justificativa” ou, nos termos das *Bemerkungen*, de esclarecimento das regras gramaticais, a partir da comparação entre os modos como *eu* uso a linguagem e os modos como o *outro* a usa:

Que seja um contrassenso dizer de uma cor que ela é uma terça acima de outra é algo que não pode ser demonstrado. Posso apenas dizer "quem emprega essas palavras com o mesmo significado com que eu o faço não pode vincular nenhum sentido a essa combinação; se para alguém ela tem

sentido, então essa pessoa entende por essas palavras algo diferente do que eu entendo”. (PB, §4c)

A possibilidade de esclarecimento dessas coisas [das regras de apresentação] repousa sempre no fato de que o outro usa a linguagem assim como eu a uso. Se ele sustenta que uma combinação de palavras, para mim desprovida de sentido, tem sentido para ele, então só posso assumir que ele usa as palavras aqui com um significado diferente do meu ou que fala sem pensar. (PB, §7d)

Como interpretar essas passagens? À primeira vista, parece que algo como uma “justificativa” estaria associada à diferença entre os usos que *eu* faço da linguagem e os usos que o *outro/ ele* faz. A combinação de palavras que o *outro* sustenta (*behauptet*), tem sentido apenas se a mesma combinação fizer sentido para *mim*, caso contrário, ou *ele* exprime um contrassenso (fala sem pensar) ou essas palavras indicam um uso diferente daquele que *eu* entendo. Mas o que temos aqui? Uma caracterização *egoica* do sentido proposicional, apelando para ideia de “consciência” ou “entendimento” da regra?<sup>62</sup> Para lembrarmos de como essa questão se relaciona aos aspectos da temporalidade, basta retomar a seção §34c, em que Wittgenstein afirma que o modelo descritivo apresentado pela expectativa tem de se tratar do *meu mundo para ter sentido para mim* – lembremos que nessa passagem encontramos a variante “só podemos fazer um modelo de um fato *no* mundo em que vivemos”. O esclarecimento de que a expectativa tem de exprimir o meu mundo, “justificaria” as regras de uso das palavras sobre a experiência do tempo e, ainda por cima, uma “justificativa” que se assenta sobre as ideias de “eu” e “consciência”? A partir dessas questões, buscaremos avançar uma leitura que visa coadunar o uso gramatical dos pronomes e da intencionalidade temporal nas *Bemerkungen*.

Para isso, na primeira parte deste capítulo, abordaremos a maneira como Wittgenstein, no capítulo VI das *Bemerkungen*, elimina aspectos “metafísicos” de nossa linguagem ao elaborar linguagens que não fazem uso dos pronomes pessoais e possessivos. Com a possibilidade de apresentar linguagens em que qualquer pessoa poderia ser o centro de determinação do sentido proposicional, é recusada a ideia de que o espaço visual ou o espaço das dores tem de ter um portador. Em um segundo momento, examinaremos em que medida há uma assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem que tem outras

---

62 E aqui poderíamos retomar as dificuldades apontadas por Perrin (2013, pp. 228 e 236) que, conforme vimos no capítulo passado, praticamente equipara o conceito de intenção ao de consciência. Apesar de termos apresentado nossos argumentos contra a leitura de Perrin, acreditamos que eles ganham ainda mais força com a análise do Capítulo VI das *Bemerkungen*.

peessoas como centro. Além disso, apontaremos que o caráter “despótico” de minha linguagem e certa ideia de alteridade são importantes para a determinação do sentido proposicional. Por fim, analisaremos se a assimetria entre “minha linguagem” e a “linguagem do outro” carrega consigo algum resíduo temporal e subjetivo que não pode ser dissolvido com a eliminação dos pronomes.

#### **4.1) O campo da experiência e o problema do uso do pronome “eu”**

A discussão principal que as *Bemerkungen* operam no Capítulo VI, consiste em esclarecer que o uso do pronome “eu” é um problema para a descrição da experiência. Nas apresentações das vivências imediatas em que o “eu” é utilizado (PB, §57a), o que se faz é confundir o primário com o secundário: “Os piores erros filosóficos surgem sempre quando se quer aplicar nossa linguagem comum — física — no âmbito do dado imediato” (Ibidem.). Com a intromissão da palavra “eu” para descrever a experiência, o problema parece consistir em tomar as vivências como “minhas vivências”, na medida em que a linguagem é a “minha linguagem”. O erro filosófico denunciado por Wittgenstein consiste em, de maneira geral, acreditar que a linguagem e o campo das vivências que ela simboliza tenham necessariamente um proprietário privilegiado, um “eu” ou “sujeito” que as possui. Ora, mas não acabamos de retomar a seção §34c, em que Wittgenstein afirma que as expectativas têm de tratar de meu mundo (minhas vivências)? Como compreender aquilo que as expectativas devem exprimir, com sua estrutura física, se é um erro aplicá-las no âmbito do mundo de minhas vivências?

##### **4.11) A dissolução do solipsismo nas apresentações sobre os fenômenos**

Já vimos na análise do Capítulo VII que a ideia de uma linguagem fenomenológica deveria separar os diferentes espaços da experiência imediata, de tal modo que seria possível expressar com perspicuidade as regras de descrição dos fenômenos coloridos, espaciais, temporais, sonoros etc. A perspicácia desse método de investigação é que, dentre outras coisas, ele seria capaz de eliminar a ideia de um portador desses espaços, isto é, não tomaria como fundamental a hipótese de um sujeito que unificaria os diferentes âmbitos da

experiência. Por exemplo, para uma descrição livre de aspectos hipotéticos no espaço visual, seria necessário separá-lo do espaço das sensações musculares, uma vez que os movimentos que eu poderia realizar para ver o meu entorno não são fundamentais para a descrição do meu campo de visão. Com essa separação, teríamos tão somente a descrição dos fenômenos visuais em si, sem supor uma subjetividade (ou um olho que tudo vê) enquanto centro das operações descritivas do espaço visual. No entanto, esse método de dissolução dos problemas filosóficos se revelou inviável pelo fato de ser impossível separar o tempo de outros espaços fenomênicos tendo em vista uma apresentação perspicua. Visto isso, poderíamos lançar mais uma questão: de que forma seria possível operar uma dissolução da ideia de subjetividade se não podemos isolar o tempo de outras formas de experiência imediata?

Embora na sequência do texto das *Bemerkungen*, as considerações presentes no Capítulo VI sejam anteriores ao Capítulo VII (sobre separação do espaço visual), sabemos que as seções §§57-66 foram redigidas posteriormente às seções §§71-74, isto é, posteriormente ao abandono da linguagem fenomenológica. Desse modo, o que encontramos no Capítulo VI é uma maneira de dissolver os problemas relacionados à subjetividade sem recorrer ao antigo projeto fenomenológico ou à notação especial tractariana<sup>63</sup>. A forma que as *Bemerkungen* vão explorar os contrassensos advindos do emprego incorreto de nossa linguagem, é anunciada em suas primeiras seções:

Cada vez que digo que tal e tal apresentação poderia também ser substituída por tal outra, damos mais um passo em direção ao objetivo de apreender a essência do que é apresentado.

Uma percepção daquilo que é essencial à nossa linguagem e daquilo que lhe é inessencial para a apresentação, uma percepção de que partes de nossa linguagem são rodas girando em falso equivale à construção de uma linguagem fenomenológica. (PB, §1b)

A linguagem fenomenológica que Wittgenstein busca elaborar não tem mais as características de uma notação especial, ela não caracteriza um simbolismo completamente diferente dos modos de simbolização de nossa linguagem. Para eliminar as “rodas girando em falso”, os contrassensos que podem surgir a partir do uso errôneo (filosófico) de nossas palavras, as *Bemerkungen* propõem um método que visa substituir uma apresentação por outra

---

<sup>63</sup> Embora com leituras diferentes acerca das observações contidas no Capítulo VI, Stern (2010, pp. 191-193) Prado Neto (2017b, p. 143) se aproximam ao apontarem essas observações como um marco na filosofia de Wittgenstein para a mudança de método de análise da linguagem. No mesmo sentido vai o artigo de Cuter (2005).

e, com isso, revelar a essência do apresentado. Na verdade, a substituição entre diferentes apresentações, pode ser pensada como uma comparação entre *diferentes linguagens* que são do mesmo tipo, que “cumpram as mesmas funções descritivas que a nossa, mas de outro modo” (CUTER, 2005, p. 123)<sup>64</sup>. A substituição e comparação de linguagens distintas devem mostrar que certas palavras não têm significado ou que estão sendo empregadas de maneira diferente de seu significado original – daquilo que ficou estabelecido pelas convenções de seu uso. O Capítulo VI parece ser um exemplo desse novo método proposto pelas *Bemerkungen*; mas mais do que ser um exemplo, ele visa mostrar que, em certo sentido, o uso dos pronomes pode levar a contrassensos, ao mesmo tempo em que busca esclarecer as regras gramaticais para o emprego dessas palavras.

O espaço fenomênico que será trabalhado ao longo de todo Capítulo VI é o “espaço das dores”, tendo em vista os problemas acarretados na descrição das dores em associação com os pronomes “eu”, “meu/minha”, “ele” e “dele”. Apesar dos Capítulos VI e VII apresentarem diferentes modos de análise da experiência – o último ainda opera com os termos da linguagem fenomenológica, o primeiro já com o método de diferenciação entre linguagens –, o objetivo é o mesmo: dissolver a ideia de que a descrição da realidade fenomênica tem de pressupor um sujeito que a possuísse, isto é, de que a descrição da experiência imediata trataria de *meu* mundo já que ela tem de ser constituída por *minha* linguagem.

#### **4.12) O método de variação entre linguagens e a eliminação dos pronomes**

No uso das palavras “eu” e “ele” para apresentar o “fenômeno da dor de dente”, a nossa linguagem se exprime de acordo com as sentenças “eu tenho dor de dente” e “ele tem dor de dente”. Wittgenstein elabora um procedimento de eliminação dos pronomes a partir da comparação de linguagens que possuem diferentes centros para determinação do sentido proposicional. Na linguagem que me (G.M.) tem como centro, seria possível expressar a “minha dor de dente” a partir de “há dor de dente”; para expressar a “dor de dente dele”, seria possível comparar o comportamento dele com o meu comportamento quando “há dor de dente”, o que vem expresso em “Fulano se comporta tal como G.M. quando há dor de dente”

---

<sup>64</sup> Cuter chama esse modo de comparação entre diferentes linguagens de “método de variação semântica” (cf.: CUTER, 2005, pp. 122-127). Ver também: PRADO NETO, 2017b, p. 144.

(PB, §58a). Podemos também produzir outras linguagens com outros centros de significação das palavras. Ainda na seção §58, Wittgenstein imagina um “despotismo oriental” e uma linguagem pertinente a tal “despotismo”, isto é, um modo de apresentação em que suas capacidades expressivas estão centralizadas na figura do “Déspota”. Na linguagem do déspota, para “eu” dizer que “tenho dor de dente”, a “minha dor” poderia ser expressa somente por intermédio da comparação da “dor do Déspota”, portanto, em uma sentença do tipo “G.M. se comporta tal como o Déspota quando há dor de dente”. Mas se o déspota buscasse exprimir a sua dor na linguagem em que ele próprio é personagem central, ele apenas utilizaria a expressão “há dor de dente”.

A eliminação dos pronomes em linguagens diferentes dos nossos modos de apresentações usuais (em que os pronomes intervêm), mostra que estas palavras não ocupam papel privilegiado para a determinação do sentido proposicional. Embora seja estranho expressar aquilo que chamo de “minha dor” e de “dor dele” de maneira “neutra”, fica claro que os possessivos não são essenciais para a descrição dos fenômenos, isto é, o “espaço das dores” não pressupõe a existência dos portadores dessas dores. Todavia, nas *Bemerkungen*, essa é apenas uma parte do que é elaborado na proposta de eliminação dos pronomes. Mesmo com a ausência dos pronomes, Wittgenstein reencontra a assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem cujo o centro é o Déspota (ou qualquer outra pessoa diferente de “mim”). Com a subtração dos pronomes, fica impedido recorrer a um proprietário dos espaços fenomênicos para demarcar aquilo que é “dado a mim” e aquilo que é “dado a ele”, mas não se desmancha as características assimétricas da linguagem centrada em mim e na linguagem centrada no outro:

Agora, de todas as linguagens que têm diferentes homens como centro e que, todas, compreendo, aquela que me tem como centro tem uma posição especial. Ela é especialmente adequada. Como posso expressar isso? I.é, como posso apresentar corretamente em palavras seu privilégio? Isto não é possível. Pois se eu o fizer na linguagem que me tem como centro, então a posição excepcional da descrição dessa linguagem em seus próprios termos não é nenhum assombro, e no modo de expressão de uma outra linguagem minha linguagem não assume nenhuma posição excepcional. — A posição excepcional jaz na aplicação, e quando descrevo essa aplicação, a posição excepcional novamente não vem à expressão, uma vez que a descrição depende da linguagem em que ela é dada. E agora qual seja a descrição que visa aquilo que eu tenho em vista depende novamente de sua aplicação.

Apenas a aplicação distingue realmente entre as linguagens, mas pondo-a de lado todas as linguagens são equivalentes. — Todas essas linguagens

apresentam de fato apenas algo único, incomparável e não podem apresentar nada de diferente. (Ambos os modos de considerar têm de levar ao mesmo resultado: um, de que o apresentado não é um entre outros, de que não é passível de nenhum contraponto; o outro, o de que não posso expressar o privilégio de minha linguagem). (PB, §58a)

O que essa passagem destaca, consiste na “posição especialmente adequada” da linguagem que me tem como centro em relação à linguagem que tem outras pessoas como centro. É na aplicação dessas diferentes linguagens que podemos distinguir a adequação especial daquela que chamo “minha”, que me tem como centro. Como já vimos na análise do Capítulo V, quando elaborada a dissolução do solipsismo, Wittgenstein destaca que é *na* aplicação da linguagem que se encontra a expressão da instantaneidade marcada pelos contrassensos “tudo flui” e “apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB, §54)<sup>65</sup>. Na relação dos sinais escritos e sonoros com os fenômenos, mesmo com o aspecto estruturalmente fluído da experiência imediata, torna-se possível a constituição de símbolos ou, melhor dizendo, apenas a aplicação constitui uma linguagem enquanto linguagem. Isso nos remete ao caráter intencional da linguagem, uma vez que se estabelece um procedimento de verificação entre a proposição e a realidade presente, bem como, exprime-se *agora* os procedimentos de verificação da lembrança e da espera. A linguagem é análoga a uma ripa com traços: somente na aplicação de um sistema de medida que podemos determinar esta ripa como régua em aposição ao objeto a ser medido; assim como, apenas na aplicação de um sistema proposicional pode a linguagem entrar em contato com a experiência.

No caso da linguagem que me tem como centro, também são os procedimentos de verificação que a caracteriza como “especialmente adequada” ou, melhor dizendo, a maneira pela qual as regras de aplicação dessa linguagem se estrutura para apresentar a realidade fenomênica, para simbolizar “minha” experiência, é que deveria revelar a sua “especial adequação”. Mas isso que transforma meros sinais escritos e sonoros em um sistema de simbolização, em uma linguagem propriamente dita, obviamente, não pode ser descrito. Isso porque ao tentar descrever a aplicação da linguagem – aquilo que evidenciaria o caráter excepcionalmente adequado da linguagem que me tem como centro –, seria necessário fazê-lo a partir da própria linguagem, isto é, pressupondo as próprias regras de aplicação que deveriam ser descritas. Para poder descrever a “aplicabilidade” da linguagem, as suas formas de uso simbólico dos sinais, por assim dizer, seria necessário “estar fora” dos próprios

---

65 Cf.: PRADO NETO, 2017b, p. 145.

processos de aplicação, seria necessário abdicar da própria linguagem; portanto, algo impossível e que, se lavado a cabo, reduziria a linguagem a uma espiral de contrassensos.

Uma possível leitura da seção §58 indicaria que, apesar de Wittgenstein apontar a “adequação especial” de minha linguagem em relação a linguagem dos outros, uma vez que ela é inexprimível, nada de especial sobre sua “adequabilidade” poderia ser destacada em qualquer linguagem possível. A tentativa de exprimir essa “adequação” na linguagem do outro seria impossível, pois o que se destaca na linguagem do Déspota é a sua própria posição despótica, em que a excepcionalidade de minha linguagem não seria enfatizada. Já na minha própria linguagem, o seu caráter excepcional estaria em “seus próprios termos”, na medida em que “de antemão”, para compreender aquilo que ela expressa, estaria suposto que o centro irradiador de sentido estaria ligado a mim, G.M.. É claro que essas diferentes linguagens que destacam a “minha centralidade” e a “centralidade do outro” são construídas apenas a partir da possibilidade de intercâmbio entre esses diferentes centros, dissolvendo qualquer privilégio entre eles. Nenhuma “adequação especial” de minha linguagem poderia ser descrita no interior dessas diferentes linguagens e, assim, qualquer ilusão solipsista acerca do “eu” enquanto portador da (minha) experiência e da (minha) linguagem seria considerada como mero contrassenso.

Uma outra interpretação da seção §58 poderia ainda ser destacada, aquela que busca compreender em que medida Wittgenstein poderia “simpatizar” com uma “solução” solipsista em relação aos usos do “eu” para a expressão da experiência imediata. Nesse caso, embora seja impossível descrever os modos de aplicação de minha linguagem e, portanto, estaria vetada a possibilidade de colocar em relevo a “especial adequação” da linguagem que me tem como centro, mesmo assim, seria possível exprimir essa adequabilidade por meio do esclarecimento das regras de aplicação de nossa linguagem. Isso permitiria concluir que não haveria uma “linguagem pública compartilhada” e, além disso, que cada falante possuiria a sua “própria linguagem privada” – embora elas sejam traduzíveis entre si (Cf.: HACKER, 1986, p. 225). Segundo essa leitura, cada linguagem com seus “diferentes centros” se aplicaria diretamente a “suas” experiências imediatas (“particulares” ou “privadas”), de tal modo que seria impossível descrever as linhas de aplicação que cada uma delas estabelecerá com o mundo.

Segundo David Stern (2010, pp. 188-190), essas duas opções de leitura do Capítulo VI das *Bemerkungen* – uma que negaria a “adesão” de Wittgenstein ao solipsismo, outra que a afirmaria – são encabeçadas pelas obras “standards” de David Pears (consagrando a primeira interpretação; Cf.: 1988, pp. 314-316) e Peter Hacker (consagrando a segunda interpretação; cf.: 1986, pp. 223-226). Em seu livro *Wittgenstein: Mind and Language* (1995), o próprio Stern teria buscado uma “terceira via” de interpretação, tentando coadunar as interpretações que legitimam e deslegitimam as possíveis “adesões ao solipsismo” no período intermediário de Wittgenstein. Isso que estamos chamando de “terceira via” é resumido da seguinte maneira:

Se nos concentrarmos nas razões de Wittgenstein para negar que possamos descrever a essência do mundo, ou para negar que a linguagem centrada em mim mesmo seja particularmente adequada, o veremos como um crítico de uma teoria solipsista do significado. Se nos concentrarmos nas suas razões para insistir que a aplicação da linguagem não pode ser expressa em palavras, mas que pode ser apreendida por meio de uma clarificação filosófica das regras da nossa linguagem, o veremos como um defensor daquilo que o solipsista quer dizer. (STERN, 2010, pp. 190).

Em certo sentido, também buscamos enveredar por essa linha de “conciliação” entre os pontos aparentemente paradoxais e conflitantes da obra wittgensteiniana, paradoxos que ganham ainda mais gravidade ao serem apropriados pelos interpretes de Wittgenstein. Até porque o autor parece propor um modo “indireto” de tratar as questões com que ele próprio se engalfinha. No que toca o período intermediário, poderíamos encontrar tal “método indireto” na abertura das *Bemerkungen*, em que a “essência do que é apresentado” não é diretamente descrita em proposições, mas sim “apreendida” ou “mostrada” por meio da descrição e comparação entre distintos “modos de apresentação” – diferentes “linguagens que cumprem o mesmo papel” (Cf.: PB, §1b). No caso do solipsismo caracterizado no Capítulo VI, Wittgenstein parece confrontar modos de apresentação com diferentes centros de determinação do sentido para “apreender” aquilo que é essencial para experiência, para aquilo que usualmente compreendemos como “interno (privado)” e “externo (público)”<sup>66</sup> e, principalmente, para o uso dos pronomes em nossa linguagem.

---

<sup>66</sup> A contraposição “interno” e “externo”, “privado” e “público” não aparecem no Capítulo VI. Entretanto, essas oposições parecem se colocar em todo o capítulo. A “tese” do solipsismo que ronda as seções §§57-66 – termo também ausente nessas passagens – e que será problematizada, poderia ser resumida da seguinte maneira: as minhas dores parecem ser internas ou privadas, uma vez que apenas a minha linguagem pode acessá-las; e a dificuldade consiste na possibilidade de “externalizá-las”, em torná-las “públicas”, ao ponto de outras pessoas também poderem acessá-las.

Contudo, talvez as opções ofertadas pelo texto de Stern não precisam ser encaradas de maneira tão restritiva, pois Wittgenstein não parece nem negar e nem defender uma “teoria solipsista do significado”. Isso se deve não apenas pelo motivo de que negar ou afirmar o solipsismo já nos colocaria no mesmo patamar contrassensual em que tal “teoria” incide, mas sim pela necessidade de esclarecer certas regras escamoteadas no uso cotidiano de nossa linguagem e que a reflexão sobre aquilo que o solipsismo “quer dizer” (sem sucesso) ajuda a “aprender”. Dito de outro modo, ao que me parece, desde o *Tractatus*, o solipsismo não deve ser considerado uma “tese” a ser “defendida” ou “refutada” em prol de si mesma ou de qualquer outra (por exemplo, colocando no lugar um realismo). A “tese” solipsista (assim como, a realista) serve de muleta ou escada para esclarecer certos termos próprios da linguagem usual, tais como “eu”, “linguagem”, “pensamento”, “mundo” etc. Entretanto, por mais que tal “tese” deva ser levada a sério – já que ela ajuda a alçar uma perspectiva esclarecedora sobre a linguagem e o mundo –, nem por isso ela tem de ser tomada como a mais ou menos defendida pela obra: é necessário jogar a escada fora.

Agora eu gostaria de introduzir dois ensaios que vão se debruçar de maneira mais detida sobre o Capítulo VI: “O eu nas *Observações Filosóficas*” (PRADO NETO, 2017b) e “Um precursor dos jogos de linguagem” (CUTER, 2005). A importância desses dois ensaios consiste em examinar as questões relacionadas ao “eu” a partir das considerações sobre a linguagem do déspota e, o que talvez seja mais importante, avaliam o papel que o Capítulo VI (bem como a temática acerca “sujeito”) desempenha nas *Bemerkungen*. Ademais, essas interpretações permitem compreender as relações que o Capítulo VI estabelece tanto com a filosofia de juventude quanto a filosofia madura de Wittgenstein.

#### **4.13) Duas interpretações do Capítulo VI das *Bemerkungen***

O ensaio de Cuter tem a vantagem de desenvolver uma leitura que relaciona o método de substituição de diferentes linguagens apresentado na seção §1b ao método de eliminação dos pronomes pessoais da seção §58, o que permite estabelecer um vínculo coeso entre os Capítulos I e VI das *Bemerkungen*. Cuter vai caracterizar esse método como “uma espécie de variação semântica”, uma vez que, como vimos anteriormente, a substituição de certas apresentações por outras equivalentes permite compreender a essência do representado.

Tal como na letra das seções iniciais das *Bemerkungen*, esse passo consiste em eliminar aquilo que é inessencial para a representação e para o representado (Cf.: CUTER, 2005, p. 122), visa afastar certas engrenagens que giram em falso nos usos de nossa linguagem. Outro ponto importante destacado por Cuter sobre as “variações semânticas” propostas pelas *Bemerkungen*, é que esse método se aproxima dos procedimentos de comparação entre os diferentes “jogos de linguagem” nas *Investigações Filosóficas* (Ibid. p. 115)<sup>67</sup>. É claro que essa aproximação é tênue e mereceria um longo comentário para esclarecer precisamente até onde ela vai, o que não é intuito desta tese elaborar. Mesmo assim, poderíamos identificar as variações semânticas entre as diferentes linguagens, presente no Capítulo VI das *Bemerkungen*, enquanto germe daquilo que ganhará pleno desenvolvimento na obra madura de Wittgenstein.

Para além dessa relação entre as primeiras seções e o Capítulo VI das *Bemerkungen*, bem como, a relação do período intermediário com a filosofia madura de Wittgenstein, talvez a maior contribuição do artigo de Cuter é explorar a ideia de *sistema de medidas* ou *sistema de proposições* para compreender a distinção entre a linguagem centrada no “eu” e a linguagem centrada no “outro”<sup>68</sup>. Na verdade, o próprio “método de variação semântica” é caracterizado como “método das variações sistêmicas” (Ibid., p. 126). O “experimento imaginário” de substituição de linguagens que fazem uso dos pronomes por linguagens que se abstêm de utilizá-los proposto na seção §58, evidência as possibilidades de câmbio entre esses diferentes sistemas de medidas, mas que cumprem a mesma função – apresentam o mesmo de maneiras diferentes. Em nossa linguagem, é muito comum realizar esse tipo de troca entre sistemas de medidas, basta tomarmos como exemplo a substituição do sistema de medida em polegada pelo sistema de medida em metro. Ao substituir uma unidade de comprimento por outra, permutamos um *parâmetro* (um *critério*, uma *regra*) de medida por outro. Por assim dizer, trocamos o *centro* de medida em polegada pelo *centro* de medida métrico. Embora possamos dizer que o sistema métrico seja mais preciso que o de polegada, ambos cumprem a mesma função, uma vez que são utilizados para medir. Analogamente, o sistema linguístico que faz uso de pronomes pode ser intercambiável por um sistema que os elimina e, mais do

---

67 De maneira similar, Stern aponta que é particularmente nesse ponto que, nas *Bemerkungen*, podemos encontrar um distanciamento do método do *Tractatus* (análise lógica completa das proposições usuais) e certo paralelismo com o método das *Investigações* (as “variações semânticas” entre diferentes modos de aplicação). Cf.: STERN, 2010, pp. 194-195.

68 Nesse sentido, a ideia de “sistema de proposição” é o que poderia distanciar *Bemerkungen* e *Investigações*.

que mostrar algumas vantagens de se utilizar um ou outro, revela-se que eles cumprem as mesmas capacidades representativas.

Seguindo nessa chave de leitura, Cuter aponta ainda para as diferenças entre os sistemas linguísticos centrado em mim e centrado no outro. O que a seção §58 introduz, segundo Cuter, consiste em diferenciar o comportamento que está sendo assumido como padrão de medida e o comportamento de uma pessoa (ibid. p. 127), possibilitando a comparação entre os diferentes comportamentos. Se assumirmos a linguagem que me tem como centro enquanto padrão de medida para dor – enquanto regra para determinação do sentido de proposições sobre a dor –, então, o modelo para estabelecer que o outro tem dores deve estar centralizado em meus comportamentos. Esse modelo de linguagem não precisaria utilizar o “eu” em suas construções gramaticais para destacar a “centralidade de minha linguagem”, pois, no fim das contas, o que importa destacar é simplesmente um modelo qualquer, um padrão de medida centrado em alguma pessoa que possa ser comparado a outras pessoas “descentradas”.

A essa centralidade associa-se também diferentes métodos de verificação. Quando se diz “há dor de dente” na linguagem que me tem como centro, a sua verificação se dá de maneira imediata, pois, nesse caso, o personagem central das dores sou eu mesmo, de tal modo que basta sentir a dor para verificar se “há dor de dente”. A vantagem de ser o centro da linguagem é que, na verificação de minhas vivências, não seria necessário comparar o meu comportamento quando “há dores” a nenhum outro comportamento – seria estranho (ou uma espécie de erro ou loucura gramatical, cf.: ibid., p. 128) recorrer ao comportamento de outra pessoa para saber se “sinto dor de dente”. Mas tal excepcionalidade, como vimos, manifesta-se apenas na aplicação da linguagem; somente na aplicação é revelado o que “posso ou não dizer, naquilo que causa ou não perplexidade, no tipo de atitude que devo tomar ou não faz sentido tomar para verificar um enunciado” (ibid., p. 130).

Cuter parece denunciar uma espécie de regresso ao infinito caso fosse intentado expressar o aspecto vantajoso da linguagem que me tem como centro. No limite, toda e qualquer condição excepcional que poderíamos tentar descrever por meio da linguagem que me tem como centro, seria caracterizada enquanto uma “nova vivência” que, mais uma vez, poderia ser descrita em sentenças apropriadas de “minha linguagem”. A impossibilidade de sair desse círculo de descrições que nada apresentam de excepcional, é caracterizada por

aquilo que Cuter chama de “conforto da primeira pessoa centrada” (CPPC, cf.: Ibid., pp.131-133). Que seja confortável ser o centro de uma linguagem poderia ser expresso por “há CPPC” e, por mais estranho que possa parecer, seria possível comparar o meu comportamento quando “há CPPC” ao comportamento de outras pessoas: “Fulano se comporta tal como G.M. quando há CPPC”, assim como, poderíamos dizer sem nenhuma estranheza “Fulano se comporta tal como G.M. quando há visão da cor vermelha” ou “Fulano se comporta tal como G.M. quando há dor de dente”. Ao definir uma certa linguagem como modelo de descrição, no caso, a linguagem que me tem como centro, “o critério de correção é, *para mim*, uma presença, uma vivência, e, para o outro, é um conjunto de comportamentos” (Ibid., p. 133).

Em alguns pontos, a interpretação de Prado Neto se distancia da interpretação de Cuter. Para começar, a aproximação entre Capítulo VI das *Bemerkungen* com a obra madura de Wittgenstein, em especial, com o método de substituição ou comparação dos jogos de linguagem, não é destacado por Prado Neto. Em certa medida, para Prado Neto, o estatuto do solipsismo nas *Bemerkungen* está muito mais próximo do espírito do *Tractatus*<sup>69</sup>. Um outro ponto desenvolvido por Prado Neto, ausente na interpretação de Cuter, é a análise das outras seções do Capítulo VI<sup>70</sup>. A partir dessa análise, Prado Neto defende a interpretação de que as seções §§59-66 buscam desenvolver a ideia exposta na seção §58. O que as seções restantes do Capítulo VI fazem é “mostrar que há uma assimetria entre os pronomes ‘eu’ e ‘ele’ que nossa linguagem comum mascara, e que se enraíza nos diferentes procedimentos de verificação a que esses pronomes estão associados” (PRADO NETO, 2017b, p. 147). A partir da leitura proposta por Prado Neto, buscaremos compreender que, nas *Bemerkungen*, está em jogo uma assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem que tem outras pessoas como centro.

Não obstante as diferenças entre a proposta de Prado Neto e as outras propostas que viemos trabalhando até aqui, principalmente a de Cuter, talvez seja importante também destacar as suas afinidades. Em primeiro lugar, Prado Neto também sublinha a relação entre

---

69 Cf.: PRADO NETO, 2017b, 147. Prado Neto aqui recupera uma frase de Stern (2010, p. 191), ao mesmo tempo que negligência as considerações do próprio Stern sobre a proximidade entre *Bemerkungen* e *Investigações Filosóficas* (que, nesse ponto, se aproxima da interpretação de Cuter): “Certamente, a estratégia de Wittgenstein tanto na 58 das *Observações Filosóficas* quanto na 403 das *Investigações Filosóficas* é próximo de um método que é característico das *Investigações Filosóficas* como um todo” (STERN, 2010, p. 194).

70 Essa ausência é anunciada pelo próprio Cuter (2005, p. 125) e obliterada por Stern. Como bem aponta Prado Neto, ao não oferecer uma análise das seções posteriores à seção §58, Stern negligencia uma leitura possível em que o caráter assimétrico da linguagem que me tem como centro é destacado.

os modos alternativos de apresentação da experiência imediata presente no Capítulo I (PB, §1b) e as diferentes maneiras de tratar a experiência da dor sem o uso de pronomes no Capítulo VI das *Bemerkungen*. Em segundo lugar, por um lado, esse novo método de substituição e comparação de diferentes linguagens que cumprem a mesma função emerge com o ocaso da notação especial do *Tractatus*<sup>71</sup>, bem como, a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica elaborada por Wittgenstein no início de 1929. Tal ideia se relaciona perfeitamente à interpretação que Prado Neto desenvolve, desde pelo menos 2003, sobre o fracasso notacional sofrido pela linguagem fenomenológica quando pretende apreender a temporalidade fenomênica. O novo método de variações entre linguagens não vêm substituir uma notação ideal, mas caracteriza um esclarecimento daquilo que é essencial e inessencial à nossa própria linguagem. Por outro lado, em certo sentido, esse novo método deve cumprir algo essencialmente tractariano<sup>72</sup>: analisar os diferentes modos de apresentação de nossa linguagem, elaborando procedimentos de eliminação da palavra “eu” para mostrar que o “eu que pensa, representa, não existe” (TLP, 5.631). Nesse sentido, tal como no *Tractatus*, as *Bemerkungen* poderiam revelar ao solipsista que a palavra “eu” não desempenha nenhuma função na linguagem, que essa palavra nada significa nas sentenças em que ocorre (cf.: PRADO NETO, 2017b, pp. 143-144).

A interpretação fornecida por Prado Neto defende que, no Capítulo VI, podemos encontrar duas “acepções distintas” de “dados do sentido” e, no caso analisado, pelo menos duas maneiras de compreendermos a experiência da dor (Ibid., p. 148). Há um sentido primário daquilo que chamamos de “dor” em que não podemos distinguir entre proprietários das dores. Como vimos anteriormente, nessa acepção da palavra dor, não faz sentido dizer que eu “tenho” ou “sinto” dores em contraposição à possibilidade de ele “ter” ou “sentir” dores: consiste em uma impossibilidade gramatical de tentar expressar o proprietário das dores (em sentido primário); e quem tenta expressar os diferentes portadores da dor – o seu caráter privilegiado ou desfavorável – acaba por redundar em contrassenso. Se pretendemos falar das dores em “sentido secundário”, então, podemos atribuir a palavra “dor” a diferentes pessoas que as “têm” ou as “sentem”. Nesse caso, podemos distinguir as dores por diferentes procedimentos de verificação: é possível determinar a regularidade de diferentes eventos em

71 “O objetivo da análise não é exibir uma linguagem na qual as proposições elementares estejam diretamente estampadas nos sinais sensoriais perceptíveis” (Cf.: CUTER, p. 121).

72 “partindo de um método ainda associado ao espírito geral da filosofia do *Tractatus*, Wittgenstein chega a um resultado que terá profundas consequências em toda a sua filosofia madura” (Cf.: CUTER, p. 124).

uma síntese das expressões sobre as dores ou, nos exemplos utilizados pelo Capítulo VI, seria possível dizer que a regularidade de diferentes comportamentos indicaria certas características de uma dor. Tais regularidades observadas no corpo de uma pessoa podem ser comparadas às regularidades observadas no corpo de outras pessoas para determinar o conceito de “dor”. É o que acontece quando se compara o meu comportamento com o comportamento dele para falarmos de “dor de dente”.

O caráter excepcional e, ao mesmo tempo, inexpressível da linguagem que me tem como centro é apresentado na seção §61 a partir da questão de se é possível atribuir dor a outras pessoas além de mim. Levando em consideração o sentido primário do conceito de dor, o problema apresentado por Wittgenstein consiste em compreender se posso comparar a “minha dor de dente” com a “dor de dente dele”: “De dados dos sentidos, tomados no sentido dessas palavras em que é impensável que outrem os tenha, justamente por essa razão não se pode tampouco dizer que outrem não os tenha. E por essa mesma razão é destituído de sentido dizer que eu, em contraposição aos outros, os tenho” (PB, §61a). A passagem destaca que é “impensável” compartilhar experiências entre diferentes pessoas, bem como, é impensável contrapô-las. Na verdade, a questão sobre o compartilhamento e contraposição das experiências se dá entre aquilo que chamo de “meus dados dos sentidos” e os “dados dos sentidos de outrem”, na medida em que seria possível dizer que “eu os possuo” ou “eu os tenho” e que outro também poderia “possuí-los” ou “tê-los”. Se fizesse sentido dizer que o “outro não pode sentir as minhas dores”, então, deveria fazer sentido dizer o seu contrário, de que o “outro pode sentir as minhas dores”. Em sentido primário, não é possível atribuir as minhas dores ao outro, no sentido de que ele poderia as tê-la ou não. Mas antes disso constituir algum privilégio a “mim”, de tal forma que seria possível dizer “apenas eu tenho as minhas dores”, Wittgenstein nos mostra que esse tipo de formulação redundava em contrassenso. Desse modo, revela-se uma impossibilidade gramatical de atribuir posse de suas próprias experiências aos outros, bem como é impossível atribuir posse de minhas experiências a mim mesmo.

Um exemplo fornecido por Wittgenstein ao final do Capítulo VI parece ilustrar esse caráter “privilegiado” de “minha” experiência, a partir de uma impossibilidade fenomênica ou gramatical: “Como seria se eu tivesse dois corpos, i.é., se meu corpo consistisse de dois organismos separados?” (PB, §66a). A princípio, seria possível imaginarmos certas ações que

poderíamos operar com “dois corpos”: talvez, uma rede de fios pudesse conectar as operações exercidas pelo meu cérebro para movimentar o meu corpo (“natural”) a um outro corpo (“artificial”, mas que também chamaria de “meu”), de tal forma que ao levantar o meu braço esquerdo “natural” também se levantaria o meu braço esquerdo “artificial”. Mas, com relação à experiência da dor, será que se alguém me desse um chute na canela direita “artificial”, eu poderia sentir dor na canela direita “natural”? No limite, será que eu poderia ter a experiência de dor? Na seção §66a, a resposta parece ser negativa, embora Wittgenstein não apele para o exemplo da dor e sim para o da experiência visual: “Posso eu imaginar, então, a experiência com dois organismos? A experiência visual certamente não”. O que está sendo sublinhado por Wittgenstein é a impossibilidade de haver duas experiências visuais ao mesmo tempo – por assim dizer, é impossível haver dois espaços visuais que me forneceriam duas experiências distintas. Para além disso, o que está em jogo não é a possibilidade de atribuir uma “experiência” a um ou mais corpos – a dor de dente a uma ou outra boca, o dado visual a um ou outro olho –, e sim a impossibilidade de atribuir um possuidor aos dados dos sentidos.

Em sentido primário, é logicamente impossível determinar um proprietário para a dor, uma vez que aquilo que chamo de “minha dor” não pode ser contraposta às “dores de outrem”. A contraposição entre os diferentes “proprietários” é possível apenas em sentido secundário. É para esse ponto que Prado Neto nos chama atenção na seguinte passagem: “as palavras ‘eu’, ‘tu’, ‘ele’ *podem* ter a mesma gramática, com a condição de que se admita que faça sentido que alguém possa ter dores sem senti-las” (PRADO NETO, 2017b, p. 149). A mesma gramática que podemos atribuir aos pronomes pessoais/possessivos consiste em atribuir o mesmo significado à expressão “ter dor de dente” em “eu tenho dor de dente” e “ele tem dor de dente”. Nesse caso, posso intercambiar os pronomes nas diferentes sentenças sem ser levado a um absurdo total. Por mais estranho que possa parecer, poderíamos dizer “eu tenho dores que não sinto”, “ele tem dores que eu não sinto”, “posso sentir a sua dor”, “ele pode sentir a minha dor” etc. (cf.: PB, §62). Entretanto, na medida em que não visa o que é primário, o intercâmbio entre pronomes tem de ser compreendido apenas tomando a realidade fenomênica em sentido “metafórico” (PRADO NETO, 2017b, p. 148; cf.: PB, §64c), pois, na verdade, o que se compara são apenas regularidades de comportamentos e não diferentes experiências.

Da comparação entre as diferentes linguagens com seus distintos parâmetros de determinação do sentido proposicional, parece ainda permanecer a assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem que tem outras pessoas como centro. Essa assimetria é determinada pela maneira como os sinais são aplicados à realidade fenomênica, o modo como a proposição visa o fenômeno para poder ser verificada. É mais uma vez surpreendente que, de maneira muito próxima às seções §§4c, 7b e 34c, Wittgenstein recorra à distinção entre o “eu” e o “outro” para estabelecer o uso que fazemos de certas palavras, para a determinação do sentido proposicional:

“Eu tenho dores” é, no caso em que eu uso a proposição, um sinal de tipo inteiramente diferente do que ele é para mim na boca de outra pessoa; e precisamente porque ele, na boca de outra pessoa, é para mim sem sentido enquanto eu não souber que boca o pronunciou. O sinal proposicional consiste, nesse caso, não apenas no som, mas no fato de que essa boca produziu o som. Ao passo que no caso em que digo isso, ou penso isso, o sinal é apenas o som. (PB, §64a)

A proposição “Eu tenho dores” ou, se quisermos recorrer a outra expressão “mais neutra” de mesma função como “Há dores”, é um sinal de tipo diferente quando expressa pela minha boca e quando expressa pela boca de outrem. Quando o outro expressa esse sinal, ele tem sentido apenas se eu souber quem o pronunciou, pois a verificação da proposição teria de ser determinada apenas na comparação entre aquilo que “ele entende” e “eu entendo” por essas palavras ou, dito de outro modo, a maneira como “ele as utiliza” em comparação ao modo como “eu as utilizo” é que vai determinar a “significação” desse sinal. No entanto, quando esse sinal é expresso pela minha boca, não é necessário todos os subterfúgios da comparação entre as diferentes bocas (a minha e a dele) para a determinação de seu uso e procedimentos de verificação. O som que sai da minha boca já está, por assim dizer, conectado diretamente à experiência.

O Capítulo VI parece mais destacar a assimetria entre os pronomes pessoais/possessivos do que propriamente eliminá-los, destaque também identificado nas diferentes interpretações que nos apoiamos para analisar essa passagem das *Bemerkungen*. Na próxima seção desta tese, pretendo avançar uma leitura que tenta reconhecer a importância que a “alteridade” poderia ter para a determinação do sentido proposicional, para o estabelecimento do uso de nossa linguagem.

## 4.2) *As dimensões da alteridade e subjetividade nas Bemerkungen*

Com a reformulação de sua perspectiva filosófica a partir de 1929, Wittgenstein altera a sua antiga concepção de linguagem. Como buscamos mostrar ao longo desta tese, podemos identificar os fatores dessa alteração nas ideias de tempo e intencionalidade que ganham uma nova roupagem. A impossibilidade de uma linguagem fenomenológica relacionada às dificuldades de capturar a estrutura temporal da experiência imediata, obriga Wittgenstein a reformular o estatuto figurativo da linguagem que não mais se apoia na forma de proposições elementares independentes entre si. Se antes (no *Tractatus* e no início de 1929), para a determinação do sentido proposicional e esclarecimento do caráter intencional de nossa linguagem, era necessário recorrer a uma linguagem especial enquanto resultado da análise completa das proposições usuais; agora (nas *Bemerkungen*) a análise de nossas proposições não consiste na determinação de uma notação especial obediente à gramática lógica, mas em reconhecer e dissolver aquilo que é inessencial em nossa linguagem. A ideia de sistemas proposicionais vem, por um lado, para mostrar como podemos fixar regras para a determinação do sentido proposicional a partir de proposições “elementares” que se excluem mutuamente e, por isso mesmo, estruturam-se a partir da co-dependência entre seus sentidos. Por outro lado, tais sistemas não podem estar assentados na estrutura apaziguadora de uma notação especial, quer dizer, eles podem ser substituídos, intercambiáveis entre si, alterados, tendo em vista esclarecer a estrutura simbólica de nossa linguagem.

### 4.21) *A impossibilidade de uma linguagem única e o âmbito da alteridade*

As *Bemerkungen* parecem mostrar que aquilo que chamamos de “nossa” linguagem, na verdade, consiste em diferentes modos de apresentação ou métodos de verificação, no fim das contas, diferentes linguagens que se estruturam por meio do uso regrado de seus sinais. Após passarmos pelas análises do tempo, pelo conceito de figuratividade e os problemas relacionados à linguagem do déspota, a impressão que fica é a de que, nas *Bemerkungen*, consolida-se a impossibilidade de sustentar uma “linguagem única”. Isso pode parecer óbvio, uma vez que a proposta de uma linguagem “ideal” – perfeitamente obediente à “gramática

lógica” – já não está mais em jogo. Com a saída de cena desse “simbolismo especial”, Wittgenstein parece colocar no centro da discussão a possibilidade de pensarmos diferentes linguagens. Em certo sentido, o debate presente no Capítulo VI das *Bemerkungen* parece se situar nesse campo. Wittgenstein vai apresentar essas diferenças buscando evitar as armadilhas solipsistas: conceber distintas linguagens, no caso do Capítulo VI, aquela que me tem como centro e aquela que tem outras pessoas como centro, não implica uma linguagem privada – aquela que apenas eu entendo e, portanto, é “minha linguagem”, eu sou o seu proprietário – em oposição a linguagem do outro – a linguagem que apenas o outro entende, que eu não tenho acesso e que o outro é seu proprietário.

Poderíamos dizer que o tema da alteridade<sup>73</sup> entra de vez na obra de Wittgenstein a partir dos textos do período intermediário, quando é abandonada a ideia de uma “linguagem única” aos moldes da primeira fase de sua filosofia. Nos *Notebooks*, a questão colocada em meados de 1915 é a de saber se “a linguagem é a única (*einzig*) linguagem?” ou “como a linguagem é única (*unik*)?” (NB, 29/05/1915, p. 52). Essas indagações poderiam ser respondidas por aquilo que é explicitado nos aforismos do *Tractatus* dedicados ao problema do solipsismo: “A lógica preenche o mundo; os limites do mundo são também seus limites” (TLP, 5.61). A unicidade da linguagem poderia ser pensada justamente pela chave lógica, em que a lógica não apenas preenche o mundo mas também a totalidade das linguagens, isto é, no essencial, toda e qualquer linguagem estaria reduzida àquilo que é logicamente possível e, nesse sentido lógico, as regras sintáticas caracterizariam todas elas enquanto uma “única linguagem”. Não é por menos que o isomorfismo entre linguagem e mundo, as relações internas entre proposições elementares e estados de coisas, tem de ser logicamente estabelecido: a lógica preenche o mundo, o que fica evidente no esclarecimento das regras sintáticas da linguagem que se reporta ao mundo apenas através de sua estrutura lógica.

---

73 Um ensaio que, por assim dizer, pela primeira vez chamou minha atenção para o “problema da alteridade” em Wittgenstein é “Descartes e o último Wittgenstein: o argumento do sonho revistado” de Prado Jr.. Esse ensaio aborda temas e textos diferentes daqueles que estamos trabalhando e, portanto, foge do escopo desta tese tetarmos retomá-los nessa etapa. Mas talvez seja válido sublinhar que, em uma leitura tão precoce (o texto foi concebido em meado dos anos 60), Prado Jr. aponta para a falta de exame acerca da alteridade no *Tractatus* e a ascensão desse tema no período maduro da filosofia de Wittgenstein, problema ligado às recorrentes neutralizações do solipsismo na obra wittgensteiniana. O que Prado Jr. destaca é que a ascensão do tema da alteridade se dá justamente com o avanço do tema da pluralidade de linguagens (Cf.: PRADO JR., 2005, pp. 105-107). Estamos sugerindo que a filosofia de Wittgenstein começa a explorar o assunto da “pluralidade de linguagens” a partir de 1930.

No grupo de aforismos 5.6s, o *Tractatus* parece tomar a “verdade” que o solipsismo quer dizer, mas não pode ser dita, pela identificação da “linguagem única” com a “minha linguagem”. Como aponta o ensaio introdutório ao *Tractatus* de Lopes dos Santos: “Há também um sentido em que faz sentido dizer que essa linguagem única é minha linguagem” (SANTOS, 2022, p. 98). Mas como poderíamos compreender essa coincidência entre a “linguagem única” e a “minha linguagem”? Por outras palavras, de que maneira seria possível entender a minha linguagem como a única linguagem? No caso da interpretação de Lopes dos Santos, é o ato de projeção da realidade no sinal que determina as possibilidades de representação proposicional do mundo (Ibid., pp. 98-99). É a partir do ato de transformação dos sinais em símbolos que podemos situar o papel do “eu da filosofia” ou do “sujeito metafísico” no *Tractatus*: enquanto condição de possibilidade para a determinação do sentido proposicional, o sujeito é compreendido como limite da linguagem e do mundo (TLP, 5.6, 5.62 e 5.632), portanto, nessa perspectiva, o sujeito é transcendental<sup>74</sup>.

Lopes dos Santos chega a mais uma conclusão a partir da relação entre a “linguagem única” e “minha linguagem”:

entender a linguagem do outro não é apreender o suposto fato em que consistiria o ato pelo qual o outro projeta a realidade nos sinais proposicionais que produz, mas é fazer a minha a linguagem do outro, projetar por mim mesmo a realidade nesses sinais, apropriar-me dos sinais do outro e fazer dele meus símbolos. A linguagem é a minha linguagem, a única que eu entendo. (SANTOS, 2022, p. 98)

Embora, à primeira vista, no *Tractatus*, não se leve em consideração a “linguagem do outro”<sup>75</sup>, a interpretação de Lopes dos Santos aponta para a inevitável redução de todas as

<sup>74</sup> SANTOS, 2022, p. 100. Nessa linha de interpretação vai o artigo “Por que o *Tractatus* necessita de um sujeito transcendental?” (CUTER, 2006). Talvez, essa interpretação que vai reconhecer o caráter fundamental do sujeito para a relação de projeção entre linguagem e mundo (SANTOS, 2022, pp. 98-99) ou, nas palavras de Cuter, “é perfeitamente apropriado pensar neste sujeito como uma intencionalidade pura que projeta nomes sobre o mundo” (CUTER, 2006, p. 184). Guardada as devidas diferenças, essas duas interpretações se aproximam da interpretação de Hacker: “o conteúdo das proposições é dado pela minha experiência, pela minha injeção de conteúdo nas formas que espelham a natureza do mundo” (HACKER, 1986, p. 102).

<sup>75</sup> É necessário algum cuidado com essa afirmação. Primeiro porque, nos aforismos sobre o solipsismo, Wittgenstein faz referência ao “*du*” e, nesse sentido, estaria sendo levado em consideração “outras pessoas”: “você (*du*) diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não* vê” (TLP, 5.633). Em segundo lugar, no aforismo sobre o “método correto da filosofia”, o *Tractatus* faz alusão a um “*anderer*” e um “*ihm*”: “sempre que alguém (*anderer*) pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe (*ihm nachzuweisen*) que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições” (TLP, 6.53). Sem contar os aforismos 5.5562 e 5.5563 que colocam na mesma “ordem lógica” proposições elementares e proposições não analisadas, de tal forma que, mesmo aqueles que entendam qualquer proposição usual, devem saber “por razões puramente lógicas” que a análise tem de alcançar proposições elementares. Embora essas passagens possam sugerir a relação com outras pessoas, elas o fazem apenas reduzindo o outro à minha linguagem ou a uma linguagem “única” e obediente a lógica (o que é característico da leitura de Lopes dos Santos). O que quero

linguagens (das outras pessoas) à “minha linguagem”. Na medida em que não posso sair de “minha linguagem” para compreender a “linguagem do outro” (as maneiras pelas quais o outro projeta por si mesmo a realidade nos sinais que ele próprio profere), devo ser capaz de projetar por mim mesmo a realidade sobre os sinais proferidos por outras pessoas, por assim dizer, de fazer da linguagem do outro a minha própria linguagem. Essas linhas de projeção – que permitem relacionar a minha linguagem ao meu mundo e que possibilitam tomar a linguagem do outro pela minha linguagem – não podem ser descritas. Análogo ao olho e ao espaço visual em que não se pode ver o olho no interior do campo de visão ou, melhor, não podemos ver a visão que se lança do olho em direção aos objetos visuais, o sujeito não pertence à linguagem e ao mundo. Como sugere o livro do “Mundo tal como o encontro”, em um mundo completamente descrito pela análise completa das proposições usuais, não seria possível descrever um sujeito portador do mundo e da linguagem. No fim das contas, caso a análise completa das proposições fosse levada a cabo, seria possível mostrar ao solipsista que nada de metafísico poderia ser dito sobre o “sujeito” e, portanto, que ele não conferiu significado as palavras “eu”, “meu” e “minha”.

Podemos encontrar uma leitura do *Tractatus* que vai na direção oposta à interpretação de Lopes dos Santos (como também, Cuter e Hacker) no ensaio “Does Bismarck have a beetle in his box?” (2000) de Cora Diamond. Em primeiro lugar, a chave de leitura proposta por Diamond visa mostrar uma linha de conexão entre o *Tractatus* e as *Investigações* a partir do assim chamado “argumento da linguagem privada”, isto é, os aforismos 5.6s do *Tractatus* já conteriam a estrutura fundamental do “argumento” desenvolvido contra a linguagem privada nas *Investigações* (cf.: DIAMOND, 2000, pp. 262-263). Em segundo lugar, o ensaio de Diamond nada nos diz sobre qualquer “dimensão metafísica” acerca do “eu”. Nessa interpretação, não se apresenta o “sujeito que pensa e representa” como condição de possibilidade da linguagem e do mundo, isto é, poderíamos compreender a partir do ensaio de Diamond que nada sobre a necessidade de um “sujeito transcendental” estaria sendo mostrado no *Tractatus*.

Apesar das diferenças que separam essas leituras, elas parecem se conciliar em um ponto específico: justamente no ponto em que a “minha linguagem” é tomada como a “linguagem única” e pela qual se reduzem todas as “outras linguagens”. A interpretação de

---

sugerir nesta seção da tese é que o esclarecimento do caráter simbólico de “nossa” linguagem se dá apenas em um embate entre a minha linguagem e a linguagem do outro.

Diamond apresenta uma distinção entre a concepção russelliana e a concepção tractariana de quantificadores lógicos. Em resumo, no caso de Russell<sup>76</sup>, teríamos dois tipos de conhecimento: (a) *acquaintance* que consiste em um conhecimento por familiaridade ou uma “relação cognitiva direta” com os *sense data*, itens não mentais, bem como, com universais e particulares<sup>77</sup>; (b) já o conhecimento por descrição inclui, basicamente, os objetos físicos (em oposição aos *sense data*) e a mente de outras pessoas<sup>78</sup>. O que importa para o argumento de Diamond é mostrar que, em Russell, o conhecimento de meus *sense data* são particulares, privados, inacessíveis a outrem, da mesma forma que é impossível que eu tenha uma relação cognitiva direta com os *sense data* de outras mentes. Que eu não possa ter acesso à experiência privada de outros, não quer dizer que eu não possa descrevê-la. A partir da teoria das descrições, na medida em que posso descrever aquilo que está para além de minha experiência, é possível evitar o solipsismo. Embora seja um conhecimento indireto, para Russell, o uso dos conectivos lógicos permite descrever os dados do sentido de outras pessoas, permite que eu possa construir proposições a partir das proposições privadas de outrem (cf.: DIAMOND, 2000, pp. 267-269 e 272).

Na medida em que se distingue dois tipos de conhecimentos, aquele baseado nas experiências privadas (na minha e nas dos outros) e aquele baseado nas descrições que podemos construir a partir de proposições privadas, Russell parece distinguir dois tipos de linguagens: uma linguagem privada (fundamentada no conhecimento por *acquaintance*) e uma linguagem que, por assim dizer, pode ser “publicizada” (fundamentada no conhecimento por *description*). No caso do *Tractatus*, a construção de proposições a partir dos quantificadores e conectivos lógicos se dá de maneira diferente daquela apresentada por Russell, pois aquilo que podemos construir a nível proposicional não pode ser pensado fora das possibilidades lógicas de minha linguagem (Cf.: DIAMOND, 2000, pp. 272-273). A concepção de regras lógicas apresentada no *Tractatus* (principalmente nos aforismos 5.6s) “exclui a ideia de quantificar sobre objetos que eu não posso ter nomes” (Ibidem., p. 273; no mesmo sentido, p. 282). É por essa perspectiva que os aforismos sobre o solipsismo caracterizam a linguagem enquanto “minha linguagem” aquela que, só ela, eu compreendo

---

76 Para abordar a filosofia russelliana, Diamond propõe um recorte concernente aos anos 1905-1913: “On Denoting” (1905), “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description” (1910), *Problems of Philosophy* (1912) e o manuscrito *Theory of Knowledge* (1913).

77 Cf.: DIAMOND, 2000, p. 264; Cf.: RUSSELL, 1910, pp. 108-111.

78 Cf.: RUSSELL, 1910, p 112.

(TLP, 5.62). Se na “minha linguagem” eu posso determinar os nomes que constituem as proposições elementares sobre as quais eu posso construir proposições mais complexas, então, tais operações lógicas não podem ser determinadas por eu ter um conhecimento direto de um objeto lógico (como acreditava Russell), mas sim por ser uma “ação” regrada e determinada pelas proposições que constituem a base de minha linguagem – como é o caso do sinal de negação que é “introduzido por meio de uma regra que recobre o seu uso em todas as combinações proposicionais” (DIAMOND, 2000, p. 273).

Apesar de toda estrutura proposicional (operadores lógicos e nomeação) ser reduzida à minha linguagem, nada nas proposições e nos estados de coisas que elas afiguram indicam a existência de um “sujeito metafísico”. Como bem nota Diamond, o papel do livro de experiências, “O mundo tal como encontro”, mostra a impossibilidade de determinar um “eu” que as portasse (Ibid., p. 279), que tomasse as experiências enquanto “suas” em oposição à experiência dos outros. Ao que parece, caracterizar o “sujeito” enquanto limite da linguagem e do mundo revela que não podemos conceber diferentes linguagens, mas apenas a minha linguagem enquanto única. No entanto, levando em consideração o processo de esclarecimento da linguagem comum pela análise lógica das proposições usuais, a aparente “posição especial” do “sujeito enquanto limite” se dissipa, uma vez que nenhuma parte de minha linguagem concede significado à palavra “eu” e, no fim das contas, o que acaba se dissolvendo é essa aparente condição de “limite” da linguagem e do mundo (parece esse o caminho percorrido por DIAMOND, 2000, pp. 282-283).

Mais do que sublinhar a impossibilidade de encontrar nos escritos do jovem Wittgenstein uma distinção entre “minha linguagem” e a “linguagem do outro”, é importante mostrar que, nesse período, essa distinção não é fundamental para o desenvolvimento da concepção wittgensteiniana de linguagem. Por esse viés, a minha interpretação dos aforismos sobre o solipsismo no *Tractatus* se difere das interpretações de Lopes dos Santos e de Diamond. Talvez, algo como uma “consequência” poderia ser extraída sobre a alteridade ao levarmos em consideração a concepção tractariana de linguagem: podemos caracterizar a “linguagem do outro” apenas a partir de “minha linguagem”, já que ela é única. Mas veja que, no *Tractatus*, levar em conta a importância daquilo que o solipsismo quer dizer (mas não pode ser dito) não tem como função principal reduzir todas as linguagens (de outras pessoas) a minha linguagem, e sim de situar a estrutura de minha linguagem à lógica. O que sustenta a

redução da linguagem usual à minha linguagem não é certa contraposição entre o “eu” e o “outro”, mas antes uma tensão entre “eu” e “mundo”. É no desvelar das regras gramaticais por meio da análise lógica dos usos cotidianos da linguagem que se encontra o subsolo linguístico determinado pela minha linguagem em relação projetiva com meu mundo, ao mesmo tempo que, do ponto de vista lógico, o possessivo “meu” nada significa. Para resumir: o *Tractatus* simplesmente aponta que, para determinar as regras de projeção do (meu) mundo sobre os (meus) sinais, é impossível desertar da (minha) linguagem, de tal forma que não entra em discussão a possibilidade de “outras linguagens” ou “outros mundos”.

A retomada do solipsismo nas *Bemerkungen* é paradigmática, pelo fato de que, a partir de 1930, esse tema parece demarcar, de maneira cada vez mais clara, os problemas relacionados à privacidade e publicidade da linguagem. O que estou sugerindo aqui é que, desde o período intermediário, Wittgenstein não toma mais a linguagem como “única”, de tal modo que, levando a sério aquilo que o solipsismo quer dizer, deveria se reportar à “minha linguagem”. Como vimos, parece que, uma vez abandonada a possibilidade de um simbolismo “puramente lógico”, a ideia de uma linguagem única não tem mais espaço na filosofia wittgensteiniana pós-*Tractatus*. Em conformidade a esse abandono, Wittgenstein passa a enfrentar os problemas relacionados ao caráter essencialmente *discursivo* da linguagem ou, melhor dizendo, desde o período intermediário, é o aspecto fundamentalmente *dialógico* da linguagem que ganha densidade. Desse modo, a temática do solipsismo entra nos escritos pós-*Tractatus* para sublinhar as características que, segundo o que estou propondo aqui marcam a concepção de linguagem enquanto *discurso* ou enquanto *diálogo*.

O que estou chamando de “dimensão dialógica” da linguagem nada mais é do que, como já vimos, aquela apresentada pelas seções §4c e §7d: é uma regra de apresentação da linguagem (e portanto não pode ser justificada pela descrição do apresentado) que o outro possa empregar as palavras do mesmo modo que eu a emprego; caso ele não o faça, isso mostraria que ou ele fala sem pensar (*nonsense*) ou *ele usa as palavras de forma diferente de como eu as uso*. Esse último ponto parece revelar que, em alguma medida, a linguagem do outro pode ser distinta de minha linguagem – se distinguem por seus distintos modos de aplicação. Apesar da diferença marcante entre “minha linguagem” e a “linguagem do outro”, as *Bemerkungen* parece apontar para a possibilidade de uma “comunhão” entre os modos de uso da linguagem, uma convenção que, no limite, tem de ser “acordada” entre “nossas”

linguagens (minha e do outro). Uma caracterização completamente estranha ao *Tractatus*, em que esse “acordo” (também “convencional”) é determinado pela troca solitária entre “mim” e o “mundo”. Portanto, se minha proposta de leitura tem nexos, nas *Bemerkungen*, não faz mais sentido tomar a linguagem como única, em que os usos das palavras estariam reduzidos a uma mesma estrutura lógica. No pós-*Tractatus*, a significação não pode ser compreendida sem levar em conta diferentes linguagens, sem levar em consideração os acordos estabelecidos entre o *ego* e seu *alter*.

Todavia, como vimos na análise do Capítulo VI, Wittgenstein nos mostra que é na aplicação que o caráter privilegiado de minha linguagem se revela. Uma vez apresentado que, nas *Bemerkungen*, podemos encontrar o elemento da alteridade para a determinação dos usos da linguagem, agora devemos examinar o elemento “tirânico” de minha linguagem sobre a linguagem do outro, o aspecto assimétrico que acarreta os usos dos pronomes pessoais

#### 4.22) O discurso e o tirano

A assimetria que envolve a aplicação dos pronomes “eu”, “ele”, “meu/minha”, “dele”, pode ser recuperada apenas se levarmos a sério o final do Capítulo VI das *Bemerkungen*, na medida em que, por assim dizer, Wittgenstein reabilita o uso dos pronomes:

O fenômeno da sensação de dor num dente, que me é conhecido, é apresentado no modo de expressão da linguagem comum por meio de “eu tenho dores em tal e tal dente”. Não por meio de uma expressão do tipo “neste local há uma sensação de dor”. O campo todo dessa experiência é descrito nessa linguagem por meio de expressões da forma “eu tenho...”. As proposições da forma “N tem dor de dente” são reservadas para um campo inteiramente distinto. Não podemos portanto nos surpreender se nas proposições “N tem dor de dente” não se pode encontrar mais nada que se conecte com a experiência daquele outro modo. (PB, §66a)

Embora seja difícil compreender precisamente como esse trecho se conecta aos outros trechos da seção §66a (sobre a possibilidade da experiência com dois organismos separados), bem como aos outros parágrafos da seção §66 como um todo (que se remetem as possibilidades de delimitação da experiência, principalmente, da visual), parece-me claro que ele está em consonância com a ideia geral do Capítulo VI. O procedimento de eliminação dos pronomes em linguagens “imaginadas” não deve nos fazer aderir à ideia de que esses modos “artificiais”

de apresentação são “mais vantajosos” que o modo de apresentação usual<sup>79</sup>. Na verdade, o que Wittgenstein parece propor nessa etapa é o seguinte: para que possamos esclarecer a expressão “propriamente dita” do fenômeno da experiência imediata (no caso, da sensação de dor num dente), é necessário retornar ao modo de expressão da linguagem comum, isto é, às formas de apresentação em que os pronomes ocorrem. É óbvio que esse retorno não pode obliterar as análises desenvolvidas em todo Capítulo VI, em que se busca mostrar que a palavra “eu” não tem significado e não ocupa nenhum papel especial na linguagem, ao mesmo tempo em que se revela o caráter assimétrico entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem cujo centro é o outro. Para encerrar este capítulo de minha tese, busco compreender o papel que, a partir da perspectiva das *Bemerkungen*, os pronomes poderiam desempenhar nos modos usuais de expressão da linguagem.

Reabilitar o uso dos pronomes na linguagem comum é relevante, pelo fato de que Wittgenstein parece sugerir algo como uma “experiência” gramatical da subjetividade e da alteridade – obviamente, isso não pode ser caracterizado enquanto “experiência” propriamente dita<sup>80</sup>. Por assim dizer, o Capítulo VI aponta para uma relação mútua entre aplicação da linguagem e atividade do discurso: por um lado, o esclarecimento da aplicabilidade dos nossos modos de apresentação da experiência, por meio da explicitação do uso gramatical dos pronomes, possibilita reivindicar uma “prática discursiva” de nossa linguagem; por outro lado, é apenas na discursividade própria da atividade linguística que se torna possível apreender aquilo que é fundamental para o uso gramatical dos pronomes.

Talvez, podemos encontrar na literatura secundária da obra de Wittgenstein um amparo à interpretação que estou tentando defender aqui. É o caso do artigo de Benoist “Le sujet dans le langage: Wittgenstein et la grammaire de la subjectivité” (1999). Como o próprio título do artigo traz, Benoist defende a possibilidade de encontrarmos em Wittgenstein – nos textos do período intermediário e em sua filosofia madura (principalmente, no *Blue Book*) – uma “gramática da subjetividade” ou, em outra terminologia, “uma fenomenologia concreta da subjetividade” (BENOIST, 1999, pp. 565, 566 e 281). A tese que Benoist procura extrair dos textos de Wittgenstein é a de que “a linguagem é o lugar da subjetivação, em um sentido

---

79 A “forma condicional” com que é apresentada a “variação dos modos de expressão” demarca precisamente a impossibilidade de eliminação completa dos pronomes em nossa linguagem: “Seria instrutivo substituir esse modo de apresentação por outro” (PB, §57a) (Sobre esse ponto em específico, cf.: BENOIST, 1999, p. 573).

80 Um pouco análoga à “experiência” para entender a lógica no *Tractatus* (TLP, 5.552).

não diretamente ontológico” (Ibid., p. 572). Essa tese está apoiada na ideia fundamental de que a palavra “eu” caracteriza uma “regra de expressão”, isto é, um uso gramatical que “configura o discurso de uma certa maneira” (Ibidem.). Com argumentos próximos a essa interpretação vai um livro muito mais antigo que o artigo de Benoist: *Le Mythe de L’intériorité* de Bouveresse (1976, cf.: pp. 360-365)<sup>81</sup>. Poderíamos também reencontrar as linhas interpretativas de Cuter (2005) e Prado Neto (2017b), uma vez que o “método de variação semântica” busca compreender os diferentes centros das diferentes linguagens como regras de mensuração ou de verificação das dores. O que quero colocar em relevo aqui é que, nas *Bemerkungen*, o exame acerca das regras de aplicação dos pronomes nos leva ao aspecto essencialmente *discursivo (dialogico)* do *exercício* da linguagem – impossível de ser extinguido mesmo com a eliminação dos pronomes.

Para tentarmos esclarecer a nossa proposta, é necessário atentarmos para algumas consequências que poderíamos extrair da seção 66a. Em primeiro lugar, com as variações semânticas das diferentes linguagens que eliminam os pronomes, temos a vantagem de apresentar de maneiras diferentes os mesmos fenômenos, isto é, embora diferentes, elas cumprem a mesma função para apresentação da experiência. No entanto, a eliminação dos pronomes parece conduzir a uma espécie de “deficit sintático”: apesar de revelar a impossibilidade de encontrarmos um “eu” portador da linguagem e da experiência – o que é de suma importância para o esclarecimento desses termos –, acabamos por não deixar às claras o uso dos pronomes no interior da própria linguagem comum. Em segundo lugar, após apurado os modos de aplicação das diferentes linguagens que cumprem o mesmo papel, deve-se apurar o que há de importante na linguagem que me tem como centro, a partir de sua “particularidade pronominal”. É por esse prisma que a seção §66a não vai se surpreender pelo fato de que as proposições do tipo “N tem dor de dente” estejam situadas em um campo completamente distinto de “eu tenho dor de dente”. O uso da palavra “eu” não tem o mesmo significado de “N” quando empregado nas proposições sobre a experiência imediata; quer dizer, o “eu” não pode ser utilizado enquanto uma espécie de variável proposicional que pudesse ser substituído por nomes próprios. Por exemplo, para apontar a “equivalência” entre as linguagens que me tem como centro e tem outros como centro, seria possível substituir

---

81 Mas também em textos muito mais recentes, em que podemos compreender o uso dos pronomes nos escritos intermediários de Wittgenstein como uma caracterização de níveis gramaticais diferentes. Cf.: MUNZ, 2018, pp. 166-170.

“G.M. tem dor de dente” por “Fulano tem dor de dente”. Isso revela que, em certo sentido, a palavra “eu” não pode ter o mesmo significado que “G.M.”, embora “G.M. tem dor de dente” desempenhe uma função idêntica a “eu tenho dor de dente”<sup>82</sup>.

Qual seria, então, o significado da palavra “eu”? Ou, melhor dizendo, qual a função da palavra “eu” no interior das proposições que cotidianamente utilizamos para falar de nossas experiências? Ora, gramaticalmente falando, não é possível atribuir significado ao pronome “eu”, “eu” é desprovido de “valor” semântico, uma vez que nenhum traço de nossa experiência poderia se remeter a esse termo – a não ser quando “eu” é tomado fora do campo puramente gramatical e, por esse viés, poderia ser intercambiável ao “ele”, assim como é intercambiável aos diferentes nomes próprios (G.M., Fulano, Beltrano, Sócrates etc.) nos diferentes modos de apresentação da experiência. Em vez de caracterizar um âmbito específico dos fenômenos – remetendo-se a certo aspecto privado da (minha) vida – ou, pelo contrário, equiparar “todas vivências” (minha e dos outros) à generalidade de um único termo, a palavra “eu” tem de ser apreendida enquanto regra de articulação da própria linguagem ou, dito de outro modo, o uso da palavra “eu” caracteriza certa forma de exercer a linguagem.

O aspecto excepcional da linguagem cujo centro “sou eu”, tal como apresentado na seção §58, revela-se na aplicação da linguagem, na medida em que, mesmo sem fazer uso dos pronomes, toda atividade linguística se remete a certa perspectiva daquele que fala. Falar a partir do centro da linguagem é, por assim dizer, “tomar posse” da linguagem. Mas “tomar posse” não deve ser entendido enquanto “fazer-se proprietário”, instituindo a linguagem enquanto “minha” e “única” – como pretende o solipsismo. A expressão “tomar posse” tem de ser compreendida enquanto “tomar parte” ou, em outros termos, “participar” e “atuar” por intermédio de enunciados que expressam a (minha) experiência. É por essa perspectiva que “eu” caracteriza um uso gramatical ineliminável da linguagem, que em proposições do tipo “eu tenho dor” se revela como uma regra de aplicação da linguagem. A gramática do “eu” caracterizada enquanto regra aponta para certa “subjetividade” da linguagem, uma forma de subjetivação que encontra “expressão” apenas através da própria linguagem. Por assim dizer, se faz sentido caracterizar o sujeito pela chave de leitura da gramática, “eu” não pode ser

82 Nesse ponto, a minha leitura se afasta de Benoist que aponta a impossibilidade de “eu” significar o mesmo que “L.W.” como algo contraditório para o Wittgenstein das *Bemerkungen* (BENOIST, 1999, p. 578). A consequência, não diretamente apresentada por Benoist, disso é todo o Capítulo VI teria um ponto de vista behaviorista do significado (cf.: *Ibid.*, p. 579), o que parece ser deslegitimado pelo próprio Wittgenstein (cf.: *PB*, §65).

tomado nem como “empírico”, nem como “transcendental”: o “eu” não é dado na experiência e nenhum aspecto físico (p.ex., comunhão de diferentes espaços da experiência) poderia revelar qualquer dimensão subjetiva da linguagem; no entanto, o “eu” não pode ser encarado como um “ponto sem extensão” em que a realidade estaria coordenada a ele (cf.: TLP, 5.64), pois, a ideia não consiste mais em “isolar o sujeito” para mostrar que ele não existe em um “sentido importante” (Ibid., 5.631), mas sim em deixar claro o papel que a palavra “eu” desempenha na nossa linguagem. Ao que me parece, no exercício da própria linguagem podemos reconhecer a “dimensão gramatical” do “eu”, já que essa palavra nos permite atuar enquanto “sujeito” da linguagem. Esse “exercício de subjetivação” não se determina isolando o “eu” dos outros pronomes; na verdade, a “função gramatical do eu” é pensável apenas se reconhecida a “função gramatical do ele”, isto é, apenas se aquilo que “eu digo” pode ser dirigido a “outrem”.

É justamente pelo fato de que, na gramática de nossas proposições, o “eu” não pode vir desacompanhado do “ele” que, como vimos, a linguagem ganha uma “dimensão discursiva” a partir do período intermediário de Wittgenstein. Dizer que a “discursividade da linguagem” se constitui por meio da relação fundamental entre “eu” e “ele”, não evita uma caracterização assimétrica do uso desses pronomes. Para que eu possa falar da (minha) experiência da dor, é impensável que eu não me coloque enquanto “centro simbólico” das palavras que saem de minha boca – mesmo quando imaginamos linguagens em que os pronomes não ocorrem, essa maneira peculiar de usar o “eu” deve se colocar implicitamente. O meu interlocutor pode usar as mesmas palavras que eu utilizo para apresentar a experiência da dor (dele) e, no entanto, por partirem da boca de outrem, “eu tenho dor” se mostra um sinal inteiramente diferente para mim (cf.: PB, §64a). Isso porque, por assim dizer, não posso compreender aquilo que o outro diz sem praticar a linguagem a partir de minha própria perspectiva – me represento as dores do outro, mas me represento que *eu* as tenho (PB, §65e) –, isto é, sem que eu mesmo participe ativamente dos processos da linguagem.

\*\*\*

Após percorrermos as dificuldades que a apropriação filosófica dos pronomes traz para o uso de nossa linguagem, temos que, em alguma medida, tentar retomar a questão que levantamos no início deste capítulo. O problema era remetido às seções iniciais das *Bemerkungen* (§4c e §7d), em que Wittgenstein parece “justificar” o uso que fazemos de nossas palavras apelando para ideia de entendimento: se alguém pronuncia “o azul é uma terça acima do vermelho”, ou ele fala sem pensar (contrassenso), ou aquilo que ele entende por essas palavras é diferente daquilo que eu entendo pelas mesmas palavras. A questão que colocávamos era a de saber se a determinação do significado pressupunha os usos que *eu* faço em comparação ao uso que o outro faz das palavras e se, em alguma medida, algum “resíduo subjetivo” permanecia no âmbito da aplicação da linguagem. A resposta a essa questão (se é que há alguma) não pode ser dada de maneira “curta e grossa”, foi necessário nos determos longamente no Capítulo VI das *Bemerkungen*, cujo problema central consiste em compreender as possíveis ilusões que o uso do “eu” poderia acarretar para descrição da experiência imediata.

Como vimos, “eu” não pode significar algo que pertencesse ao mundo, nada na realidade fenomênica poderia demarcar um portador das próprias experiências. Uma proposta deste tipo poderia ser aceita se fosse abandonado o exame daquilo que é primário, o que não vem ao caso na investigação proposta pelo Capítulo VI das *Bemerkungen*. Mesmo nas análises que Wittgenstein parece tratar do secundário, elas sempre visam esclarecer certos aspectos da experiência imediata. No caso do uso dos pronomes, Wittgenstein coloca em relevo a gramática do “eu” e isso através da contraposição com o “ele” ou, no experimento linguístico de abdicar do uso dos pronomes, é apontado as diferenças gramaticais entre a linguagem que me (G.M.) tem como centro e as que tem outras pessoas como centro.

O que se revelou no exame dos pronomes é que há uma assimetria no uso gramatical desses termos. Isso mostra que, por um lado, é impossível tomar a linguagem como “única” e reduzida inteiramente a minha linguagem. O “outro” desempenha um papel importante para a caracterização da linguagem, já que a palavra “eu” é gramaticalmente empregada apenas em seu direcionamento ao “outro”. E conforme ficou dito anteriormente, essa perspectiva sobre a “gramática do eu” revela o caráter discursivo (dialógico) da linguagem, uma vez que o “eu” tem um vínculo umbilical com o “ele”. Por outro lado, essa relação de complementariedade não se dá de maneira simétrica: nessa dinâmica gramatical, é uma regra do discurso que a

“minha linguagem” tire a “linguagem do outro”, uma vez que o exercício da linguagem determina a palavra “eu” como sujeito do discurso. Isso parece ficar claro quando na seção §64a, Wittgenstein afirma que “Eu tenho dores” caracteriza um sinal diferente quando dito pela minha boca e quando dito na boca de outrem, isto é, determina dois métodos diferentes de verificação da proposição, duas formas diferentes de aplicação da linguagem.

Todo esse percurso pelo Capítulo VI nos permite reconhecer que, de alguma maneira, esse acordo entre as diferentes usos da linguagem não podem ser justificados, portanto, nada podemos efetivamente dizer acerca de suas especificidades. A característica discursiva e assimétrica que o contraste entre as palavras “eu” e “ele” impõem ao exercício da linguagem, tem de ser tomada enquanto regras que possibilitam a própria linguagem. Na conclusão desta tese, retomarei as noções de tempo e figuratividade buscando vinculá-los a essa ideia de “contraste” entre os pronomes e, com isso, apontar que as *Bemerkungen* também relaciona a “intencionalidade temporal” a esses aspectos discursivos e assimétricos de nossa linguagem.

## Conclusão

Uma vez percorrido os labirintos que a filosofia do Wittgenstein intermediário nos deixou, é necessário fazermos um balanço da interpretação que alcançamos até aqui. Em certo sentido, a perspectiva de leitura que desenvolvemos nesta tese recai no labirinto que a própria filosofia wittgensteiniana erige: de certo ponto de vista, conseguimos nos orientar em seus corredores nebulosos; por outro ponto de vista, podemos nos desorientar no caminho que anteriormente traçamos. No entanto, as múltiplas visões que a filosofia wittgensteiniana nos impõe não constitui um problema a ser superado, mas nos situa no próprio exercício da filosofia que é sempre inconcluso e novamente nos lança ao interior do labirinto – característico das retomadas temáticas em conjunto com reviravoltas do espólio wittgensteiniano. Embora impossível de concluir, este estudo sobre a filosofia de transição de Wittgenstein precisa ser encerrado e, por isso, o motivo de “apurarmos” as análises realizadas por esta tese.

À guisa de conclusão, a proposta é retomarmos os resultados alcançados nos Capítulos I, II e III a partir daquilo que foi desenvolvido no Capítulo IV desta tese. Em linhas gerais, pretendo esclarecer que a assimetria entre os pronomes “eu” e “ele” – entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem cujo o centro é o outro – pode ser encontrada nas relações temporais do primeiro sistema, uma vez que, quando nos voltamos para a aplicação da linguagem, compreendemos que a “experiência do instante presente” tem uma “posição excepcional” aos outros momentos “não presentes” de minha experiência. Visto por esse prisma, a consequência da assimetria entre o “agora” e “antes-depois” para o conceito de “intenção” parece ser evidente: a maneira como o reconhecimento e preenchimento de uma expectativa se determinam, mesmo que envolvam as noções de “memória/passado” e “futuro”, têm como “posição privilegiada” o “agora”. Se faz sentido dizer que “eu”, “agora/presente” e “intencionalidade temporal da expectativa” se conectam por suas características assimétricas, então, essa assimetria consiste no próprio exercício discursivo de nossa linguagem, própria de sua estrutura gramatical. Tentemos explorar essa conexão.

A metáfora do projetor já nos mostrava certa assimetria nas duas possibilidades de compreensão do tempo: por um lado, as imagens que fugazmente aparecem na tela do cinema

indicam a temporalidade da experiência imediata, caracterizada pelas ideias de instante presente e fluxo; por outro lado, temos as imagens dispostas na película cinematográfica que apontam para a temporalidade da física, em que se manifesta relações entre passado, presente e futuro. A distinção entre aquilo que é propriamente fenomenológico e propriamente físico é fundamental para compreensão da filosofia wittgensteiniana no início do período intermediário e, segundo a interpretação que construímos ao longo desta tese, essa distinção não pode ser adequadamente compreendida sem passar pelas considerações sobre o tempo. No modo como a física apresenta os fenômenos, não é destacada uma dimensão do tempo em detrimento das outras. Uma vez operada uma divisão hipotética sobre a temporalidade da experiência imediata, aquilo que chamamos de “passado”, “presente” e “futuro” são determinações que, de uma maneira ou de outra, podemos estabelecer um padrão para medidas (seja por relógios, calendários, estações do ano etc.). No caso da experiência imediata, “há apenas o presente” (PB, §51a), ou seja, no limite, não podemos distinguir diferentes âmbitos temporais da realidade fenomênica e, desse modo, não podemos estabelecer um padrão de medida adequado aos fenômenos<sup>83</sup>.

É claro que, como vimos, o papel da memória é fundamental para a compreensão da temporalidade fenomênica, uma vez que ela é a fonte do próprio tempo e de verificação. Ser “fundamento” do conceito de tempo, consiste em “estruturar” a temporalidade da experiência imediata a partir da memória (daquilo que usualmente chamamos de passado). É por isso que, apesar de no “mundo do dado” haver “apenas o presente”, os fenômenos nos são dados a partir das relações de antes e depois: um fenômeno vem sempre antes ou depois de outros e sempre em relação de anterioridade com o agora. Para além do instantaneísmo que coloca em movimento a experiência presente, as relações entre antes-depois e agora também parecem se remeter a forma movente do tempo primário. No caso dos processos de verificação, a fonte de comparação entre a proposição e aquilo que a verifica é a memória. Para que se possa verificar as proposições sobre o passado, a memória se estabelece como critério de busca intrínseco à determinação do sentido proposicional. Obviamente, podemos estabelecer outros

---

83 Como vimos, a temporalidade fenomênica é compreendida enquanto “atemporal” (PB, §48a) e enquanto um “specious present” (PB, §69a), um tempo que não pode ser descritos pelos padrões de medida da linguagem comum (física). O que também caracteriza a assimetria e a ambiguidade do “agora”: por um lado, a experiência imediata é finita, a cada instante tem o seu começo e seu fim; por outro lado, é no agora que o campo do infinito/indefinido se apresenta, uma vez que por meio do agora encontra-se as possibilidades infinitas de acesso do passado da memória enquanto fonte, possibilidades infinitas de apresentarmos o futuro – de tal forma que acontece agora, poderia ter acontecido indefinidamente antes, como também, pode acontecer depois.

critérios de verificação sobre o passado, tais como documentos, livros de história, imagens, fotografias etc. Mas recorrer à memória como fonte é mais do que simplesmente se reportar a um acontecimento passado, pois o que se caracteriza é uma regra de uso de nossos sinais: o critério para verificação de “vi uma mancha vermelha no meu campo de visão” aponta que não se deve buscar o sentido da proposição na experiência “agora presente”, e sim buscá-lo “fora do presente” – por assim dizer, não procuro o sentido proposicional naquilo que “agora” vejo no meu campo de visão.

No entanto, se é próprio de nossa gramática que a possibilidade de verificação de uma proposição sobre o passado se estabelece pela memória, também devemos ressaltar que a proposição tem de ser “construída” no agora. Isto é, os critérios de verificação proposicional têm de ser “dados” desde o presente, eles se determinam a partir do presente. Não é por menos que as *Bemerkungen* vão tratar a memória como uma espécie de percepção contínua cujo ponto final é o presente (cf.: PB, §50c). Por assim dizer, é como se as possibilidades de sentido da proposição sobre o passado fossem determinadas em sua “enunciação” presente, que *agora* aponta para os critérios de verificação assentados na memória em detrimento da experiência presente. Embora não seja o presente que propriamente verifica a proposição sobre o passado, é a partir do presente que a proposição se constitui enquanto modelo a ser verificado por intermédio da memória.

Aquilo que é essencial à verificação de nossas proposições, por assim dizer, as formas lógico-gramaticais que determinam as possibilidades de uso dos sinais em nossa linguagem, não podem ser descritas. Na seção §53, as *Bemerkungen* enunciam o abandono da ideia de uma “linguagem primária”, embora indiquem a possibilidade de nossa própria linguagem ser, em certo sentido, primária: se a linguagem comum pudesse ser “absolutamente objetiva”, isto é, se nela pudessemos eliminar qualquer preferência por esse ou aquele fenômeno, então, ela cumpriria o papel de uma linguagem primária. É exatamente contra a possibilidade de destacarmos alguma parcela da experiência imediata que o final do Capítulo V das *Bemerkungen* se constitui, principalmente, contra a dimensão temporal que o solipsismo instaneísta quer destacar com seu palavreado contrassensual: “Tudo flui” (PB, §54a) e “Apenas a experiência do instante presente tem realidade” (PB, §54d).

Com a “dissolução” do solipsismo, Wittgenstein não busca eliminar a assimetria entre “agora/presente” e as outras dimensões temporais da experiência imediata, não visa extinguir essa assimetria que estrutura os nossos modos de verificação proposicional. Na verdade, ele busca destacá-la sem que, com isso, tenhamos que aderir à “tese” que o solipsismo quer fazer valer – mas não consegue. No caso do “mobilismo”, “Tudo flui” não é descrito em nossas proposições, pois aquilo que podemos representar tem de poder ser representado de outro modo, tem de ser passível de falsidade tanto quanto de verdade. Com “Tudo flui”, pretende-se descrever a “forma lógica do movimento” ou a “possibilidade da mudança” (cf.: PB, 52b-c), justamente aquilo que não podemos representar de outro modo e, portanto, querer exprimi-lo por meio de palavras é lançar-se em contrassensos. Com artifícios similares vai o instaneísmo, que busca exprimir com palavras a forma pela qual a nossa linguagem se projeta sobre a “realidade do instante presente”. O solipsista não atenta para a ilegitimidade de realçar as formas de projeção de nossas proposições e querer descrevê-las em nossa linguagem é relançar-se em contrassensos, é buscar representar aquilo que não se deixa representar de outro modo.

Para além de uma perspectiva “negativa” daquilo que o solipsismo quer dizer, talvez, podemos vislumbrar o que é “inteiramente correto” (TLP, 5.62) no seu insucesso. Os aspectos “moventes” e “instaneístas” de nossa linguagem não podem ser descritos e, no entanto, exprimem-se na aplicação da linguagem. O termo “aplicação da linguagem” é apresentado da seguinte maneira: “Por aplicação, entendo aquilo que faz de combinações de sons ou traços uma linguagem. No sentido em que é aplicação que faz de uma ripa com traços um metro. A aposição da linguagem na realidade” (PB, §54c). Como tentamos apresentar no primeiro capítulo desta tese, a dificuldade é tentarmos compreender como na aplicação “tudo flui” e “apenas a experiência presente tem realidade” se exprimem. Busquei mostrar que a aplicação consiste em algo como uma “atividade” que os nossos sinais não podem deixar de exercer para se constituírem enquanto linguagem, um “exercício linguístico” que se possibilita a partir das ideias de “mudança” e “instantaneidade” do presente. Dito de outro modo, as regras gramaticais não permitem um “exercício” da linguagem fora da perspectiva de um “agora movente”<sup>84</sup>, fora do “ato enunciativo” que é sempre presente e instantâneo.

---

84 Como veremos mais adiante, se faz sentido compreender a linguagem enquanto essencialmente discursiva/dialógica, todo discurso se estrutura sempre da perspectiva do “agora”.

O Capítulo VII parece apresentar a impossibilidade de uma linguagem fenomenológica a partir de um “ato enunciativo presente”. Em um primeiro momento, as *Bemerkungen* mostram como essa notação especial se revela ineficiente para apreender a forma temporal da experiência. Supondo que minha memória fosse colossal (pudesse lembrar da totalidade do passado) e que a linguagem completamente analisada conseguisse descrever a totalidade de minhas lembranças (inclusive, na mesma velocidade com que elas se desenrolam). À primeira vista, o problema não é revelado por eu projetar uma lembrança sobre uma proposição, outra lembrança sobre outra proposição e assim *sucessivamente*: como se a partir dessa sucessividade de projeções, fosse possível apreender a forma do antes-depois das lembranças. A dificuldade vem à tona no momento da releitura, pois, na verdade, estabeleceu-se uma sucessividade de projeções que não se constituem enquanto uma totalidade. O cerne do problema é que cada projeção do fenômeno no sinal tem de ser feita da perspectiva presente e, na releitura, encontro-me em uma nova perspectiva presente que deve situar os sinais em um novo “ponto de vista projetivo”. Se essa leitura faz sentido, não há uma descrição completamente perspicua de minhas lembranças, mas apenas projeções isoladas que não se relacionam e, no fim das contas, reduzem a linguagem a um “som inarticulado” (PB, §68b).

Em um segundo momento (PB, §75), o Capítulo VII busca reencontrar em nossa linguagem comum (física) algum “elemento fenomenológico”, se ela poderia apreender a “forma fenomenológica do tempo” sem maculá-la com características fisicalistas. Em certo sentido, a linguagem usual poderia ser perspicua se ela pudesse isolar os diferentes campos da experiência imediata – p.ex., ao separar o espaço visual do espaço das sensações musculares, apresentaríamos de “maneira pura” os fenômenos visuais, ao mesmo tempo em que uma subjetividade portadora desses diferentes espaços se dissolveria. A questão colocada na seção §75 consiste em compreender se podemos isolar o tempo. Wittgenstein parte de uma previsão que tem de ser verificada “agora”. Assim como nas seções §§67-70, não há falha na memória: a comparação entre previsão e aquilo que me é dado no presente consiste em uma descrição da memória “tal como ela é”; nesse aspecto, todo elemento hipotético foi evitado e nem mesmo um *Kobold* poderia me enganar em relação a isso. E, novamente, o problema ganha evidência se pensarmos que a verificação da previsão é uma espécie de releitura: o hipotético se revela na pressuposição de que uma descrição pode me ser dada “independentemente

daquilo que nela está presente para mim nesse exato momento” (PB, §75c). A dificuldade não se coloca sobre a impossibilidade de descrevermos a experiência imediata (a memória), e sim que nossa linguagem não pode elaborar tal descrição sem “situá-la” no presente.

Dos dois primeiros capítulos desta tese, poderíamos concluir que, uma vez revelada as características temporais do primeiro e segundo sistemas, é no agora que a comensurabilidade de nossas proposições com o presente se determina (cf.: PB, §48b). Mas essa comensurabilidade é, por assim dizer, ambígua. Por um lado, a proposição não pode medir o agora, o presente não é descrito por ela. Por outro lado, a natureza espaço-temporal de nossa linguagem nos obriga a colocar nossas proposições diante do presente, pouco importa se elas constituem descrições “perspícuas” dos fenômenos que pudessem ser comparadas de maneira “atemporal” com a memória. Que uma proposição possa ser comparada a “todo momento” com a experiência “passada”, já é uma pressuposição, uma hipótese que busca abdicar (sem sucesso) daquilo que a determina enquanto um “enunciado” propriamente dito – o agora.

Se podemos compreender as considerações sobre a temporalidade (primária e secundária) e suas relações com a (nossa) linguagem a partir da interpretação desenvolvida nesta tese, não seria estranho encontramos a assimetria entre o “presente” e as outras dimensões temporais da experiência imediata na maneira como as *Bemerkungen* exploram as ideias de figuração e de intenção. À primeira vista, o problema da intencionalidade temporal é insuperável: se nossa linguagem tem uma estrutura homogênea, de tal forma que ela se desenrola em uma temporalidade completamente avessa à maneira como os fenômenos me são dados, como é possível determinarmos uma relação projetiva entre proposições e experiência imediata? Nas *Bemerkungen*, esse vínculo entre linguagem e realidade fenomênica tem de ser compreendido a partir do caráter “processual” (temporal) com que nossas proposições são caracterizadas. Análogo a alavancas que tem um papel específico apenas a partir das funções que desempenham no interior de um mecanismo, as nossas proposições simbolizam a partir das ações que elas desempenham ou podem desempenhar em nossa linguagem. É por essa perspectiva que o caráter figurativo de nossas proposições está vinculado a “sistemas de simbolização” – em que as regras de co-dependência entre proposições elementares mutuamente excludentes determinam a projeção proposicional. Embora a intenção se exprima *agora*, no modo como comparo figuração e realidade (PB,

§24a), que os processos de verificação e as regras de projeção estão determinados no presente, isso não quer dizer que a aplicação da linguagem se dá instantaneamente (cf.: PB, 15a). Enquanto membro de um sistema, a aplicação da proposição é determinada *agora*, mas apenas se a aplicação puder valer ao longo do tempo – como também, puder ser abandonada caso não mais encontremos ações adequadas para a proposição no interior do sistema. É nesse sentido que podemos compreender o caráter processual de nossas proposições quando pensadas em suas relações sistêmicas.

No caso da expectativa, a assimetria entre “agora” e “não-agora” se torna ainda mais evidente. A espera direciona o seu visar para um evento que não está no presente da experiência imediata, para um evento que será posterior ao que agora é dado. No entanto, embora aquilo que preenche a expectativa deva ser buscado para além do agora, a regra que determina como a expectativa se liga ao seu preenchimento tem de ser estabelecida no presente, pois aquilo que ela exprime deve ser enunciado agora e, em certa medida, contraposto ao agora. Isso não quer dizer que o seu preenchimento está dado “neste instante”, mas que apenas em contraposição àquilo que agora não está na experiência é possível determinar aquilo que estará: eu me preparo para o esperado, eu aguardo o preenchimento, eu me situo desde agora no mesmo espaço de seu preenchimento. Nas palavras de Wittgenstein: “o metro linguístico deve ser apostado no ponto do presente e então ele aponta para além deste — por assim dizer na direção da expectativa” (PB, 35c). O fundamental na expectativa não é que determinado evento era o que eu esperava, e sim que eu espero (desde o presente) de certo modo. A expressão da expectativa se “institui” no presente da enunciação e aponta para uma possibilidade para além do que está agora dado.

Algo similar ocorre com o reconhecimento da expectativa. Nesse caso, a garantia de que a expressão da espera é a mesma que o seu preenchimento, é determinada por ser possível utilizar agora os sinais do mesmo modo como eles foram utilizados anteriormente, que é possível empregar os mesmos procedimentos de verificação empregados anteriormente. E, como já vimos, a fonte de identidade entre as aplicações da expectativa no “desenrolar do tempo” é o reconhecimento. Reconheço as regras de aplicação dos sinais como sendo as mesmas de outrora, os critérios de verificação da expectativa no momento de seu preenchimento (agora) são os mesmos que aqueles anteriormente determinados. O presente ocupa um papel central nos procedimentos de aplicação da linguagem, pois, embora o

reconhecimento seja a fonte do conceito de identidade – e, em certo sentido, é necessário recorrer a memória (enquanto fonte) para determinarmos que ainda valem as regras de uso do sinal anteriormente estabelecidas –, a comparação entre as formas em que agora se aplica os sinais e as suas aplicações passadas, determinam-se na enunciação presente da expectativa.

A expectativa é um modelo do esperado, uma antecipação do evento que poderá preenchê-la – um pouco à maneira da figuratividade proposicional, uma vez que as proposições são caracterizadas enquanto “prescrições para a construção de um modelo” (PB, §10a). A seção 34c vai sublinhar que a construção desse tipo de apresentação tem de se tratar de “meu mundo” para ter “sentido para mim”. Por um lado, a expectativa tem de antecipar um evento que posso encontrar em minhas vivências. Por outro lado, a antecipação do evento pela expectativa não pode ser reduzida apenas àquilo que faz “sentido para mim”, em certo sentido, a construção do modelo tem de ser feito “no mundo em que vivemos”, ele tem de ter uma relação interna “com o mundo em que vivemos” para constituir um sentido. Além dessas indicações ao “nosso” e ao “meu” mundo, poderíamos dizer que a expectativa é um modelo que deve fazer sentido “agora” do mesmo modo que deverá fazer sentido “depois”, isto é, eu *estou* no mesmo espaço (cf.: PB, 34b) que as operações para a verificação da expectativa se dão, “eu espero que algo se dê de modo tão real quanto eu *guardo*” (PB, §35b). Esse espaço em que “estou situado” – desde o presente para o preenchimento da expectativa – tem de estar relacionado não apenas ao meu mundo, mas, de alguma maneira, ao mundo em que vivemos.

O capítulo IV desta tese buscou explorar essa “comunhão” entre o “meu mundo” e o “nosso mundo” a partir da conexão entre seções §4 e §7 e as questões relacionadas a “linguagem do déspota” desenvolvidas no Capítulo VI das *Bemerkungen*. O esclarecimento das regras da gramática repousa sempre no fato de que, no limite, “o outro usa a linguagem assim como eu a uso” (cf.: PB, §§7b-c). Um problema poderia ser destacado se tentarmos relacionar essa passagem ao Capítulo VI: como a partir de diferentes linguagens, que tem diferentes centros de determinação do sentido proposicional, pode ser estabelecido “regras de uso comum da linguagem”. Com a eliminação dos pronomes a partir das linguagens com diferentes centros, Wittgenstein aponta para uma assimetria entre a linguagem que me tem como centro e a linguagem que tem outras pessoas como centro. A assimetria se constata pela maneira como essas diferentes linguagens se aplicam ao mundo. No caso da linguagem que me tem como centro, a proposição “há dor de dente” é verificada de maneira imediata, por

assim dizer, basta que eu sinta a dor para poder verificá-la. No caso da linguagem que tem o outro como centro, eu poderia verificar a proposição “há dor de dente” apenas a partir da comparação do comportamento dele com outros comportamentos (de G.M., de fulano, de Sócrates, do déspota etc.); por assim dizer, a verificação se dá de maneira “menos direta”, sempre de maneira mediada pela comparação com outros comportamentos.

Segundo a nossa leitura, uma vez depurada pelas análises das linguagens que têm diferentes centros, o Capítulo VI não apenas restabelece o uso dos pronomes, como também aponta para uma característica intrínseca a nossa linguagem: a sua dimensão “dialógica” ou “discursiva”. Em primeiro lugar, é a partir do abandono de uma “linguagem única” que podemos reconhecer na filosofia de Wittgenstein uma discussão mais clara sobre o problema da alteridade. Se podemos tomar os diferentes modos de apresentação enquanto diferentes linguagens, como é possível estabelecer uma relação entre eles? É no próprio caráter “convencional” de nossa linguagem que podemos determinar acordos para as regras de uso de nossos sinais, convenções que não podem ser justificadas por certas descrições. Em segundo lugar, o aspecto discursivo da linguagem também aponta para assimetria entre “eu” e os outros pronomes. A partir das *Bemerkungen*, embora seja impossível conceber a linguagem que me tem como centro sem levarmos em consideração as outras linguagens, é no contraste discursivo entre o “eu” e o “outro” que se destaca o caráter especial de minha linguagem. Na medida em que as regras gramaticais determinam que o uso da linguagem se dá sempre da perspectiva do “eu” em oposição ao “ele”, revela-se que a aplicação da linguagem se efetua do ponto de vista dessa “subjetividade gramatical”.

O “eu” não nos remete a algum âmbito da realidade ou alguma forma transcendental de apercepção. Na verdade, o “eu” está relacionado ao exercício da linguagem, a uma atividade regada de uso de nossas palavras que não pode ser dissociada da perspectiva enunciativa do “eu”. Não poderíamos dizer que é da mesma perspectiva enunciativa onde se situa a gramática do tempo? Parece-me que sim, pois, é do ponto de vista do “agora” em assimetria com as outras dimensões temporais “não presentes” que a atividade enunciativa da linguagem se estabelece. Não é por menos que, nas *Bemerkungen*, Wittgenstein relaciona o problema do solipsismo com o do tempo: a partir de meu ato enunciativo no presente, no modo como agora se usa a proposição por meio de minha boca, revela-se uma espécie de “experiência” intrínseca à própria linguagem. Obviamente, isso não caracteriza uma

experiência propriamente dita, e querer descrevê-la enquanto tal é reduzir a linguagem aos contrassensos que o solipsismo busca impôr sem sucesso. Isto é, as *Bemerkungen* não buscam reduzir tal atividade linguística a uma “linguagem única” que chamo de “minha” e nem reduzir a “realidade” à “única realidade do instante presente”. As regras gramaticais da linguagem comum (física) nos impõem que a perspectiva do “eu” e do “agora” sejam assimétricas às perspectivas do “outro” e às dimensões temporais “não presentes”. Apesar da assimetria, na gramática de nossa linguagem, não podemos conceber a “subjetividade” sem o “horizonte da alteridade”, assim como não podemos destacar o “agora” sem o “horizonte do passado e do futuro”.

Em uma passagem do início de 1940, ao elaborar sobre as práticas de ensino/treino no domínio de um sistema de funções, Wittgenstein descreve a sua tarefa do seguinte modo: “Minha tarefa é ensinar a você a geografia de um labirinto, de tal modo que você se familiarize totalmente com ele” (Ms 162b, p. 6). É interessante notar que os esforços da filosofia wittgensteiniana não se alicerçam na necessidade de elaborar um “mapa” pelo qual poderíamos nos orientar em direção à saída do labirinto. Nos labirintos que a gramática nos confrange, a geografia que Wittgenstein nos “ensina” é a de nos “familiarizarmos” com os caminhos labirínticos de nossa linguagem, “compreender” as suas armadilhas – um pouco como “sentir-se” bem no mergulho filosófico ao caos. A tarefa desta tese foi bem mais modesta, apenas buscou-se apontar para certos “relevos” (tempo, figuração e subjetividade) dessa geografia, alguns becos sem saídas desse labirinto; embora uma tese estruturada de progresso pouco retilíneo, incompleta e com digressões constantes, talvez possa servir de guia.

## Referências Bibliográficas

Benoist, Jocelyn. “Le sujet dans le langage: Wittgenstein et la grammaire de la subjectivité”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, pp.565-581, 1999.

\_\_\_\_\_. “Fulfilment”. In Jesús Padilla Gálvez (ed.), *Phenomenology as Grammar*. Berlin, Boston: Ontos. pp. 77-96, 2008.

BONCOMPAGNI, Anna. “Wittgenstein on Meaning, Use, and Linguistic Commitment”. In: *Wittgenstein in the 1930s: Between the Tractatus and the Investigations*. Stern, David G. (ed.) . New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

BOUWSMA, O. K. *Wittgenstein: Conversations 1949-51*. Indianapolis, Hackett, 1986.

CARVALHO, Marcelo. “Fenomenologia, Hipótese e Probabilidade – PB, XXII” In.: *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (parte 1)*/ Marcelo Carvalho et al. São Paulo: Mundaréu, 2017.

CUTER, J.V.G. “p dice p”. *Teoria* (Madri), México D.F., Vol. 8-9, pp. 51-60, 1999.

\_\_\_\_\_. “Um precursor dos jogos de linguagem”. *Analytica*, Vol. 9, nº 2: pp. 115-136. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. “Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?”. *Dois Pontos*, Vol. 3 nº 1: pp. 171-192, 2006.

\_\_\_\_\_. “Uma fenomenologia sem métrica [PB IX]”. In.: *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (parte 1)*/ Marcelo Carvalho et al. São Paulo: Mundaréu, 2017.

\_\_\_\_\_. “Wittgenstein’s Phenomenology”. In: *Colours in the Development of Wittgenstein’s Philosophy*. Silva, Marcos (ed.). Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan, 2017b.

Diamond, Cora. “Does Bismarck Have a Beetle in His Box?”. In Alice Crary & Rupert J. Read (eds.), *The New Wittgenstein*. Routledge, 2000.

ENGELMANN, Mauro. *Wittgenstein’s philosophical development: Phenomenology, grammar, method, and the anthropological view*. Springer, 2013.

\_\_\_\_\_. “O livro da ampla gramática de base fenomenológica [PB I]”. In.: *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (parte 1)*/ Marcelo Carvalho et al. São Paulo: Mundaréu, 2017a.

\_\_\_\_\_. “A crítica a Russell: os capítulos II, III, IV das PB”. In.: *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (parte 1)*/ Marcelo Carvalho et al. São Paulo: Mundaréu, 2017b.

\_\_\_\_\_. “Figuração, ‘espaços’ e intencionalidade: adaptando o Tractatus”. In.: *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein (parte 1)*/ Marcelo Carvalho et al. São Paulo: Mundaréu, 2017c.

\_\_\_\_\_. “What Does a Phenomenological Language Do?”. In: *Colours in the Development of Wittgenstein’s Philosophy*. Silva, Marcos (ed.). Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan, 2017d.

\_\_\_\_\_. “Wittgenstein on Sentence-Hypotheses and Certainty”. In: *Wittgenstein in the 1930s: Between the Tractatus and the Investigations*. Ed.: David Stern. New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

HACKER, Peter Michael Stephan. *Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein*. New York: Oxford University Press. Edited by Constantine Sandis, 1986.

HINTIKKA, Merrill B & HINTIKKA, Jaakko. *Investigating Wittgenstein*. New York, NY, USA: Blackwell, 1986.

HINTIKKA, Jaakko. *Ludwig Wittgenstein: half-truths and one-and-a-half-truths*. Vol.1. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: the duty of genius*. New York: Maxwell Macmillan International, 1990.

MUNZ, Volker,. “Wittgenstein on rules and the mental”. In David G. Stern (ed.), *Wittgenstein in the 1930s: Between the Tractatus and the Investigations*. Cambridge University Press, 2018.

PEARS, David. *The False Prison – Volume Two*. Oxford, GB: Clarendon Press, 1988.

PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: Ensaio*. São Paulo: Editora 34, 2004.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. “Solipsismo – do Tractatus às Observações Filosóficas [PB V, VI e VII]”. In: CARVALHO, Marcelo et al. *Fenomenologia, análise e gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein: (parte1)*. São Paulo: Mundaréu. 2017a.

\_\_\_\_\_. “O eu nas Observações Filosóficas [PB V e VI]”. In: CARVALHO, Marcelo et al. *Fenomenologia, análise e gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein: (parte1)*. São Paulo: Mundaréu. 2017b.

\_\_\_\_\_. “O tempo nas Observações Filosóficas [PB V e VII]. In: CARVALHO, Marcelo et al. *Fenomenologia, análise e gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein: (parte1)*. São Paulo: Mundaréu. 2017c.

PERRIN, D. *Le Flux et l'instant – Wittgenstein aux prises avec le mythe du présent*, Paris, Vrin, 2007.

\_\_\_\_\_. “Le rôle sémantique de l’attente: Une nouvelle étape du débat Russell-Wittgenstein sur la nature des propositions<sup>1</sup>”. *Philosophiques*, 39(1), 213–237, 2012.

RUSSELL, B. The Ultimate Constituents of Matter (1915). In *Mysticism and Logic*. Georg Allen & Unwin LTD, London, 1959.

\_\_\_\_\_. *Theory of Knowledge* (1913). Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. *Analysis of Mind* (1921). Georg Allen & Unwin, Longon, 1922.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. “A essência da proposição e a essência do mundo” (Ensaio Introdutório). In.: *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2010.

STERN, D. *Wittgenstein on Mind and Language*, Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Another Strand in the Private Language Argument. In *Wittgenstein’s Philosophical Investigations: A Critical Guide*, edited by Arif Ahmed, pp. 178-196. Cambridge University Press, 2010.

STERN, David; ROGERS, Brian & CITRON, Gabriel. *Wittgenstein: Lectures, Cambridge 1930–1933, From the Notes of G. E. Moore: Lecture 3b, May 5, 1933 and Lecture 4a, May 9, 1933*. Cambridge University Press, 2016.

SILVA, Guilherme Ghisoni da. *As análises do tempo de Wittgenstein e o argumento da linguagem privada: o fim da memória como parte da estrutura lógica do mundo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011.

\_\_\_\_\_. “O fim da fenomenologia em Wittgenstein – Uma abordagem temporal”. *PHILÓSOPHOS*, GOIÂNIA, V.18, N. 2, P. 11-41, JUL./DEZ. 2013a.

\_\_\_\_\_. “The proposition as a cross-section in the stream of experiences”. *ARGUMENTOS*, ano 5, n. 10 – Fortaleza, jul./dez. 2013b.

\_\_\_\_\_. “Russell and Wittgenstein on time and memory: two different uses of the cinematographic metaphor”. *ANALYTICA*, Rio de Janeiro, vol. 18 nº 1, pp. 197-227. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Marcos. “Satz als Bild und Satz als Maßstab: Sobre o desenvolvimento normativo de uma metáfora”. *Analytica*. Revista de Filosofia vol. 25 nº 2, pp. 84-102. Rio de Janeiro, 2021.

WAISMANN, Friedrich, et al. *Wittgenstein and the Vienna Circle: Conversations*. Ed.: Brian McGuinness; Translated: Joachim Schulte and Brian McGuinness. Reino Unido, Barnes & Noble Books, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig Josef Johann, 1889-1951. *Tractatus Logico-Philosophicus*; Tradução, apresentação e estudos introdutórios de Luiz Henrique Lopes dos Santos; [introdução de Bertand Russell]. – 3ªed. – São Paulo: Edusp, 2010.

\_\_\_\_\_. Wittgenstein’s Nachlass – The Bergen Electronic Edition [MS 105-108 e TS 209], Clean Version © Copyright in this machine-readable text Hans Kaal and Alastair McKinnon, 1989.

\_\_\_\_\_. *Some Remarks on Logical Form*, In: Proceedings of the Aristotelian Society, Suppl. Vol. 9 (1929), pp. 162-171.

\_\_\_\_\_. *Philosophische Bemerkungen*. In.: Suhrkamp taschenbuc wissenschaft. Band 2. Frankfurt: Suhrkamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Philosophical Remarks*, Rhees, R.(ed). Transl. by Hargreaves, R. and White, R., Chicago, The University of Chicago Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *The Big Typescript – TS 213*, Luckhardt G.G. and Maximilian A.E (ed), Transl. By Luckhardt G.G. and Maximilian, Oxford, Blackwell Publishing, 2005.

\_\_\_\_\_. *Investigações Filosóficas*. Trad. por Tiago Tranjan e Giovane Rodrigues. Posfácio de Marcelo Carvalho. Editora Fósforo, 2022.